Coleção
HISTÓRIA & HISTORIOGRAFIA

Coordenação
Eliana de Freitas Dutra

Reinhart Koselleck
Christian Meier
Horst Günther
Odilo Engels

O conceito de História

Tradução
René E. Gertz

Revisão técnica
Sérgio da Mata

autêntica

© 1975 Klett-Cotta - J.G Cotta'sche Buchhandlung
Nachfolger GmbH, Stuttgart.
Copyright © 2013 Autêntica Editora

COORDENADORA DA COLEÇÃO HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
Eliana de Freitas Dutra
TÍTULO ORIGINAL
Geschichte, Historie
TRADUÇÃO
René E. Gertz
REVISÃO TÉCNICA E DE TRADUÇÃO
Sérgio da Mata
CAPA
Teco de Souza
(Sobre imagem de Chaosdna)
DIAGRAMAÇÃO
Conrado Esteves
REVISÃO
Dila Bragança de Mendonça
EDITORA RESPONSÁVEL
Rejane Dias

Revisado conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde janeiro de 2009.

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

AUTÊNTICA EDITORA LTDA.

Belo Horizonte
Rua Almorés, 981, 8° andar . Funcionários
30140-071 . Belo Horizonte . MG
Tel.: (55 31) 3214 5700

Televendas: 0800 283 13 22
www.autenticaeditora.com.br

São Paulo
Av. Paulista, 2.073 . Conjunto Nacional
Horsa I . 23° andar . Conj. 2301 . Cerqueira César
01311-940 . São Paulo . SP
Tel.: (55 11) 3034 4468

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O conceito de História / Reinhart Koselleck...[et al.] ; tradução René E. Gertz. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013. -- (Coleção História e Historiografia, 10)

Outros autores: Christian Meier, Horst Günther, Odilo Engels
Título original: Geschichte, historie.
ISBN 978-85-8217-150-9

1. Conceitos 2. História - Filosofia 3. História - Teoria I. Koselleck, Reinhart. II. Meier, Christian. III. Günther, Horst. IV. Engels, Odilo. V. Série.

13-06383 CDD-901

Índices para catálogo sistemático:
1. História : Filosofia 901

NOTA DO TRADUTOR

René E. Gertz[*]

Este livro apresenta a tradução do verbete "*Geschichte, Historie*" da obra *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, editado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck, e publicado pela editora Klett-Cotta, de Stuttgart/Alemanha, em 1975 (volume 2, p. 593-717). Na reprodução dos nomes próprios da Antiguidade e da Idade Média, fez-se um aportuguesamento na medida em que se constatou que essa versão é corrente entre historiadores de fala portuguesa especializados no respectivo tema. Quando não foi possível encontrar referências a uma versão aportuguesada, os nomes foram mantidos na forma em que se encontram no original alemão. Nas referências bibliográficas, mantiveram-se os nomes dos autores e das obras na forma em que se encontram no original alemão, porque não foi possível realizar uma pesquisa para apresentar eventuais publicações com traduções para o português. O sistema alemão de referenciação bibliográfica é diferente do brasileiro, não citando, via de regra, as editoras que publicaram os respectivos textos, restringindo-se ao local de edição. Também não foi possível sanar essa lacuna.

Duas pessoas foram fundamentais na realização desta tradução: Temístocles Américo Corrêa Cezar (UFRGS) e Sérgio da Mata (UFOP). O primeiro por ter insistido durante anos para que a tradução fosse feita; o segundo, por ter feito uma minuciosa e enriquecedora revisão. Se o texto na versão aqui apresentada possui algum mérito, ambos são corresponsáveis. Pelos erros, o tradutor, evidentemente, responde sozinho.

[*] *René Gertz* é doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (1980), onde também fez estágio de pós-doutorado (1995). Professor-titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor-associado (aposentado) da UFRGS, é organizador e tradutor dos volumes *A nova historiografia alemã* (UFRGS, 1987), *Max Weber & Karl Marx* (Hucitec, 1997) e *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas* (UPF/EDUNISC, 2007).

SUMÁRIO

Prefácio
Arthur Alfaix Assis
Sérgio da Mata 9

O CONCEITO DE HISTÓRIA

I. Introdução 37

II. Antiguidade 41
1. Terminologia 41
2. Conceito de *historia* e concepções de "História" 49

III. Compreensão do conceito na Idade Média 63
1. Sobre o significado das palavras *"historia"* e *"res gesta"* 63
2. A escrita da História, sua classificação e o horizonte em que ela é experimentada 66
3. Lugar e função da *Historie* na rede do saber 80

IV. Pensamento histórico no início da Idade Moderna 85
1. Pressupostos 85
2. Dante e o Humanismo 88
3. O século XVI 92
4. O desafio da nova ciência 101
5. A respeito da alteração no topos de *"Historia"* e *"Geschichte"* 109

V. A configuração do moderno conceito de História 119
1. O percurso histórico do termo 119
2. "A História" como Filosofia da História 135
3. A "História" se define como conceito 165

VI. "História" como conceito mestre moderno..... 185
1. Funções sociais e políticas do conceito de História..... 185
2. Relatividade histórica e temporalidade..... 191
3. A irrupção do distanciamento entre experiência e expectativa..... 202
4. "História" entre ideologia e crítica da ideologia..... 209
VII. Perspectiva..... 223
VII. Referências..... 227

PREFÁCIO

O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos*

Arthur Alfaix Assis
Sérgio da Mata

O profundo processo de reconfiguração vivido pela história dos conceitos a partir de meados do século XX foi motivado, em larga medida, pelo desejo daqueles que a ela se dedicavam de construir uma alternativa à antiga história das ideias. Meio século depois de iniciados os primeiros grandes empreendimentos na Alemanha, não há quem ignore a grandiosidade dos resultados obtidos e a virtual globalização desse gênero de pesquisa histórica e de historiografia. Chega-se, assim, como é natural, ao momento em que são produzidos os primeiros retratos retrospectivos, os primeiros esboços de um gênero que, na ausência de melhor palavra, se poderia chamar "história da história dos conceitos". De modo algo embaraçoso, porém, a história da história dos conceitos talvez esteja condenada a se colocar muito mais nas proximidades da história das ideias e dos intelectuais que da disciplina que toma por objeto. Ela deve situar e reconstruir trajetórias individuais, constelações intelectuais e um

* Os autores deste prefácio, bem como o tradutor, gostariam de expressar sua gratidão para com o Prof. Temístocles Américo Corrêa Cezar (UFRGS) e a Profa. Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG) pelo entusiasmo com que incentivaram e abraçaram, desde o início, a realização deste projeto editorial.

Arthur Alfaix Assis é doutor pela Universidade de Witten (2009) e professor de Teoria e Metodologia da História na Universidade de Brasília. Especialista em Teoria da história e História do pensamento histórico, com ênfase em temas e autores alemães do século XIX, publicou, entre outros, *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução* (Ed. UFG, 2010) e *What is History for? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography* (Berghahn, no prelo).

Sérgio da Mata doutorou-se em história pela Universität zu Köln em 2002. Professor de Teoria e Metodologia da História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), foi pesquisador convidado do Instituto Max Weber para Ciências da Cultura e Ciências Sociais da Universität Erfurt (2008) e bolsista da Fundação Alexander von Humboldt (2009-2010). É autor dos livros *Chão de Deus* (Wissenschaftliche Verlag Berlin, 2002), *História & religião* (Autêntica, 2010) e *A fascinação weberiana* (Fino Traço, 2013).

jogo altamente complexo de interconexões disciplinares, teóricas e mesmo políticas. Numa palavra: o aparato teórico-metodológico e os problemas perseguidos pela história da história dos conceitos não se confundem com os da história dos conceitos. Se uma persegue as mutações de termos e significados em sua relação com o invólucro sociocultural, a outra se ocupa com os atores sociais e suas respectivas ideias e práticas científicas, assim como os grupos e instituições em torno dos quais se organizam. Se numa o sujeito eventualmente não é personagem principal, na outra ele faz toda a diferença. Se uma ainda não logrou estabelecer um amplo consenso a respeito do que é o seu objeto, na outra tal dificuldade nem sequer se apresenta. Caso seja verdade que todo confronto com o próprio passado traz consigo um ganho de reflexividade, o lento surgimento de uma *Geschichte der Begriffsgeschichte* poderá significar um ganho substancial não apenas para a história das ideias e da historiografia, devendo se estender à própria *Begriffsgeschichte*.

I.

Ao contrário do que muitas vezes acontece com o estudo de manuscritos antigos e medievais, na interpretação histórica de textos contemporâneos as questões relativas à atribuição de autoria costumam ser ponto pacífico. Mas esse não é exatamente o caso do texto que queremos aqui apresentar. Formalmente falando, trata-se de um verbete de obra de referência. Cada uma das suas quatro grandes seções possui um autor individual: Christian Meier (1929), especialista em culturas políticas da Antiguidade clássica; Odilo Engels (1928-2012), medievalista especializado em história da Espanha e na dinastia dos Hohenstaufen; Horst Günther (1945), filósofo e conhecedor das modernas teorias políticas e filosofias da história; além de Reinhart Koselleck (1923-2006), historiador que se dedicou ao estudo da trajetória dos conceitos formadores da linguagem político-social moderna e contemporânea. Ao "usuário" do texto resta decidir se este verbete deve ser referenciado como um único trabalho escrito por quatro autores, ou se, antes, cada uma das suas partes deve contar como uma entrada individual.

"*Geschichte, Historie*" – é este o título original do verbete que ora se apresenta pela primeira vez, em sua extensão integral, ao leitor brasileiro. Trata-se dos dois termos alemães que equivalem à palavra portuguesa "história". E é precisamente uma excelente história do conceito de história o que o conjunto dos textos dos quatro autores nos oferece. O seu fio condutor é a transformação que prepara a rede de significados característica da moderna utilização desse termo. A palavra história, cujo primeiro registro conhecido remonta a Heródoto, no século V a.C., é um patrimônio de diferentes culturas ocidentais, que há quase 2.500 anos é cultivado, expandido e ressignificado. O verbete acompanha de perto essa longa trajetória, analisando os usos do termo e as concepções de história vigentes na Antiguidade clássica, os rearranjos semânticos decorrentes da absorção do termo no horizonte cultural cristão, os diferentes gêneros historiográficos medievais, as reconfigurações do pensamento histórico sob os influxos do Renascimento e da Reforma, entre diversos outros temas.

O argumento conflui para um exame da gestação do moderno conceito de história, o que se teria dado entre 1750 e 1850, período que Koselleck já havia caracterizado como a *Sattel-Zeit*, a era da passagem.[1] Por essa altura, Iluminismo, ascensão social da burguesia e industrialização se combinam para, a partir do espaço cultural alemão, estimular uma alteração sem precedentes no significado dos diversos conceitos políticos fundamentais a partir dos quais se organizava a experiência no mundo ocidental.[2] Dessas transformações históricas não escapa o próprio conceito de história. Antes utilizado predominantemente ou na forma plural ("as histórias") ou como indicador

[1] KOSELLECK, Reinhart. Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit. *Archiv für Begriffsgeschichte*, vol. 11, p. 88-99, 1967 (cit. p. 82). No Brasil e em outros países, difundiu-se a tradução nada evocativa "tempo de sela". De fato, *Sattel* significa literalmente "sela", mas o termo cunhado por Koselleck também se associa a *Bergsattel*, que se poderia traduzir por "passo de montanha", "colo", "porto" ou "portela". Trata-se justamente de uma palavra que remete ao terreno, em região montanhosa, situado entre duas elevações e que serve de passagem de uma à outra. O próprio Koselleck esclarece o significado do termo, ao mesmo tempo que chama a atenção para as suas limitações enquanto conceito organizador da interpretação histórica do mundo moderno. Cf. Reinhart Koselleck, Javier Fernández Sebastián & Juan Francisco Fuentes. Entrevista com Reinhart Koselleck. In: JASMIN, Marcelo; FERES JR., João (Orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 135-169 (cit. p. 102).

[2] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 101.

de relatos particulares, o termo história ganha, à luz da experiência moderna, um grau de abstração e generalidade tão elevado que passa a ser capaz de se referir a todas as histórias particulares possíveis. Em consequência disso, na variante alemã do moderno conceito de história passa a predominar a forma singular *Geschichte* em lugar da flexão plural *die Geschichte(n)*. É a tal circunstância que se refere a categoria gramatical "singular-coletivo" (*Kollektivsingular*), com que o verbete qualifica o novo conceito de história. Paralelamente, a generalidade do conceito também é reforçada em decorrência de uma outra transformação semântica, através da qual o termo *Geschichte* passa a absorver os significados anteriormente reservados ao termo de origem latina *Historie*, que desde a Idade Média tendia a ser associado primariamente à narrativa de acontecimentos e não aos acontecimentos propriamente ditos. No moderno campo semântico do termo *Geschichte* se encontra, por isso, tanto a noção de história como realidade ou síntese do processo de constituição do mundo humano, quanto a referência à história como forma de conhecimento do passado dos seres humanos, isto é, como historiografia.[3]

O verbete foi escrito no contexto de um dos projetos de pesquisa coletivos que mais fortemente marcou a cena historiográfica alemã da segunda metade do século XX, os *Conceitos históricos fundamentais: Léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha*.[4] Editado entre 1972 e 1997 pelo próprio Koselleck em parceria com outros dois importantes historiadores, Otto Brunner e Werner Conze, o léxico abrigaria no seu segundo volume o verbete sobre o conceito de história.

Quando da publicação do verbete de Meier, Engels, Günther e Koselleck em 1975, já não era inédita a tese central de que a ideia

[3] Anteriormente ao verbete dos *Geschichtliche Grundbegriffe*, tanto a caracterização do moderno conceito de história como um termo "singular-coletivo" quanto a tese da absorção dos significados do termo *Historie* pelo termo *Geschichte* já haviam aparecido num famoso ensaio de autoria de Koselleck, publicado pela primeira vez em 1967. Ver: KOSELLECK, Reinhart. Historia magistra vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: *Futuro passado*, op. cit., p. 41-60.

[4] BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, 8 vols, Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-1997; HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Reinhart Koselleck (1923–2006): The Conceptual Historian. *German History*, v. 24, n. 3, p. 475–478, 2006 (cit. p. 476).

de história e a prática da historiografia passaram por transformações fundamentais entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Na verdade, nos anos 1820, Hegel, na introdução à sua *Filosofia da história*, já falava na então contemporânea transição da "história refletida" para a "história universal filosófica", cujo fundador seria ele próprio.[5] No influente *Manual do método histórico*, de Ernst Bernheim, publicado pela primeira vez em 1889, sugere-se que a transição de uma concepção "pragmática ou instrutiva (*lehrhaft*)" de história para uma história "genética ou evolutiva (*entwickelnd*)" só há pouco se havia consolidado, com a adesão a esta por parte da imensa maioria dos grandes representantes da ciência histórica alemã oitocentista.[6] Em 1936, Friedrich Meinecke destacava que por volta do final do século XVIII teria se dado "uma das maiores revoluções espirituais" já vivenciadas pelo pensamento ocidental.[7] A lista de registros poderia ser estendida, mas será suficiente para ilustrar a preexistência da percepção de que, ao menos no espaço cultural alemão, modificações no conceito de história similares às descritas no verbete tiveram lugar ao início do que chamamos de Idade Contemporânea. Ainda assim é importante sublinhar a originalidade das interpretações de Koselleck acerca da modernização do conceito de história, que são marcadas pela preocupação em entrecruzar contextos intelectuais, políticos e sociais; pela distribuição bem balanceada de atenção analítica entre os grandes e os não tão grandes autores que lhe servem de fonte; bem como pelo emprego inovador de dicionários e enciclopédias, antes largamente ignorados na história das ideias.[8]

[5] HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: Ed. UnB, 1999 p. 13-21.

[6] BERNHEIM, Ernst. *Handbuch der historischen Methode*, 1. Aufl. Leipzig: Duncker und Humblot, 1889 p. 15-21.

[7] MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su genesis*. México: Fondo de Cultura Economica, 1943, p. 11.

[8] Desde meados da década de 1950, Hans Freyer insistia nesta ampliação do repertório das fontes. Ele se queixava da história das ideias que "geralmente se detém muito em grandes obras que, de fato, são representativas mas que se elevam muito acima das cabeças". Freyer toma como exemplo a ser seguido o estudo de 1927 de Bernhard Groethuysen, sobre a formação da visão de mundo burguesa na França, o que ele caracteriza como uma "história do espírito anônimo" baseada em "sermões, livros didáticos, cartas, literatura recreativa, documentos do cotidiano casualmente obtidos". FREYER, Hans. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 74.

Salta aos olhos, em todo caso, que o segmento moderno da história do conceito de história parte de uma perspectiva alemã destes problemas, o que não é de espantar, posto que o verbete se insere numa obra de referência dedicada a dar conta da história da linguagem sociopolítica no espaço cultural alemão. Recentemente, tal orientação deu azo ao surgimento de uma consistente crítica à tese-chave de que nas décadas finais do século XVIII o conceito de história teria ganhado a forma de um singular-coletivo, com a absorção pelo termo germânico *Geschichte* das principais camadas de significado relacionáveis ao termo história. Uma importante matriz dessa crítica é a demonstração feita por Jan Marco Sawilla de que no espaço linguístico francês o termo *histoire* já era, no último terço do século XVII, comumente mobilizado na forma singular para conotar, às vezes até mesmo simultaneamente, tanto o conhecimento histórico como a realidade dos acontecimentos passados. Com base em citações de autores como Jean Bossuet, Jean Racine, Saint-Réal e Fontenelle, Sawilla busca refutar a interpretação de Koselleck de que o velho conceito de história teria adquirido o caráter de um conceito coletivo-singular apenas no bojo das transformações da *Sattelzeit*.[9] A partir desses e de outros argumentos, Sawilla sugere que os elos entre a história da palavra história e a história da ideia de história, tão bem amarrados no texto de Koselleck, "precisam ser desfeitos".[10]

Decerto, a crítica de Sawilla coloca em questão um aspecto importante da tese de Koselleck, nomeadamente, o de que a língua alemã teria sido pioneira na disponibilização de um conceito coletivo-singular de história. Mas aqui seria sem dúvida apressado deitar fora o bebê junto com a água do banho e simplesmente afirmar que a tese central do verbete não mais dispõe de potencial explicativo. Afinal de contas, continua, hoje como ontem, sendo inegável que

[9] SAWILLA, Jan Marco. 'Geschichte': Ein Produkt der deutschen Aufklärung? Eine Kritik an Reinhart Kosellecks Begriffs des 'Kollektivsingulars Geschichte'. *Zeitschrift für historische Forschung*, v. 31, p. 381-428, 2004 (cit. p. 388-394).

[10] SAWILLA, Jan Marco, 'Geschichte': Ein Produkt der deutschen Aufklärung?, p. 419. Ver também: SAWILLA, Jan Marco. Geschichte und Geschichten zwischen Providenz und Machbarkeit. Überlegungen zu Reinhart Kosellecks Semantik historischer Zeiten. In: JOAS, Hans; VOGT, Peter (Hrsg.) *Begriffene Geschichte*. Beiträge zum Werk Reinhart Kosellecks. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2011, p. 387-422.

ao longo do século XVIII mudanças fundamentais ocorreram nas formas de experiência e representação do tempo. Tais mudanças, evocadas pela palavra-chave "temporalização" (*Verzeitlichung*), se relacionam, por exemplo, à crescente disjunção entre experiências e expectativas alimentada pela difusão da percepção da aceleração do tempo; à abertura do futuro, dantes fechado nos quadros de uma concepção escatológica de história; ao reconhecimento da natureza perspectivística da apreensão da experiência; à ênfase no caráter individual dos sujeitos históricos; à admissão da "produtibilidade" (*Machbarkeit*) do processo histórico; ao enfraquecimento do padrão exemplar de justificação da historiografia.[11] Todos esses e muitos outros processos são muito bem apresentados e analisados no verbete, e com uma abrangência e profundidade que, parece-nos, ainda não têm rival na literatura especializada.

II.

Projetos coletivos das dimensões do léxico dos conceitos políticos só podem ser realizados com uma incomum disposição para o trabalho em conjunto, abdicando os envolvidos de veleidades "autorais".[12] Isso não significa que na confecção de cada um dos

[11] JUNG, Theo. *Zeichen des Verfalls*. Semantische Studien zur Entstehung der Kulturkritik im 18. und frühen 19. Jahrhundert. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012, p. 68; STOCKHORST, Stefanie. Novus ordo temporum. Reinhart Kosellecks These von der Verzeitlichung des Geschichtsbewußtseins durch die Aufklärungshistoriographie in methodenkritischer Perspektive. In: JOAS; VOGT (Hrsg.) *Begriffene Geschichte*, op. cit., p. 359-386 (cit. p. 379); FULDA, Daniel. Rex ex historia. Komödienzeit und verzeitlichte Zeit in 'Minna von Barnhelm'. *Das achtzehnte Jahrhundert*, v. 30, n. 2, p. 179-192, 2006 (cit. p. 182): "Von Sawillas Kritik betroffen ist nicht die Temporalisierungsthese insgesamt, sondern 'nur' ihre Stützung durch Kosellecks Kollektivsingular 'Geschichte'".

[12] Um depoimento do sociólogo francês Julien Freund, por ocasião do aparecimento do primeiro volume do léxico, nos dá uma vaga ideia do *modus operandi* estabelecido pelos editores. Depois de presenciar algumas das reuniões de trabalho do grupo na Alemanha, Freund escreve que com os pesquisadores encarregados de redigir o verbete *Poder* "estavam reunidos historiadores, sociólogos, filósofos, economistas, juristas, cientistas políticos, teólogos, etc. (cerca de vinte e cinco pessoas). [...] Seguiu-se um grande debate e uma confrontação que podia se basear, na maior parte, em um volumoso dossiê composto de trechos fotocopiados de dicionários latinos, alemães, ingleses, franceses, italianos, etc., e que tratava do conceito do século XVI a nossos dias. Assim, foram reuniões de trabalho em equipe que permitiram ao autor designado para o verbete obter o maior número possível de dados eruditos, literários e científicos". FREUND, Julien. Compte rendue de 'Geschichtliche Grundbegriffe'. *Revue Française de Sociologie*, v. 15, n. 2, p. 287-289, 1974 (aqui p. 287-288).

verbetes as preferências e opções individuais tenham sido simplesmente eliminadas, nem que na distribuição das tarefas executadas pelos editores-chefes tenha havido um perfeito equilíbrio. Se é a Koselleck, indiscutivelmente, que se deve atribuir centralidade na concepção geral dos *Geschichtliche Grundbegriffe*, inúmeros comentaristas têm sido levados, porém, a ignorar a real importância de Otto Brunner e Werner Conze. Ocupemo-nos agora com algumas das razões que levaram estes dois historiadores a dividir a editoria do léxico com Koselleck e com a influência por eles exercida sobre a arquitetura geral do projeto.

Dos três, Brunner era, no começo da década de 1970, o mais conhecido. O já septuagenário medievalista austríaco não assumiu praticamente nenhuma tarefa organizacional importante na edição do léxico, tendo aportado um único verbete: "Feudalismo".[13] Se essa muito modesta participação se deveu à idade, a alguma idiossincrasia pessoal ou a um possível constrangimento de natureza política, é uma questão ainda em aberto. Em todo caso, a importância de Brunner se dá em outro plano. Seu livro *Terra e dominação* (1939) é um clássico da moderna história dos conceitos e pode talvez ser considerado uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de se incorporar o pensamento político-jurídico de Carl Schmitt à historiografia. À inovação teórica e metodológica assim promovida se liga, porém, e de forma indissociável, uma inegável *Belastung* política. Sabe-se que desde 1937 Brunner estava entre os que acreditavam no advento de uma "nova realidade" na Alemanha após a ascensão do nacional-socialismo. Em consonância com Schmitt, ele constatava o esgotamento dos conceitos fundamentais até então vigentes.[14] Essa convicção é projetada em *Terra e dominação*, onde se afirma que o aparato conceitual do século XIX deveria ser "destruído" porque

[13] Dentre os autores que escreveram verbetes para o léxico, apenas vinte contribuíram com mais de 100 páginas. A lista é encabeçada por Conze e Koselleck (nesta ordem). DIPPER, Christof. Die 'Geschichtliche Grundbegriffe'. Von der Begriffsgeschichte zur Theorie der historischen Zeiten. In: JOAS; VOGT (Hrsg.) *Begriffene Geschichte*, op. cit, p. 297.

[14] O *topos* da "nova realidade" é analisado por OBERLE, Otto Gerhard. Wirklichkeit – Krise der Wirklichkeit – Neue Wirklichkeit. Deutungsmuster und Paradigmenkämpfe in der deutschen Wissenschaft vor und nach 1933. In: HAUSMANN, Frank-Rutger (Hrsg.) *Die Rolle der Geisteswissenschaften im Dritten Reich 1933-1945*. München: Oldenburg, 2002, p. 1-20.

não se prestava fosse ao entendimento do presente, fosse ao das instituições jurídicas e sociais da Idade Média.

Nesse sentido, foi particularmente influente para o léxico a sua tese a respeito de uma transição epocal na história do continente europeu. O conceito de "nova Europa" ganhara força no âmbito do pensamento nacional-socialista. Brunner adere a ela, desenvolvendo, por oposição, a noção de "antiga Europa": nada menos o espaço de tempo que se estende de Homero a Goethe. Brunner propõe, assim, um esquema evolutivo tripartite: "antiga Europa", "era limítrofe" (*Schwellenzeit*) e "sociedade moderna". Reinhard Blänkner acredita ser essa a concepção de fundo do léxico: "sem a antiga Europa de Brunner [...] nem a *Sattelzeit*, nem o léxico *Geschichtliche Grundbegriffe* poderiam ser pensados".[15]

Ao lado de Koselleck, o grande animador do léxico de conceitos fundamentais é Werner Conze. Personalidade admirada por amigos e alunos, Conze vinha de uma família do chamado *Bildungsbürgertum* – o segmento da burguesia alemã mais diretamente afeto à educação e à cultura. Seu avô, o arqueólogo Alexander Conze, tinha sido aluno de Leopold von Ranke. Como Koselleck, Conze lutou e foi ferido na Segunda Guerra mundial. Ambos tinham ainda em comum seu ceticismo em relação à função emancipatória que a geração do maio de 1968 atribuía à ciência histórica. Para Conze a grande ruptura moderna se dera com o aparecimento de uma cesura e uma crescente polarização entre Estado e sociedade a partir de fins do século XVIII. Até então, um não se dissociava nitidamente do outro. Com a *Schwellenzeit*,

[15] Freyer empregou o neologismo *Zeitschwelle*, praticamente idêntico à *Schwellenzeit* de Brunner. Infelizmente não nos foi possível verificar qual dos dois autores teve precedência nesse caso. Cf. BLÄNKNER, Reinhard. Begriffsgeschichte in der Geschichtswissenschaft. Otto Brunner und die Geschichtliche Grundbegriffe. *Forum Interdisziplinäre Begriffsgeschichte*, v. 1, n. 2, p. 101-107, 2012 (cit. p. 106); SCHULZE, Winfried. German historiography from the 1930 to the 1950's. In: LEHMANN, Hartmut; MELTON, James (eds.) *Paths of continuity*. Central european historiography from the 1930's to the 1950's. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 40. Na introdução ao primeiro volume do léxico, Koselleck afirma que o objetivo ali perseguido era o de investigar o "desaparecimento do mundo antigo e o surgimento do mundo moderno". KOSELLECK, Reinhart. Einleitung. In: BRUNNER, Otto, CONZE, Werner; KOSELLECK Reinhart. (Hrsg.) *Geschichtliche Grundbegriffe*: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, v. 1. Stuttgart: Klett-Cotta, 2004, p. xvi.

surge a "sociedade". Conze pretendia compensar analiticamente essa divisão ao promover uma aproximação radical entre ciência histórica e sociologia.

Sua carreira se inicia na chamada *Ostforschung*, campo de pesquisas dedicado ao leste europeu e sobre o qual pairou, por muito tempo, a pecha de ser uma espécie de ciência auxiliar do expansionismo alemão. Estuda sociologia em Leipzig, tendo como mestres o historiador Hans Rothfels e os sociólogos Hans Freyer e Gunther Ipsen.[16] Conze se tornou assistente de Ipsen e escreve seu doutorado sobre uma comunidade de língua alemã na Livônia. Depois de aprender russo e polonês, prepara sua tese de acesso à cátedra (*Habilitation*) sobre a estrutura agrária e populacional da Lituânia e Bielorrússia. Esses trabalhos não acompanham a tradição de alta contaminação ideológica e geopolítica da *Ostforschung*. Em 1938 Conze chega a ter um artigo vetado pela *Zeitschrift für Volkskunde* porque havia sido demasiado isento em suas análises.[17] Mesmo num ambiente intelectual pouco favorável, ele se abriu à influência da sociologia norte-americana e posteriormente à obra de Fernand Braudel. Em 1965 funda o Grupo de Trabalho em História Social Moderna, no qual Koselleck tomará parte entre 1960 e 1965. Tendo marcado época na historiografia alemã do pós-guerra, esse grupo publica nada menos que 43 livros entre 1962 e 1986. A primeira incursão de Conze pela história dos conceitos se dera antes, num artigo de 1954: "Vom 'Pöbel' zum 'Proletariat", em que mostra quais processos sociais estão por detrás da gradual substituição do termo "ralé" (*Pöbel*) pelo de "proletariado". A história dos conceitos abre para Conze um acesso novo ao estudo da dinâmica histórico-social; ela possibilita um controle lexical que, com o auxílio da hermenêutica, deveria fundamentar historicamente a análise científico-social. Koselleck viu nesse estudo de Conze uma verdadeira "obra de mestre".

[16] Três nomes que Koselleck classificou como "conservadores e nacionalistas". KOSELLECK, Reinhart. *Vom Sinn und Unsinn der Geschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2010, p. 324.

[17] SCHIEDER, Wolfgang. Sozialgeschichte zwischen Soziologie und Geschichte. Das wissenschaftliche Lebenswerk Werner Conzes. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 13, n. 2, p. 244-266, 1987 (p. 254).

É com razão que se costuma sublinhar a ascendência da sociologia dos conceitos de Carl Schmitt sobre os editores do léxico.[18] Curiosamente, pouco tem sido escrito fora da Alemanha sobre uma figura não menos influente que Schmitt naquele contexto – o já citado Hans Freyer. Da obra desse brilhante sociólogo e historiador, Brunner assimilou o princípio segundo o qual os conceitos usados por um campo do conhecimento sempre estão "historicamente impregnados", de que "mesmo os conceitos mais gerais [...] têm em si este elemento histórico". De suma importância para Conze foi a tese de Freyer (desenvolvida em obras da década de 1930 e 1950) a respeito do surgimento moderno da oposição entre Estado e sociedade, assim como da "ruptura histórico-universal de primeira grandeza" ocorrida na passagem entre os séculos XVIII-XIX.[19] Apontado por Winfried Schulze como um dos mais influentes livros alemães da década de 1950, a *Teoria da época atual* (1955) de Freyer foi adotado por Conze como o ponto de partida dos trabalhos do Grupo de Trabalho em História Social Moderna. Nessa obra, Freyer subscreve inteiramente a visão de Karl Löwith sobre a filosofia da história como uma forma de escatologia secularizada, e que sabemos ter exercido forte influência sobre Koselleck.[20]

Não resta dúvida, contudo, de que foi Reinhart Koselleck o grande propulsor do empreendimento de organização do léxico de história dos conceitos na Alemanha ao qual o texto do verbete "Geschichte, Historie" foi originalmente destinado. Por isso, será importante considerar, com especial atenção, a sua trajetória biográfica e acadêmica.

Segundo o próprio testemunho, Koselleck cresceu num contexto familiar em que se valorizavam a leitura, a música, as visitas

[18] As linhas básicas de tal abordagem foram desenhadas ainda na década de 1920. Cf. SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 42-43.

[19] FREYER, Hans. *La sociología, ciencia de la realidad*. Buenos Aires, 1944, p. 23, 108; FREYER, *Teoria da época atual*, p. 73.

[20] SCHULZE, Winfried. *Deutsche Geschichtswissenschaft nach 1945*. München: DTV, 1993, p. 295-297. A importância da visão de Löwith para Koselleck e as dificuldades daí resultantes são analisadas por JOAS, Hans. Die Kontingenz der Säkularisierung. Überlegungen zum Problem der Säkularisierung im Werk Reinhart Kosellecks. In: JOAS; VOGT (Hrsg.) *Begriffene Geschichte*, op. cit., p. 319-338. Ver também: OLSEN. *History in the Plural*. An Introduction to the Work of Reinhart Koselleck. New York: Berghahn, 2012, p. 21-23.

a museus, a escrita de cartas. O seu pai foi professor ginasial e de instituições de formação de professores. A mãe, de abastada família burguesa de origem hugenote, fez estudos superiores em francês, história e geografia, além de ter se formado como violinista de concerto. Nascido em 1923, Koselleck não escaparia de vivenciar diretamente a II Guerra Mundial. Foi recrutado para a artilharia do exército nacional-socialista em maio de 1941 e enviado para a frente leste de batalha, mas um pequeno acidente na marcha para Stalingrado ensejou a sua transferência para operações de suporte na Alemanha e na França. Em maio de 1945, foi capturado pelo exército soviético e, depois de um curto período de trabalho na desmontagem de instalações da planta da IG-Farben nos arredores do campo de concentração de Auschwitz, foi enviado para um *Gulag* no Cazaquistão, de onde escaparia, depois de 15 meses, com a ajuda de um médico que fora amigo de um dos seus tios-avôs. Koselleck teve a vida fortemente marcada pela experiência da guerra e da derrocada da Alemanha em 1945. O seu irmão mais velho morreu em combate, enquanto o mais novo faleceu em decorrência de um bombardeio. Uma de suas tias, que sofria de esquizofrenia, foi vítima do programa nacional-socialista de eutanásia.[21]

Com essa dupla bagagem fornecida pelo universo cultural da burguesia educada e pela experiência da guerra e da prisão Koselleck iniciaria os seus estudos em 1947, aos 24 anos, na Universidade de Heidelberg. Frequentou cursos de importantes figuras da vida acadêmica de então, tais como o sociólogo Alfred Weber, o jurista Ernst Forsthoff, o médico Viktor von Weizsäcker, os filósofos Hans-Georg Gadamer, Karl Jaspers e Karl Löwith e os historiadores Johannes Kühn e Hans Rothfels. Contudo, a principal influência sobre o jovem Koselleck não seria exercida por nenhum desses professores; ao contrário, por um acadêmico que no contexto da desnazificação operada imediatamente após

[21] KOSELLECK, Reinhart; HETTLING, Manfred; ULRICH, Bernd. Formen der Bürgerlichkeit. Ein Gespräch mit Reinhart Koselleck. In: HETTLING, Manfred; ULRICH, Bernd (Hrsg.) *Bürgertum nach 1945*. Hamburg: Hamburger Edition, 2005, p. 40-60 (cit. p. 46-52); OLSEN, Niklas. *History in the Plural*, op. cit., p. 10-16; MEYER, Christian. Gedenkrede auf Reinhart Koselleck. In: BULST, Neithard; STEINMETZ, Willibald (Hrsg.). *Reinhart Koselleck 1923-2006*. Reden zur Gedenkfeier am 24. Mai 2006. Bielefeld, 2006, p. 7-34 (cit. p. 11-12).

a queda do *III Reich* havia se tornado "maldito", o jurista Carl Schmitt.[22] É com a *persona* de Schmitt e com o diagnóstico do mundo político do século XX por ele desenvolvido que se trava o grande diálogo intelectual que estruturou a tese de doutorado defendida por Koselleck em outubro de 1953 e intitulada *Crítica e crise: um estudo sobre a patogênese do mundo burguês*.[23]

Esse trabalho é muito mais do que uma erudita e desinteressada investigação do pensamento político moderno com foco no desenvolvimento da crítica iluminista à ordem absolutista. É também, na expressão do próprio Koselleck, uma tentativa de "explicar a formação da utopia com a qual a sociedade burguesa se rompe".[24] Trata, assim, tanto do passado setecentista quanto do cenário presente que se desenhou com o final da II Guerra Mundial. Partindo de postulados teóricos desenvolvidos por Carl Schmitt – como os de que a soberania é o poder de decidir sobre o que constitui o caso excepcional e de que a política é uma arena marcada por um eterno conflito que não pode ser anulado pela supressão do inimigo, Koselleck pretende chamar a atenção para a nocividade dos conceitos estruturantes das ideologias políticas modernas. A sua crítica incide não somente sobre o nacional-socialismo, mas também sobre os dois polos ideológicos da então emergente Guerra Fria: liberalismo e comunismo. Para Koselleck, a vulnerabilidade propiciada pela afirmação de todos esses "-ismos" configura uma crise política de difícil resolução. Tal crise seria o desdobramento de uma maneira utópica e moralizante de lidar com as coisas políticas, iniciada com a crítica política no contexto do Iluminismo e cristalizada nas modernas filosofias substantivas da história. No diagnóstico schmittiano assimilado por Koselleck, liberalismo, comunismo e nacional-socialismo seriam

[22] Schmitt atuou, na prática, como um orientador da tese doutoral de Koselleck, ainda que formalmente a orientação tenha sido assumida por Johannes Kühn. Sobre a relação entre Koselleck e Schmitt, ver: MEHRING, Reinhard. Begriffsgeschichte mit Carl Schmitt. In: JOAS; VOGT, (Hrsg.) Begriffene Geschichte, op. cit; OLSEN, Niklas. Carl Schmitt, Reinhart Koselleck and the Foundations of History and Politics. *History of European Ideas*, n. 37, p. 197-208, 2011.

[23] KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 1999.

[24] KOSELLECK; HETTLING; ULRICH, Formen der Bürgerlichkeit, op. cit., p. 54.

os frutos diretos do utopismo iluminista; donde a importância de se estudar este para se compreender aqueles.[25]

Nos anos 1960, Koselleck daria continuidade à sua reflexão sobre a natureza e os problemas da modernidade na sua tese de *Habilitation* sobre a história constitucional e administrativa da Prússia entre 1791 e 1848, orientada por Conze. Publicada em 1967, *A Prússia entre reforma e revolução* é fruto de uma investigação cuidadosa em que a abordagem hermenêutica das fontes da época é complementada com análises de corte estrutural e estatístico, para produzir uma história que abarca não só conceitos políticos, mas também a interface entre intelectuais, instituições e atores sociais na Prússia da primeira metade do século XIX.[26]

Logo após publicar este livro, Koselleck se volta para um novo projeto, desta vez um grande empreendimento editorial coletivo que marcaria época na cena historiográfica alemã da segunda metade do século XX. Em 1967, publica no *Arquivo para a história dos conceitos* um artigo, redigido quatro anos antes, detalhando as linhas mestras de um "léxico dos conceitos políticos e sociais da modernidade",[27] que em 1972, por ocasião da publicação do seu primeiro volume, seria rebatizado como *Conceitos históricos fundamentais: Léxico histórico da linguagem política e social na Alemanha.*

III.

A fim de adquirir uma compreensão mais ampla do significado do léxico dos conceitos fundamentais para a história da historiografia, deve-se levar em consideração a evolução da história dos conceitos dos seus primórdios até a década de 1970. Esquivar-se de tal tarefa significa desistoricizá-la, reforçando a impressão de que essa disciplina é a expressão de um *fiat* ocorrido na Alemanha após

[25] DUARTE, João de Azevedo e Dias. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. *História da Historiografia*, n. 8, p. 70-90, 2012 (cit. p. 81-82); OLSEN, *History in the Plural*, op. cit., p. 46-48.

[26] KOSELLECK, Reinhart. *Preussen zwischen Reform und Revolution*. Allgemeines Landrecht, Verwaltung und soziale Bewegung von 1791 bis 1848. München: DTV, 1989, p. 17.

[27] KOSELLECK, Reinhart. Richtlinien, op. cit., p. 81-99.

a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. O fato é que a história da história dos conceitos se inicia muito antes.

A despeito de algumas iniciativas no século XVIII e XIX, somente em meados do XX a história dos conceitos iria se emancipar e adquirir o estatuto de disciplina autônoma, compreendendo-se, ao longo da maior parte de sua história, como um instrumento heurístico necessário ao desenvolvimento de uma teoria filosófica. Desde a década de 1960 seu programa só fez se alargar, no sentido seja de uma metaforologia, seja de uma tópica histórica ou uma história dos conceitos científico-naturais. Em nenhum outro campo da historiografia se realizou tão plenamente a concepção pioneira de Ernst Cassirer da história enquanto um ramo da semântica.[28] Mas se o conceito é simultaneamente um *fator* e um *indicador*, nem por isso se deve supor que seja capaz de produzir milagres. Como sublinhou Gunter Scholtz, a coisa muitas vezes existe antes do termo que a designa – coisas nem sempre são feitas de palavras. De fato, e como veremos a seguir, a história dos conceitos se coloca como projeto e mesmo como uma incipiente prática disciplinar *antes* do surgimento do conceito "história dos conceitos". Que a história jamais se esgota na linguagem, é algo que o próprio Koselleck nunca deixou de ressaltar.[29]

Com seu *Léxico filosófico* (1726), o teólogo luterano Johann Georg Walch foi o primeiro a insistir que o caráter "histórico" dos conceitos deveria ser estudado à parte do seu caráter "dogmático", de modo a esclarecer os conceitos filosóficos. O esforço de explicação e definição não poderia ser dissociado de uma "narrativa histórica" dos conceitos e controvérsias filosóficas. Em 1774, Johann Georg Heinrich Feder (professor de filosofia em Göttingen), defendia que, para a preparação de um dicionário filosófico, seria imprescindível o estudo histórico daqueles conceitos em torno dos quais se produziam polêmicas. Christoph Gottfried Bardili, em 1788, elaborou um programa de pesquisa dos principais conceitos

[28] CASSIRER, Ernst. *Antropología filosófica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 287.

[29] SCHOLTZ, Gunter. Begriffsgeschichte als historische Philosophie und philosophische Historie. In: JOAS; VOGT(Hrsg.) *Begriffene Geschichte*, op. cit., p. 273. Para Koselleck, "Geschichte geht nie in Sprache auf". Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Vom Sinn und Unsinn der Geschichte*, op. cit., p. 88.

filosóficos. Para Bardili também era importante investigar a presença dos termos filosóficos na linguagem cotidiana, na literatura e nas religiões. Helmut Meier identifica um evidente "sotaque histórico-conceitual" percorrendo essas diversas obras.[30]

Em 1806, é a vez de Wilhelm Traugott Krug, sucessor de Kant em Königsberg, estabelecer seu plano de um *Dicionário histórico-crítico da filosofia* nestes termos: "Seria muito instrutivo caso houvesse um dicionário de todos os conceitos e proposições (*Sätzen*) filosóficas, que os colocasse em ordem alfabética e indicasse suas origens, evolução, transformações, contestações e defesas, deturpações e retificações, com indicação de fontes, autor e das épocas até o momento atual".[31] Em seu *Do conceito da história da filosofia* (1815), Christian August Brandis chega ao ponto de conceber a história da filosofia como a história dos conceitos filosóficos.

Não obstante todas essas declarações de boas intenções, na primeira metade do XIX a história dos conceitos se limitou a poucas iniciativas isoladas, não chegando a conhecer nenhum empreendimento sistemático. Em 1870, enfim, Friedrich Adolf Trendelenburg – autor cujas marcas se fizeram sentir no pensamento de Dilthey – escreveu uma história do conceito filosófico de "pessoa". Com isso, Trendelenburg pretendia entender por que o conceito de *persona*, que para os antigos evocava uma máscara, mera aparência, assumirá mais tarde, com e a partir de Kant, o sentido daquela instância que expressa a essência moral do homem.[32]

O impulso decisivo só vem em 1872 com Rudolf Eucken, que ambiciona editar um léxico histórico da terminologia filosófica. Seguindo de perto as concepções de Trendelenburg, Eucken entende que a história dos conceitos não deve ser uma coleção de curiosidades, mas revelar "a história interna de cada termo específico". Somente a pesquisa histórico-conceitual estará em condições de decidir se um determinado termo filosófico deve sua origem a um ato criador

[30] Esta seção se baseia amplamente em MEIER, Helmut. Begriffsgeschichte. In: RITTER, Joachim (Hrsg.) *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 1). Basel: Schwabe, 1971, cols. 788-808.

[31] *Apud* MEIER, Begriffesgeschichte, op. cit., col. 792.

[32] Publicado postumamente: TRENDELENBURG, Friedrich Adolf. Zur Geschichte des Wortes Person. *Kant Studien*, v. 13, p. 1-17, 1908 (cit. p. 3-4).

individual ou a um anônimo trabalho de elaboração coletiva. Ela permitiria avaliar em que medida a linguagem técnica dos filósofos e a linguagem do mundo da vida são mutuamente permeáveis. Eucken percebe também a grande importância de se articular dinâmica histórica e dinâmica conceitual: "toda grande transformação da vida histórica faz com que conceitos e termos de círculos limitados se tornem os da coletividade".[33] A história dos termos e conceitos filosóficos espelha, assim, o movimento da história humana.

Para os argumentos de Eucken, tão ou mais importante que a de Trendelenburg foi a influência de Gustav Teichmüller, autor de *Estudos para a história dos conceitos* (1874) e dos *Novos estudos para a história dos conceitos* (1876-1879). Teichmüller via na *Geschichte der Begriffe* a pré-condição para o progresso da filosofia, na medida em que seria capaz de revelar os caminhos por meio dos quais um dado conceito ascende à condição de "conceito fundamental". Para esse fim, a história conceitual deveria levar em conta não apenas o estudo dos estados de consciência individuais daquelas pessoas que formulam os conceitos, mas também as "condições sociais, da atmosfera religiosa e política" em que isso acontece. Teichmüller concebia a história conceitual como uma *tópica cronológica*. Depois de lecionar na Universidade de Basileia entre 1868 e 1879, decide retornar à Alemanha. Os principais aspirantes a sua sucessão são ninguém menos que Nietzsche e Eucken, sendo este (um ex-aluno de Teichmüller) o escolhido.

O fracasso de Nietzsche significou, curiosamente, a continuidade do desenvolvimento da história dos conceitos a partir de seu berço suíço. De fato, na virada para o século XX, diversos estudos histórico-conceituais viriam atestar a influência do programa estabelecido por Eucken. Sua *História e crítica dos conceitos fundamentais da atualidade* (1878) passa a se chamar, na segunda edição (1893), *Os conceitos fundamentais do presente* e se estrutura a partir de uma série de pares antitéticos: subjetivo/objetivo; *a priori/a posteriori*; monismo/dualismo; orgânico/mecânico; teórico/prático; imanência/transcendência, etc.

[33] *Apud* MEIER, Begriffesgeschichte, op. cit, col. 795.

Na introdução de seu livro, Eucken diz que os conceitos "não são filhos do momento, mas se enraízam no passado". Não se pode falar em história do conceito enquanto um de seus elementos centrais se mantém constante na diacronia. A tarefa da história do conceito estaria em identificar quais seriam esses elementos centrais invariantes. Mas Eucken reconhece a historicidade dos conceitos e, portanto, a necessidade de adequá-los ao tempo presente, a essa "era dos jornais diários e de máquinas". Insistindo num ponto que será igualmente sublinhado pela geração seguinte de historiadores dos conceitos, ele percebe com clareza a indissociabilidade entre experiência histórica e vocabulário filosófico: "uma intangível quantidade de novas experiências implodiu, junto com as antigas formas, os antigos conceitos". Assim, "não surpreende que hoje se negocie e discuta tanto por causa de conceitos!"[34] É importante observar que Eucken fala em *Geschichte des Begriffes* e em *Begriffsforschung*.

Em 1899, surge o *Dicionário de conceitos filosóficos*, do filósofo austríaco Rudolf Eisler. Em sua segunda edição se lê que "o objeto deste dicionário é a história, baseada nos escritos dos filósofos, dos conceitos e expressões filosóficas". Seu objetivo expresso era "dar a conhecer esta mudança no sentido dos conceitos e expressões, esta alteração de quantidade, qualidade, valor e conteúdo conceitual". Para Eisler, seu dicionário "de forma alguma pretende ser ou substituir uma história da filosofia", mas apenas "completá-la".[35] A despeito de toda essa aparente sofisticação, posteriormente se criticou essa obra por se concentrar principalmente em definições e na tentativa de solucionar problemas filosóficos, ficando o trabalho especificamente histórico-conceitual praticamente obliterado.

IV.

Na transição entre essa titubeante primeira geração de trabalhos em história dos conceitos e a que tomaria forma depois da Segunda

[34] EUCKEN, Rudolf. *Die Grundbegriffe der Gegenwart*. Historisch und Kritisch Entwickelt. Leipzig: Veit & Comp., 1893, p. 7-12.

[35] EISLER, Rudolf. Vorwort. In: *Wörterbuch der philosophischen Begriffe historisch-quellenmässig bearbeitet*. Berlin: Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1904, v. I, p. iii-vii.

Guerra, lugar de destaque cabe a Erich Rothacker. Rothacker iniciara seus estudos de filosofia em Kiel e ainda na graduação percorrera os livros de Karl Lamprecht e Kurt Breysig, os mais controvertidos representantes da história cultural na Alemanha de fins do século XIX. Entre os professores que o marcaram estavam o sociólogo Ferdinand Tönnies, o historiador da arte Carl Neumann e, em especial, o filósofo Max Scheler. Em sua tese de doutoramento, concluída em 1911, Rothacker se dedicou ao pensamento histórico de Lamprecht. Para a tese de *Habilitation*, se transfere para Heidelberg e escreve uma *Introdução às ciências do espírito* que é, em larga medida, uma história da escola histórica alemã. O trabalho não deixa de ser notado por historiadores de prestígio como Georg von Below e Friedrich Meinecke. Em Heidelberg, cidade que viria a se tornar um dos principais centros irradiadores da história dos conceitos em sua acepção atual, Rothacker chega a atuar algum tempo como *Privatdozent*, mas seu caminho à cátedra não parece muito promissor na "aldeia mundial" de Baden.

Em 1926 publica sua *Lógica e sistemática das ciências do espírito*, em que manifesta uma primeira aproximação em relação à antropologia filosófica. Como a obtenção de um cargo universitário não se apresentava ainda como uma possibilidade real, Rothacker vê sua grande oportunidade na intenção anunciada em 1927 pela "Sociedade alemã de apoio à ciência" de editar um grande dicionário filosófico-cultural. Rothacker abraça entusiasticamente a ideia. Ele elabora um projeto no qual esse dicionário deveria se estruturar em torno de conceitos filosófico-culturais fundamentais e de uma concepção autenticamente interdisciplinar, uma vez que "todo o trabalho de esclarecer filosoficamente os conceitos fundamentais não dá em nada caso a filosofia não se mostre capaz de colocar seus conceitos numa relação viva com os conceitos fundamentais das ciências específicas".[36] Em abril de 1927 esse projeto é enviado ao ministério da educação. Para concretizá-lo, Rothacker acreditava ser necessário fundar um instituto de pesquisa nos moldes dos Institutos

[36] Citado por STÖWER, Ralph. *Erich Rothacker*. Sein Leben und seine Wissenschaft vom Menschen. Bonn: Bonn University Press, 2012, p. 97.

Kaiser-Wilhelm (atual Sociedade Max Planck). Seu intento era incrementar o contato entre as diferentes disciplinas nas humanidades e, simultaneamente, preparar o léxico em conjunto com uma equipe sob seu comando. Tal empreendimento, acreditava, seria condição necessária para se chegar a uma "ciência do homem" assentada em bases histórico-culturais e antropológicas. Seus planos, entretanto, não sensibilizaram as autoridades educacionais prussianas. Ralph Stöwer acredita que se tenha visto na ideia do léxico e do instituto algo além das possibilidades de um pesquisador que sequer chegara à cátedra ainda.[37] Com sua nomeação para a Universidade de Bonn em fins de 1928, Rothacker passa a se dedicar a outros temas, mas o desejo de levar adiante o dicionário permanece vivo.

Ainda que sejam evidentes os sinais de sua aproximação com o regime nacional-socialista, Rothacker não enfrentou maiores problemas para reiniciar sua vida acadêmica após 1945.[38] Já nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra, ele percebe que há um clima favorável à retomada do seu antigo projeto. A partir de 1949, tenta viabilizá-lo através da recém-fundada Academia de Ciências de Mainz.[39] Em 1955, finalmente funda o prestigioso *Arquivo para a história dos conceitos*, primeiro periódico especializado nessa área. Para Rothacker o dicionário de Eisler se limitava a um amontoado de citações e não oferecia uma "história do conjunto da terminologia relativa à filosofia e às visões de mundo [que fosse] realizada com esmero histórico-filológico". A nova história dos conceitos deveria aliar o rigor da pesquisa histórica à tradição da história dos problemas (que remontava às pesquisas em história da filosofia de Wilhelm Windelband), abrindo espaço não apenas para a inovação no campo da história das ideias, mas também para uma "aprofundada crítica da

[37] STÖWER, *Erich Rothacker*, op. cit., p. 100.

[38] Embora tenha declarado num questionário preparado pelas forças de ocupação aliadas, em 1946, que "a política está, dentre as coisas que me interessam, quase no 12° lugar", sabe-se que na década de 1920 Rothacker se sentia próximo do campo conservador. Não se sentiu atraído pelo famoso círculo intelectual mantido por Alfred Weber e Marianne Weber em Heidelberg, por considerá-lo demasiado liberal e mesmo "impatriótico". STÖWER, *Erich Rothacker*, op. cit., p. 53, 78.

[39] KRANZ, Margarita. Geistige Kontinuität? Rothackers Projekt eines begriffsgeschichtlichen Wörterbuchs von 1927 und dessen Wiederaufnahme 1949. *Forum Interdisziplinäre Begriffsgeschichte*, v. 1, n. 2, p. 46-48, 2012.

razão". Insiste na importância de se explorar os conceitos filosófico-culturais fundamentais e sonha com algo das dimensões da grande enciclopédia protestante *Religião na história e no presente*. Rothacker toma o exemplo das obras de Troeltsch, Heussi e Meinecke para mostrar que, não obstante sua importância, elas não bastavam para se obter uma visão ampla da história e do significado do conceito de "historicismo". Em última instância, o *Arquivo* deveria fornecer as bases sobre as quais se erigiria, mais tarde, um grande dicionário de conceitos.[40]

Simultaneamente a esses movimentos de Rothacker, davam-se os primeiros passos para o surgimento do primeiro e mais ambicioso léxico de história dos conceitos do pós-guerra: o *Dicionário histórico da filosofia* (*Historisches Wörterbuch der Philosophie*). Em 1957, a editora Schwab, de Basileia, adquire os direitos do dicionário de Eisler com a intenção de fazer uma reedição atualizada. Dois anos depois, o projeto é assumido pelo filósofo Joachim Ritter. Ritter coloca como condição que o trabalho seja realizado em conjunto com alguns de seus alunos na Universidade de Münster. Do grupo inicial fazem parte, além do próprio Ritter: Hermann Lübbe, Odo Marquard, Robert Spaemann, Karlfried Gründer (que assumirá a editoria depois da morte de Ritter), Ludger Oeing-Hanhoff, Heinrich Schepers e Wilhelm Kambartel. Um protocolo de uma das reuniões, realizada em 13 de agosto de 1959, mostra que não se buscava apenas uma atualização, mas uma total reestruturação do antigo dicionário de Eisler. O novo léxico deveria fugir das definições até então existentes, inclusive da influência de quaisquer "doutrinas", com vistas a produzir "uma história dos conceitos a partir da história lexical".[41]

Entre fins de 1959 e inícios de 1961, ainda durante os trabalhos preparatórios, Ritter e seus alunos tentam trazer Hans-Georg Gadamer (então presidente da "Comissão de Investigações em História dos Conceitos da Sociedade Alemã de Pesquisa") para o grupo, na

[40] ROTHACKER, Erich. Geleitwort. *Archiv für Begriffsgeschichte*, v. 1, p. 5-9, 1955.

[41] Citado por TINNER, Walter. Das Unternehmen 'Historische Wörterbuch der Philosophie'. In: POZZO, Ricardo; SGARBI, Marco (Hrsg.) *Eine Typologie der Formen der Begriffsgeschichte*. Hamburg: Meiner, 2010, p. 10.

condição de editor-chefe ao lado do próprio Ritter. As negociações fracassam diante do volume dos honorários pedidos por Gadamer e de sua demanda de que os direitos do dicionário fossem passados aos editores-chefes, e não à editora Schwab.[42] Fato é que ao longo das décadas de 1950 e 1960 ocorre uma evidente pluralização de conceitos a respeito da história dos conceitos. Em 1965, no seu conhecido estudo sobre a história do conceito de secularização, Hermann Lübbe defende a história dos conceitos como uma história do uso das palavras (*Wortgebrauchschichte*), vendo nela um instrumento poderoso no sentido de lançar luz sobre aquelas crises recorrentes na história da filosofia e das ciências humanas, situações "caóticas" no uso de determinados conceitos. Ela serviria, portanto, como instância de controle e de antídoto em épocas de anomia conceitual.[43]

Concluído em 2007, o *Dicionário histórico da filosofia* abarca o universo de 3.670 conceitos. Para tanto, foi mobilizado um exército de 1.500 autores (inclusive um presidente da República: Roman Herzog), a um custo final estimado em quinze milhões de euros. Ante os outros grandes projetos similares, como o *Léxico dos conceitos político-sociais na França* e os *Conceitos históricos fundamentais*, a marca distintiva do *Dicionário histórico da filosofia* – sua força, mas possivelmente, também, sua fraqueza – radica na não subordinação a uma tese constitutiva central ou a uma concepção unitária de história dos conceitos.[44]

V.

Esta breve exposição sobre a história da história dos conceitos na Alemanha e países de língua alemã não poderia ser concluída sem que enfrentássemos uma questão polêmica, mas da qual não estamos no direito de nos esquivar. O momento decisivo de aproximação

[42] TINNER, Das Unternehmen, op. cit., p. 10-11.

[43] LÜBBE, Hermann. *Säkularisierung*. Geschichte eines ideenpolitischen Begriffs. Freiburg: Karl Alber, 2003.

[44] RITTER, Joachim. Leitgedanken und Grundsätze des Historischen Wörterbuchs der Philosophie. *Archiv für Begriffsgeschichte*, v. 11, p. 75-80, 1967. Um bom exemplo das vantagens e desvantagens da ausência deliberada de uma tese "forte" subjacente ao dicionário de Ritter é o verbete escrito por SCHOLTZ, Gunter. Geschichte, Historie. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, vol. 3. Basel: Schwab, 1974, cols. 344-398.

entre ciência histórica e história dos conceitos ocorreu, segundo Koselleck, ao longo da década de 1930, confundindo-se com os nomes de Rothacker na filosofia, de Brunner na história, de Carl Schmitt na ciência do direito e de Jost Trier na linguística.[45] Significa dizer: entre os principais inspiradores da virada teórico-metodológica vivida por essa disciplina, não poucos estavam próximos do espectro mais conservador da política alemã do período entreguerras, quando não do nacional-socialismo.[46] Nas derradeiras páginas de sua *Filosofia da História* (1934), Rothacker chega a evocar passagens de discursos de Hitler com menções à "mentalidade heroica da raça nórdica" e insiste na "necessidade de apoiar energicamente todas as medidas eugênicas" levadas a cabo pelas autoridades.[47] Antecipando um argumento que seria empregado por Brunner cinco anos mais tarde em *Terra e dominação*, Rothacker afirma que diante da vitória da "revolução nacional-socialista [...] os conceitos fundamentais têm de encontrar a sua confirmação nos acontecimentos recentes tanto quanto nos pretéritos".[48] O próprio Koselleck, numa carta enviada a Carl Schmitt em 18 de fevereiro de 1961, comenta as razões pelas quais "a irrupção revolucionária de 1933 se perdeu".[49]

[45] KOSELLECK, Reinhard. Sozialgeschichte und Begriffsgeschichte. In: SCHIEDER, Wolfgang; SELLIN, Volker (Hrsg.) *Sozialgeschichte in Deutschland*, vol. I. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986, p. 91.

[46] Da vasta literatura sobre Schmitt, cf. a excelente biografia escrita por MEHRING, Reinhard. *Carl Schmitt*. Aufstieg und Fall. München: C. H. Beck, 2009. Sobre as relações de Trier, Rothacker e Brunner com o nacional-socialismo, ver os estudos de HUTTON, Christopher. *Linguistics and the Third Reich*. London: Routledge, 1999, p. 86-105; BÖHNIGK, Volker. Haltung, Stil, Typus, Kultur. Rothackers begriffsgeschichtlicher Entwurf einer nationalsozialistischer Kulturtheorie. *Forum Interdisziplinäre Begriffsgeschichte*, v. 1, n. 2, p. 70-82, 2012; MELTON, James van Horn. Otto Brunner e as origens ideológicas da Begriffsgeschichte. In: JASMIN,; FERES JR.(Orgs.) *História dos conceitos*, op. cit., p. 55-69; ALGAZI, Gadi. Otto Brunner. Konkreter Ordnung und Sprache der Zeit. In: SCHÖTTLER, Peter (Hrsg.) *Geschichte als Legitimationswissenschaft, 1918-1945*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998, p. 166-203.

[47] ROTHACKER, Erich. *Geschichtsphilosophie*. München: Oldenbourg, 1936, p. 147-148.

[48] ROTHACKER, *Geschichtsphilosophie*, op. cit., p. 145.

[49] "[...] warum der revolutionäre Aufbruch von 1933 verspielt wurde". Citado por MEHRING. Begriffsgeschichte mit Carl Schmitt, op. cit., p. 151. Se levarmos em conta que o uso de determinados conceitos permite, no interior de um dado campo semântico, imediatamente identificar e "localizar" um determinado interlocutor no espectro político, pode-se imaginar o que significa, sobretudo num país como a Alemanha do pós-guerra, referir-se a 1933 como uma "revolução".

Essa associação entre história dos conceitos e a chamada "Revolução conservadora" da República de Weimar e a sua continuação sob o nacional-socialismo terá contribuído para o grau de reconhecimento relativamente modesto de que gozou o projeto do léxico no meio historiográfico alemão entre as décadas de 1970 e 1990? Em seu balanço da historiografia do século XX, o papa da história social da Escola de Bielefeld, Hans-Ulrich Wehler, procurou inflacionar a influência de Brunner (a quem se refere como "o historiador nazista mais influente até hoje") sobre o Grupo de Trabalho em História Social Moderna e sobre os *Geschichtliche Grundbegriffe*, falando ainda em "contaminação" do léxico pelo pensamento de Schmitt.[50]

É rigorosamente irrelevante para a história da historiografia, assim como para a história das ciências em geral, a tentativa de valorar a contribuição dos pais fundadores da moderna história dos conceitos a partir de critérios extracientíficos; mesmo porque os inspiradores da Escola de Bielefeld (Theodor Schieder e Hans Rothfels) tinham igualmente pertencido ao campo conservador. Não é incomum, na história das ciências humanas, que justamente de autores politicamente conservadores possam advir grandes avanços, enquanto aqueles situados no campo liberal ou progressista se mantêm, muitas vezes, firmes na sacralização da tradição. Os nomes de Otto Brunner, de um lado, e de Gerhard Ritter, de outro, ilustram esse "paradoxo" à perfeição.[51]

A pergunta que se deve colocar – *sine ira et studio* – é de outra natureza: por que a (re)descoberta da linguagem enquanto potência histórico-social foi originalmente realizada por acadêmicos

[50] WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Göttingen: Wallstein, 2002, p. 48-49. Sobre as tensões entre a história social de Bielefeld e a história dos conceitos, cf. DIPPER, Die 'Geschichtliche Grundbegriffe', op. cit., p. 304-305.

[51] Para Koselleck, Brunner é um bom exemplo de como "interesses cognitivos politicamente condicionados podem conduzir a novas ideias teóricas e metodológicas, as quais sobrevivem a seu contexto de origem". KOSELLECK, Sozialgeschichte und Begriffsgeschichte, op. cit., p. 109. Gerhard Ritter foi um dos poucos historiadores alemães de prestígio que se opôs resolutamente ao nazismo. No âmbito da disciplina, contudo, se opôs de forma igualmente decidida à recepção da Escola dos Annales na Alemanha, tendo ainda criado dificuldades ao estabelecimento da história social na década de 1950. Cf. SCHULZE, *Deutsche Geschichtswissenschaft nach 1945*, p. 285-289.

do campo conservador? A questão está longe de ser simples, mas deve-se sublinhar aqui ao menos um aspecto importante. Uma das dimensões da vida social sobre a qual o nacional-socialismo atuou de forma programada, e em proporções desconhecidas até então, foi precisamente a esfera da linguagem. Um precioso testemunho de Ernst Cassirer nos dá uma pálida ideia do que isso representou na prática. De seu exílio norte-americano, ele escreve: "Atualmente, se alguma vez acontece que eu tenha de ler um livro alemão publicado nestes últimos dez anos [...], descubro com grande surpresa que já não entendo o idioma alemão. Cunharam-se palavras novas, e as antigas são empregadas com um sentido novo; sofreram uma mudança profunda de significado". Cassirer afirma que "aquelas palavras que antes eram usadas num sentido descritivo, lógico ou semântico, se empregam agora como palavras mágicas, destinadas a produzir determinados efeitos e a estimular determinadas emoções".[52]

Em um de seus mais importantes ensaios, Koselleck postula que transformações "no meio social ou político se correlacionam com inovações metodológicas", transformações essas que não raro são experimentadas de forma relativamente homogênea no interior de "unidades geracionais" específicas.[53] Tal conexão ilumina bastante bem o nosso problema. Pois não resta dúvida de que a gradativa tematização da linguagem enquanto potência histórico-social, embora já se manifestasse nos trabalhos de diversos autores ligados à "Revolução conservadora", ganha impulso decisivo com o advento do nacional-socialismo e suas iniciativas mais ou menos sistemáticas de criar um vocabulário próprio. É compreensível que, nessas condições, a linguagem se tornasse um dos mais privilegiados campos de análise histórico-social para a geração de pesquisadores e intelectuais que viveu a ascensão e queda do nazismo. Sinal evidente disso é que tal movimento se estendeu inclusive aos críticos do regime nacional-socialista, entre

[52] CASSIRER, Ernst. *El mito del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 335.

[53] KOSELLECK, Reinhart. Erfahrungswandel und Methodenwechsel. Eine historisch-anthropologische Skizze. In: *Zeitschichten*. Studien zur Historik, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000, p. 32-35.

eles, os pioneiros da chamada crítica da linguagem (*Sprachkritik*): Victor Klemperer, Dolf Stenberger, Eugen Seidel e Ingeborg Seidel-Slotty, e cujas obras, por razões óbvias, só puderam ser publicadas depois de 1945.[54]

* * *

Os leitores de Koselleck sabem que para ele a história – nos dois sentidos do termo – se constrói numa dialética infinita de crise e continuidade. Aplicado à história da história dos conceitos, esse princípio se deixa traduzir pela máxima *Zukunft braucht Herkunft*. Em que pese o uso de uma retórica anti-historicista em um ou outro de seus textos da década de 1960, Koselleck parece ter evoluído, em sua fase mais madura, para uma posição francamente conciliatória a esse respeito. Ele reivindicará para o léxico dos conceitos as rubricas de "historicismo sólido" e "historicismo reflexivo".[55] Dono de uma perspicácia e de uma sensibilidade que ainda hoje nos surpreendem, Sérgio Buarque de Holanda foi, provavelmente, um dos primeiros a se dar conta disso. Nos últimos parágrafos de seu grande ensaio sobre Leopold von Ranke, publicado em 1974 na *Revista de História*, ele comenta o aparecimento dos dois primeiros volumes dos *Geschichtliche Grundbegriffe* e conclui que a "notável vitalidade" ali manifestada era "uma demonstração de como se pode remoçar, sem traí-lo, o espírito da 'escola' histórica alemã".[56]

[54] KLEMPERER, Victor. *LTI - A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009; STERNBERGER, Dolf; STORZ, Gerhard; SÜSKIND, Wilhelm. *Aus dem Wörterbuch des Unmenschen*. Hamburg: Claassen, 1957; SEIDEL, Eugen; SEIDEL-SLOTTY, Ingeborg. *Sprachwandel im Dritten Reich*: eine kritische Untersuchung faschistischer Einflüsse. Halle: Verlag Sprache und Literatur, 1961.

[55] "Wir befleissigen uns eines soliden Historismus", "reflektierten Historismus". Citado por DIPPER, Die 'Geschichtliche Grundbegriffe', op. cit., p. 290.

[56] HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual e Leopold von Ranke. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979, p. 60.

O conceito de História

I

Introdução*

Reinhart Koselleck

O fato de "História" ser um conceito histórico básico parece decorrer da própria palavra. Mas a expressão possui sua própria história, a qual somente ao final do século XVIII lhe permitiu ascender à condição de conceito mestre, político e social. Abrangendo tanto passado quanto futuro, "a História" se transformou num conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada. Desde então, a expressão ultrapassa em muito os limites de simples narrativa ou de ciência histórica.

Por outro lado, a "*Historie*", como conhecimento, narrativa e ciência, é um fenômeno antigo da cultura europeia. Não há dúvida de que a narração de histórias faz parte da sociabilidade dos homens. Mais: sem histórias não há memória, não há nada em comum, não há autodefinição de grupos sociais ou de unidades de ação políticas, os quais só conseguem se constituir em elementos agregadores através de memórias comuns. Esse tipo de "histórias" naturalmente não são conceitos básicos, mas se mantêm como narrativa daquilo que estava em jogo numa determinada história. Pode se tratar da história de uma batalha, de um ato jurídico, de uma viagem, ou de um milagre, do assassinato de um rei, ou de um amor. Sempre se narra de quem trata e de que trata a história. Até esse ponto, a expressão "uma história" não constitui qualquer conceito básico, no máximo aquilo que,

* Agradeço aos estudantes de dois seminários por comentários, ajudas e correções, em especial aos senhores Horst Günther, Jörg Fisch, Rolf Reichardt e Reinhard Stumpf.

como um somatório de uma narrativa, pode, ao seu final, ser subsumido num conceito.

O fato de que a História se refira à "própria História" [*Geschichte selber*], e não a uma história de algo, constitui uma formulação da Era Moderna. Somente assim, pouco antes da Revolução Francesa, a antiga palavra usual se transformou num conceito central da linguagem política e social.

Esse conceito de "História em si e para si" [*Geschichte an und für sich*] incorporou uma teia de significados, seguidos como trilhas neste texto: a História como acontecimento e sua narrativa, como destino e como informação a seu respeito, como providência e sinal a respeito, todo conhecimento da *Historie* como coletânea de exemplos para uma vida piedosa e justa, prudente e até sábia. Sem renegar todas elas, o moderno conceito de História articulou muitos dos sentidos antigos.

Em contrapartida, a novidade está no fato de que o conjunto do emaranhado de relações político-sociais deste mundo, em todas as suas dimensões temporais, deva ser entendido como "História". Em todos os sentidos em que antigamente se podia evocar justiça ou castigo, violência, poder, providência ou acaso, Deus ou o destino, se podia recorrer, desde o final do século XVIII, à História.

Novos significados, que antes não se conseguiam resumir linguisticamente num conceito único foram agregados: a História como processo, como progresso, como evolução ou como necessidade. "História" se transforma num amplo conceito de movimento.

De outro lado, se abre um novo espaço de significados: "História" como campo de atuação e como ação, como liberdade. A História torna-se planejável, produtível, factível. De "História" decorre também um conceito de ação. As duas variantes – o lado objetivo e o lado subjetivo –, que se excluem mutuamente, conferem ao conceito uma ambivalência que lhe é inerente desde então. Sua utilização como palavra de ordem, sua suscetibilidade à ideologia e sua capacidade de crítica da ideologia derivam desse fato.

A configuração do novo conceito indica um processo de adensamento de um tipo de experiência pelo qual se passou no período da Revolução Francesa, criando novas expectativas. A expressão

reflete a conscientização daquilo que era vivenciado como nova era, justamente naquilo que se considerava como único e diferente de tudo aquilo que houvera até então. O início da *Neuzeit*, do novo tempo, da Era Moderna, evidentemente, constitui um processo de longo prazo, e somente no seu final se encontra o reconhecimento do caráter processual desse período: isto é, a descoberta da "História como tal" [*Geschichte überhaupt*], como resultado do Iluminismo.

Antes disso, existia uma multiplicidade de Histórias, que em geral apresentavam similitudes entre si ou que até se repetiam – histórias com alguns sujeitos que agiam ou eram objeto da ação, ou ainda (na narrativa) com objetos determináveis. Desde o século XVIII existe uma "História propriamente dita" [*Geschichte schlechthin*], que parecia ser seu próprio sujeito e seu próprio objeto, um sistema e um agregado (como se dizia na época).

Espacialmente corresponde-lhe a História mundial [*Weltgeschichte*] única, e temporalmente o caráter único do progresso, o qual somente com a "História" foi guindado a conceito – isso antes que ambos os conceitos fossem se afastando um do outro, gradativamente, no decorrer do século XIX.

Uma das características estruturais dessa nova História é que ela reduziu a um mesmo conceito a contemporaneidade de coisas não contemporâneas, ou a não contemporaneidade de coisas contemporâneas – aproximando-se também aqui ao progresso. Isso é válido não só no sentido evidente de que toda e qualquer narrativa traz o passado para o presente, eliminando, dessa forma, as diferenças temporais que tematiza. Muito além disso, a realidade da História moderna se compõe de uma multiplicidade de transcursos que, pelo calendário, são contemporâneos, mas que pela origem, pelo objetivo e pelas fases de desenvolvimento não são contemporâneos. Disso decorrem tensões, perspectivas de retardamento e de aceleração, distorções e uniformizações, que fazem parte da temática de nossa História mundial [*Weltgeschichte*].

A contemporaneidade do não contemporâneo já se delineia na *Historie* antiga, quando os helenos descobriram – a partir de sua perspectiva –, entre os bárbaros, formas de comportamento característico de estágios culturais que eles próprios já haviam percorrido.

A tensão temporal foi reforçada pela expectativa da vivência cristã. Ela inclui a esperança em um futuro cuja promessa de salvação determina o próprio presente, enquanto um pagão ficaria preso ao passado pré-cristão.

Desde a descoberta de que nossa Terra é uma esfera, a contemporaneidade do não-contemporâneo se transformou numa experiência de todos os povos que habitam este globo. Desde então, a História é temporalizada, em um sentido genuíno. O tempo passa a ser estratificado, não mais só como vivenciado ao natural, mas também como forma de realização e resultado da ação humana, da cultura humana e sobretudo da técnica humana. Somente a partir do momento em que aceleração e retardamento conseguem medir diferenças de experiências, cuja equalização se transforma em *Leitmotiv* de uma ação político-social, e só a partir do momento em que isso se vincula à expectativa de um futuro planejável, é que existe o conceito de História. "História" – como conceito-legitimador – vai muito além de sua aplicação científica. Ele conseguiu reunir as experiências e as esperanças da Era Moderna numa só palavra, a qual conseguiu se tornar, desde então, termo de discórdia e palavra de ordem em nossa linguagem político-social.

II

Antiguidade

Christian Meier

1. Terminologia

A palavra *ἱστορίν* se encontra nas nossas fontes pela primeira vez em Heródoto, o *pater historiae*, desde o século V a.C.[1] Ali ela designa tanto saber quanto busca, pesquisa e resultado de pesquisa. Por essa razão, hoje em dia, muitas vezes se utiliza a palavra como termo para designar as descobertas geográficas e etnográficas levadas a efeito a partir da Jônia ("*Historie* jônica"). Ela aparece especificamente para a investigação através da interrogação de testemunhas.[2] Decisivo para a continuidade da história dessa palavra foi o fato de que Heródoto utilizou *ἱστορίν* como título para suas várias formas de pesquisa, nas primeiras linhas de seu *Prooimion*: "esta é a apresentação da investigação (*ἱστορίνς ἀπόδεξις*) de Heródoto de Halicarnasso". Aparentemente lhe pareceu a mais importante forma de obtenção de conhecimento, não por último com vistas ao complexo especialmente amplo dos fatos do passado, cujo conhecimento só poderia ser obtido através de testemunhas.[3]

[1] HERODOT. Prooemium. Cf. 7, 96, 1; 2, 99, 1; 2, 118, 1; 2, 119, 3; 2, 44, 5. A referência apresentada no fragmento de Heráclito (n. 129) provavelmente não é autêntica. "*Pater historiae*": CICERO. *De legibus*, 1, 5.

[2] Cf. SNELL, Bruno. *Die Ausdrücke für den Begriff des Wissens in der vorplatonischen Philosophie*. Berlim, 1924, p. 59 e segs. Mais bibliografia em: KITTEL, Gerhard. *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament* (vol. 3). Stuttgart, 1967, p. 394 e segs., *sub verbo ἱστορέω*.

[3] Talvez também se poderia ter pensado em *θεωρία* (cf. HERODOT, 1, 29, 1; 1, 30, 1 e seg.). Nesse caso, a *Historie* hoje se chamaria "Teoria" – e o discurso sobre a deficiência teórica visaria a um déficit de *Historie*.

Com isso, não havia sido dita qualquer coisa sobre o objeto dessa pesquisa, o conteúdo da obra de Heródoto. Pelo contrário, naquela época, a palavra era neutra em relação a qualquer conteúdo. *Ἱστορίν* poderia se estender a tudo aquilo que era empiricamente pesquisável (e, provavelmente, além). Parece paradoxal que a palavra que mais tarde viria a designar "História" não podia ser aplicada em seu significado específico original à pesquisa sobre a maior parte da História, porque, metodologicamente o passado, segundo Heródoto, só é pesquisável para as duas ou três últimas gerações.[4]

Heródoto foi coerente ao adotar como título a designação metodológica geral, aberta em relação ao conteúdo. Sua obra atingia sua unidade no fato de que era o relato de pesquisa desse homem.[5] Tematicamente ela abrange uma multiplicidade de objetos que hoje em dia designaríamos como históricos, geográficos e etnológicos. Para o recorte específico que interessava a Heródoto, nós ainda não temos uma palavra até hoje e provavelmente não a teremos.[6] O próprio Heródoto diz que lhe interessa preservar "aquilo que aconteceu a partir dos homens (*τὰ γενόμενα ἐξ ἀνθρώπων*), e de grandes e admiráveis obras (*ἔργα*) que foram apresentadas por gregos e por bárbaros", bem como "descobrir por que razão e por que culpa (*δἰ ἥν αἰτίην*) guerrearam entre si".[7] Entre as *ἔργα* não apenas se incluem ações políticas e militares, mas também obras arquitetônicas, e quanto às *γενόμενα ἐξ ἀνθρώπων* provavelmente ele também pensava nas maneiras institucionalizadas em que fatos acontecem, como costumes e organizações, formas de vida.

Na busca pelas causas da guerra persa (e – complementando – da vitória grega), está contemplado aquilo que em termos modernos se chamaria interesse histórico. É verdade que essa pergunta podia ser respondida de muitas maneiras. A maneira de Heródoto, porém,

[4] Cf. SHIMRON, B. *Πρῶτος τῶν ἡμεῖς ἴδμεν*. *Eranos*, n. 71, 1973, p. 45 e segs.

[5] A esse respeito, e também sobre aquilo que segue, cf. MEIER, Christian. Die Entstehung der Historie. In: KOSELLECK, Reinhart; STEMPEL, Wolf-Dieter (Eds.). *Geschichte – Ereignis und Erzählung*. Munique, 1973, p. 251 e segs.

[6] Em todo caso, não é possível compreender esse conglomerado temático a partir de hoje como a História entendida em sua verdadeira abrangência – assim acontecido em STRASSBURGER, Hermann. *Die Wesensbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung*. Wiesbaden, 1966.

[7] HERODOT, Prooemium.

foi a explicação histórica através da reconstrução de um acontecimento multissubjetivo, que se compunha de múltiplas ações, de múltiplos acontecimentos, de múltiplas ocorrências, com seus respectivos entrelaçamentos, e isso ao longo de aproximadamente três gerações. Esse procedimento era novo, e através dele a "*Historie*" surgiu entre os gregos. Mas não está claro em que medida Heródoto tinha consciência de que, através da tentativa de assim responder àquela pergunta, estava constituindo um objeto especial. Em todo caso, ele não possuía um termo para esse campo ou, dito de forma diferente, para a forma específica de entrelaçamento (histórico) entre ações, acontecimentos e transcurso ao longo das gerações por ele percebidos. Ele também não possuía uma palavra para a forma específica de perguntar, de explicar e de representar. Mas aparentemente não sentia necessidade disso.

Heródoto chamou seu tratado de *λόγος*.[8] Isso significava algo como representação em prosa. Ele utilizava essa palavra para simultaneamente designar o fio condutor, e, nesse sentido, de forma indireta mas não específica, o contexto "histórico" mais geral que ele estabelecia.

Mais tarde, em Tucídides, o acontecimento político-militar está clara e rigorosamente descolado da multiplicidade bem mais ampla de experiências humanas de que trata Heródoto. Isso ocorre de forma paralela à abordagem muito mais profunda e ao conhecimento mais objetivo desse campo. Mas também em Tucídides não se consegue enxergar que ele estivesse consciente da especificidade do objeto "História" ou que até tivesse pensado que sua forma daquilo que chamamos de "escrita da História" fosse a correta, ou que História fosse, na verdade, História política.[9] Na introdução,

[8] *Ibid.*, 1, 5, 3; 1, 95, 1; 2, 3, 2; 2, 123; 4, 30, 1; 6, 19, 2 e 3; 7, 152, 3; 7, 171; 7, 239, 1. Cf. THUKYDIDES, 1, 97, 2. Respectivamente, *λογοποιός* (HERODOT, 5, 125), em oposição a *ἐπο- e μουσοποιός e λογογράφος* (THUKYDIDES, 1, 21, 1). Tucídides fala de *ξυγγραφή* (1, 97, 2. Cf. 1, 1, 1. Além disso, *ξυγγραφεύς* para o historiador; XENOPHON. *Hellenikà*, 7, 2, 1; POLYBIOS 1, 2, 1 e *passim*). Historiadores posteriores designam suas obras como tratados (*πραγματεία*, por exemplo, POLYBIOS 1, 1, 4; 4, 20, 5; *σύνταξις*, ibid., 1, 4, 2; 8, 2 [4], 5 e 11).

[9] Essa não é nenhuma sutileza, porque – para poder pensar qual é a escrita correta da História –, no mínimo, se precisa saber que existe escrita da "História". É verdade que Tucídides quer fazer algo melhor que todos os seus antecessores, sobretudo melhor que Heródoto, mas isso significa apenas que ele quer obter e apresentar, de forma objetiva, determinados conhecimentos

em todo caso ele apenas diz estar descrevendo a "guerra entre atenienses e peloponésios". A palavra *ἱστορία* não aparece no seu texto.

Na qualidade de termos gerais para os objetos do interesse "histórico", aparecem apenas designações para coisas individuais, como particípios de *γίγνεσθαι* para acontecido, evento, *ἔργον*, palavra que, sobretudo em Heródoto, significa ação, plano; em Tucídides, também evento[10], *πρᾶγμα*, que abrange uma ampla gama que vai de ação, plano, procedimento, passando por tarefa, incidente, propósito, acontecido, indo até "complexo de eventos", transcurso, e que também pode ser traduzido por "História" (como da complicada descoberta de um túmulo). Em Políbio, a palavra *πρᾶξις* aparece, com frequência, em acepção semelhante. O fato de que com isso diversas designações para fazer e agir se transformaram simultaneamente em termos utilizados para um conjunto de acontecimentos, parece indicar o alto grau em que a *Historie* grega envolvia a ação em contextos relativos a eventos, em transcursos multissubjetivos. Isso decorria do fato de que a experiência com ações políticas estava amplamente difundida nas sociedades das *poleis*, e o interesse nessas ações incluía o interesse em seus condicionamentos.[11] Acontecimentos de tempos passados eram frequentemente chamados de *τὰ παλαιά; τὰ Μηδικά* se referia à guerra persa, *τὰ Κερκυραικά* aos acontecimentos em torno de Kerkyra[12], e assim por diante.

sobre ações humanas, em especial ações político-militares, e seu desenrolar. E isso ele faz. O fato de que, para ele, "História" seja apenas política e guerra, ou que a Guerra do Peloponeso representa "a parte mais importante da História" (STRASSBURGER, *Die Wesensbestimmung...*, p. 23), isso só lhe é atribuído a partir de nosso conceito de História. Tucídides apenas chama a guerra de "o maior movimento" ou "abalo" (*κίνησις*, 1, 1, 2).

[10] Cf. IMMERWAHR, Henry R. Ergon: History as a monument in Herodotus and Thucydides. *American Journal of Philology*, n. 81, 1960, p. 261 e segs.

[11] Cf. como contraimagem extremada o caso da concepção sobre a praticamente ilimitada capacidade de agir e de fazer acontecer do rei egípcio. HORNUNG, Erik. *Geschichte als Fest*. Darmstadt, 1966, p. 14 e segs.

[12] Os comprovantes são facilmente encontráveis nos respectivos dicionários. Complementarmente, cabe apontar ainda para os particípios de *συμβαίνω* (cf. ARISTOTELES. *Metaphysik*, 982 b 22; POLYBIOS, 3, 4, 13: *τὸ παράδοξον τῶν συμβαινόντων*). Além disso, parecem muito interessantes as indicações no estilo *τὰ ... πρὸ αὐτῶν τὰ ἔτι καλαίτερα* (THUKYDIDES, 1, 1, 3). O neutro plural dos adjetivos de nomes de cidades ou de povos também serve para designar as "Histórias" dessas cidades e desses povos (cf. adiante). Heródoto utiliza, por exemplo, *Λιβυκοὶ λόγοι* (2, 161, 3). Para o estudo dos períodos mais remotos, parece que já no século V apareceu o termo "Arqueologia" (PLATON. *Hippias Maior*, 285 d).

Um nome específico para a escrita da História se encontra, pela primeira vez na *Poética* de Aristóteles.[13] A *ἱστορία* trataria da reprodução daquilo que aconteceu (*τὰ γενόμενα λέγειν*). Não se pretenderia "apresentar a unidade de uma ação, mas a unidade de um tempo (*δήλωσις ... ἑνὸς χρόνου*), isto é, aquilo que aconteceu num determinado tempo com um indivíduo ou com mais indivíduos que se relacionavam entre si, como acontecia por acaso". Os acontecimentos não convergem para um mesmo objetivo (*ἓν τέλος*). Objeto da *Historie* são, segundo Aristóteles, os transcursos de acontecimentos político-militares. O termo para essa categoria ele (ou alguém antes dele) aparentemente buscou na primeira linha de Heródoto[14], quando erroneamente tomou *ἱστορίν* como designação para o "conteúdo histórico", ou melhor, para o gênero estético determinado pelo conteúdo dos "transcursos de acontecimentos político-militares dentro de um espaço temporal". Em Aristóteles, também se encontra, pela primeira vez, o termo *ἱστορικός*.[15] Somente *a posteriori*, isto é, tendo em vista um gênero amplamente divulgado de representação literária, *ἱστορία* parece ter adquirido um sentido especificamente "histórico". A responsável por essa situação foi a necessidade de classificação. Além disso, havia o velho sentido geral da palavra: saber, ciência, pesquisa, como em *περὶ φύσεως ἱστορία* (Platão, Aristóteles), ou, em latim, na *naturalis historia* ou nos *naturae historiarum libri* de Plínio.[16]

Num passo seguinte, é que, então, *ἱστορία* assumiu o significado de "História" (no sentido de acontecimento). É em Políbio que

[13] ARISTOTELES. *Poetik*, 1451 a, 36 e segs. (tradução de acordo com Gigon). A esse respeito, cf. *Rhetorik*, 1360 a, 36.

[14] Aristóteles aqui também pensa, sobretudo, em Heródoto (*Poetik*, 1451 b 2; 1459 a 25 e seg.). Além disso, era usual citar os livros dessa época que não tinham títulos – JACOBY, Felix. *Atthis*. Oxford, 1949, p. 82 – com as palavras iniciais, ou com uma das palavras iniciais. Cf. NACHMANSON, Ernst. *Der griechische Buchtitel*. Götenborg, 1941, p. 46, 49 e segs. Exatamente isso parece ter acontecido com a *ἱστορίν* de Heródoto (como, mais tarde, ainda em Dionísio de Halicarnasso (*Epistula ad Pompeium*, 3]). De forma muito parecida, *συγγραφεύς* deve ter sido modificado para o termo que se refere aos historiadores contemporâneos, com vistas à linha inicial de Tucídides (*Scholia in Dionysii Thracis Artem Grammaticam*, 11, 4. 166, 4, Hilgard).

[15] ARISTOTELES, *Poetik*, 1451 b 1. No sentido geral de "pesquisador" ou "perito": *Rhetorik*, 1359 b 32.

[16] PLATON. *Phaidon*, 96 a 7; ARISTOTELES. *Organon*, 298 b 2; as referências latinas em *Thesaurus Linguae Latina*, vol. 6/3, p. 1936-42, 2833 e seg.

encontramos pela primeira vez a palavra utilizada dessa forma[17], e ali a transposição semântica possui um sentido todo especial. É que Políbio pensava que os acontecimentos e os transcursos do mundo (*αἱ τῆς οἰκουμένης πράξεις*) antes de 220 tivessem sido individualizados, isolados entre si, mas depois disso a História (*ἱστορία*) teria tomado, por assim dizer, a forma de um corpo (*σωματοειδής*),[18] que significa que ela se transformou num todo inter-relacionado, fazendo com que as ações e os acontecimentos nas diferentes partes do mundo se relacionassem entre si, e todos eles se voltassem para um mesmo objetivo (*ἓν τέλος*).[19] O todo apresentava um conjunto de ações (*ἓν ἔργον*), uma peça de teatro (*ἓν θέαμα*), com começo, meio e fim.[20] Numa referência direta a Aristóteles, mediante recurso a categorias estéticas, se reivindica aqui uma unidade para os acontecimentos da época da conquista mundial feita pelos romanos, as características de unidade literária (ou melhor, poética) são vistas como concretizadas na História; como autor figura Tiquê (v. abaixo). Para isso, porém, não havia nome provindo do âmbito do objeto (que só conhecia *πράξεις, γενόμενα* etc.). Assim, Políbio designou a "História" singular por ele constatada em sua época com o termo utilizado para a unidade literária "*Historie*". Não se sabe se ele tinha consciência disso ou não, mas fato é que a História pôde ser constituída pela primeira vez e somente no contexto literário. É por isso que foi uma atitude coerente que a História constituída da e dentro da *Historie* também fosse denominada *ἱστορία*, quando aparecia como singular (o que só aconteceu durante algum tempo!).

É verdade que Políbio praticamente não fez escola. Mesmo assim, *ἱστορία* e a palavra latina que lhe correspondia de forma exata,

[17] POLYBIOS, 1, 3, 4. Igualmente: 6, 58, 1; 8, 2 (4), 11; 12, 25 a, 3; Cf. DIONYS VON HALIKARNASS, 1, 2, 1. Naturalmente o mesmo também podia ser designado de forma plural (com *πράξεις*) (39, 8, 6. Cf. 1, 4, 1).

[18] POLYBIOS, 1, 3, 3 e seg. Cf. 1, 4, 7 sobre a figura do corpo (o qual também serve para caracterizar o *corpus* literário), cf. PLATON. *Phaidros*, 264 c; ARISTOTELES. *Poetik*, 1459 a 20; DIODOR, 20, 1, 5; CICERO. *Ad familiares*, 5, 12, 4; LUKIAN. *Quomodo historia conscribenda sit*, 23, 55.

[19] POLYBIOS, 1, 3, 4; 1, 4, 1 e seg. Cf. 3, 32, 7; 4, 28, 3 e seg.; 5, 105, 4 e seg., 9 e *passim*.

[20] *Ibid.*, 3, 1, 4 e seg. Cf. 1, 1, 6; 1, 4, 5, onde, além de *ἔργον*, se fala de *ἀγώνισμα*; provavelmente também aqui se deve enxergar uma referência ao drama (literário). Cf. ARISTOTELES, *Poetik*, 1451 b 37.

"*historia*", acabaram por assumir o significado de "História", de forma que essa palavra se transformou num conceito que agregava tudo aquilo que estava na literatura histórica. Significava então a soma de tudo aquilo que fora transmitido pela tradição e, nesse sentido, a soma dos acontecimentos. Fala-se, por exemplo, de *ἐκ τῆς ἱστορίας μάθησις*, ou então se diz: *plena exemplorum est historia*, ou ainda: *docet ... historia*.[21] Os casos em que se pensa exclusivamente na História, e nem um pouco na *Historie* são muito raros. Cícero, numa única vez, diz que a *historia Romana* é *obscura* (porque não existem referências a determinado nome). Agostinho, a partir de seus pressupostos teológicos, distingue entre *narratio historica* e *historia ipsa*.[22] Em geral, parece ter sido difícil distinguir entre "*Historie*" e "História". Uma coisa não era imaginável sem a outra, a História estava contida na *Historie*, cuja função Cícero define muito claramente como *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*.[23] Cabe destacar que a palavra muito frequentemente aparece no singular e sem qualquer definição através de um genitivo ou de um adjetivo.[24] (Em contrapartida obras históricas individuais muitas vezes são designadas pelo plural "*Historien*").

Sem dúvida, o conceito de "História" existia, mas era utilizado sobretudo para a forma, para o invólucro, e apenas secundariamente para todo o conjunto de ações, de acontecimentos e de transcursos que ele continha. Do ponto de vista do conteúdo, ele visava muito mais à soma dos acontecimentos do que à relação entre eles, que era estabelecida na forma das *Historie(n)*. Não se visava um movimento dinâmico, uma grande corrente, na qual se pudesse determinar um lugar, cuja unidade se pudesse assumir, cujo sentido se pudesse

[21] POLYBIOS 1, 1, 2; CICERO, *De divinatione*, 1. 50; AUGUSTIN. *De civitate Dei*, 5, 12, 13. Cf. DIONYS VON HALIKARNASS, 1, 3, 1; CICERO, *De divinatione*, 1, 38; *De oratore*, 1, 165; 2, 265; PROPERZ [Sextus Aurelius Propertius], 3, 4, 10; 3, 22, 20; PLINIUS. *Epistolae*, 7, 9, 8; FRONTO, 106, 4, Naber.

[22] CICERO. *De republica*, 2, 33; AUGUSTIN. De doctrina christiana, 2, 28 (14). In: *Corpus christianorum, Series Latina* (vol. 32), 1962, p. 63 (cf. AUGUSTIN, *De civitate Dei*, 10, 32, 3, onde *historia* é utilizado mais ou menos como hoje em dia podemos falar do "livro da História", *in qua ita narrantur praeterita*). Cf. CICERO. *De finibus bonorum et malorum*, 5, 5; eventualmente, *Brutus*, 44; GELLIUS, 3, 3, 8.

[23] CICERO, *De oratore*, 2, 26. Cf. PLINIUS, *Epistolae*, 9, 27, 1: "*quanta potestas, quanta dignitas, quanta maiestas, quantum denique numen sit historiae*".

[24] Cf. as citações latinas em *Thesaurus Linguae Latina*, vol. 6/3, p. 2835 e seg.

buscar. O significado literário se manteve dominante, tanto no geral quanto nos casos específicos. Aparentemente – abstraindo de algumas exceções –, não podia existir um significado próprio de "História" para "*historia*". A História, como determinação de conteúdo, não conseguia se desvincular da forma *Historie*.

A amplitude do objeto de "*historia*" podia, assim, abranger toda a humanidade. Fala-se de *κοινὴ ἱστορία*, Agostinho fala de *historia gentium* (que teria muitos prefixos).[25] Em geral *κοινὴ ἱστορία* designa uma representação que abrange a História de vários povos.[26]

A categoria *historia* abrangia as mais diferentes representações, incluindo genealogias e crônicas locais. Uma delimitação clara nunca existiu.[27] Como título, "*historia*" concorre com muitos outros sobretudo com formulações do tipo *Ἑλληνικά*, *Κορινθιακά*, etc. A História romana de Cássio Dio aparece citada tanto como *Ρωμαικά* quanto como *Ρωμαικὴ ἱστορία*.[28] Mas, por mais que a categoria – sobretudo no tratamento de determinadas cidades e de determinados países – continuasse a incluir aspectos geográficos e etnográficos, não há dúvida de que dentro do âmbito histórico há uma clara concentração na História dos acontecimentos. O termo, portanto, não se estendeu à "História" da Filosofia ou à "História" das invenções, e coisas parecidas.[29] De uma forma geral, naquilo que tange ao conteúdo, ele ficou restrito às *πράξεις* político-militares.

O que chama a atenção é que em Roma se sentisse a necessidade de distinguir "*historia*" de "*annales*", prática que, aliás, obedecia a critérios muito diversificados.[30]

[25] DIOYNYS VON HALIKARNASS, 1, 2, 1; AUGUSTIN, *De civitate Dei*, 6, 5 (7); 21, 8. Cf. 10, 16. Florus diz na "Praefatio" de *Epitome rerum Romanorum*, que Roma expandiu seu poder até o ponto em que o fez, "*ut qui res illius legunt, non unius populi, sed generis humani fata conditeant*".

[26] DIONYS VON HALIKARNASS, *Epistula ad Pompeium*, 3; *κοιναὶ πράξεις*; DIODOR, 4, 1, 3; 5, 1, 4; 11, 37, 6.

[27] POLYBIOS, 9, 1, 2 e segs.; JACOBY, Felix. Über die Entwicklung der griechischen Historiographie und den Plan einer neuen Sammlung der griechischen Historikerfragmente. *Klio*, n. 9, 1909, p. 88 (nota 4), 96 (nota 1).

[28] SCHWARTZ, E. Verbete "Cassius Dio". In: *Realencyclopädie* (vol. 3), 1897, p. 1685.

[29] Mesmo quando tais progressos técnicos, que exerciam algum papel na história política naturalmente pudessem ser referidos na *Historie*. Cf. POLYBIOS, 9, 2, 5; 10, 47, 12.

[30] GELLIUS, 5, 18; SERVIUS. *Commentarii ad Aeneid*, 373. GELZER, Matthias. Der Anfang römischer Geschichtsschreibung. In: STRASSBURGER, Hermann; MEIER, Christian (eds.). *Kleine Schriften* (vol. 3). Wiesbaden, 1964, p. 93.

Com toda certeza, ligava-se à palavra "*historia*" sobretudo uma grande pretensão literária. Cícero a chamava de "*opus ... oratiorium maxime*", e Quintiliano de "*carmen quodammodo solutum*".[31] Ela era claramente diferenciada de simples "apontamentos" sem caráter artístico (*ὑπομνήματα, commentarii*).[32] Quando Cícero e Luciano, por exemplo, fazem reflexões teóricas sobre *historia*, eles o fazem sobretudo a respeito de como ela deveria ser escrita. No caso, estava em jogo também o imperativo da verdade, mas muito mais na perspectiva de que se deveria se ater a ela do que da perspectiva de como chegar a ela.[33]

2. Conceito de *historia* e concepções de "História"

Não é possível imputar, *a posteriori*, um conceito de História à Antiguidade. É verdade que lá encontramos determinadas correspondências para concepções que hoje em dia atendem pela designação de "concepção de História", e que ocupam algum espaço no conceito de História. Mas elas fazem parte da concepção antiga de "*historia*", na melhor das hipóteses, na medida em que classificam determinados conteúdos, e ajudam a entendê-los na forma em que estão contidos na palavra. Deve-se partir daquilo que a Antiguidade entendia por "*historia*".

O conteúdo presente na forma "*historia*", e ao qual simultaneamente a palavra pode se referir, tinha em mente sobretudo a história dos acontecimentos político-militares. Por um lado, tratava-se das ações, dos episódios, dos destinos sobre os quais cabia meditar (a

[31] CICERO, *De legibus*, 1, 5; cf. PETZOLD, Karl-Ernst. Cicero und Historie. *Chiron*, n. 2, 1972, p. 253 e segs.; QUINTILIAN, 10, 1, 31; cf. STRASBURGER, *Die Wesensbestimmung*, p. 27; KEUCK, Karl. *Historia*. Geschichte des Wortes und seiner Bedeutung in der Antike und in den romanischen Sprachen. Münster, 1934, p. 16 e segs. (tese de doutorado).

[32] Isso fica especialmente claro na exceção, que confirma a regra: CICERO. *Brutus*, 262. Cf. LUKIAN, *Quomodo historia conscribenda sit*, 16. Por outro lado, Políbio podia chamar suas *Historien* de *ὑπομνήματα*, 1, 35, 6.

[33] Por exemplo, CICERO, *De oratore*, 2, 15 e 62; QUINTILIAN, 10, 1, 102; LUKIAN, *Quomodo historia conscribenda sit*, 39: a única tarefa do historiador é "dizer como foi" (*ὡς ἐπράχθη εἰπεῖν*); sobre isso, no entanto, 50 e seg.; WEHRLI, Fritz. Die Geschichtsschreibung im Lichte der antiken Theorie. In: *Eumusia*. Festschrift für Ernst Howald. Erlenbach/Zurique, 1947, p. 54 e segs.

partir dos quais se podia aprender algo para a ação política – mas também para os sofrimentos[34] –, que em Roma eram interessantes como *exempla*[35]; é nesses "detalhes" que se pensava quando falava de *historia magistra vitae*; eles é que tornavam o gênero esteticamente atrativo[36]). Por outro lado, tratava-se da reconstrução e da compreensão histórica de transcursos mais longos (literariamente, em monografias ou *historiae perpetuae*[37]). Elas, no entanto consistiam sobretudo, ainda que não de forma exclusiva – como se mostrará logo a seguir –, mas fundamentalmente no estabelecimento de conexões entre os acontecimentos. Isso significa, de forma concreta, que o todo de tais histórias de cidades, de povos, de reinos ou também da história geral de vários povos não representava mais do que a soma de suas partes. Ainda que com diferentes graus de consciência, aquilo que se fazia era encontrar um espaço de prática humana, sob condições bem específicas, com efeitos bem específicos, transformando-o em objeto de pesquisa e de representação. Esse tipo de percepção e de escrita da História correspondia, de forma bastante exata, ao tipo antigo de História – e isso desde o começo. Pois não foi simplesmente um acontecimento de cultura superior e de interesse científico mais amplo, ou então um efeito retardado da epopeia homérica,[38] mas foi sobretudo também uma consequência da peculiaridade da vida grega que, no século V, aparecesse um novo interesse pela História dos acontecimentos.[39] Nos amplos círculos de cidadãos que tinham responsabilidade e participação na política das *poleis* – já parcialmente democratizadas –, surgiu um sentido especial para acontecimentos político-militares. A política recebeu – através do novo e descomunalmente forte destaque para o pertencimento político – nova importância, ela se tornou mais intensa, e foram abertas novas possibilidades de agir, de planejar e de modificar,

[34] POLYBIOS, 1, 1, 2.

[35] GELZER, *Kleine Schriften* (vol. 3), p. 95 e seg. Cf. GELZER, *Kleine Schriften* (vol. 2), 1963, p. 365; GELZER, *Kleine Schriften* (vol. 3), p. 234 (nota 48), 272.

[36] CICERO, *De oratore*, 2, 36; cf. STRASBURGER, *Die Wesensbestimmung...*, p. 27.

[37] CICERO, *Ad familiares*, 5, 12, 2.

[38] Nesse sentido, ultimamente destacado por STRASBURGER, *Die Wesensbestimmung...*; e STRASBURGER, Hermann. *Homer und die Geschichtsschreibung*. Heidelberg, 1972.

[39] Cf. MEIER, Die Entstehung der Historie (também naquilo que segue).

inimagináveis até então. A ordem política repentinamente foi vista como passível de ser configurada. Por essa razão, surgiu uma nova necessidade de orientação dentro da política: conhecimento de causa e crítica a respeito se expandiram. A política não podia mais ser vista apenas como uma série de grandes ações, as mudanças não podiam mais aparecer como expressão de interconexões de sentido mais profundas (por exemplo, um entrelaçamento determinado pelo destino entre crime e castigo ou de ascensão e queda). A partir de então, a política também não podia mais ser praticada como simples rotina, sem qualquer compromisso. Dessa forma, a política podia e devia ser avaliada de fora, mas de maneira competente, e relações tanto as mais restritas quanto as mais amplas, agora "só podiam ser explicadas historicamente".[40] Assim, também a contingência do acontecimento político-militar podia se transformar, de repente, no princípio para as reconstruções transgeracionais. E, então, considerações em torno de acontecimentos históricos acabaram conquistando *status* literário. À ampliação do caráter público para amplos setores de homens livres e iguais correspondeu a publicação de obras históricas cada vez maiores.

A concentração da *Historie* na História dos acontecimentos foi fomentada, nos séculos seguintes, a partir dos modelos da epopeia ou de Tucídides e através das decorrentes regras para a categoria. Mas ela não pode ser entendida simplesmente a partir da institucionalização de determinados interesses e de determinadas expectativas entre historiadores e seus leitores. Pois a História dos eventos se manteve – ainda que os cidadãos tivessem uma participação menos ativa –, por um lado, como esfera central de destinos interessantes e de importantes identificações. O lado social e o lado político da vida se mantiveram intimamente ligados entre si, para todos aqueles que exerciam alguma função importante, pertencimentos e identidades políticas concorrentes não exerciam papel significativo.[41] Por

[40] A esse respeito, cf. LÜBBE, Hermann. Was heisst: "Das kann man nur historisch erklären"? In: KOSELLECK/STEMPEL, *Geschichte* (cf. nota 5), p. 542 e segs; MEIER, Die Entstehung der Historie, p. 265 e segs., 268 e segs., 295 e segs.

[41] O conceito de "pertencimento" será esclarecido em outro lugar. A respeito desse tema: WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Colônia/Berlim, 1964, p. 1026 e segs.; FINLEY, Moses I. *The ancient economy*. Londres, 1973.

outro lado, a História dos acontecimentos se manteve como a única esfera de transformações importantes, interessantes e perceptíveis. É que a partir do aspecto intelectual, técnico, econômico, social, as condições de vida da Antiguidade se modificaram relativamente pouco (depois dos primórdios, decisivos, mas historicamente pouco comprovados[42]). É verdade que algumas mudanças processuais que iam surgindo foram registradas na historiografia, em geral, porém, apenas como resultado; mas isso era raro, ou, então, paralelo ao contexto histórico. No todo, a dinâmica histórica era tão fraca que não conseguia romper o limite além do qual se poderia ter imposto à *Historie* usual como parte da História. Praticamente não havia processos de mudança que fossem para além dos acontecimentos político-militares que se desenrolavam no palco da vida, e que poderiam ter transformado setores mais amplos da humanidade – independentemente de sua classificação política – em portadores ou em tema de uma "História".

O fato de que a historiografia antiga encarasse o mundo de forma tão pouco histórica esteve também determinado por um déficit de História. É preciso traçar, ao menos, um quadro simplificado da "posição intermediária" da Antiguidade. Ao contrário das velhas concepções orientais, não se enxergava mais a política e a natureza como uma coisa só, não se estabelecia uma vinculação estreita entre tempo e ordem política. Pelo contrário, o mundo da *polis* e da política era desvinculado da natureza circundante.[43] O tempo não era mais o tempo de determinadas configurações políticas que se considerassem o mundo, e ainda não era o tempo de uma humanidade que, independentemente de classificação política, aparentava estar no caminho do progresso. E, com isso, aquilo que na Era Moderna se integrou a partir de diferentes partes em um conceito de História, aquilo que fez com que se reconhecesse

[42] Interessantemente, eles ficam localizados entre as doutrinas construídas sobre o surgimento de culturas e os tempos historicamente mais bem testemunhados, como num tipo de terra de ninguém. Trata-se do tempo que fica mais ou menos entre o século X e o século VI a.C., sobre o qual há relativamente poucos testemunhos na tradição grega. Mais tarde, os gregos encaravam sua peculiaridade como tão natural que praticamente não se interessaram por seu surgimento.

[43] MEIER, Christian. *Entstehung des Begriffs "Demokratie"*. Frankfurt, 1970, p. 19 e segs.

a História sobretudo como um amplo processo de mudança, na Antiguidade tudo isso esteve desmembrado. Entre a *Historie* dos acontecimentos (depois que ela surgira) e as grandes especulações históricas, do tipo da de Hesíodo sobre a idade do mundo ou a dos ciclos mundiais de Platão[44], não houve qualquer aproximação, quaisquer elementos que os interligassem. Não havia perspectiva superior sob a qual nem qualquer alternativa social a partir da qual especulações e expectativas históricas, acontecimentos e *Historie* pudessem ter confluído. Ao menos no período pagão da Antiguidade, nunca qualquer grupo social chegou ao ponto de entender e legitimar sua ascensão de forma histórica, de determinar locais dentro da História (nem de poder estabelecer comparações entre diferentes grandes transcursos). Somente no século V a. C., encontramos em Tucídides o estabelecimento de um lugar com vistas ao desenvolvimento das relações de poder e de grandeza na história grega.[45] Mas essa foi uma exceção – como o movimento de inovações revolucionárias, dentro das quais esteve embutido[46] –, e ficou sem efeitos sobre a posteridade. Essa falta de senso histórico, de mediatização[47] temporal esteve intimamente ligada a determinada forma de contemporaneidade e de capacidade social, de "concretude", e de baixa capacidade de ideologização – isso sem falar de outras interdependências.

[44] Cf. a esse respeito a seção "Geschichte und Ontologie" [História e ontologia], em GAISER, Konrad. *Platons ungeschriebene Lehre*. 2. Aufl., Stuttgart, 1968. Especialmente interessante é PLATON. *Nomoi*, 677 c. d: a observação de progressos como prova para a necessidade de contar com catástrofes destruidoras de cultura, em vista da incomensurabilidade do tempo.

[45] THUKYDIDES, 1, 2 e segs.

[46] Cf. o verbete "*Fortschritt*" [progresso], no vol. 2, p. 355 e segs. [de *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)].

[47] É verdade que foram reconhecidos muitos tipos de interconexões estruturais, como as entre música, moral e constituição (SCHACHERMEIER, Fritz. Damon. In: STIEHL, Ruth; e STIER, Hans Erich [eds.]. *Beiträge zur Alten Geschichte und deren Nachleben*. Festschrift für Franz Altheim [vol. 1]. Berlim, 1969, p. 192 e segs.), entre Constituição e Retórica (TACITUS. *Dialogus de oratoribus*), entre economia, técnica e formas de conduzir uma guerra (THUKIDIDES, 1, 2 e segs.), entre demografia e Constituição (ARISTOTELES, *Politik*, 1286 b, 8 e segs.), entre bem-estar geral e decadência nos avanços científicos (PLINIUS. *Naturalis historia*, 14 [*praefatio*]). Mas essas constatações ficaram interessantemente isoladas e raras, e assim não há como pensar que pudessem ter levado à pressuposição de uma mudança geral.

Os limites da percepção antiga de História também se refletem nas concepções gerais de transcursos e interconexões históricas. As suposições de Heródoto sobre a relação entre fazer e acontecer, por exemplo, se referem exclusivamente às ascensões e aos descensos individualizados de pessoas, de dinastias, de impérios.[48] A afirmação de que em Roma insucessos sempre eram sucedidos de novos sucessos apenas estabelecia relações entre acontecimentos individuais.[49] Nessa e em outras concepções semelhantes, apenas se observam ou se pressupõem relações um pouco mais amplas que no tratamento usual dos acontecimentos. Assim como ali se procura entender a política, assim também aqui se procura entender interconexões peculiares e destinos de grandes políticos. Na prática, não se pode falar de uma compreensão de História, apenas do acompanhamento de seu caminho através dos acontecimentos, no geral ou nos detalhes.

A história grega, desde o início, só podia ser concebida de forma multissubjetiva – e isso correspondia à organização política. Não havia qualquer unidade, qualquer objeto cujas modificações de longo prazo pudessem ser apreendidas como "História". O contexto dentro do qual todos os movimentos históricos se realizavam permaneceu mais ou menos igual.[50] Dentro dele, impérios podiam ser substituídos por outros impérios, situações e acontecimentos podiam se repetir.[51] O tempo não se prendia a configurações específicas. Nesse sentido, ele não podia ser concebido como cíclico – a não ser nas especulações dos filósofos, que iam muito além dos objetos, e abrangiam séculos. E se, mais tarde, em Roma foi diferente, foram justamente os romanos aqueles que não conseguiam compreender sua História como um ciclo.[52]

[48] MEIER, Die Entstehung der Historie (cf. nota 5), p. 277 e segs. (com mais bibliografia).

[49] AMMIANUS MARCELLINUS, 31, 5, 10-16; VITTINGHOFF, Friedrich. Zum geschichtlichen Selbstverständnis der Spätantike. *Historische Zeitschrift*, n. 198, 1964, p. 549 e seg., 560; FUHRMANN, Manfred. Die Romidee der Spätantike. *Historische Zeitschrift*, n. 207, 1968, p. 551. Cf. ibid., p. 536 (nota 22), 553 e seg. (a respeito do *crescere posse malis*, de Rutilius Namatianus).

[50] Naquilo que tange a Heródoto, cf. MEIER, Die Entstehung der Historie, p. 286 e segs.

[51] Cf., por exemplo, AURELIUS VICTOR, *Liber de Caesaribus*, 35, 13.

[52] VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 541, 572 e segs.; de forma geral: MOMIGLIANO, Arnaldo. Time in Ancient Historiography. *History and Theory*, separate n. 6, 1966, p. 1 e segs.

A concepção de muitos transcursos que se processam paralelos e sucessivos também se encontra em Políbio. A unidade da História que ele observa teria sido criada por um plano (*οἰκονομία*)[53], mas ele é atribuído a Tiquê.[54] A interconexão dos processos de todo o mundo foi a maior de todas as surpresas sempre inéditas que Tiquê costuma preparar.[55] Os pontos de partida eram sem dúvida contingentes[56], um sentido mais profundo não se enxergava no "drama". Não se estabelece uma relação histórica com impérios anteriores (apenas se faz uma comparação estática com eles[57]). A forma como a coisa irá continuar está em aberto, não há nada que indique que a interconexão multilateral de ações e de acontecimentos durará por muito tempo.[58] Independentemente de Políbio enxergar Tiquê mais como acaso ou mais como ação de forças divinas[59], essa unidade de uma parte da História não indica para uma unidade da História.

Quem acreditou numa unidade dessas foi o continuador de sua obra, o estoico Posidônio. Atribui-se a ele, aparentemente com razão, a seguinte manifestação: o historiador deve tentar "enquadrar toda a humanidade (*πάντες ἄνθρωποι*) naquilo que tange a sua parentela, bem como a seu distanciamento espacial e temporal, sob uma única ordem (*σύνταξις*) (representada), transformando-a, por assim dizer, num órgão da providência divina. Pois, da mesma forma que ela unifica a ordem das estrelas no céu e as naturezas humanas numa analogia comum, fazendo-as circular numa mesma trajetória

[53] POLYBIOS, 1, 4, 3; 3, 32, 9; 8, 2 (4), 2; 9, 44, 2.

[54] *Ibid.*, 1, 4, 1 e segs. Cf. 1, 1, 5; 3, 1, 10; 6, 2, 3; 8, 2 (4), 3 e seg.

[55] Κοινοποιεῖσθαι: ibid., 1, 4, 5; 4, 2, 4; 9, 2, 4.

[56] Cf. também MOMOGLIANO, Time in Ancient Historiography, p. 18 e seg.

[57] POLYBIOS, 1, 2.

[58] Políbio até já prevê uma nova modificação profunda da Constituição romana (6, 9, 12 e segs.). Cf. 3, 4, 7 (onde se pensa no tempo em que o Império Romano já é histórico), bem como 3, 4, 12-5, 6: depois da conquista aparece novamente *ταραχὴ καὶ κίνησις* (3, 4, 13), isto é, a *peripetia*, a mudança brusca, já se anuncia. Por mais difícil que seja a interpretação desta passagem – cf. WALBANK, Frank William. *A historical commentary on Polybios* (vol. I). Oxford, 1957, p. 302 e seg. –, esse tempo parece se localizar após "o fim consensualmente constatado" da História unitária (3, 1, 4 e seg. Cf. 1, 4, 3: *συνέλεια*). Nada indica que Políbio contasse com uma sequência de impérios mundiais.

[59] Cf. a respeito, FRITZ, Kurt v. *The theory of the mixed constitution in Antiquity*. New York, 1954, p. 388 e seg.; ZIEGLER, Konrat. Verbete "Polybios". In: *Realencyclopädie* (vol. 21/2), 1952, p. 1532 e segs.

por toda a eternidade, atribuindo a cada um aquilo que o destino lhe reserva, aqueles que registram os acontecimentos comuns do mundo (*αἱ κοιναὶ τῆς οἰκουμένης πράξεις*), como se fossem de uma única cidade, transformam sua representação numa justificativa unitária e num ato de administração comum do acontecido".[60] Não possuímos um legado suficiente de Posidônio para verificar em que medida ele transformou esse reconhecimento em programa de sua escrita da História, e como eventualmente colocou isso em prática. A "simpatia" entre cosmos e História sugere que esta não caminha em direção a um fim. Nesse caso, sua ordem unitária deveria antes significar a regra dentro da sucessão de fases. Nesse caso, estaríamos diante de uma concepção de História muito parecida com a de Heródoto. Isso combinaria com o fato de que, na época, a crescente unificação do mundo então conhecido sob o domínio de Roma estava relacionada com a crise crescente da república.[61] Aparentemente, Posidônio se restringia, portanto, às histórias – como parte e no âmbito de uma ordem mais geral, que ele postulava filosoficamente. Dessa forma, ele estaria pressupondo mais ordem, mais providência, mas menos interconexão entre os acontecimentos do que Políbio.

As coisas se apresentavam de modo um pouco diferente em Roma. A historiografia dali, desde o início, esteve concentrada na história de um objeto unitário. Ela deveria explicar os sucessos de Roma, legitimar sua expansão e suas reivindicações (e, além disso, transmitir os exemplos dos pais).[62] Para isso, a História era utilizada, sobretudo, como arsenal. Ela continha a anunciação do Rômulo deificado: *caelestes ita velle, ut mea Roma caput orbis terrarum sit*[63]; além disso, lhe cabia fornecer a justificativa histórica para a

[60] DIODOR, 1, 1, 3. Cf. REINHART, Karl. *Poseidonios*. Munique, 1921, p. 32 e segs.; REINHART, Karl. *Kosmos und Sympathie*. Munique, 1926, p. 184. A tradução está no anexo em REINHART, e em POHLENZ, Max. *Die Stoa*. Göttingen, 4. Aufl., 1970, p. 213 e seg.

[61] Cf. STRASBURGER, H. Poseidonios on problems of Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, n. 55, 1965, p. 40 e segs.

[62] GELZER, Kleine Schriften (vol. 3), p. 51 e segs., 95 e segs., 258. TIMPE, Dieter. Fabius Pictor und die Anfänge der römischen Geschichtsschreibung. In: TEMPORINI, Hildegard (ed.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* (vol. 1/2). Berlim/New York, 1972, p. 928 e segs.

[63] LIVIUS, 1, 16, 7. Cf. 1, 55, 5 e seg; 5, 54, 7.

bondade da constituição romana[64], e – não por último – mostrar os inúmeros *exempla* da *virtus* e da superioridade de comandantes e soldados, bem como a sabedoria dos homens de Estado romanos.[65] O desenrolar da História com essa longa lista de sucessos, com a gradual conquista do mundo, fornecia simultaneamente a confirmação sobre a correção dessas constatações religiosas, morais e político-militares. Nesse sentido, também a *Historie* romana no geral se manteve orientada pelos acontecimentos, distinguindo-se apenas pelos interesses específicos projetados sobre eles, e pelo fato de enxergar neles e na sua sucessão um sentido especial.

Mas foi justamente após os sucessos, e a certeza de sucesso daí resultante,[66] que se começou a pensar sobre a interdependência da expansão crescente com a crise e a decadência dos costumes da república romana tardia, bem como sobre a transição da constituição romana, que estava no auge de seu prestígio, para o império.

Para a concepção de "História", sobretudo uma das respostas encontradas nessa situação é interessante: a comparação com a idade de pessoas. Desde a república tardia, há registros da classificação da História romana de acordo com as etapas de vida de pessoas.[67] Elas possibilitavam uma classificação e em especial uma definição da própria posição dentro da História romana. Nas versões variantes dessa História abrangente, encarada em si mesma, aparentemente existia uma necessidade para isso. Parece que a comparação com a idade de pessoas também possibilitava uma valorização da própria idade tardia, valorizando as vantagens da idade, na qual a História

[64] CICERO, *De republica*, 2, 1 e segs.

[65] Cf., por exemplo, LIVIUS 9, 17-19; (*praefatio*) 9 e segs.; DREXLER, Hans. Die moralische Geschichtsauffassung der Römer. *Gymnasium*, n. 61, 1954, p. 168 e segs., em especial p. 172 e segs.; PÖSCHL, Viktor. Die römische Auffassung der Geschichte. *Gymnasium*, n. 63, 1956, p. 190 e segs. Para os efeitos sobre a posteridade, cf. BUCHHEIT, Vinzenz. Christliche Romideologie im Laurentius-Hymnus des Prudentius. In: WIRTH, Peter (Ed.). *Polychronion*. Festschrift für Franz Dölger. Heidelberg, 1966, p. 128 e segs.

[66] Cf. LIVIUS, 1, 16, 7.

[67] HÄUSSLER, Reinhard. Vom Ursprung und Wandel des Lebensaltervergleichs. *Hermes*, n. 92, 1964, p. 313 e segs.; VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 557 e segs.; TRUYOL Y SERRA, Antonio. The idea of man and world History from Seneca to Orosius and Saint Isidore of Seville. *Cahiers d'histoire*, n. 6, 1960, p. 698 e segs.

romana chegava à sua perfeição. Não se fala da morte de Roma – ao menos não durante o período pagão.[68]

Outra resposta para a suspeita de que se estava ficando para trás em relação ao grande período anterior consistiu na relativização das vantagens desse tempo a favor de uma avaliação histórica que distinguia entre prós e contras: "*nisi fortes rebus cunctis inest quidam velut orbis, ut quemadmodum temporum vices, ita morum vertantur; nec omnia apud priores meliora, sed nostra quoque aetas multa laudis ae artium imitanda posteris tulit*", lê-se em Tácito.[69]

Após os temores de desaparecimento da república tardia e do período das guerras civis – Lucrécio até pensava que os campos perderiam sua fertilidade[70] –, afirmou-se que Augusto restabelecera a "*aurea aetas*". Virgílio atribuiu a Júpiter a promessa de um "*imperium sine fine*", que seria ilimitado, tanto temporal quanto espacialmente. A incumbência de "*regere império populus ... pacique imponere morem*", aparentemente, visava a um domínio eterno.[71]

Já num período anterior, no início do século II a. C., tinha sido trazida para Roma outra concepção de História, a doutrina dos quatro reinos, que teve sua expressão mais conhecida no livro de Daniel, a qual, porém, na verdade, parece ter sido desenvolvida entre os persas, sob domínio grego, em continuidade ao esquema dos três reinos, dentro do qual o grego Ctésias, no século IV a. C., em *Persiká*, havia escrito a História assíria, médica e persa. Em sua forma original, persa e judaica, essa doutrina inicialmente oposicionista fazia especulações sobre o declínio do quarto e último reino.[72] Não se pode reconstituir como e em que medida esse final

[68] Lívio (o qual não apresenta essa comparação) disse, certa vez, que se deveria cuidar para que as forças do conjunto de cidadãos [*der Bürgerschaft*], que deve ser imortal, não envelheçam (6, 23, 7).

[69] TACITUS. *Annales*, 3, 55, 5; cf. o *Dialogus de oratoribus*.

[70] LUKREZ [Titus Lucretius Carus], 2, 1173 e seg.

[71] VERGIL. *Aeneis*, 1, 279; 6, 851 e seg.; a respeito da "*aurea aetas*", cf. ibid., 6, 791 e segs. Cf. LIVIUS, 4, 4, 4; 6, 23, 7.

[72] Ktesias, citado por DIODOR, 2, 1-34. Cf. LESKY, Albin. *Geschichte der griechischen Literatur*. 3. Aufl., Berna/Munique, 1971, p. 697 e seg.; SWAIN, Josef Ward. The theory of the four monarchies. *Classical Philology*, n. 35, 1940, p. 1 e segs.; KOCH, Klaus. Spätisraelitisches Geschichtsdenken am Beispiel des Buches Daniel. *Historische Zeitschrift*, n. 193, 1961, p. 1 e segs.; LORENZ, Kurt. *Untersuchungen zum Geschichtswerk des Polybios*. Stuttgart, 1931, p. 15 (a respeito do colaborador judaico da coleção sibilina); VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 551

foi eliminado no pensamento romano, e em que medida se dava a identificação do império romano com o quarto reino, na suposição de que no império romano a "História" se consumava – ou em que medida essa doutrina visava apenas a uma classificação externa da história do mundo.

Mas no tempo da monarquia aparentemente se contava em diferentes oportunidades com a consumação da História no império romano. Essa ideia com certeza estava ligada com a consciência presente no século II d.C. de que sob os abençoados efeitos da *pax Romana* se alcançara, em muitas áreas, uma posição que não existira nunca antes.[73] Essa ideia se vinculava com as várias concepções sobre a eternidade de Roma e de seu domínio, que, numa petrificação ideológica, continuou sendo nutrida e defendida quando, havia muito tempo, os sintomas da decadência do império eram visíveis por todos os lados.[74]

Foi exatamente no confronto com os cristãos que se recorreu a ela. Dentro do império romano, que abrangia todo o mundo (mediterrâneo), aparentemente a concepção de História se vinculara de tal forma com Roma que dificilmente se conseguia imaginar uma História não romana ou pós-romana. Até para os cristãos, era difícil fugir desse dado fundamental. "*Si Roma perit, quid salvum est?*" – perguntou Jerônimo.[75] Os cristãos opunham aos pagãos a finitude da História. Eles enxergavam na comparação com a idade dos homens uma confissão sobre o desaparecimento iminente do império romano.[76] Mas o ponto de vista escatológico foi recuando, no decorrer do tempo, deixando, no mínimo, algum espaço para a interpretação da História dentro da apologética cristã.

e segs., em especial sobre a continuidade da doutrina em Orósio e em Agostinho. A respeito de Pompeio Trogo: SEEL, Otto. *Eine römische Weltgeschichte*. Nürnberg, 1972.

[73] Vide o verbete "*Fortschritt*" [progresso], vol. 2, p. 361 [de *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)].

[74] MOMMSEN, Theodor E. St. Augustine and the Christian idea of progress. *Journal of the History of Ideas*, n. 12, 1951, p. 347; VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 547 e segs.; FUHRMANN, Die Romidee..., p. 529 e segs. Cf. nota 71.

[75] HIERONYMUS. *Epistulae*, 123, 16, 4.

[76] VITTINGHOFF, Zum geschictlichen Selbstverständnis..., p. 538, 550 e seg., 560 e seg.

Essa interpretação se manifestou inicialmente na cronografia cristã, que continha um tipo de Filosofia da História.[77] Nela se configurou um modelo de História providencial, que se desenrolava desde a criação do mundo, passando pela História judaica, indo em direção ao nascimento de Cristo, para desembocar na História do Império Romano. Nesse modelo, se tentava fazer uma sincronização entre História bíblica e História pagã. Assim, se tornou possível determinar seu próprio lugar dentro da História guiada por Deus.

Como nova categoria, surgiu a História eclesiástica, que encarava os cristãos como um povo próprio, cuja *Historie* ela pretendia ser. Nesse contexto, as perseguições e as disputas dogmáticas exerciam um papel todo especial – elas eram aproximadas à *Historie*, mesmo quando a historiografia da Igreja se mantivesse como um gênero próprio.[78]

A História terrena foi entendida por alguns apologetas como unitária e carregada de sentido, porque era guiada por Deus. Aparecia como providência divina especial o fato de que o nascimento de Jesus Cristo coincidiu com a consolidação do Império Romano, sob Augusto. A unificação do mundo sob seu domínio aparecia como um pressuposto planejado por Deus para a missão cristã.[79] Por outro lado, a paz e o bem-estar do império eram atribuídos à ação de Deus. Exatamente o fato de que o império ia relativamente bem desde Augusto era visto como indício da ação de Deus a favor de Roma. Prometiam-se mais melhorias, através da expansão do cristianismo, através das orações dos crentes. Desenvolveu-se certa fé no progresso.[80] Orígenes e Eusébio aplicaram profecias

[77] MOMIGLIANO, A. Pagan and Christian historiography in the 4th century. In: MOMIGLIANO, A. (Ed.). *The conflict between Paganism and Christianity*. Oxford, 1963, p. 83 e segs.; cf. VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 535 e segs.

[78] MOMIGLIANO, Time in Ancient Historiography, p. 88 e segs.

[79] Vide o verbete "*Fortschritt*" [progresso], vol. 2, nota 53 [de *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)].

[80] Vide o verbete "*Fortschritt*" [progresso], vol. 2, nota 54 e seg. [de *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)]. A esse respeito, OROSIUS, *Historia adversus paganos*, 1, 14 e segs.; COCHRANE, Charles Norris. *Christianity and classical culture*. Oxford, 1940, p. 243 e segs. a respeito do sentido então surgido para transformações abrangentes da História.

messiânicas ao Império Romano.[81] Em alguns casos, ele aparece como a concretização do reino de Deus na terra.[82] Desde o final do século II, encontramos a doutrina dos quatro reinos, que se encontra em Daniel, de tal forma modificada que Roma constituía o quarto reino, a fase final da História guiada por Deus, o *κατέχον* da Carta de Paulo aos Tessalonicenses.[83] Imaginava-se que esse reino duraria até o aparecimento do Anti-Cristo. Nesse sentido, muitos cristãos participavam da veneração pagã a Roma[84] – ainda que não conseguissem acreditar seriamente na eternidade de Roma. Através da cristianização do império, sob Constantino, as expectativas depositadas no império romano foram fortalecidas, e a fé na sua determinação através da providência certamente se expandiu. Frente às derrotas do império, que se seguiram, no confronto com o problema se elas decorriam da ira dos deuses pagãos que foram abandonados, a questão sobre a direção divina da História foi reavivada. Orósio chegou a integrar os vitoriosos ataques dos germanos e suas conquistas ao plano salvífico de Deus.[85]

Mas, apesar desses e de outros registros, não se deve esquecer que a meditação sobre a História – sobre isso que Tertuliano chamava "peregrinar no mundo estranho" – ocupava um lugar limitado dentro da cristandade da época.[86]

Fazendo um balanço, as concepções cristãs da História não vão muito além das concepções pagãs. Em grande parte, as concepções

[81] MOMMSEN, St. Augustine and the Christian idea of progress, p. 361 e segs.

[82] STRAUB, Johannes. Christliche Geschichtsapologetik in der Krise des römischen Reiches. *Historia*, n. 1, 1950, p. 61 e seg.

[83] MOMMSEN, St. Augustine and the Christian idea of progress, p. 348 e seg.; VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 554 e seg.

[84] VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis..., p. 562; BUCHHEIT, Christliche Romideologie... (cf. nota 65).

[85] STRAUB, Christliche Geschichtsapologetik..., p. 75.

[86] TERTULLIAN, *Apologeticum*, 19, 7. Cf. FUNKENSTEIN, Amos. *Heilsplan und natürliche Entwicklung*. Formen der Gegenwartsbestimmung im Geschichtsdenken des hohen Mittelalters. Munique, 1965, p. 30. Em Hipólito, manifesta-se – para dar um exemplo – "desconfiança em relação a um império que reivindica uma ecumenicidade que só compete à Igreja". PETERSON, Erich. *Theologische Traktate*. Munique, 1951, p. 85 e seg. Cf. sua interpretação de que o império romano se desmembrará em "dez democracias", as quais estariam indicadas nos dez dedos dos pés na estátua do sonho de Nabucodonozor. MAZZARINO, Santo. *Das Ende der antiken Welt*. Munique, 1961, p. 38 (tradução de Fritz Jaffé).

pagãs são assumidas e cristianizadas. O que é novo é a fé de que a História é finita. Isso – juntamente com as esperanças escatológicas – modifica a posição dos homens dentro da História. Novas são as suposições de uma melhoria generalizada das condições terrenas, de um "progresso", em Eusébio, Grosius e alguns outros, as quais, durante o período constantiniano, tiveram uma ressonância maior, mas que aparentemente já antes de Agostinho começaram a recuar diante da pressão exercida por evidências contrárias. Também é novo o entendimento de que a História é obra de Deus. Isso, porém, levou, na Antiguidade tardia, a uma nova fundamentação da concepção pagã de que o império romano seria o ponto final da História (ao menos na medida em que ela transcorre na terra). Somente com o tempo, resultaria daí um novo potencial para pressupor um sentido.

III

Compreensão do conceito na Idade Média

Odilo Engels

1. Sobre o significado das palavras *"historia"* e *"res gesta"*

Com um significado triplo (da mesma forma que já fora usual em Cícero), Isidoro de Sevilha (cerca de 560 a 633) legou à Idade Média o conceito de "*historia*", através de sua *Enciclopédia*.[87] Ele buscou a delimitação do conceito empreendida pelos *veteres* nas *Noctes Atticae* do gramático Gélio e no comentário sobre Virgílio do gramático Sérvio: "*Historia*" é o registro exclusivamente daquilo que o próprio autor vivenciou, representando, portanto, conhecimento seguro, que, por consequência, possui altíssimo grau de veracidade. Esse aspecto da verdade – característico do conceito – pode ser seguido até a alta Idade Média: "*historia est res visa, res gesta; historia enim grece latine visio dicitur, unde historiografus rei vise scriptor dicitur*".[88]

Mas Isidoro recusava a ideia de restringir a *historia* à História contemporânea – isso em consonância com a tradição educacional de seu tempo –, subsumindo os *annales* à *historia*. Em consequência, "*historia*" referia-se a: (a) forma de conhecer tudo aquilo que era passado – "*historia est narratio rei gestae ..., per quae ea in praeterito facta*

[87] Isidoro de Sevilha. In: LINDSAY, M. W. (Ed.). *Etymologiae* (vol. 1). Oxford, 1911, em especial 1, 41-44.

[88] Konrad von Hirsau. In: HUYGENS, R. B. C. (Ed.). *Dialogus super auctores*. Berchem/Bruxelas, 1955, p. 17; cf. também FREISING, Otto von. Gesta Friderici imperatoris 2, 41. In: *Monumenta Germaniae – Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarium* (vol. 46). 3. ed., 1912, p. 150; TYRUS, Wilhelm von. *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum* (*Prologus*); VIZENZ VON BEAUVAIS, Speculum doctrinale, 3, 127.

sunt, dinoscuntur".[89] Com isso, o destaque dado por Semprônio Asélio de distinguir entre os *annales* (como pura enumeração de acontecimentos exclusivamente externos, e não mais pessoalmente vividos) e a *historia* (como matéria autovivenciada e, por isso, apresentável a partir de motivações internas), essa distinção se perdeu, em certa medida, na Idade Média. E isso aconteceu, em parte, só porque o detalhamento no relato se manteve como característica da *historia*, com a tendência de, para além da apresentação narrativa, vincular aos relatos a transmissão de valores pedagógicos.[90]

A atribuição de verdade àquilo que foi vivenciado por alguém se estendeu por consequência como um problema sobre o passado localizado mais distante; o lugar dos testemunhos oculares[91] passou a ser ocupado pela tradição oral ou pela escrita dos antepassados.[92] O conhecimento recorreu àquilo que já era conhecido, e, com isso, "*história*" (b) como conhecimento seguro do passado, podia ser estendida aos depoimentos de um conhecimento mais antigo.[93]

Como as fontes reivindicavam a condição de veracidade – ou até só eram exploradas por causa disso –, (c) também o próprio objeto do conhecimento fazia parte do conceito: "*historiae sunt res verae quae factae sunt*".[94] Assim, "*historia*" era o conhecimento seguro de acontecimentos históricos ou o testemunho do passado, ou o

[89] ISIDOR, Etymologiae, 1, 41, 1.

[90] PREISING, Otto von. Chronik 2 (Prolog). In: *Monumenta Germaniae – Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarium* (vol. 45). 2. ed., 1912, p. 68: "*Nemo autem a nobis sententias aut moralitates expectet*"; cf. ibid. 6, 23, p. 286.

[91] Beda. In: COLGRAVE, Bertram; MYNORS, R. A. B. (Eds.). *Historia ecclesiastica* (*Praefatio*). Oxford, 1969, p. 6: "*vera lex historiae est, simpliciter ea quae fama vulgante collegimus ad institutionem posteritatis litteris mandare studuimus*".

[92] Guilherme de Malmesbury. In: STUBBS, William (Ed.). *Gesta regum Anglorum*. Londres, 1889 (reimpressão Londres, 1964), 5, 445, p. 518: "*Ego enim veram legem secutus historiae nihil unquam posui nisi quod a fidelibus relationibus vel scriptoribus addidici*".

[93] CICERO. *De inventione*, 1, 27: "*historia est gesta res ab aetatis nostrae memoria remota*".

[94] ISIDOR, Etymologiae, 1, 44, 5. Cf. também Ranulf Higgen. In: BABINGTON, Churchill (Ed.). *Polychronicon* (vol. 2). Londres, 1869, 2, 18, p. 362 e segs. Cf. sobre tudo isso, KEUCK, *Historia* (cf. nota 31), p. 6 e segs.; BOEHM, Laetitia. Der wissenschaftstheoretische Ort der historia im frühen Mittelalter. Die Geschichte auf dem Weg zur „Geschichtswissenschaft". In: BAUER, Clemens; BOEHM, Laetitia; e MÜLLER, Max (Eds.). *Speculum Historiale*. Geschichte im Spiegel von Geschichtsschreibung und Geschichtsdeutung. Festschrift für Johannes Spörl. Freiburgo/Munique, 1965, p. 672 e segs.; com muitas citações, mas com menos clareza, cf. LACROIX, Benoît. *L'historien au Moyen Âge*. Montreal/Paris, 1971, p. 16 e segs.

evento histórico individual bem como a própria totalidade desses acontecimentos.

Não é possível afirmar que no início da Idade Média se tivesse perdido de todo a necessidade por um conhecimento seguro do passado, mas ela foi superada pela preocupação com aquilo que merecia ser conhecido como tal. O acontecimento estava em primeiro plano, e não tanto a pergunta pela confiabilidade do conhecimento sobre acontecimentos. Só assim se consegue explicar a intercambialidade entre "*historia*" e "*gesta*", que do neutro plural se transformou em uma flexão de feminino singular.

O objetivo em conhecer aquilo que merecia ser conhecido contribuía para romper a dimensão histórica do objeto de conhecimento, como se pode mostrar à mão de três exemplos. Desde o século IX, "*historia*" podia se referir tanto a um acontecimento registrado em um quadro quanto ao próprio quadro, de onde surgiram, desde o século XIII, "*historiare*", "*historier*" ou "*storiare*", no sentido de "confeccionar uma representação pictórica" ou simplesmente "enfeitar". No entendimento de Amalário de Metz (falecido em 850), "*historia*" se referia a um relato retirado da Bíblia, e a responsórios compostos para serem apresentados na forma de cânticos, na sequência da leitura de passagens de relatos bíblicos; no século XII, porém, já aparece todo o *Officium*, independentemente do dia festivo, abarcado pela palavra "*historia*".[95] Isidoro de Sevilha declarou: "*(historiones) autem saltando etiam historias et res gestae demonstrabant*".[96] Também glossários posteriores não deixam claro o que era encenado; somente desde o século XII/XIII, "*historia*" foi se cristalizando como peça teatral religiosa e também se estendeu para a imagem viva, quando esta se separou da peça teatral.[97]

Na mesma medida também o significado da palavra se pluralizou. O conceito geral, inicialmente aplicado ao próprio acontecimento e

[95] KEUCK, *Historia*, p. 47 e segs.; LEHMANN, Paul. Mittelalterliche Büchertitel. In: *Sitzungsbericht der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, philosophisch-historische Klasse*, n. 3, 1953, p. 16 e segs.; reimpresso em LEHMANN, Paul. Erforschung des Mittelalters. In: *Ausgewählte Abhandlungen und Aufsätze* (vol. 5). Stuttgart, 1962, p. 65 e segs.

[96] ISIDOR, Etymologiae, 18, 48.

[97] KEUCK, *Historia*, p. 66 e segs., 87 e segs.

à comunicação sobre o acontecimento, se estendeu para a atividade de comunicar. E se for levado em consideração o fato de que desde o século XII o francês "*geste*" ("*chanson de geste*"), em alguns casos, passou para o objeto da canção ("*geste*" = "família", "povo", etc.), então também a identificação de "*historia*" deve ser incluída nessa pluralização, como parte importante do acontecimento a ser comunicado.

Com certeza, não constitui acaso o fato de que também desde o século XII novamente se passou a questionar com muito mais ênfase o conteúdo de verdade da comunicação. Os conceitos de "*historia*", "*fabula*", "*vita*", "*chronique*", "*conte*" ou "*roman*" podiam significar a mesma coisa, no sentido de um simples relato. Mas já no século XIII, a expressão "*geste*" foi sendo desclassificada como relato com fins de entretenimento. A pretensão de apresentar afirmações coerentes com a verdade foi se restringindo ao conceito "*estoire*" ou "*histoire*", uma evolução que naturalmente só chegou a um desfecho depois do século XV. O retorno à restrição típica da Antiguidade tardia do significado da palavra "*historia*" partiu, portanto, da escrita da História em sentido mais restrito.

2. A escrita da História, sua classificação e o horizonte em que ela é experimentada

a) As "categorias". O quadro das categorias da bibliografia historiográfica que possuímos da Idade Média parece estabelecida de forma inabalável. "Crônica", "*annales*", "*vita*", "*gesta*", "história popular" e "poesia histórica" constituem hoje em dia conceitos bem definidos da ciência do ramo.[98]

A crônica, escrita por um único autor, em geral conhecido pelo nome, e destinada a um público amplo, tentava abarcar uma matéria histórica abrangente, desde o início até o momento em que se escrevia, a partir de uma ideia mestra. Dentro desse quadro geral, existem possibilidades de diferenciação. Eusébio (ca. 265 a

[98] Cf. o quadro geral de GRUNDMANN, Herbert. Geschichtsschreibung im Mittelalter. In: STAMMLER, Wolfgang (Ed.). *Deutsche Philologie im Aufriss* (vol. 3). 2. Aufl., Berlim, 1962, p. 2221 e segs. (edição revisada: Göttingen, 1965).

339) e Jerônimo (ca. 347 a 419/20) desenvolveram, dentro da crônica universal, o tipo da "*series temporum*", que encarava como sua tarefa mais digna a de colocar todas as notícias numa relação temporal. É de Orósio (falecido em 418) o estilo "*mare historicum*", o qual, recorrendo ao maior volume possível de matéria, parece ter tido como único objetivo o entretenimento. E o terceiro tipo é a "*imago mundi*", desenvolvido por Isidoro de Sevilha, de forma consciente, que entendia a História como apenas uma parte da realidade total; essa intenção fica muito clara na tripartição de "*speculum historiale*", "*speculum naturale*" e "*speculum doctrinale*", que Vicente de Beauvais (1184/94 a ca. 1264) deu a sua obra.[99]

Enquanto a perspectiva histórico-universal se estreitava, foi possível que analogamente surgissem Crônicas de objetos parciais, como a de Cassiodoro (ca. 485 a depois de 580), com sua História popular sobre os godos (*origo gentis*), a crônica de cidades, de ordens religiosas, etc.

Sob alguns aspectos, como imagem invertida em relação a isso, está a *annalistica*. Em geral, redigida por vários autores não conhecidos nem prevista para uma difusão mais ampla, a própria construção esquemática, classificada por anos, registrava somente notícias contemporâneas e jamais recuava até as origens, faltando-lhe necessariamente uma ideia mestra que a perpassasse.

Nas teorias antigas, a biografia não está incluída na historiografia, mas independentemente disso foi se infiltrando nas formas de representação da escrita da História, desde Plutarco e Suetônio, sob a forma de uma sequência de biografias de governantes. A deficiente fundamentação teórica e a exigência amplamente aceita do autor da *Vita Sancti Martini*, Sulpício Severo (ca. 363 a ca. 420), de que somente a vida de um santo poderia ser descrita, porque somente seu exemplo direcionaria o olhar do leitor para o além,[100]

[99] Vicente de Beauvais, citado por BRINKEN, Anna Dorothee von den. Die lateinische Weltchronistik. In: RANDA, Alexander (Ed.). *Mensch und Weltgeschichte*. Zur Geschichte der Universalgeschichtsschreibung. Salzburgo/Munique, 1969, p. 57; cf. BRINKEN, Anna Dorothee von den. *Studien zur lateinischen Weltchronistik bis in das Zeitalter Ottos von Freising*. Düsseldorf, 1957.

[100] SEVERUS, Sulpicius. *Vita Sancti Martini*, 1, 1; além disso, o extenso comentário de Jacques Fontaine, em sua edição bilíngue *Sulpice Sévère, Vie de Saint Martin* (t. 1). Paris, 1967, em especial p. 72 e segs.

impediu que na Idade Média ocorresse um desenvolvimento linear da abordagem corrente. Biografias de governantes são impressionantemente raras na Idade Média.[101] E a rica bibliografia hagiográfica não visava em geral apresentar uma história pessoal no sentido de mostrar o desenrolar de ações ou de movimentos (por exemplo, porque essa forma de representação fosse totalmente desconhecida) – ela procurava justamente mostrar, através de todas as ações do santo, sua vocação à santidade desde o princípio.

Mesmo assim, houve séries de minibiografias. Sua designação de "*gesta*" – derivada de "*res gesta*" – indica a intenção de registrar acontecimentos. As "ações" relatadas concentram-se, porém, sobre pessoas que ocupam cargos, cuja sucessão, através de várias gerações, mostra a interconexão de instituições no longo prazo. Dois aspectos podem ser destacados: ou a enumeração de determinadas características da ação dos detentores de cargos – repetida como se fosse um catálogo – destaca os aspectos estáticos de uma instituição juridicamente normatizada, o que muitas vezes se dá através da inserção de documentos legais, em citação verbal;[102] ou então, a massa de acontecimentos diferenciados destaca a eficácia das ações desses detentores de cargos, cuja ação passa, assim, a corporificar a importância da própria instituição. Ambos os casos não excluem a possibilidade de que a descrição fique cada vez mais detalhada, à medida que se aproxima da atualidade do autor, desembocando, no final, numa ampla biografia.

O que há de comum entre a poética de canções populares, cuja perspectiva cronológica, tanto para ouvintes quanto para apresentadores,

[101] Cf. BEUMANN, Helmut. Die Historiographie als Quelle für die Ideengeschichte des Königtums. *Historische Zeitschrift*, n. 180, 1955, p. 456 e segs.; reimpresso em BEUMANN, Helmut. *Ideengeschichtliche Studien zu Einhard und anderen Geschichtsschreibern des früheren Mittelalters*. 2. Aufl., Darmstadt, 1969, p. 47 e segs. Sua opinião de que as biografias de governantes influenciadas pela História dos saxões de Widukind von Corvey mostrariam no geral uma concepção de História profana latente, precisaria ser confrontada com a pergunta por que biografias de governantes só foram escritas quando as estruturas de dominação se tornavam instáveis, e se na visão, muitas vezes, conscientemente "profanada" não estamos diante de uma adaptação do autor à ainda pouco desenvolvida concepção cristã da nobreza.

[102] Seria possível pensar aqui em partes posteriores do *Liber Pontificalis* – cf. ENGELS, Odilo. Kardinal Boso als Geschichtsschreiber. In: *Papst und Konzil*. Festschrift für Hermann Tüchle. Munique, 1975 – ou na *Historia Compostellana*.

se perdia nas profundezas do tempo, e a escrita latina da História é unicamente a rima; ela surgiu da necessidade de enriquecer as leituras escolares, dedicando-se preferencialmente a uma pessoa ou a um episódio, com tendências ao exagero panegírico, o qual podia ser utilizado para fins propagandísticos.

As características diferenciais dessas classificações em categorias se localizam em variados níveis e só foram descobertas pela pesquisa através da fenomenologia, no século XIX. Aquilo que se entende por "crônica" foi sendo estabelecido a partir da intenção daquele que escreveu a História e a partir do objeto; a "*vita*" só é compreensível a partir da pessoa descrita, enquanto a característica mais destacada dos "*annales*" e da "*gesta*" parece ser o princípio classificatório que se orienta na sucessão anual ou na sucessão do cargo. Diante dos muitos espaços de transição na realidade historiográfica, essas características estruturais, porém, parecem se referir apenas a tipificações estabelecidas *post festum*. Já naquilo que tange ao conceito dos "*annales*", não se pode ignorar o fato de que Semprônio Asélio, na sua caracterização, empregou critérios bem diferentes dos da linguagem científica atual. Por isso, é incontornável apresentar as afirmações dos próprios autores que escreveram História na Idade Média.

b) Critérios de classificação na Idade Média. A antiga distinção entre *historia* como relato de acontecimentos contemporâneos e *annales* como a representação de acontecimentos mais distantes no passado foi rechaçada por Isidoro de Sevilha – como já foi dito; mesmo assim, ele se viu obrigado a levar em consideração o conceito de *annales*. É que às medidas de tempo em dias, meses e anos corresponderiam *ephemerida*, *kalendaria* e *annales*; o *genus historiae* apresentaria uma classificação tripla.[103] Ele aceitava esse critério de diferenciação orientado por um princípio classificatório formal, mas aparentemente não era fundamental para uma divisão em categorias. A baixa Idade Média seguiu esse padrão, na medida em que as muitas obras de *annales*, via de regra, não são classificadas com esse conceito nos títulos.

[103] ISIDOR, Etymologiae, 1, 44. Cf. a respeito: FONTAINE, J. *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique* (t. 1). Paris, 1959, p. 180 e segs.

Quando Isidoro diz que Salústio escreveu uma *historia* e que às obras de Lívio, Eusébio e Jerônimo se constituiriam de *historia* e *annales*, isso não representava mais que uma concessão a definições usuais. É que em outro lugar[104] ele cita a crônica; na tradução latina, ela se chamaria *temporum series*, a qual teria sido escrita por Eusébio, e Jerônimo a teria traduzido para o latim. Juntar *historia* e *annales* numa mesma obra era, portanto, algo novo, frente ao qual a característica diferenciadora representada pela proximidade cronológica em relação ao autor perdia importância e ia sendo substituída pelo conceito de crônica. A distinção entre cronística e *annalistica*, hoje usual, orientada pelo princípio de classificação, aqui, precisamente não era feita,[105] portanto há bons motivos para que se possa designar a *annalistica*, que foi dominante até o final do século XI, como a forma de representação da Crônica propriamente dita.[106]

Mesmo assim, a diferença entre *historia* e *annales* não se perdeu, e isso numa outra perspectiva, que Isidoro não levou em consideração. Cícero[107] e Quintiliano[108] haviam caracterizado os *annales* como uma forma menos pretensiosa de representação, pelo fato de que se tratava predominantemente de um arrolamento de datas e de nomes. Cassiodoro já identificava – sem dizê-lo de forma expressa – a Crônica com a obra dos *annales*, já que ele a define como "*imagines historiarum brevissimaeque commemorationes temporum*".[109] A distinção inclusive é encontrável na alta Idade Média. Assim, Gervásio de Canterbury (século XIII) apresenta a seguinte polêmica: "*Cronicus autem annos et principium quae in ipsis eveniunt breviter edocet, eventus etiam, portenta vel miracula commemorat. Sunt autem plurimi, qui cronicas vel annales scribentes limites suos excedunt, nam philacteria sua*

[104] ISIDOR, Etymologiae, 5, 28.

[105] LACROIX, *L'historien au Moyen Âge*, p. 34 e segs., em contrapartida, mediante recurso a essas citações, tenta cristalizar *historia*, *annales* e crônica como as três categorias propriamente ditas da Idade Média, mas se emaranha em dificuldades evidentes, ao tentar traçar os limites entre Crônica e *annales*.

[106] Encontra-se dessa forma em POOLE, Reginald L. *Chronicles and Annals*. A brief outline of their origin and growth. Oxford, 1926.

[107] CICERO, *De oratore*, 2, 12.

[108] QUINTILIAN, 10, 2, 7.

[109] Cassiodoro. In: MYNORS, R. A. B. (Ed.). *Institutiones divinarum et humanarum litteratum*. Oxford, 1963, 1, 17, p. 56.

dilatare et fimbrias magnificare delectant. Dum enim cronicam compilare cupiunt, historici more incedunt et, quod breviter sermoneque humuli de modo scribendi dicere debuerant, verbis ampullosis aggravare conantur".[110]

Já que são muitas – como escreve Gervásio –, se deveria pensar aqui num fenômeno de decadência, que tenderia a eliminar a forma de representação mais compactada ou a mais ampla como sendo as verdadeiras características distintivas entre Crônica/*annales* e *historia*. Naquilo que tange à massa da matéria e simplesmente por causa do espaço temporal abordado, Otão de Fresing (ca. 1112 a 1158) teve de fazer uma restrição maior na sua *Crônica mundial* que em sua *Gesta Friderici Imperatoris*, porém, em relação ao estilo não se observam diferenças significativas. Se, apesar disso, a *Crônica mundial* leva o título original "*historia*" e a *Gesta* o título "*Cronica*",[111] isso aparentemente ocorre em razão das diferenças no espaço temporal abrangido. A caracterização da abordagem mais ampla como *historia* permaneceu, mas se deslocou – e isso não apenas em Otão de Freising – de critérios internos para características externas.

O *genus historiae* triádico citado por Isidoro também não era desconhecido na alta Idade Média. Roberto de Torigni (= de Mont-Saint-Michel, final do século XII) observa, no prólogo de sua crônica sobre Sigisberto de Gembloux, seu modelo: "*de ducibus Normanorum nihil aut parum dicit. Nam tamen hoc fecit negligenter, sed quia carebat his tribus historiis*".[112] Teria sido costume da época apresentar a História dos duques normandos conforme sua sucessão no cargo. A partir da antiga teoria do princípio de classificação, aquilo que nós hoje costumamos designar com o conceito de "*gesta*" ainda não havia sido incorporado; por isso, Roberto desculpa a falha de seu modelo.

Esse exemplo clareia duas coisas, tendo por base as observações precedentes. A teoria da Antiguidade não foi adaptada às transformações entrementes ocorridas, procurando-se, pelo contrário, com evidente esforço frustrado, enquadrar a realidade historiográfica nas

[110] Gervásio de Canterbury, na Chronica maior (Prologus). In: STUBBS, William (Ed.). *The historical works* (vol. 1). Londres, s. d. [1879]; reimpresso, sem indicação de lugar, em 1965, p. 87 e seg.

[111] Franz-Josef Schmale, em sua introdução a *Bischof Otto von Freising, und Rahewin. Die Taten Friedrichs*. Darmstadt, 1965, p. 75 e seg. (traduzido por Adolf Schmidt).

[112] Roberto de Torigni. In: DESLISLE, Léopold (Ed.). *Chronica (Prologus)* (t. 1). Rouen, 1872, p. 94.

normas transmitidas. Isidoro já tinha aplicado o conceito "*annales*" a um elemento de classificação e de categorização, sem sinalizá-lo, e em Roberto de Torigni vemos os três elementos básicos buscados numa medida de tempo (dia, mês, ano) sumariamente designados por "*historiae*". Naquilo que tange ao assunto, se fazia uma distinção clara entre princípios de classificação e de categoria, mas o mesmo não se fazia na escolha das palavras, com que se teria achado outra explicação para a tentativa da moderna pesquisa histórica de determinar diferenças de categoria, ao menos em parte, a partir da classificação.

c) Formas de experiência e capacidades de formatação. Antes que se conclua, de forma apressada, que a continuidade predomina desde a Antiguidade tardia até a alta Idade Média, deve-se dar uma olhada na experiência da historiografia medieval sob o aspecto de sua riqueza, naquilo que tange às suas formas históricas, incluindo suas principais raízes.

A escrita da História pagã da Antiguidade não pensava de forma cíclica, mas sim linear;[113] com isso, a introdução de um *telos* cristão não significou nenhuma ruptura total com a historiografia anterior.[114] Aquilo que a crônica mundial de Eusébio/Jerônimo, preocupada com estrutura ordenada de dados, ainda não conseguiu fazer, Orósio, o discípulo de Agostinho, conseguiu.[115] Nos sete livros de sua "*Historiae adversus paganos*", desvinculou do rei assírio Ninus, o fundador de Nínive, o início de toda e qualquer história palpável, que tinha sido descoberto a partir do grande império da Antiguidade tardia e, como primeiro, começou sua representação com o relato bíblico da criação. Mas ele não conseguiu romper de todo com a visão de que o império romano constituiu o ápice, e com a consequente irrepetibilidade do império mundial romano ou com a invertibilidade da orientação histórica que existiu até então; ele simplesmente identificou a *pax Augusta* com uma *pax christiana*,

[113] Cf. VITTINGHOFF, Zum geschichtlichen Selbstverständnis... (cf. nota 49).

[114] MOMIGLIANO, Arnaldo. L'età del trapasso fra storiografia antica e storiografia medievale (320-550). In: *La storiografia altomedievale* (vol. 1). Spoleto, 1970, p. 89 e segs.

[115] SCHÖNDORF, Kurt A. *Die Geschichtstheologie des Orosius*. Munique, 1952 (tese de doutorado); LACROIX, Benoît. *Orose et ses idées*. Montreal/Paris, 1965; MARROU, Henri Irénée. Saint Augustin, Orose et l'Augustinisme historique. In: *Storiografia* (vol. 1), p. 59 e segs.

mantendo-se apegado à congruência de império e religião, já que a expansão da salvação, segundo o plano da providência divina, só poderia ser garantida pelo quarto grande império.

Somente no imaginário de Isidoro de Sevilha, o império universal romano encolheu a um *regnum* ao lado de outros *regna*, dando lugar à *ecclesia* como única unidade que abrangia todos os povos.[116] Como consequência, ele retomou – no lugar de uma sequência de quatro impérios mundiais – o princípio classificatório que havia sido concebido por Agostinho com "*aetates*", entendendo-as no sentido de um amadurecimento do corpo da humanidade como etapas da idade do mundo.[117]

Também ainda na Antiguidade tardia surgiram listas de papas, em analogia aos antigos *fasti consulares*, que iam se ampliando com o acréscimo de dados biográficos, transformando-se no *Liber pontificalis*.[118] Da perspectiva das formas históricas, esse protótipo da *gesta* possui a mesma raiz da *annalistica* antiga, naquilo que tange ao objeto, pois representou a continuidade das antigas biografias de imperadores, mas, por causa da forma constante em relação aos dados a serem registrados, se entendia como uma história institucional oficial. Com isso, todos os princípios de classificação adotados depois estavam configurados: a sucessão de quatro impérios ou monarquias mundiais ou de fases etárias do mundo, o esquema *annalistico* subjacente às eras do mundo e a lista de sucessão dos detentores de cargos. Mesmo assim, nem todos tiveram continuidade óbvia na Idade Média.

Beda (672/73-735)[119] conhecia as Crônicas de Jerônimo e de Isidoro, e utilizou a divisão em fases da idade da terra. Mas não

[116] ROMERO, José Luis. San Isidoro de Sevilla. Su pensamiento histórico-político y sus relaciones con la historia visigoda. *Cuadernos de Historia de España*, n. 8, 1947, p. 51 e segs.

[117] Mais do que na Crônica de Isidoro, esse sentido fica claro nas suas *Etymologiae*, como mostrou Arno Borst em "Das Bild der Geschichte in der Enzyklopädie Isidors von Sevilla" (*Deutsches Archiv*, n. 22 1966, p. 21 e segs.).

[118] BERTOLINI, Ottorino. Il "Liber Pontificalis". In: *Storiografia*, vol. 1, p. 387 e segs.; MELVILLE, Gert. "... De gestis sive statutis romanorum pontificum...". Rechtssätze in Papstgeschichtswerken. *Archivum Historiae Pontificiae*, n. 9, 1971, p. 377 e segs.

[119] Entre os melhores, continua estando LEVISON, Wilhelm. Bede as historian. In: THOMPSON, A. Hamilton (ed.). *Bede, his life, times and writings*. Essays in commemoration of the twelfth centenary of his death. Oxford, 1935, p. 111 e segs. (Reimpresso com ampliações em LEVISON, W. Aus rheinischer und fränkischer Frühzeit. In: *Ausgewählte Aufsätze*. Düsseldorf, 1948, p. 347 e segs.).

foi ela que teve influência duradoura no continente, mas sim seu cálculo das datas da páscoa, até o ano de 1063. A *annalistica* que predominou na escrita da História carolíngia se desenvolveu a partir de uma necessidade prática: tabelas com as datas das páscoas ofereciam oportunidade para registrar, nas margens, acontecimentos importantes do ano corrente, um costume que foi se autonomizando e ampliando. Aqui a cronologia melhorada de Beda oferecia uma ajuda bem-vinda. Seria possível argumentar que, com isso, a partir de Beda, também estava estabelecida uma ligação da *annalistica* carolíngia com Eusébio/Jerônimo. Na verdade, porém, essa ligação foi muito secundária, pois, apesar de seu formato igual ao do antigo precursor, a *annalistica* medieval tinha suas próprias raízes. E não se pode excluir a possibilidade de que Paulo Diácono (720/24-799?) tenha utilizado a lista de governantes langobardos que precede ao Édito de Rothari – mais uma vez, uma fonte não buscada na Antiguidade tardia – como modelo para o esquema de classificação determinado pela sucessão nos cargos, para sua *Gesta episcoporum Mettesium*.[120]

De qualquer forma, a crescente soma de possibilidades de formulação se reduziu aos dois princípios classificatórios, o do registro anual e o da lista de sucessão, os quais no início foram os únicos a sobreviver; e isso se deu às custas do horizonte histórico-mundial. A crônica de Orósio serviu de base tanto para a *Historia Romana* de Paulo Diácono quanto para a crônica mundial de Freculfo de Lisieux (aproximadamente 825-852/64?). Mesmo assim, ambos os autores não conseguiram fazer muito mais que um simples enfileiramento cronológico de episódios individuais, e ambas as obras terminam com a apresentação de Justiniano ou de Gregório o Grande, isto é, com o colapso total do Império Romano no ocidente. Na impossibilidade de prosseguir com a apresentação da História mundial até a atualidade do autor, reflete-se a dependência dos historiadores em relação a um contexto em que não mais vigorava

[120] SESTAN, Ernesto. La storiografia dell'Italia langobarda: Paolo Diácono. *Storiografia*, vol. 1, p. 357 e segs. Comprovadamente, Paulo Diácono também conhecia o *Liber Pontificalis* e a *História eclesiástica do povo inglês* de Beda; por essa razão, uma decisão a respeito fica em aberto.

uma concepção de História determinada pela romanidade. A crônica de Regino de Prüm (aproximadamente 840-915) já percebe o surgimento dos impérios germanos como uma ruptura decisiva.[121]

Paulo Diácono e Freculfo, porém, também não eram mais capazes de adotar o esquema classificatório de seu modelo ou de estabelecer outra classificação para o material histórico-mundial, que fosse mais adequada ao tema. A *Vita Karoli Magni*, de Einhard (aproximadamente 770-840), comprova que a razão para isso não estava na perda demasiada de conhecimentos sobre a educação antiga.[122] Chama a atenção que o tipo de vida de santo, muito realista, que os missionários anglo-saxões haviam difundido no continente, pôde se manter ao lado da "*vita*", que recorria ao postulado de Sulpício Severo e tipologizada para fins litúrgicos[123], até que na alta Idade Média (com a exceção da Áustria) também aquela *annalistica* que não se misturara com outros elementos de classificação novamente desaparecesse. Nessa medida, está correto enxergar na escrita carolíngia da História uma nova abordagem, a qual evidentemente não evoluiu para uma configuração mais ampla. Tanto a *vita* quanto a *annalistica* não foram capazes de produzir, na alta Antiguidade, uma imagem realista da vida, ou algo mais que uma simples montagem de dados; mas eram exatamente elas que pareciam apropriadas para isso. Aqui parece ter se manifestado o efeito da forma desenvolvida de raiz própria, originalmente imaginada para o registro daquilo que tinha a ver com a atualidade.

Somente a partir do final do século XI, se foi retornando gradativamente à redação de crônicas mundiais mais elaboradas. Isso não se devia apenas à leitura de autores antigos, mas também às novas experiências. No contexto da querela das investiduras, se

[121] LÖWE, Heinz. Regino von Prüm und das historische Weltbild der Karolingerzeit. *Rheinische Vierteljahresblätter*, n. 17, 1952, p. 151 e segs, em especial p. 173 e segs. (Nova impressão in: LAMMERS, Walther [ed.]. *Geschichtsdenken und Geschichtsbild im Mittelalter*. Darmstadt, 1965, p. 91 e segs., em especial p. 125 e segs.).

[122] HELLMANN, Siegmund. Einhards literarische Stellung. *Historische Vierteljahresschrift*, n. 27, 1932, p. 40 e segs. (Nova impressão em BEUMANN, Helmut. *Ausgewählte Abhandlungen zur Historiographie des Mittelalters*. Darmstadt, 1961, p. 159 e segs.); BEUMANN, Helmut. Topos und Gedankengefüge bei Einhard. *Archiv für Kulturgeschichte*, n. 33, 1951, p. 337 e segs.

[123] Cf. a bibliografia em GRUNDMANN, Geschichtsschreibung, p. 2252, sobre o § 6 (nota 98).

reavivou a concepção das duas potências supremas, na forma da doutrina das duas irmãs, construindo, assim, uma ponte em relação à Antiguidade tardia.[124] Era sobretudo o ocidente que negava a função histórico-mundial central de um império que se estenderia da Antiguidade até a atualidade, como contrapolo legítimo ao *sacerdotium*, mas também ele encontrava no papado um referencial geral como sendo o ápice integralmente realizado da *ecclesia*.[125] Ao mesmo tempo, novos objetos que enriqueciam a visão dos historiadores movimentaram a escrita da História, no século XII,[126] despertando a atenção do historiógrafo para novos temas, como cruzadas, famílias nobres, territórios de príncipes ou cidade.[127]

O número de classificações conhecidas não aumentou com isso; continuava-se a utilizar listas de sucessão e registros anuais, mas agora numa mistura crescente, e também a sequência de monarquias mundiais teve nova aceitação, através do estabelecimento de uma ponte com a Antiguidade. No final, o princípio peculiar da *gesta* acabou dominando; na alta Idade Média, as *Martinianas* utilizadas pelos dominicanos – de acordo com o modelo de Martinho de Troppau – mantiveram uma classificação dos materiais referentes à História mundial, através de listas de sucessão sincronicamente enfileiradas de imperadores e papas, enquanto as *Flores temporum*,

[124] O império alemão aparece, pela primeira vez, de forma clara, como continuidade do império mundial romano em Frutolfo de Michelsberg. Uma ajuda muito importante que o orientou na redação foi buscada na Crônica de Jerônimo. Mas o esquema *annalistico* se mostrou frágil, em pontos nodais; cf. SCHMALE, Franz-Josef; e SCHMALE-OTT, Irene. *Frutolfs und Ekkehards Chroniken und die anonyme Kaiserchronik*. Darmstadt, 1972, p. 8 e segs (introdução). Juntamente com Lamberto de Hersfeld, Frutolfo faz parte do período de transição em que se procura substituir o princípio *annalistico* em favor de interconexões mais abrangentes.

[125] Hugo de Fleury foi o primeiro a escrever uma *Historia ecclesiastica*, João de Salisbury foi o primeiro a identificar a história da igreja com a história dos papas; cf. ZIMMERMANN, Harald. Ecclesia als Objekt der Historiographie. Studien zur Kirchengeschichtsschreibung im Mittelalter und in der frühen Neuzeit. In: *Sitzungsbericht der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, philosophisch-historische Klasse*, 235/4. Viena, 1960; JEDIN, Hubert. *Handbuch der Kirchengeschichte* (vol. I). Freiburgo, 1963, p. 28 e seg.

[126] SPÖRL, Johannes. Wandel des Welt- und Geschichtsbildes im 12. Jahrhundert? Zur Kennzeichnung der hochmittelalterlichen Historiographie. In: RÜDINGER, Carl (ed.). *Unser Geschichtsbild* (vol. I). Munique, 1955, p. 99 e segs. (reeditado em LAMMERS, *Geschichtsdenken* ..., p. 278 e segs.).

[127] Cf. PATZE, Hans. Adel und Stifterchronik. Frühformen territorialer Geschichtsschreibung im hochmittelalterlichen Reich. *Blätter für Deutsche Landesgeschichte*, n. 100, 1964, p. 8 e segs.; ibid., n. 101, 1965, p. 67 e segs.

continuadas pelos franciscanos, se contentavam com a sequência em que os papas exerceram seus cargos.

d) Doutrina da representação. Sob a influência de uma pressão cada vez maior da experiência histórica, no decorrer do século XII, a discussão teórico-científica foi reavivada. Não é necessário explicar que a teoria da Antiguidade tardia, desde o início, fez parte dessa discussão. A discussão se concentrava sobretudo na pergunta a respeito de como o material com informações históricas deveria ser trabalhado em cada caso.

Como parte da Retórica, a *historia* também era *narratio* de acontecimentos do passado,[128] o *historiographus* exercia um *officium narrationis*, cujo produto era visto como um *opus narrationis*.[129] Tanto no século VII quanto no século XII, a *historia*, invocando seu altíssimo grau de veracidade, começou a se distanciar da *fabula* ("*neque verum neque verisimile*"), do *argumentum* ("*non verum sed verisimile*") e da poesia.[130] Mas – e esse aspecto parece ter se transformado num problema de difícil solução – "*gesta ... temporum infinita pene sunt*"[131], por isso uma seleção do material a ser incluído na *narratio* se tornou incontornável.[132] Somente foi levado em consideração aquilo que seria in "*rebus magnis memoriaque dignis*".[133] Na visão de Hugo de São Vitor (falecido em 1141), ainda eram esquematicamente três fatores: a pessoa que era dominante no acontecimento, o lugar do acontecimento, e o tempo que envolvia o acontecimento.[134] No século XIV, em contrapartida, já eram citadas sete *famosa actionum*

[128] ISIDOR, Etymologiae, I, 41; BEAUVAIS, Vinzenz von. *Speculum doctrinale*, 3, 127.

[129] LACROIX, *L'historien au Moyen Âge*, p. 15 e seg.

[130] ISIDOR, Etymologiae, I, 44; cf. SALISBURY, Johannes von. *Policraticus*, 2, 19; Ranulf Higden. In: BABINGTON (Ed.), *Polychronicon*, 2, 18.

[131] Hugo de São Vitor. In: GREEN, William M. (ed.). De tribus maximis circunstantiis gestorum. *Speculum*, n. 18, 1943, p. 491.

[132] Otão de Freising, na carta a Rainald von Dassel por ocasião do envio de sua Crônica ao imperador Frederico I: "*Scitis enim, quod omnis doctrina in duobus consistit, in fuga et electione, ... ipsa est, quae secundum suam disciplinam docet eligere ea, quae conveniunt proposito, et fugere, quae impediunt propositum ... Sic et chronographorum facultas habet, quae purgando fugiat, quae instruendo eligat; fugit enim mendacia, eligit veritatem*". *Chronik* (cf. nota 90). In: *Monumenta Germaniae – Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarium* (vol. 45). p. 4 e seg. Cf. também Wilhelm von Malmesbury. In: STUBBS (ed), *Gesta regum Anglorum*, 5, 445.

[133] CICERO, *De oratore*, 2, 63.

[134] Cf. nota 131.

genera das respectivas figuras estamentais.[135] Enumerações desse tipo[136] decorriam da tentativa de corresponder entrementes à amplitude crescente do material a ser utilizado e de sistematizar o instrumental do historiador.

Poder-se-ia pensar que uma descrição estilisticamente despretensiosa teria sido suficiente para apresentar fatos do passado através de afirmações não falsificadas. Mas como parte da Retórica, a *historia* se sentia comprometida com a *virtus bene scribendi*; consequentemente, o historiógrafo deveria se esforçar para conquistar a benevolência do leitor em relação à matéria, através da arte da fala. Por essa razão, ele costuma envolver o anúncio da matéria em figuras de linguagem trópicas; a metáfora no título do livro já deveria indicar aquilo que normalmente era explicado no exórdio.[137] Também nesse âmbito, o problema da escolha do material era levado em conta. De forma alguma, era nova a atividade de expressar metaforicamente a dedicação que visava a juntar numa coroa de flores aquilo que originalmente estava disperso,[138] e apresentá-lo como um todo novo,[139] isto é, escolher elementos individuais de uma infinidade desordenada e, com a ajuda desse reducionismo, chegar a um quadro racionalmente construído; mas não constitui acaso que isso aconteceu, pela primeira vez, na passagem para o

[135] Ranulf Higden. In: BABINGTON (Ed.), *Polychronicon*, 1, 4 (cf. nota 94); (vol. 1) p. 34): "... *nota quod septem leguntur personae, quorum gesta crebrius in historiis memorantur, videlicet principis in regno, militis in bello, iudicis in foro, praesulis in clero, politici in populo, oeconomici in domo, monastici in templo.* A isso correspondem *septem famosa actionum genera, quae sunt constructiones urbium, devictiones hostium, sanctiones iurium, correctiones criminum, compositio rei popularis, dispositio rei familiaris, adquisitio meriti salutaris, et in his iugiter relucent praemiationes proborum et punitiones perversorum*".

[136] Cf. a esse respeito a coletânea de comprovantes em LACROIX, *L'historien au Moyen Âge*, p. 16 e segs.

[137] BRINKMANN, Henning. Der Prolog im Mittelalter als literarische Erscheinung. Bau und Aussage. *Wirkendes Wort*, n. 14, 1964, p. 1 e segs; cf. em especial sobre a questão dos *topoi*: SIMON, Gertrud. Untersuchung zur Topik der Widmungsbriefe mittelalterlicher Geschichtsschreiber bis zum Ende des 12. Jahrhunderts. *Archiv für Diplomatik*, n. 4, 1958, p. 52 e segs.; ibid., n. 5/6, 1959/60, p. 73 e segs.

[138] O rei Atalarico, numa carta de 535 ao senado romano sobre a História dos godos de Cassiodoro, formulada pelo próprio Cassiodoro: "*Originem Gothicam historiam fecit esse Romanam, colligens quasi in unam coronam germen floridum, quod per librorum campos passim fuerat ante dispersum*". Variae, 9, 25, 5. In: *Monumenta Germaniae historiae – Auctores antiquissimi* (vol. 12), 1894, p. 292.

[139] ISIDOR, Etymologiae, 1, 41, 2: "*Series autem dicta per translationem a sertis florum invitem comprehensorum*". Cf. também BREMEN, Adam von. Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum, (Prolog). In: *Monumenta Germaniae – Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarium* (vol. 2). 3ª ed., 1917, p. 3: "*fateor tibi, quibus ex pratis defloravi hoc sertum*".

século XII, no título (*Liber floridus*) da coletânea de excertos de Lamberto de São Omer.[140] A quantidade crescente desses novos títulos de livros não tem nada a ver com uma multiplicação de categorias historiográficas, mas eles denotam uma reflexão mais intensa sobre o próprio trabalho histórico.[141]

Daqui se pode estabelecer mais uma vez uma ponte para a história vocabular. O século XII aparece como um momento de inflexão em vários níveis. O campo histórico ampliado do historiador começou a focar novamente, com mais atenção, o passado mais remoto, relativizando, assim, a proximidade em relação à atualidade que predominava desde os séculos VII/IX. Os limites pouco claros existentes desde o século VIII entre "*res gestae*" e "*historia*" começaram a se clarear; o destaque se deslocou do acontecimento num sentido pouco diferenciado para um relato com uma clara reivindicação de ser verdadeiro. Para isso, se reservou a palavra "*historia*"; aquilo que não conseguia responder a essa exigência começou a se separar sob outro nome. Os esforços de, enquanto isso, conseguir estabelecer uma vinculação com a discussão teórica da alta Antiguidade fizeram com que fosse dada maior atenção à utilização das matérias disponíveis. Foi retomada a ideia de redigir o relato de maneira artística e atraente para o leitor. Naquilo que tange à classificação da matéria e à divisão em categorias historiográficas, a vinculação não foi bem-sucedida. É verdade que, sob a impressão da crescente multiplicidade de objetos a serem levados em consideração, foram feitas reiteradas tentativas de diferenciação e de sistematização, mas aparentemente não foi possível compreender como constituindo algo novo os princípios estruturais que ainda eram desconhecidos à Antiguidade tardia ou sobre as quais não se refletira na época para incluí-los de forma profunda na discussão.

[140] MELVILLE, Gert. "Zur Flores-Metaphorik" in der mittelalterlichen Geschichtsschreibung. Ausdruck eines Formungsprinzips. *Historisches Jahrbuch*, n. 90, 1970, p. 65 e segs, resumido em p. 77 e segs.

[141] Os novos títulos de livros são, por exemplo: *Margarita Decreti* (Martinho de Troppau), *Flores historiarum* (Rogério de Wendover), *Eulogium historiarum* (Anônimo de Malmesbury), *Gemma ecclesiastica* (Giraldo Cambrensis), *Compilatio de gestis* (século XV), etc. (citados por MELVILLE, *Flores-Metaphorik*, p. 65 e seg., 73).

Sabe-se que a historiografia da alta Idade Média ainda não foi suficientemente estudada, para que se possam fazer afirmações seguras. Por isso, só se pode dizer que a impressão que se tem é que a intensa reflexão que reiniciou na alta Idade Média ficou no meio do caminho, porque não conseguiu se desvincular suficientemente da autoridade do modelo antigo.

3. Lugar e função da *Historie* na rede do saber

Dentro do antigo *trivium*, a *historia* era vista como campo auxiliar tanto da gramática quanto da retórica.[142] A gramática ensina *methodice* escrever e falar correto, mas *historice* também comentar obras antes lidas. O aspecto histórico se referia aqui apenas à ocupação com a tradição literária no sentido mais amplo, não a uma determinada forma de conhecimento; como o material literário provinha do passado, Agostinho podia chamar o *grammaticus* de *custos historiae*.[143] Em contrapartida, a retórica tentava avançar em direção ao *bene dicendi*, à arte de falar, cuja força de convencimento deveria ser ampliada. As *species narrationis* separavam a *historia*, como relato fiel à verdade, de acontecimentos do passado, do *argumentum* e da *fabula*. Mas, como o objetivo último da fala era o sucesso em termos de efeitos, todas as *species narrationes* podiam ser empregadas, dependendo das necessidades. Diante desse pressuposto, o conhecimento do passado não ia além dos limites daquilo que era exemplarmente útil; como *vitae magistra* a *Historie* se colocou a serviço de normas gerais de vida.

Método e função dos antigos instrumentos educacionais não se modificaram com a cristianização, mas a *historia* não conseguiu ficar imune frente ao novo objetivo educacional. Se na convicção de Agostinho era possível avançar até a verdade eterna através das forças sensoriais e espirituais de uma pessoa, então também hierarquia e posição da *Historie* deveriam mudar. Entre as *doctrinae* dos

[142] Cf., sobretudo, BOEHM, Der wissenschaftliche Ort der Historia (cf. nota 94), p. 675 e segs., com abundante bibliografia, *ibid.*, p. 692 e seg.

[143] AUGUSTINUS. *De musica*, 2, 1

pagãos, Agostinho distingue duas *institutiones*:[144] as que decorrem da prática humana, e que, por isso, são dispensáveis ainda que úteis; e aquelas que o Criador institui a favor do homem, e que, por consequência, não são cambiáveis. Nesse contexto, é verdade que os acontecimentos históricos se devem a ações humanas, mas se concretizam dentro de uma dada "*(ordo) temporum ..., quorum est conditor et administrator Deus*". A *historia*, portanto, pertence aos dois âmbitos, e isso lhe garante uma importância dupla na expansão do conhecimento humano em direção à verdade eterna. Como corrente de fatos, irreversíveis, portanto dados, ela serve ao aprendiz como *auctoritas* e como primeira etapa necessária no caminho da salvação; os exemplos retirados da História servem de alimento inicial para a alma, para, num patamar superior, ser substituída pela *ratio*. Quem cria essa *auctoritas* é a *providentia Dei*, que foi quem deu origem a esses exemplos. Com isso, a *historia*, no seu conjunto, não era apenas útil para a pedagogia salvífica, mas recebeu também um ponto de referência transcendental. Transcurso e concretização de todas as correntes de acontecimentos não se referiam mais a um objetivo imanente ao mundo – motivo pelo qual se havia acreditado até então no caráter definitivo do império romano –, mas toda a História da humanidade (também aquela transcorrida fora de um grande império) convergia para uma unidade, cujo contexto independia de todo da permanência de fatores imanentes ao mundo.[145]

Desde então, a *historia* (também)[146] era "História da salvação" e parte imprescindível do pensamento teológico. Todos os fatos salvíficos foram enquadrados nela, de forma sucessiva; o texto bíblico – como se pode ver sobretudo em Beda – necessitava, por isso, de uma cronologia segura. E a partir daí, História bíblica e História geral podiam ser localizadas num mesmo nível, uma maneira de ver

[144] AUGUSTINUS. De doctrina christiana, 2, 19 (29), 28 (44). In: *Corpus christianorum, Series Latina* (vol. 32), p. 53 e seg., p. 63.

[145] Cf. KOSELLECK, Reinhart. Geschichte, Geschichten und formale Zeitstrukturen. In: KOSELLECK/STEMPEL, *Geschichte* (cf. nota 5), p. 211, 217 e segs.

[146] Sobretudo a patrística conhecia a doutrina do sentido diversificado da escrita que, na sua interpretação, admitia certa diferenciação de momentos mundanos e espirituais de um mesmo acontecimento.

que desde o século XII vinha ganhando atualidade. Mediante o pressuposto de que toda a História deveria ser vista como uma obra salvífica de Deus, também a Sagrada Escritura podia ser entendida como um livro histórico igual a qualquer outro. A repetição verificada em tempos pós-bíblicos de combinações numéricas bíblicas ou de acontecimentos análogos permitiu, então, que a "*intelligentia spititualis*" fizesse uma interpretação do sentido da verdadeira realidade total. Assim como a criação teria descido da condição divina através da espiritual até a material, assim também o olho humano deveria avançar do substancial, através da apreensão de relações simbólicas, para a imagem do divino.[147] Nesse sistema de simbolismo histórico[148] – uma variante predominantemente alemã do início da Escolástica –, não existia História bíblica e História profana, não existia realidade natural e realidade sobrenatural, mas apenas uma capacidade de conhecimento não cristã, e outra que era peculiar aos cristãos. De forma mais evidente que na patrística tardia, manifesta-se aqui a ausência de autonomia da História. A corrente de acontecimentos vista isoladamente continha pouca verdade, somente como parte constitutiva da realidade total imanente e transcendente é que se abria seu significado pleno. Assim como na Antiguidade, também agora bons exemplos históricos deveriam incentivar a fazer o bem ou a evitar o mal; a apresentação da História pregressa deveria justificar a situação atual ou ajudar a corrigi-la; no fundo, tudo isso não constituía nenhuma novidade. Mas o objetivo do conhecimento havia sofrido um deslocamento significativo, na medida em que agora se enxergavam ações de Deus nos acontecimentos históricos. Em função disso, até a mutabilidade de transcursos históricos parecia viabilizar o acesso ao

[147] A respeito da posição teórico-científica de Hugo de São Vitor – fundador da forma histórico-simbólica de trabalhar, sem que ele próprio tivesse escrito uma representação histórica desse tipo – cf. SCHNEIDER, Wilhelm August. *Geschichte und Geschichtsphilosophie bei Hugo von St. Victor*. Münster, 1933 (tese de doutorado); EHLERS, Joachim. *Hugo von St. Victor*. Studien zum Geschichtsdenken und zur Geschichtsschreibung des 12. Jahrhunderts. Wiesbaden, 1973.

[148] BAUER, Clemens. Die mittelalterlichen Grundlagen des historischen Denkens. *Hochland*, n. 55, 1962/63, p. 24 e segs.; FUNKELSTEIN, *Heilsplan* (cf. nota 86); BERNARDS, Matthäus. Geschichtsperiodisches Denken in der Theologie des 12. Jahrhunderts. *Kölner Domblätter*, n. 26/27, 1967, p. 115 e segs.

ser imutável.[149] Dentro dessa perspectiva de conhecimento, todo acontecimento terreno poderia convergir para uma unidade; foi em conexão com o pensamento agostiniano que estavam dadas as pré-condições para uma História Universal, mesmo que ela, com isso, ainda não fosse realizável.[150]

Quando essa forma de ver chegou ao auge no século XII, em obras de grande força criativa,[151] também já começaram a aparecer sintomas de sua dissolução;[152] um primeiro degrau da compreensão moderna de História deve ser localizado aqui. Na trilha da recensão de Aristóteles, a Escolástica fundamentou sua atividade de conhecimento na *ratio*, às custas da *auctoritas* – sob a premissa de que a ordem do conhecimento e a ordem do ser deveriam ser conformes; para avançar até a verdade eterna, era complicado partir de realidades mutáveis. Isso simplesmente levou a certo desleixo para com as duas *artes* no *trivium*. Lidar com a *historia* não se tornou supérfluo com isso, mas a referência ao objetivo espiritual do seu conhecimento perdeu parte de sua obviedade. Sua função dentro da rede do conhecimento foi por assim dizer secularizada. Como ela deixava de estar a serviço da *sapientia*, seu objetivo de conhecimento podia ser recuado até aquele limite em que todas as coisas ficam submetidas a uma modificação; liberou-se, com isso, uma disponibilidade para a indiferença religiosa. Além disso, ela foi fomentada com o crescente enriquecimento e a diferenciação das áreas de conhecimento no século XIII-XIV, que começaram a se desvincular de um enquadramento em uma *ordo*. A posição da *historia*, no início, continuou indefinida; esta é a contraface teórica da crescente quantidade de títulos de livros e de seus novos temas empíricos.

[149] Cf. SALISBURY, Johannes von. *Historia pontificalis (Prolog)*; FREISING, Otto von. *Chronik...*, 2, 43, p. 119.

[150] Cf. o argumentos de BORST, Arno. Weltgeschichten im Mittelalter? In: KOSELLECK/STEMPEL, *Geschichte...*, p. 452 e segs.

[151] Cf. SPÖRL, Johannes. *Grundformen hochmittelalterlicher Geschichtsanschauung*. Studien zum Weltbild der Geschichtsschreiber des 12. Jahrhunderts. Munique, 1935, em especial p. 39 e segs.

[152] Cf. BOEHM, Der wissenschaftstheoretische Ort der Historia..., p. 667 e segs.

IV

Pensamento histórico no início da Idade Moderna

Horst Günther

1. Pressupostos

O pensamento histórico do início da Idade Moderna não pode ser adequadamente entendido enquanto permanecer submetido ao veredicto do Historicismo, para o qual teria representado uma visão provisória e insuficiente ou até falsa do mundo histórico. Constitui reflexo de um momento de sua própria crise o fato de que o Historicismo foi incapaz de reconhecer a rica consciência de História de um outro período, manifestada em controvérsias amplamente documentadas e apaixonadas, travadas com as forças motoras da época, e traduzi-la para seu próprio tempo, a fim de utilizá-la como instrumento da própria História. As obras de Dilthey, Troeltsch, Croce, Collingwood e Meinecke empurraram o início da Idade Moderna para uma Pré-História – cada vez mais precária – do pensamento histórico, enquanto alguns trabalhos científicos básicos sobre aquela época conseguiram contornar o preconceito. Ainda que o número de monografias sobre historiadores e teóricos da História, bem como os estudos antiquários dos filólogos e dos juristas – sobretudo do século XVI –, esteja crescendo, continuam faltando pesquisas que tentem interpretar trabalhos e pensamentos históricos dentro do contexto da História política e social, em suas funções e em sua projeção; e mais, que consigam enfrentar o desafio teórico de representar – ao se preocupar com aquele tempo – o nosso tempo ou, dito de outra

forma, tentar representar no seu objeto "a forma da História como tal" [*Geschichte überhaupt*].[153]

Tão pouco quanto a tarefa do historiador do pensamento histórico pode ser cumprida aqui, tão imprescindível é essa perspectiva para uma semântica histórica, uma história do conceito de "História" ou de "*historia*", que se distinguisse de outros conceitos pelo seu maior grau de generalidade. Ele designa todas as ações e todos os fatos que alguma vez foram relatados ou descritos, ou ainda podem vir a ser, mesmo os da natureza, da qual a História só relativamente tarde se afasta, de forma estritamente terminológica, em todo o mundo visível. Essa generalidade do significado faz com que o conceito raramente possa ser utilizado de forma operativa e argumentativa, e, em vez disso travam-se discussões no entorno da História e dentro dela em nome dos objetos individuais e das categorias. Por isso, também as definições e as classificações dos dicionários e das enciclopédias transportaram seus elementos cunhados na Antiguidade e na Idade Média com muito poucas variantes para dentro da Idade Moderna, de forma que suas afirmações muitas vezes ficam inespecíficas e perdem espaço frente a outras fontes.

Na verdade, alguns pressupostos – apesar de todas as modificações no conceito, até o século XVIII – se mantêm relativamente estáveis, mesmo que possam ser objeto de discussão, sob enfoques cada vez diferentes. Encontramos aí, em primeiro lugar, o caráter escrito e a autoridade que aparentemente daí decorre. Na tradição dos diferentes sentidos da escrita, o "*sensus historicus*" ou "*litteralis*" se refere a esse dado expresso da tradição escrita, que está aberta a várias interpretações espiritualistas ou que pode ser cumprida de forma figurativa por algo igualmente real, histórico.[154] Assim, muitas vezes, de forma tácita, até o século XVIII, se transfere autoridade e suposição de correspondência interna dos escritos sagrados

[153] HUMBOLDT, Wilhelm von. Über die Aufgabe des Geschichtschreibers (1821). In: *Akademie Ausgabe* (vol. 4), 1905, p. 41; cf. BENJAMIN, Walter. Literaturgeschichte und Literaturwissenschaft. *Die literarische Welt*, 17/4/1931.

[154] LUBAC, Henri de. *Exégèse médiévale* (t. 1). Paris, 1959, *passim*; AUERBACH, Erich. Figura. In: AUERBACH, Erich. *Gesammelte Aufsätze zur romanischen Philologie*. Berna, 1967, p. 55 e segs. (editado por Gustav Konrad).

para as obras imaginadas como *corpus* de toda Antiguidade, e essa suposição ainda pode motivar a mais dura crítica. A historiografia antiga era tida como insuperável, e estava vinculada à ideia de que historiografia seria, na essência, descrição dos acontecimentos de um tempo que o próprio autor vivenciou. A ciência histórica via sua tarefa em comentar as obras existentes, através da pesquisa antiquária sob pontos de vista sistemáticos – resultando na doutrina jurídica das instituições e na numismática – e em descrever épocas sobre as quais ainda não se tinha nada mais contextualizado.[155] Os resumos gerais sobre História escritos com finalidade didática ou de entretenimento são bem menos representativos para o trabalho histórico do que seu grande número pode fazer crer.

A consequência foi que a importante pesquisa antiquária desse tempo e a escrita da História propriamente dita coexistiram de forma impressionantemente paralela, e que a bibliografia metodológica, que visava a fazer a intermediação entre ambas, se desenvolveu em direção a uma categoria própria, metade retórica, metade teoria e que, sem dúvida, influenciou o pensamento histórico, influências que, no entanto, são difíceis de comprovar, ao menos como determinantes, nas representações históricas que deixaram marcas.

Aquilo que é novo e diferente em relação à Antiguidade – e de que se adquire consciência cada vez maior – acontece menos na descrição e no encadeamento causal de acontecimentos que podem ser apresentados dentro de um contexto visto sob variados ângulos entre indivíduos descritos com maior diferenciação, do que através de uma visão perspectivista do passado, possibilitada pelo distanciamento cronológico e através de uma Antiguidade supostamente produzida na reconstrução de um mundo fechado em si, com o qual se pode fazer uma comparação com o próprio mundo. Ver essa Antiguidade em seu percurso temporal, contrapor seus exemplos, suas experiências e instituições, colocá-los dentro ou contra o próprio tempo e, a partir daí, planejar sua

[155] Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient History and the Antiquarian. *Journal of Warburg Institute*, n. 13, 1950, p. 285 e segs.

própria configuração é a primeira coisa que caracteriza o pensamento histórico da Idade Moderna.

2. Dante e o humanismo

Dante, de quem Vico diria que "ele não cantava outra coisa senão *historias (che pure non canto altro che istorie)*",[156] representa um ponto alto não só da interpretação figural do transcurso geral da História, na qual, a partir das circunstâncias de abalo contemporâneas, se projeta um império cristão, que deve corresponder ao império romano do passado. Mas também representa uma presentificação nunca havida antes de indivíduos históricos e de suas ações, os quais aparecem na ficção como julgados para toda a eternidade segundo um sistema de valores tanto teológicos quanto políticos muito pessoais, mas que continuam perpetuando, fora do tempo, justamente sua paixão temporal sem arrependimento, sua nostalgia sem fim. A perspectiva de uma História que começa com o mundo é partilhada por Dante com contemporâneos, como seu mestre Brunetto Latini, cuja enciclopédia *Li livres dou tresor* promete "*k'ele traite dou comencement du siecle, et de l'ancieneté des vielles istores et de l'establissement dou monde et de la nature de touttes coses em some*";[157] a interpretação figural não podia adquirir, numa segunda vez, uma imagem convincente, a proposta de um mundo visto historicamente a partir da consciência de uma responsabilidade política se manteve singular por muito tempo, e só no início do século XVI algo parcialmente comparável se tornou possível, com base em fundamentos bem diferentes.

Caso se encarasse o pensamento histórico pelo esquema de "desenvolvimento" – e não há dúvida de que Dante agrega e valoriza a formação do tempo que o antecedeu –, então se deveria constatar a ruptura desse desenvolvimento[158] exatamente naquele

[156] Giambattista Vico. In: NICOLINI, Fausto (Ed.). *La scienza nuova* (1744) (vol. 2). Bari, 1928, 3, 1, 1, p. 6.

[157] Brunetto Latini. In: CARMODY, F. J. (ed.). *Li livres dou tresor*. Berkeley/Los Angeles, 1948, 1, 1, 1, p. 17.

[158] Cf. AUERBACH, E. *Literatursprache und Publikum in der lateinischen Spätantike und im Mittelalter*. Berna, 1958, p. 242; BECKER, Marvin B. Dante and his literary contemporaries as political men. *Speculum*, n. 41, 1966, p. 665 e segs.

ponto em que a pesquisa costuma localizar seu início. Petrarca e o humanismo atribuíram sua visão ao próprio objeto: permitiram que a continuidade se rompesse, ou então se sentiram incapazes de colocar o mundo posterior à Antiguidade como equivalente e paralelo ao antigo – como Dante o fizera. Eles criaram, a partir do passado fático, um ideal o mais distante possível do pensamento antigo, o qual separaram de sua época de suposta renovação, através de um período intermediário obscuro[159], e, nesse sentido "partidário" e polêmico, talvez se tivesse falado pela primeira vez de "toda a História": "*Quit est enim aliud omnis historia quam Romana laus?*".[160] Algumas pretensões universais, "*ex omnibus terris ac seculis illustres viros in unum contrahendi illa mihi solitudo dedit animum*",[161] constituíam muito mais um exagero retórico, pois, como aqui em *De viris illustribus*, se tratava de biografias isoladas retiradas da Bíblia ou da Antiguidade clássica, que *a posteriori* foram como que enquadradas na Antiguidade romana. Aquilo que foi determinante para toda a Era Moderna e a consciência da modernidade foi o fato de que Petrarca, ao abrir o espaço histórico interno, liberou a possibilidade de fuga de um presente mal-amado rumo ao passado, que se mantinha insolúvel, e confundia a nostalgia com a sensação delicada ainda motivada pelo caráter cristão e moralmente superior do próprio tempo. Fora abandonada a universalidade e a continuidade da História que se atribuía, de forma autoritativa e incontornável, ao cronista medieval, ou se tornara incompreensível; as condições para uma visão política muito ampla tinham acabado, e em princípio ela ficou tão sem consequências quanto, no mesmo século XIV, no âmbito do islamismo ocidental, a aplicação de conceitos sociológicos à História, como na surpreendente obra de Ibn Khaldūn.[162] Mas essa fragmentação teve um resultado duradouro – ela fundou as ciências filológico-históricas.

[159] MOMMSEN, Theodor E. Petrarch's conception of te "Dark Ages". *Speculum*, n. 17, 1942, p. 226 e segs.

[160] PETRARCA. Apologia. In: *Opera omnia*. Basileia, 1554, p. 1187.

[161] PETRARCA. Familiares. 7, 3. In: ibid., p. 767.

[162] KHALDŪN, Ibn. *The Muqaddimah*. An introduction to History (3 vols.). Londres, 1958 (versão inglesa de Franz Rosenthal); cf. *Encyclopedia of Islam* (vol. 3). Londres, 1965 (nova edição), p. 825 e segs.

As restrições a aspectos individuais e a representação anedótica bem como a ligação tida como evidente da *Historie* com a retórica modificam o caráter exemplar do fato histórico. Enquanto o transcurso geral da História entre a criação e o juízo final era considerado como tendo sentido, sem qualquer contestação, ações individuais maldosas podiam ser justificadas como parte da economia do todo, bem como pelas ordens antagônicas nos valores representados pelas duas "*civitates*" de Agostinho. Com a dissolução da imagem histórica universal, não só figuras históricas individuais e seus atos constituíam exemplos para a fundamentação de princípios éticos, mas qualquer fato podia, em tese, ser moralizado. E mesmo que a História política, que ocupava um lugar de maior destaque, praticamente não fizesse uso dessa situação, a *Historie* foi subordinada à filosofia moral, dentro do ordenamento da ciência que estava em constituição nas escolas e nas universidades, até o século XVIII, enxergando sua utilidade no fornecimento de exemplos para a retórica – a qual deveria fundamentar decisões –, exemplos que, ao contrário da poesia, apresentavam o *status* da facticidade.

Contra esse sentido do acontecimento individual de funcionar como exemplo para um princípio geral, a distinção aristotélica entre (simples) verdade histórica e veracidade poética (filosófica)[163] se tornou inaplicável, fazendo com que a longa disputa entre Poesia e *Historie* perdesse sua base conceitual. Mas a disputa sempre reaparece quando a poesia se apossa da representação do real, intrometendo-se no campo da *Historie* ou, então, quando a *Historie*, do alto de sua configuração, faz parecerem irrelevantes os produtos poéticos e, através da interpretação do acontecido, tenta chegar até o geral. Esse é um problema apenas aparente, mas que não pode ser solucionado por causa da intercambialidade dos conceitos e é apropriado para desencadear a discussão, dependendo se a Poesia ou a *Historie* conseguem expressar os mesmos interesses fundamentais, ou então apenas tentam fazê-lo, quando as obras das duas categorias devem responder pelas pretensões da teoria.

[163] ARISTOTELES, *Poetik*, 1451 b.

A contradição já está visível em Valla. Como filólogo brilhante, desenvolveu a capacidade de perceber relações históricas na tradição literária e a utilizá-las de forma erudita, e por mais que não consiga ser convincente como historiador, tenta dar destaque ao papel da *historia*. Afirmando que Moisés teria sido o primeiro historiador, com que a *historia* seria mais antiga que a Poesia, e não menos universal que esta (que muitas vezes apenas relata episódios individuais), superaria em termos de sabedoria cidadã até a Filosofia.[164] Mais aceitável é a precisão reabilitada e elogiada por Poliziano sobre a exatidão dos estudos históricos: "*Felix historiae fides renatae*"[165], com esse conceito de "*fides historica*", os humanistas, de Valla até Budé, definem seu objetivo metodológico. Ela se refere à pesquisa sobre a Antiguidade, que se reflete em coletâneas de miscelânea, traduções dos antigos historiadores, e – recebendo em Budé, pela primeira vez, uma unidade – na reconstrução de todo o sistema de moedas da Antiguidade: "*non in unum genus illam quidam editam aut disciplinarum, aut artium: sed in universum pertinentem ad antiquitatis interpretationem, et per omne prope genus auctorum probiorum utraque lingua patentem*".[166] A Antiguidade clássica, em sua tradição escrita em duas línguas, colocada à disposição através da coleta e da edição dos humanistas, aparece agora como objeto de conhecimento, com a pretensão de ser estudado como um todo. Dessa forma, surge uma formação unitária, descolada da história bíblica e da duvidosa história oriental bem como do período posterior à Antiguidade, uma entidade que em si mesma, como um todo, constituiu um plano de verificação. Não é mais a passagem individual, como no texto sagrado, que possui validade autoritativa, mas apenas na medida em que coincide com o *corpus* da tradição.

Traçamos essa linha do conceito humanista de História até o início do século XVI, quando ele deixou de ser incontestado e quando começam a aparecer diversas concepções bastante diferentes.

[164] VALLA, Lorenzo. Historia Ferdinandi Regis Aragoniae (Prooemium). In: *Opera omnia* (t. 2). Paris, 1528 (reimpressão em Turim, 1962), p. 6.

[165] POLIZIANO, Angelo. *Opera omnia*. Basileia, 1553, p. 621; cf. Valla para Flavio Biondo (*Opera omnia* [t. 2], p. 119); BUDÉ, Guillaume. De Asse (1514). In: *Opera omnia* (t. 2). Basileia, 1557, p. 66.

[166] BUDÉ, De Asse (Praefatio). In: ibid. (t. 2), p. 1.

A construção apaixonada de um outro tempo, o qual se contrapunha ao próprio tempo, distingue o humanismo de outras épocas de pensamento histórico e explica suas conquistas metodológicas, como a da consciência sobre distância temporal e sobre inter-relações, o sentido dificilmente determinável para anacronismos, a diferenciação entre fontes originais e derivadas, o que explica, ao mesmo tempo, que sua própria produtividade não podia consistir em grandes representações históricas, mas que, através da tentativa de identificação e de intermediação nas biografias retóricas e nas histórias de cidades dos humanistas-cidadãos, se colocava numa relação com a Antiguidade.

3. O século XVI

a) Maquiavel e Guicciardini. Dois pontos altos de pensamento histórico surgem, a partir de uma consciência política, pela primeira vez, novamente comparável a Dante, consciência que representa a frustração de esperanças políticas – mas mais sóbrio e secularizado contra toda e qualquer transcendência –, após o final da república florentina, a partir de condições criadas pelo humanismo. E isso se dá através de um conhecimento que se desenvolve em duas direções opostas. Maquiavel ainda argumenta totalmente dentro do estilo dos humanistas, recorrendo ao conceito de imitação dos *exempla* retirados das obras históricas (*Istorie*) dos antigos, e isso possibilitava a igualdade das características essenciais da natureza humana e dos demais pressupostos do agir. Mesmo assim, ele tem consciência das profundas transformações – como na técnica militar, por exemplo –, no decorrer de poucas gerações, e demonstra seu senso histórico justamente na construção de formas de transcurso típicas nos acontecimentos históricos, funcionais em relação a determinadas situações iniciais e as influências corretivas. E, com isso, ele apresenta sugestões de ação a partir dessa análise, que lhe permite comparar, ao menos em parte, a situação antiga com a contemporânea. Mas o sucesso dessas ações, por sua vez, depende de determinadas condições também históricas. Aqui, no entanto, se pressupõe que experiências podem ser obtidas a partir

da História de um tempo exemplar e ser transpostas para o presente, que um caminho leva do essencial da História para o necessário na política atual.

A outra direção foi tomada por Guicciardini, partindo da decepção a respeito da possibilidade de uma política sensata para a análise dos mecanismos causais e, além disso, para a representação objetiva da não explicável *instabilità*[167] das coisas humanas. O abalo dos pequenos estados italianos e a invasão de forças externas, fatos que não podiam ser fundamentados pela ficção de um império, o levaram a descrever, de forma detalhada, a ação política que se estende para além dos limites do Estado e, sem tomar partido, numa unidade geográfica bem maior. Algo comparável não se pode imaginar para a Alemanha até o século XVIII. Tanto quanto Maquiavel, ele também não dá ao conceito de "História" uma definição determinante; dedicado exclusivamente às coisas (*cose*), além do título, ele praticamente não o utiliza.

b) A concepção de História na Alemanha da Reforma. Enquanto, simultaneamente, Commines escreve a primeira obra "moderna" de memórias, que são expressão de vivência própria – por mais "medievais" que nos pareçam hoje suas categorias históricas e os critérios morais de julgamento –, e enquanto Sabélico pode redigir uma História universal secularizada de qualquer ordem ou objetivo histórico-salvíficos, resultante de uma incumbência oficial de Veneza, a situação é totalmente diferente na Alemanha, ainda que todos esses escritos sejam lidos e até traduzidos ali, no século XVI.

Também na Alemanha, o interesse histórico fora despertado, e se manifestara em crônicas populares e em ambiciosas tentativas de escrever uma História nacional (Renano, Wimpheling). Obra representativa foi a *Chronica* de Carion, escrita sob influência de Melanchton, o qual mais tarde a revisou, transformando-a em um manual didático utilizado por longo período, ordenando o conhecimento daquele tempo em três eras e quatro monarquias, tentando, através desse material, evidenciar uma História da Igreja, ou até – na

[167] Francesco Guicciardini. In: PANIGADA, Costantino (ed.). *Storia d'Italia* (vol. 1). Bari, 1929, p. 1.

versão de Melanchton – a justificativa para as opiniões expressas na doutrina protestante. Na comparação com Otão de Freising, não se constata nenhum avanço na consciência da problemática histórica, e, em contraposição à coetânea historiografia italiana, chama a atenção o fato de que os autores ficam cada vez mais inseguros e menos concretos à medida que se aproximam do próprio tempo. Mesmo que ela forneça em casos concretos exemplos morais, para Melanchton, a abrangência temporal universal se destina à compreensão das profecias bíblicas: "*Ut libri prophetici melius intelligantur, omnium temporum historia complectenda est*".[168] Profecia, fim do mundo e expectativa de um encurtamento ou de uma aceleração dos últimos tempos, que ocorrerão em benefício da salvação (segundo Mateus, cap. 24), servem como pontos de vista unificadores também da concepção de História em Lutero. Ela pode ser atualizada através de uma consciência viva das mudanças temporais e da unicidade de um momento histórico. "A palavra de Deus e sua graça constituem aguaceiro que se desloca, e não volta mais para o lugar onde já esteve... E vocês, alemães, não devem pensar que a terão para sempre, pois a ingratidão e o desprezo não permitirão que permaneça".[169] A esse modelo da "*translatio*" só é relacionada a fé e, na melhor das hipóteses, o destino da igreja, mas o transcurso do mundo de forma alguma é passível de qualquer interpretação racional, pois revelaria a surpreendente ação de Deus: "que provavelmente se possa dizer que o andar do mundo e sua maravilhosa realidade são uma máscara de Deus, atrás da qual ele se esconde, para reinar e rumorejar de forma maravilhosa no mundo".[170] Neste mundo, também atuam leis próprias, que já foram adequadamente formuladas pelos filósofos pagãos, e nele os crentes aparecem "como se não existisse nenhum deus, obrigados a se salvar e a se governar a si próprios".[171] A doutrina

[168] MELANCHTON. Chronicon Carionis. In: *Corpus Reformatorum* (vol. 12), 1844, p. 714.

[169] LUTHER. An die Ratherren aller Städte deutsches Lands, dass sie christliche Schulen aufrichten und halten sollen (1524). In: *Weimarer Ausgabe* (vol. 15), 1899, p. 32.

[170] LUTHER. Der 127. Psalm ausgelegt an die Christen zu Riga in Liefland (1524). In: ibid., p. 373. "*Das man wol mag sagen, der wellt lauffi und sonderlich seyner heyligen wesen sey Gottes mummerey, darunter er sich verbirgt und ynn der wellt so wunderlich regirt und thumort*".

[171] Ibid. "*als were keyn Gott da und müsten sich selbs erretten und selbs regiren*".

da Reforma é vinculada aos fatos históricos da História da salvação, o que motivou a crítica dos "entusiastas": "Os luteranos possuem um Cristo histórico / *quem secundum literam cognoscunt*, que eles reconhecem pela letra, / pelas suas histórias, / pela doutrina, / pelos milagres e pelos atos, / não como ele hoje está vivo e age. / Assim como eles também tem uma fé racional histórica e uma justificação histórica".[172] Consequências profundas foram trazidas pela atualização da doutrina de Agostinho sobre os dois reinos, cuja parte atemporal, mas sempre presente, a *civitas Dei*, pode se mostrar naquilo que é historicamente cambiante, a *civitas terrena*. Mas, com isso, surgiu a tentação de – diante de crimes, loucuras e sofrimentos, que só podem adquirir sentido quando interpretados como inversão dos valores terrenos – justificar acontecimentos individuais relacionando-os com a própria posição de poder ou de posição partidária. Além disso, procurou-se fixar historicamente uma era exemplar que serviria de parâmetro para uma renovação e, como os humanistas fizeram com a Antiguidade, aqui se projetou uma igreja primitiva ainda não corrompida, dos primeiros séculos da cristandade, e aquilo que condicionava sua situação de então, em consequência de opressão externa e falta de poder, foi transformado em norma, e toda mudança foi condenada, segundo critérios morais, como culpa individual. Mais problemática ainda foi a muitas vezes tentada, mas nunca esclarecida equalização dos dois reinos com o mundo interior e exterior, quando a tendência luterana de subordinar o mundo exterior às autoridades – sem qualquer questionamento – fortalecia a tendência de, no caso de erros ou de expectativas frustradas, se refugiar na pureza da consciência e dos sentimentos e relegar o mundo histórico-político à irresponsabilidade.

Isso significou, sobretudo para a Alemanha, que, até meados do século XVIII, a História eclesiástica garantisse a supremacia. Isso vale para a obra dos Centuriatores de Magdeburgo (1559-1574),

[172] SCHWENCKFELDT, Caspar. Der 93. Sendbrief (1550). *Epistolar* (vol. 1). S. l., 1566, p. 812. "*Die Lutherischen haben einen historischen Christum / quem secundum literam cognoscunt, den sie nach dem Buchstaben erkennen / nach seinen geschichten / lehre / miracteln und thatten / nicht wie er heut lebendig ist und wirckt / Wie sie auch einen historischen vernunfft Glauben / unnd historische Justification haben*".

realizada através de uma notável organização de trabalho coletivo, demonstrando interesse amplo, polêmico e mediante utilização sistemática de fontes, e para seu contraponto católico, até a história eclesiástica de Mosheim, na qual o aspecto confessional foi amenizado, e cuja tradução alemã se transformou no mais difundido livro de História de seu tempo. Mas isso também determinou o papel autônomo do "mundo espiritual duplo"[173], e das "negociações" em torno dele, que não parecia ser passível de integração numa História geral, e a importância das "Histórias de hereges", nas quais foi construída uma contratradição dos oficialmente oprimidos, com destaque para Sebastian Franck e Gottfried Arnold. Também as versões apocalípticas e as tentativas de fixar os últimos dias para um futuro próximo ainda tiveram representantes destacados em Johann Albrecht Bengel e Heinrich Jung-Stilling.

Mesmo para a *annalistica* do império e para a escrita da História política – quando não a confessional, ao menos a dinástica –, teve efeito negativo o fato de que Melanchton tinha tornado obrigatório, nos programas de estudo das universidades protestantes, o "*mos italicus*" da interpretação dogmática do Direito Romano. Dessa forma, a doutrina jurídica histórica, fundada por Budé, e que se desenvolvera sobretudo na França, pela metade do século XVI, isto é, o "*mos gallicus*", que fomentava de forma decisiva a pesquisa e o pensamento históricos, não conseguiu se difundir na Alemanha, e suas principais obras só foram levadas novamente em conta e reeditadas uns 150 anos depois de seu surgimento; o mesmo aconteceu com Maquiavel e Bodin, no Direito Público, quando se abstrai de algumas exceções, como Conring, que os introduziu antes disso, no ensino acadêmico.

c) Interpretação histórica do direito e teoria da História. A interpretação histórica do direito romano apresentava um conhecimento preciso e tinha produzido um instrumentário muito desenvolvido para a pesquisa – parecido com o Humanismo florentino –, que, em momentos de crise, possibilitava ampla discussão histórico-política. A agudização das disputas religiosas e a luta que

[173] FRANCK, Sebastian. *Chronica, Zeitbuch und Geschichtbibell*. S. l., 1536, 3ª parte, p. II[v].

se desencadeou depois da morte de Henrique II em 1559, em torno dos direitos dos estados gerais, da nobreza e da regente fez com que saísse em busca de argumentos e de princípios historicamente fundamentados. Eles estavam documentados na rica bibliografia panfletária huguenote[174] e numa sequência densa de obras históricas e teóricas. Nesse contexto, o ponto de partida jurídico-romano pôde levar a uma muito incisiva recusa das Pandectas* – como no *Anti-Tribonian*, de Hotman –, e motivar, além da reconstrução do Direito dos mais antigos sobretudo do período republicano, o estudo da própria tradição jurídica e de suas instituições. As concepções universais e a abordagem "comparatista" no estudo do Direito e da sociedade não puderam evitar que na prática as histórias nacionais fossem incluídas. A concepção ampla de História, porém, apresentava vantagens que muitas vezes faltaram aos escritos posteriores, restritos ao âmbito nacional ou que só se enquadravam de forma extensiva na moldura universal.

Contentemo-nos com uma referência a duas obras que modificaram o conceito de História. A partir de estudos histórico-jurídicos e a partir de experiências em política e em diplomacia confessional, François Baudouin elaborou um plano para uma História abrangente, *historia universa*, como conhecimento de todo o mundo, naquilo que diz respeito a espaço, tempo e assuntos relativos aos seres humanos, "*me agere de historia integra*"[175], a qual seria vinculada à ciência do Direito – que forneceria os critérios para o agir correto –, com vistas a uma prática verdadeira. E – numa referência àquilo que Maquiavel teria tentado com Lívio – acenou com a perspectiva de que, a partir de uma abordagem comparativa da História, se pudesse obter dividendos para a política. De forma

[174] CAPRARIIS, Vittorio de. *Propaganda e pensiero politico in Francia durante le guerre di religione* (vol. 1: 1559-1572). Nápoles, 1959, *passim* [foi publicado apenas um volume].

* "Obra esboçada por incumbência do imperador [romano] Justiniano [em 533 d. C.], [...] as Pandectas deveriam ser um guia para a ciência jurídica", seus 50 livros "enfocam, em princípio, todas as áreas do direito, mas o direito privado constitui a parte fundamental". HEIKELMANN, Horst Otto. Pandectas. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). *Enciclopédia Saraiva de Direito* (vol. 56). São Paulo: Saraiva, 1977, p. 523 [N. T.].

[175] BAUDOUIN, François. *De institutione historiae universae et eius cum iurisprudentia coniunctione*. Paris, 1561, p. 22.

grandiosa, se esquematizou aqui o estudo daquilo que é e daquilo que deveria ser na consciência do todo, conciliando História antiga e bíblica, sagrada e profana, abrindo uma perspectiva para a pesquisa sobre a "bárbara" Idade Média, na qual estão enraizadas as instituições modernas, incluindo tradições orais, Ocidente e Novo Mundo, e separando a História humana daquela da natureza, sob o ponto de vista mais elevado do agir, o qual deveria ser avaliado a partir de sua legalidade. Esse esboço da História – que não é menos "moderno" que Vico e que faz o leitor posterior se lembrar, surpreendentemente, de Hegel e de Droysen – não é obra de um precursor. Ele formulou da forma mais incisiva possível e numa perspectiva mais ampla aquilo que, ao pensamento histórico-político responsável de seu tempo, parecia a tarefa mais premente da ciência. Antes da Noite de São Bartolomeu (1572), aquilo que é representativo para a França não é a decepção de Guicciardini, mas a esperança desesperada de Maquiavel por uma configuração racional da política, com base num conhecimento histórico e geográfico muito amplo.[176]

A chave para a utilização desses novos conhecimentos foi fornecida por Jean Bodin, com seu *Methodus*, alguns anos mais tarde,[177] no qual não fornecia instruções nem esquemas para uma síntese histórica, e também não uma teoria da História, mas um método muito aguçado – na comparação com anteriores – para a análise de desenvolvimentos históricos e para a comparação do Direito Público e das instituições. Deve ser difícil encontrar em Montesquieu elementos metodológicos que Bodin não tivesse discutido, em alto nível, seja no *Methodus* seja nos *Six livres de la republique*, nos quais constrói sua estrutura doutrinária da política, a partir da História.

A obra de Baudonius – da mesma forma que o *Methodus* de Bodin – teve nova edição, junto com dois antigos e uma dúzia de tratados contemporâneos sobre a metodologia da *Historie*, em uma

[176] Cf. ATKINSON, Geoffroy. *Les nouveaux horizons de la renaissance française*. Paris, 1935, *passim*; MOREAU-REIBEL, Jean. *Jean Bodin et le droit public comparé*. Paris, 1933, *passim*.

[177] BODIN, Jean. *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*. Paris, 1566, *passim*.

coletânea,[178] o que mostra o interesse crescente para essa disciplina, na qual atuam poetas, retóricos, teólogos, juristas e filósofos, e cujo desenvolvimento, no século XVI, permite visualizar uma clara tendência que vai das instruções para a escrita e a tradicional louvação da "*historia*" para sua fundamentação científica e a epistemologia orientada para a ação. A dificuldade de estabelecer a influência da Retórica está no fato de que a *Historie*, em ambas as etapas, sem dúvida, é retórica, só que uma vez como matéria não obrigatória dentro de um exercício convencional, depois como motivação responsável para as decisões mais importantes em assuntos do Estado, ou para ensinar a entender sua situação ameaçadora.

Quase simultaneamente a Baudouin, Francesco Patrizi tentou examinar o objeto, pela primeira vez, em dez diálogos, a partir da pergunta sobre que seria História: "*che cosa, o quale sai l'historia*".[179] Os tratados tinham identificado – e continuavam a fazê-lo – História com escrita da História, em vez de fazer interpretações conceituais, haviam recorrido às ciências auxiliares, como cronologia, geografia e genealogia. Patrizi foi filósofo, platônico decidido, influente na preparação da nova física, realizou uma "virada copernicana" das coisas em direção à consciência, e definiu "História" como "memória das coisas humanas": "*la historia è memoria delle cose humanae*".[180] Isso exige uma determinação do tempo, e desse fato decorre que – como do aparecimento antigo de esquemas cíclicos de transcurso da História – ela não pode ser restrita às coisas passadas e presentes, mas abrange a antecipação memorizada daquilo que ainda é futuro.[181] Se o conhecimento histórico é isso, então a História se concretiza apenas na transposição para ações históricas, cujo objetivo é ser e permanecer, e (na mediação do conhecimento específico com o geral) felicidade humana.

[178] WOLFF, Johann (Ed.). *Artis historicae penus*. 2. Aufl., Basileia, 1579. A respeito, cf. REYNOLDS, Beatrice. Shifting currents in historical criticism. *Journal of History of Ideas*, n. 14, 1953, p. 471 e segs.

[179] PATRIZI, Francesco. *Della historia dieci dialioghi*. Veneza, 1560. Reimpresso em KESSLER, Eckhard. *Theoretiker humanistischer Geschichtsschreibung*. Munique, 1971, p. 1^{v}.

[180] *Ibid.*, p. 18^{v}.

[181] *Ibid.*, p. 15 e segs., 41 e segs.

Os critérios de verdade foram discutidos no sentido do pirronismo, que estava surgindo e que havia sido antecipado por Agripa de Nettesheim, num ceticismo radical, uma geração antes.[182] Aqui eles são agrupados em torno da questão pública, menos pela ausência de uma crítica metódica das fontes do que a partir de uma experiência com uma política que, ao final do século XVI, cada vez mais se distanciava de uma discussão e de uma justificação pública. Desejar a verdade não basta ali onde as causas do agir permanecem encobertas como "*arcana*" – a não ser que o próprio príncipe escrevesse História.

A teoria da História atingiu nesses anos um nível que ela não pôde sustentar, apesar de algumas outras diferenciações. Também chama a atenção o fato de que não há registros de representações históricas desse padrão ou de obras comparáveis às dos grandes florentinos. Uma espiada no século XVI – por mais superficial que seja – mostra que o conceito de História se constitui de maneira suficientemente "expressivo" para não sucumbir a definições unilaterais, que, como fantasmas, perpassavam a bibliografia científica. Assim como Montaigne procurava algo geral no ineditismo da experiência: "*l'homme en general, de qui je cherche la cognoisssance*",[183] La Popelinière, após uma crítica de toda a História escrita até então, procurou esquematizar uma História geral perfeita, abrangendo de maneira integral a sociedade e seus costumes: "*l'Histoire sera Generale, quand l'autheur luy aura donné la substance entière et acocomplie des Etats*".[184] E, mesmo que ao final do século se alastrassem um pessimismo estoico e um clima de decadência, pelos motivos indicados, as concepções complementares, muito mais que as contraditórias, de progresso e de plenitude da natureza, por um lado, e de transcurso cíclico, de monotonia e de decadência, por outro lado, podem ser constatadas

[182] NETTESHEIM, Heinrich Cornelius Agrippa von. De incertitudine et vanitate scientiarum atque artium, declamatio (1530). In: *Opera omnia* (t. 2). Lyon, s. d. (reimpresso em Hildesheim, 1970, p. 22 e segs.).

[183] Montaigne. In: THIBAUDET, Albert; RAT, Maurice (Eds.). *Essais* (1580). Paris, 1962, 2, 10, p. 396.

[184] POPELINIÈRE, Henri Lancelot-Voisin de la. L'idée de l'histoire accomplie. In: *L'histoire*. Paris, 1599, p. 85.

simultaneamente, adquirindo atualidade até o século XVIII, e mais além.[185] A ampla abertura, o estreitamento perspectivista e a liberdade em jogar com o mundo histórico podem ser encontrados em Shakespeare, ainda que, na sua Antiguidade, o Heitor troiano seja autorizado a citar Aristóteles, para consternação dos eruditos.[186]

4. O desafio da nova ciência

a) Problematização da *Historie*. A mudança decisiva da imagem sobre o mundo físico e a consequente mudança dos conceitos de matéria, movimento, tempo, infinito, cuja consolidação foi avançando até meados do século XVIII, as tentativas de uma temporalização e dinamização generalizadas das visões sobre o mundo trouxeram muito mais desafios do que impulsos de desenvolvimento para o conceito de História nessa época. Na comparação com Baudouin, Bodin e Patrizi, os teóricos da História, bem como os historiadores e as enciclopédias lidam com um conceito reduzido de História, limitado à narração ou à descrição de fatos. Essa conotação de uso restrito à exatidão fáctica, sem argumentação, se mantém até hoje na língua francesa com "*histoire*", "*historien*" e os contraconceitos negativos de "*fabel*", "*roman*". Típica para a polêmica desqualificação da "*historia*" frente à "ciência" produtiva é a posição de Descartes: "*Per Historiam intelligo illud omne quod jam inventum est, atque in libris continetur. Per Scientiam vero, peritiam quaestiones omnes resolvendi, atque adeo inveniendi propria industria illud omne quod ab humano ingenio in ea scientia potest invenire; quam qui habet, non sane multum aliena desiderat, atque adeo valde proprie αὐτάρκης appelatur*".[187] É verdade que Descartes blefa sobre quanto ele próprio deve à tradição filosófica, mas seu conceito de "*scientia*" levará ainda Vico a escrever uma "*Scienza nuova*", em vez de uma teoria da História, e ela caracteriza a situação da *Historie* depois da ruptura metodológica necessária, ainda que não

[185] Cf. WEISINGER, Herbert. Ideas of History during the Renaissance. *Journal of the History of Ideas*, n. 6, 1945, p. 415 e segs.

[186] SHAKESPEARE. *Troilus and Cressida*, 2, 2, 166.

[187] Descartes a Hogelande, em 8 de fevereiro de 1640. In: ADAM, Charles; TANNERY, Paul (Eds.). *Oeuvres* (volume suplementar). Paris, 1913, p. 2 e seg.

coerente e totalmente convincente, com a autoridade da tradição. "*New philosophy calls all in doubt*",[188] e ela não se detém diante da dignidade da História, que apenas serve como material para utilização científica e, no mais, como "depósito".

Esse foi o período de mais ampla pesquisa histórica,[189] mas seu resultado não foi aquilo que mais tarde se chamaria de "História", mas uma coleção tendencialmente sistemática e completa de "antiguidades estatais e privadas", de restos e de fontes, ajeitados com exatidão, sob o ponto de vista antiquário e filológico. Tentou-se preencher todas as seções da extensiva "*historia universalis*", enquanto junto com a coisa também se perdeu por completo a intensiva "*historia universa*" ou "*integra*" do nosso saber. Mesmo tendo se tornado metodologicamente dependente, a ampla bibliografia sobre verificação histórica e credibilidade ficou a reboque da tentativa jurídica de estabelecer a verdade, sem chegar a princípios próprios de um conhecimento histórico.

A historiografia não melhorou essa impressão. A história antiga, que até o final do século XVII foi comentada, mas não representada, além da doutrina sobre as instituições elaboradas nas Histórias nacionais mais antigas, haviam, entrementes, perdido seu interesse mais substancial, pois aqueles que se dedicavam ao Direito Público e os teóricos da política faziam suas construções na perspectiva jusnaturalista, em vez de derivá-lo historicamente. Uma história mais recente das guerras religiosas encontrava-se em obras que se contradiziam entre si e eram mutuamente excludentes, cujas fontes em geral não eram publicamente acessíveis e cujo fervor confessional parecia torná-las inócuas, enquanto o brilho literário se localizava nas memórias de Retz e até do duque Saint-Simon. A Idade Média, "*medium aevum*" – como, desde Justo Lipsio, se chamava o período cristão a partir de Augusto,[190] – não se livrava mais do escárnio, nem mesmo entre os homens mais cultos das

[188] DONNE, John. An anatomie of the worlde, First Anniversary (1611). In: DONNE, John. *Poems with elegies on the author's death*. Londres, 1633, p. 241 (editado por John Marriot).

[189] MOMIGLIANO, Time in Ancient History (cf. nota 155).

[190] WEGELE, Franz Xaver v. *Geschichte der deutschen Historiographie*. Munique, 1885, p. 482 e segs.; VOSS, Jürgen. *Das Mittelalter im historischen Denken Frankreichs*. Munique, 1972, *passim*.

ordens religiosas, por causa de seus milagres, suas lendas sobre santos e seus documentos falsificados, cuja comprovação antes fora fundamentada pela filologia científica, mas agora reforçava o ceticismo generalizado. Os jesuítas afastaram a História quase por completo dos planos de ensino obrigatórios de seus colégios, em toda a Europa. E as Histórias universais protestantes não conseguiram atingir maior prestígio, nem se igualar às de Carion e Melanchton, que já eram um tanto anacrônicas.

A História era – como na imagem emblemática – uma coluna partida, como na tragédia barroca, onde, em vez do mito antigo, agora fornecia a matéria (uma ruína, um cenário) para a meditação sobre a decadência inevitável, que, em cada um de seus exemplos, permitia uma avaliação moral, capaz de uma transfiguração recíproca.[191]

Não tratar da História como ciência no novo sentido levaria forçosamente a uma província insegura dentro da república dos eruditos. A ausência de um caráter público na ação política a empurrou, mais do que até então, na direção do serviço aos príncipes ou para espaços privados, onde a "*historia literária*", a coleção de conhecimentos eruditos, se tornou a disciplina mais benquista. A relação com a História sacra, que metodologicamente era difícil de ser explicada ou só podia ser explicada mediante algum risco, foi tão problemática para os historiadores quanto a "moral provisória" de Descartes designa um fim temporário da retórica, da qual só restou a declamação. Aqui o *Discours sur l'histoire universelle*, de Bossuet, se transforma numa representação grotesca, quando ele, num brilhante sermão, ocupa um espaço que a pesquisa contemporânea não conseguiu preencher, fazendo-o sem conhecimento e sem juízo histórico, recorrendo a uma teleologia primitiva para transformar a Antiguidade num veículo para Histórias bíblicas.

b) Tentativas de fundamentação e quantificação do tempo. As tentativas de fundamentar cientificamente a História contribuíram para a redução de seu próprio conceito. Dessa forma, Keckermann quer conquistar para a *Historie* aquilo que Bodin

[191] Cf. BENJAMIN, Walter. *Ursprung des deutschen Trauerspiels*. Frankfurt, 1963, p. 197 e segs.

não teria conseguido fazer no *Methodus* – um tratamento metodológico, e isso significa para ele um tratamento lógico.[192] Numa filiação rigorosamente binária, a *Historie* é apresentada em todas as suas partes tradicionais. Ela é definida como "*explicatio et notitia rerum singularum, sive individuorum*"[193], mas deve permanecer como conhecimento imperfeito, "*notitia imperfecta*", porque os fatos são numericamente infinitos e indefinidos quanto ao gênero, "*vagae et indefinitae*."[194] Através de indução lógica pode-se obter ou confirmar sentenças gerais, sobretudo na Ética, mas na economia e na política elas possuem um caráter particular.[195] Essa determinação conceitual permite reconhecer algumas das principais tendências que caracterizam inclusive períodos posteriores.

De forma genérica, a busca de uma verdade filosófica foi rebaixada, no conhecimento histórico, para uma correção parcial dos fatos, e sua aplicação passou da mudança política para o conhecimento privado. Com isso, a *Historie* no início só faz uso muito limitado do espaço criado através da despolitização, dentro do qual a nova ciência se desdobra, e só ela vai desenvolver conceitos e métodos cuja validade e cujo alcance – que vai muito além dela própria – permite se servir deles. Assim, a redução a fatos isolados permite sua quantificação e sumarização dentro de um tempo de vivência, com que Bacon consegue derrubar a inquestionada autoridade da Antiguidade, definindo-a como juventude e início de um transcurso de tempo que vem se sucedendo desde então, o qual só lentamente vai desvendando a verdade.[196] É certo que toda a Renascença e, em especial, Vives, conhece uma clara consciência crescente, na comparação com a Antiguidade: "*quotidie enim aliquid*

[192] KECKERMANN, Bartholomäus. *De natura et proprietatibus historiae commentarius*. Hannover, 1610, p. 5.

[193] *Ibid.*, p. 8.

[194] *Ibid.*, p. 23 e segs.

[195] *Ibid.*, p. 49, 13.

[196] BACON, Francis. Novum organon I, Aphorismus 84. In: *Works* (vol. 1) (1858), p. 190 e seg.; cf. LEYDEN, William v. Antiquity and authority. *Journal of the History of Ideas*, n. 19, 1958, p. 473 e segs.; SAXL, Fritz. Veritas filia temporis. In: PATON, H. J.; SAXL, Fritz (eds.). *Philosophy and History*. Essays presented to Ernst Cassirer. Oxford, 1936, p. 197 e segs.

prodit veteribus anauditum, incognitum, tamquam proficiente mundo"[197]. Mas a perspectiva temporal dupla de uma Antiguidade que "*respectu nostri antiqua et major, respectu mundi ipsius nova et minor fuit*"[198] só foi mostrada por Bacon, o qual – também quanto à ampliação da *Historie* para aquilo que ainda precisa ser descoberto e feito – concebe o futuro de forma mais concreta do que em antecipações proféticas e prognósticas dentro de um conceito de "*historia experimentalis*".[199]

Uma concepção semelhante de experiências de um tempo que vai se adicionando e de uma "*generatio aequivoca*" também está na raiz da moderna tomada de partido na "*querelle des anciens et des modernes*". Mas, além do fato de ser, desde Richelieu, doutrina oficiosa, o comprometimento dos dois lados com o paradigma estético trouxe dificuldades consideráveis. Pois se o louvor do presente às custas do passado era questão de gosto, enquanto o Classicismo francês produziu grandes obras, ele se tornou pouco digno de fé desde o começo do século XVIII, tendo em vista seu próprio passado. Isso teve como consequência a exclusão das artes mecânicas e das ciências do sistema de "*artes*",[200] sua agregação às ciências da natureza e à matemática, que estavam progredindo, enquanto as "belas artes" foram localizadas numa atemporalidade, que acelerou sua historicização, mas entravou a análise histórico-filosófica.

c) O conceito de verdade. Ao mesmo tempo, havia mudado o uso das palavras "verdade" e "verossimilhança". Se, na tradição aristotélica, a verdade da situação (historicamente) individual se contrapunha à verossimilhança da situação (poeticamente) geral, essa relação se modificou agora. A verossimilhança histórica, discutida de forma lógica ou jurídica, se confrontava com os limites indicados por Keckermann, os quais Tomásio modificou um pouco: "De coisas ausentes nunca podemos apreender

[197] VIVES, Juan Luis. De prima philosophia (liber I). In: *Opera omnia* (t. 3). Valencia, 1782; reimpresso em Londres, 1964, p. 214; cf. BARON, Hans. The querelle of ancients and moderns. *Journal of the History of Ideas*, n. 20, 1959, p. 13 e seg.

[198] BACON. Novum organon. In: *Works* (vol. 1), p. 190.

[199] BACON. Parasceve ad historiam naturalem et experimentalem (1620). In: ibid., p. 391 e segs.

[200] KRISTELLER, Paul Oskar. The modern system of the arts. In: KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance thought* (vol. 2). New York, 1965, p. 163 e segs.

uma verdade incontestável por meio de um conhecimento claro e nítido, / mas tudo / que aprovamos / é ou apenas verossímil ou então muito obscuro e confuso";[201] e ele acrescenta: "aquilo que o homem entende de maneira certa e nítida a respeito da essência daquilo que passou / isso não é outra coisa do que uma lembrança de tais coisas / que ele antes captara por ter estado presente... E, por isso, na avaliação das coisas verossímeis, tanto aquilo que passou quanto aquilo que vem no futuro deve estar orientado por aquilo que é presente".[202] Conhecimento histórico, portanto, até não atinge a simples verdade de uma certeza fática, a qual até então aparecia como objetivo dentro da definição, mas se trata de uma verossimilhança que se firma apenas parcialmente como certeza,[203] enquanto, na tradição neoplatônica, a Poesia reivindica uma verdade própria,[204] que, filosoficamente, se refere a algo geral. Assim Diderot afirma, em *Éloge de Richardson*, de forma enfática, "*que l'histoire la plus vraie est pleine de mensonges, et que ton Roman est plein de vérités. L'histoire peint quelquers individus; tu peins l'espèce humaine*".[205] A reivindicação de verdade por parte da Poesia ganha espaço no século XVIII; a da História dependerá do fato de ser compreendida e interpretada como um todo.

Analogamente à prática judiciária inglesa de uma credibilidade decrescente dependendo do número de etapas de sua tradição, na qual Locke insiste em relação àquilo que tange à História,[206] ocorreu um curioso cálculo que resultou numa diminuição, e

[201] THOMASIUS, Christian. *Einleitung zu der Vernunfft-Lehre*. Halle, 1691, 11, § 6, p. 243. "*Von abwesenden Dingen können wir niemahlen unstreitige Warheiten vermittels einer klaren und deutlichen Erkäntnüss begreiffen / sondern alles / was wir davon bejahen / ist entweder nur wahrscheinlich oder doch sehr dunckel und confus*".

[202] *Ibid.*, 11, §§ 20. 23, p. 247. "*Was de Mensch von dem Wesen des Vergangenen gewiss und deutlich verstehet / das ist nicht anders als eine Erinnerung solcher Dinge / die er zuvor als gegenwärtig allbereit begriffen ... Und muss also auch in Erwegung der wahrscheinlichen Dinge das Vergangene und Zukünftige nach dem Gegenwärtigen gerichtet werden*".

[203] Cf. BERNOUILLI, Jakob. *Ars conjectandi*. Basileia, 1713, 4, 1: "*probabilitas est gradus certitudinis et ab hac differt ut pars a toto*".

[204] Por exemplo, MACROBIUS. Somnium scipionis 1, 2, 7: "*modus per figmentum vera referendi*".

[205] DIDEROT. Éloge de Richardson (1761). In: *Oeuvres complètes* (t. 5). Paris, 1875, p. 221.

[206] LOCKE. An essay concerning human understanding. In: *Works* (vol. 3), 1823, 4, § 10 e seg., p. 108 e seg.

finalmente num desaparecimento da credibilidade de fatos históricos e também da revelação cristã, numa proporção ao quadrado do tempo,[207] a qual somente Hume conseguiu refutar, de forma convincente.[208]

d) A caminho do moderno conceito de História. Como na revolução do século XVII no campo da Física, foi necessário recorrer ao infinito e a um modelo que não era acessível à experiência,[209] a fim de abrir o caminho para o conceito moderno de História. Partindo do pressuposto de que o homem "*n'est produit que pour l'infinité*", e que sua memória permite a cada um e a todos em conjunto "*un continuel progrès*", Pascal concebeu um único "*homme universel*" de todos os homens em toda a sequência dos tempos, "*qui subsiste toujours et qui aprend continuellement*".[210] Leibniz, que conhecia esse manuscrito, criou, em continuadas tentativas, um instrumentário filosófico para ver o mundo como um processo global dinâmico, em constante evolução.[211] Mas ele não conseguiu transferir esse reconhecimento para o conceito de História ou mesmo concretizá-lo em suas obras históricas por meio de interpretações individuais harmonizadoras; seu trabalho histórico se restringiu basicamente a aplicar a fontes alemãs os métodos desenvolvidos por Mabillon e pelos maurinos.

A "*historia naturalis*" desta vez também serve a Spinoza, para submeter a interpretação da Bíblia à razão: "*Nam sicuti methodus interpretandi naturam in hoc potissimum consistit, in concinnanda scilicet historia naturae, ex qua, utpote ex certis datis, verum naturalium definitiones concludimus: sic etiam ad Scripturam interpretandam necesse est*".[212] Essa intenção de uma incansável correção de opiniões erradas, de derrubada de autoridade presumida, foi perseguida por Bayle sem,

[207] CRAIG, John. *Theologiae christianae principia mathematica*. Londres, 1699, *passim* (parcialmente reimpresso em *History and Theory*, n. 3, separate 4, em especial, 1969, p. 26).

[208] HUME. A treatise of human nature. In: *Works* (vol. 1), 1886, 1, 3, 13, p. 441 e seg.

[209] Cf. KOYRÉ, Alexandre. *Études d'histoire de la philosophie*. Paris, 1961, p. 239.

[210] PASCAL. Fragment de préface pour le traité du vide. In: STROWSKI, Fortunat (Ed.). *Oeuvres complètes* (t. 1). Paris, 1923, p. 403.

[211] Cf. LOVEJOY, Arthur O. *The great chain of being* (1936). Cambridge/Mass., 1966, p. 242 e segs.

[212] SPINOZA. Tractatus theologico-politicus 7. In: GEBHARDT, Carl (Ed.). *Opera* (t. 3). Heidelberg, s. d., p. 98.

no entanto, enxergar na História outra coisa do que "*le portrait de la misere de l'homme*".[213]

E foi a natureza comum dos povos que Vico torna inteligível através do conceito do infinito e da concepção de transcurso ideal do tempo, e o apresenta como uma História ideal eterna, "*una storia ideal eterna*", de acordo com a qual as histórias individuais dos povos – "*le storie di tutte le nazioni*" – transcorrem. Com o salto epistemológico de que "*il mondo civile*", que mais tarde se chamaria "mundo histórico", em contraposição à natureza, e que – por ter sido criado por homens – também deve ser reconhecido por eles, já que os princípios para isso podem e devem ser encontrados nas estruturas de nosso espírito humano, Vico conclui a "guinada copernicana" das coisas em direção à consciência. Na História, o homem se compreende a si mesmo e, ao narrá-la para si mesmo, ele a cria para si mesmo, de acordo com suas próprias leis.[214] Por estar preocupado com coisas gerais, com regularidades, Vico consegue interpretar épocas distantes, de cujos inícios só há uma tradição poética, com uma intensidade desconhecida até então, ele consegue reconhecer a verdade de ideias poéticas, "*universali fantastici*", e, ao mesmo tempo, transformar a *Historie* numa ciência filosófica.

Vico ficou isolado e praticamente sem influência no seu tempo, mas o mesmo relativismo histórico – apenas em menor escala e numa perspectiva diminuída – guia Fontenelle em sua tentativa "*de faire l'histoire de l'histoire même*".[215] A mesma acuidade para a multiplicidade de circunstâncias individuais e de diversidades, desenvolvida através da "*histoire naturelle*", liga Buffon a Montesquieu e Diderot, e permite distinguir o próprio método do "*point de vue de l'histoire*" de procedimentos estritamente dedutivos ou rigorosamente classificatórios.[216] Diderot pode compreender consciência e identidade como uma *histoire*, produzida pela "*mémoire, (qui) lie les impressions qu'il reçoit, forme par cette liaison une histoire qui est celle de as vie, et acquiert concience*

[213] BAYLE (t. 3), 5ª ed., 1740, 548 b.

[214] VICO. *Scienza nuova*. (vol. 1). Bari, 1928, 1, 4; 1, 3, p. 128, 117, 91 (cf. nota 156).

[215] FONTENELLE. Sur l'histoire. In: *Oeuvres complètes* (t. 2). Paris, 1818 (reimpresso em Genebra, 1968, p. 424 e segs.).

[216] DIECKMANN, Herbert. *Cinq leçons sur Diderot*. Genebra, 1959, p. 49.

de lui".[217] A internalização da História na consciência e – em Rousseau – o rompimento do espaço histórico interno, onde a natureza do homem (historicamente corrompida, mas ao mesmo tempo tornada consciente) deve ser reconciliada consigo mesma no mundo histórico, trouxe consigo dificuldades que não podiam ser solucionadas com os meios existentes. A expansão espacial e a exatidão derivadas da "*histoire naturelle*" podiam enxergar "desenvolvimento" no detalhe – na arte e na ciência –, e, com isso, uma História com sentido. Mas não eram capazes de compreender História como um todo, por meio do moderno conceito de tempo. Voltaire transforma em objeto de pesquisa histórica – com um singular coletivo – "*l'histoire de l'esprit humain*". E, numa analogia cosmológica – correspondente à ordem do universo, que antigamente só podia ser imaginada, mas cujas leis agora teriam sido reconhecidas –, ele reivindica como objetivo até então não alcançado: "*C'est donc l'histoire de l'opinion qu'il fallut écrire; et par là ce chaos d'événements, de factions, de révolutions, et de crimes, devenait digne d'être presente aux regards des sages*".[218]

Na Alemanha, o singular coletivo "História" aparece inicialmente no contexto teológico da justificação do mal,[219] mas permanece como objeto subordinado à capacidade teológica de juízo, até o Kant já idoso, que pressupõe o conceito de Newton de tempo absoluto e homogêneo. A irrupção de outra experiência de tempo, junto com a experiência de uma ação política modificada, permitiu que se falasse de "História" num novo sentido, o qual fora preparado e, em alguns casos, quase que conceitualmente antecipado.

5. A respeito da alteração no topos de "*Historia*" e "*Geschichte*"

Os tratados sobre a "arte histórica" e os preâmbulos das obras de História transmitem desde a Antiguidade determinadas fórmulas

[217] DIDEROT. Rêve de d'Alembert (1769). In: Oeuvres complètes (t. 2), 1875, p. 113.

[218] VOLTAIRE. Remarques de l'essai sur les moeurs (1763). In: Oeuvres complètes (t. 24), 1879, p. 547.

[219] Albrecht von Haller, em "Über den Ursprung des Übels" (1734), modifica, na 4ª edição (1748), o plural "*Geschichten*" [Histórias] para o coletivo singular: "Oh verdade! Diga você mesma, testemunha da História". In: *Gedichte*, 5. Aufl., Zurique, 1750, p. 88.

para delinear a essência e a tarefa da escrita da História de uma maneira geral, mas, ao mesmo tempo, tão concisa quanto possível. Primeiro pressuposto inquestionado foi que a História não era praticada por ela mesma – coisa que somente o Historicismo, mais tarde, pôde pleitear –, mas para um fim. Queria se obter algum ganho com ela, e imaginava-se encontrá-lo no fato de que ela ensinaria e tornaria aplicáveis as experiências dos outros. A maior dificuldade se encontrava na pesquisa e na representação da verdade, e um objetivo que ia além dos citados estava na memória, que a escrita da História possibilitava reproduzir.

A mudança do conceito de "História" pode ser verificada na utilização e na interpretação dos *topoi*. Restringimo-nos aqui a esquematizar essa mudança, além dos temas capacidade de ensinar, verdade e memória.

a) Das "*Historien*" para a "*Geschichte*". Nenhuma frase é citada com tanta frequência na bibliografia histórica quanto a louvação de Cícero sobre as cinco utilidades da *Historie* para o retórico: "*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*".[220] No alemão do final do século XVI, a primeira metade (em geral citada sozinha) diz assim: "*Historien* são um testemunho dos tempos, / uma luz da verdade, / a vida da memória, / uma indicação da antiga forma de ser, / e mestra e educadora da vida humana".[221] E, nesse caso, o plural "*Historien*" indica uma leitura correta do texto, e, ao mesmo tempo, a concepção dominante de História no início da Era Moderna, isto é, que são os relatos de acontecimentos individuais que trazem esse benefício. A unidade da História e sua tradição, formulada bastante cedo, como vimos, só se torna palpável, na ciência histórica da Alemanha, a partir dos anos 1750. Assim, Pütter refere, em 1752: "Fiz um grande esforço para enquadrar a História em certo nexo, de um modo adequado para apresentação em aulas acadêmicas, e, não sei se posso dizer,

[220] CICERO, *De oratore*, 2, 36; cf. 3, 51.

[221] FORBERGER, Georg (tradutor). *Francisci Guicciardini Gründliche unnd wahrhafftige beschreibung aller fürnemen historienn*. Basileia, 1574 (Dedikation), p. 2v.

para enquadrá-la num tipo de sistema".[222] E aquilo que aqui é descrito como decorrente do método, ou até só da didática, Gatterer atribui, alguns anos depois, à própria coisa: "A rigor, existe apenas uma *Historie*, a História dos povos, e esta é a verdadeira e efetiva História universal; uma obra que ainda não foi escrita". Ele pode afirmar que "a História ... deve ser toda ela uma interconexão", e manifestar o desejo de que "o mais alto grau de pragmatismo na História seria a ideia da interconexão geral das coisas no mundo (*nexus rerum universalis*). Pois nenhum acontecimento no mundo é, por assim dizer, insular".[223]

b) *Magistra vitae*, capacidade de ensinar e utilidade. Só agora "a História" pode ensinar, comprovar ou exigir, e a mais recortada parte do *topos* ciceroniano – "*historia magistra vitae*", que serviu de epígrafe para as disputas seculares em torno da capacidade de ensinar e de servir de exemplo, da experiência histórica, e cuja dissolução pode ser interpretada pela teoria histórica[224] –, essa parte agora é parafraseada da seguinte forma: "A História é a mais confiável mestra da moral".[225] Essa fixação daquilo que é historicamente possível ensinar à moral identifica uma tendência importante, mas não é representativa do todo. Na década de 1730, Schmauss classificou a *Historie* – num sentido polêmico, contra seu abuso edificante – como "uma escola dos servos do Estado",[226] e quase um século antes, encontramos a seguinte feliz formulação: "E a vida política não sobrevive sem *Historien*".[227]

As diferentes traduções indicam, que não só o conceito de "História" havia mudado, mas também o de vida, e o daquilo que

[222] PÜTTER, Johann Stephan. *Grundriss der Staatsveränderungen des Teutschen Reichs*. 2. Aufl., Göttingen, 1755 (Vorrede zur 1. Auflage, 1752), p. V.

[223] GATTERER, Johann Christoph. Vom historischen Plan und der darauf sich gründenden Zusammenfügung der Erzählung. In: GATTERER. *Historische Bibliothek* (vol. 1), 1767, p. 25, 26, 28, 85.

[224] KOSELLECK, Reinhart. Historia magistra vitae. In: BRAUN, Hermann; RIEDEL, Manfred (eds.). *Natur und Geschichte*. Festschrift für Karl Löwith. Stuttgart, 1967, p. 196 e segs.

[225] ADELUNG (vol. 2), 1775, p. 601.

[226] Johann Jakob Schmauss, num parecer sobre a fundação da Universidade de Göttingen, citado por SELLE, Götz v. *Die Georg-August-Universität zu Göttingen 1737-1837*. Göttingen, 1937, p. 21 e seg.

[227] GARZONI, Thomas. *Piazza universall*. Frankfurt, 1641, p. 408.

era ensinável ou digno de ser ensinado. No próprio Cícero, "*magistra vitae*" não é uma distinção exclusiva da História – em outro lugar se atribui o mesmo à Filosofia.[228] Mas a História conquista, dessa forma, um lugar dentro da Retórica, e isso significa, para a Antiguidade e para as repúblicas do Renascimento, que, ao lado da Estratégia e da Economia, as três possuem a capacidade, junto com a Ética, de estar subordinadas à Ciência Política.[229] Por causa de sua abundância de exemplos, a *Historie* fornece a parte empírica viva da Filosofia moral, menos para os historiadores que para o ensino, complementando a parte dogmática. Sêneca reduziu a coisa à curta, mas muito citada, fórmula: "*longum iter est per praecepta, breve et efficax per exempla*".[230] Aquilo que aqui recebe uma fundamentação didática, porém, não deve ser generalizado; o próprio Sêneca alerta contra o recurso irracional a exemplos: "*Inter casuas malorum nostrorum est, quod vivimos ad exempla; nec ratione componimur, sed consuetudine adducimur*".[231] Contra o cientificismo que acredita em exemplos, Roger Bacon ainda – ou já – pode se servir dessa arma.[232] De maneira geral, talvez seja Sir Philip Sidney quem, na Idade Moderna, contesta, pela primeira vez, o valor de exemplos históricos: "*The Historian wanting the precept, is so tyed, not do what shoulde bee, but to what is, to the particular truth of things, and not to the general reason of things, that hys exemple draweth no necessary consequence, and therefore a lesse fruitful doctrine*".[233]

Por essa época, os teóricos da História do final do século XVI haviam desenvolvido critérios que iam além da utilidade expressa no *topos* de Cícero. Mas aquilo que se mantém é a conclusão possível de que é um direito do historiador fazer um julgamento sobre seu objeto, partindo do passado em direção ao futuro, e se mantém igualmente o pressuposto óbvio de que o conhecimento do passado,

[228] CICERO. *Tusculanae disputationes Nicomachea ethica*, 2, 16; cf. 2, 49; 5, 5.

[229] ARISTOTELES. *Nicomachea ethica*, 1094 b.

[230] SENECA. *Epistulae*, 6, 5.

[231] SENECA, *Epistulae*, 123, 6.

[232] BACON, Roger. *Opus tertium*. Londres, 1859, c. 22, p. 72 (ditado por J. S. Brewer).

[233] SIDNEY, Sir Philip. *An apologie for poetrie*. Londres, 1595; reimpresso em Amsterdam/New York, 1971, D 3[v].

em situações semelhantes, deva voltar a ser aplicado. Assim, Patrizi pode sugerir que, ao contrário do surgimento do Estado e da manutenção da dominação, se relate apenas resumidamente, ou nem se relate, sua decadência, já que não se consegue derivar daí nenhum ensinamento para a felicidade do Estado (*all'altrui felictà civile*).[234] É aqui que o interesse do tempo de Montesquieu e de Gibbon sofrerá um deslocamento significativo. E já os poli-historiadores do século XVII não querem mais transformar conhecimento histórico em ação (como propunham Baudouin, Patrizi e Bodin), mas enxergam o objetivo da *Historie* no fato de que os acontecimentos se tornem conhecidos (*ut sciantur*).[235]

É por esse caminho que vai se preparando lentamente uma transformação na compreensão daquilo que é ensinável na História. Máximas para a ação ela não pode mais fornecer, depois das experiências vividas com a Revolução Francesa. "Mas aquilo que a experiência e a História ensinam é que povos e governos nunca aprenderam algo a partir da História" – é o que Hegel pode constatar. "Aquilo que, na História, tem alguma serventia para a formação está na atividade do Espírito, no reconhecimento daquilo ... que ele é: esse processo de auxiliar o Espírito a chegar a ele próprio, a seus conceitos, isto é História".[236] Continuidade na conscientização histórica do espírito é a *Historie* como "História compreendida".[237] "Com isso, também a frase '*Historia magistra vitae*' adquire um sentido superior, mas ao mesmo tempo mais modesto. Através da experiência, queremos nos munir de prudência (para uma outra vez), mas de sabedoria (para sempre)".[238] Dessa forma, Jacob Burckhardt tenta resolver a contenda, mas mesmo assim, economia política e sociologia tentarão prever transformações estruturais a partir da análise de acontecimentos históricos, e, assim, fundamentar

[234] PATRIZI, *Della historia dieci dialoghi* (cf. nota 179), p. 34[v].

[235] Típico para o caso é VOSS, Gerhard. *Ars historica* (1623); 2. ed., Leiden, 1653, p. 15.

[236] Hegel. In: HOFFMEISTER, Johannes (Ed.). *Die Vernunft in der Geschichte*. 5. Aufl. Hamburgo, 1955, p. 19, 183, 72; cf. Droysen. In: HÜBNER, Rudolf (ed.). *Historik*. 4. Aufl., Darmstadt, 1960, p. 353 e segs.

[237] HEGEL. Phänomenologie des Geistes. In: Sämtliche Werke (vol. 2), 1964, p. 620.

[238] Jacob Burckhardt. In: OERI, Jacon (Ed.). *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. 2. Aufl., Berlim/Stuttgart, 1910, p. 9.

cientificamente ações possíveis. E praticamente nenhum dos historiadores mais importantes do século XIX resistiu à tentação de atuar, ao menos por algum tempo, na política, e assim prestar ao *topos* algum tributo em sentido passado.

c) *Lux veritatis*, verdade e reprodutibilidade. De uma maneira geral, o historiador moderno se dedica sobretudo ao presente, enquanto o antigo trabalha em especial para o mundo posterior e sua utilidade ou seu conhecimento.[239] Com isso, a busca por objetividade se desloca. A pergunta de Cícero se não seria óbvio para o historiador "*ne quid falsi dicere audeat? deinde ne quid veri non audeat?*[240] é muito formal para que a segunda parte não motivasse uma crítica fundamentada.[241] Mas a exigência pela verdade faz com que Luciano elaborasse o ideal de um historiador tão imparcial que não consegue ser socialmente localizado em lugar algum: "como estranho, se encontra só nos livros, não se sente em casa em nenhuma cidade, está comprometido unicamente com sua própria lei, e com nenhum senhor, não avalia as opiniões deste ou daquele, mas apenas constata fatos".[242] Para isso, se prestava a metáfora do espelho,[243] que se mantém como um *topos* permanente, na qual a epistemologia se transforma na imagem do espelho vivo, em que primeiro se interpreta Deus ("*speculum aeternitatis vivum, quod est forma formarum*")[244] e depois o homem em seu posicionamento frente ao mundo: "*et in quocunque loco cuncta mundi statueris entia: in eius opposito abs te collocandus et recipiendus est homo, ut sit universorum speculum*".[245] No circuito nebuloso de concepções mágicas, surge

[239] MOMIGLIANO, Arnaldo. Tradition and the classical historian. *History and Theory*, n. 11, p. 297 e segs., em especial p. 291, 1972.

[240] CICERO, *De oratore*, 2, 62

[241] VOLTAIRE. Verbete "Historiographe". In: *Oeuvres complètes* (t. 19). 1879, p. 372.

[242] LUKIAN, *Quomodo historia conscribenda sit*, 41, 1: "*ξένος ἐν τοῖς βιβλίοις, καὶ ἄπολις, αὐτόνομος, ἀβασίλευτος, οὐ τί τῷδε, ἢ τῷδε δόξει, λογιζόμενος, ἀλλὰ τί πέπρακται λέγων*" [na tradução de Jacyntho Lins Brandão, lê-se: "estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou". LUCIANO DE SAMÓSATA. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 71 – nota de Sérgio da Mata].

[243] *Ibid.*, 51, 1.

[244] KUES, Nikolaus von. De visione Dei. In: *Opera* (t. 1). Paris, 1514, p. 107r.

[245] BOVILLUS, Carolus. *Liber de sapiente*. Paris/Amiens, 1510, reimpresso in: CASSIRER, Ernst. *Individuum und Kosmos in der Renaissance*. 3. Aufl., Darmstadt, 1969, p. 353; cf. "miroir vivant"

daí o "espelho criador", que Fausto exige de Mefisto;[246] e com essa imagem Friedrich Meinecke pensava dever caracterizar o Historicismo como a evocação do passado praticada por ela mesma.[247] Mas, em meio à preocupação em torno da inevitável intromissão da individualidade do historiador, também há que distinguir atitudes contrárias. A fé de Ranke na objetividade de uma "História mundial ainda desconhecida",[248] que primeiro deveria ser descoberta, era tão forte que só a contragosto aceitou a expressão provavelmente utilizada pela primeira vez por Goethe em meio à consciência de um "tempo progressivo" de que "a História mundial [*Weltgeschichte*], de tempos em tempos, deveria ser reescrita".[249] Ele ansiava por tomar, "através de uma visão baseada em simpatia, uma co-ciência do universo"[250]: "gostaria de, por assim dizer, apagar o meu próprio eu, e deixar aparecer apenas as coisas, as forças poderosas".[251] Em contrapartida, Jacob Burckhardt diz, em vista da "cegueira de nossos desejos" frente ao futuro: "Se pudéssemos abrir mão por completo de nossa individualidade e encarar a História do tempo que vem com tanta tranquilidade e intranquilidade quanto ... o espetáculo da natureza ..., então talvez vivenciaríamos, de forma consciente, um dos maiores capítulos da História do espírito". E diante das profundas transformações – sem temer ou depositar esperança –, devido à importância do objeto, fica-se praticamente obrigado a buscar apenas "conhecimento".[252]

Mais subjetividade se encontra na comparação com o desenho, a pintura, o *tableau*. Nas discussões estéticas do século XVIII, existe uma preferência por explicar a peculiaridade da literatura

em LEIBNIZ, Nouveaux essais sur l'entendement humain. In: GERHARDT, C. J. (Ed.). *Philosophische Schriften* (vol. 5). Berlim, 1882, 2, 21, § 72, p. 196.

[246] GOETHE. Faust I, Paralipomenon n. 11. In: *Weimarer Ausgabe* (vol. 14), 1887, p. 291.

[247] MEINECKE, Friedrich. *Schaffender Spiegel*. Stuttgart, 1948, p. 7.

[248] Leopold von Ranke, em carta a Heinrich Ritter, de 22 de março de 1828. In: *Sämtliche Werke* (vol. 53/54). 2ª e 3ª eds., 1890, p. 195.

[249] GOETHE. Geschichte der Farbenlehre, 4ª seção, século XVI, Baco von Verulam (1810). In: *Die Schriften zur Naturwissenschaft* (vol. 6/1). Weimar, 1957, p. 149.

[250] RANKE. Tagebuchblätter. In: *Sämtliche Werke* (vol. 53/54), p. 569 e seg.

[251] RANKE. Englische Geschichte. In: *Sämtliche Werke* (vol. 15), 1870, p. 103.

[252] BURKHARDT, *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, p. 273 e seg.

mediante recurso à pintura, isso mesmo depois que Lessing – no seu *Laokoon* – havia postulado, em 1766, a incomparabilidade através das categorias temporais de sucessão e simultaneidade. Ramler, na tradução de Batteux, parte do pressuposto de que tanto Lebrun quanto Curcio Rufo tenham "pintado" as batalhas de Alexandre: "Este com sinais arbitrários e inventados, isto é, com tintas e pinceladas; aquele com sinais naturais e imitativos, isto é, com palavras. Se eles se mantiveram fiéis à verdade, ambos são autores de *Historien*". E de forma muito vaga, pode-se falar "da pintura geral do gênero humano".[253] Bodmer, na comparação entre acontecimentos históricos e ficcionais, atribui aos primeiros a vantagem "de que são pintados exatamente de acordo com a natureza, e são menos enganosos".[254] O uso das palavras sugere que o caráter de alguém seja pintado, que se forneça um quadro de uma personalidade histórica. Saint-Évremond enxerga a vantagem dos historiadores romanos sobre os posteriores nessa arte, no fato de que lá aqueles que escreviam a História também participavam dela, e que a carreira administrativa em Roma levava a um amplo conhecimento dos homens, através da religião, do comando do exército e da política. Por isso, a "*grande délicatesse de discernement*" na "*peinture*" de um Salústio ou Tácito: "*C'est une certaine différence, dont chaque vice ou chaque vertu est marquée par l'impression particulière qu'elle prend dans les esprits ou elle se trouve*".[255] Numa comparação panorâmica, o cardeal de Retz pode conduzir seu leitor de uma antessala insuficientemente iluminada – que contém o esboço dos antecedentes da guerra civil – para a galeria dos quadros em tamanho natural.[256] Mais geral é a concepção de Gunling: "A *Historie* é um gabinete onde se pode ver tudo aquilo que aconteceu; todas

[253] RAMLER, Karl Wilhelm. *Einleitung in die Schönen Wissenschaften*. Nach dem Französischen des Herrn Batteux (vol. 4). 4. Aufl., Leipzig, 1774, p. 263 e seg., 276.

[254] BODMER, Johann Jacob. Historische Erzählungen, die Denkungsart und Sitten der Alten zu entdecken (1769). In: ERNST, Fritz (Ed.). *Schriften*. Frauenfeld/Zurique, 1938, p. 73.

[255] SAINT-ÉVREMOND. Discours sur les historiens françois. In: *Oeuvres* (t. 3). Amsterdam, 1726, p. 219, 223.

[256] CARDINAL DE RETZ. Mémoires. In: ALLEM, Maurice; THOMAS, Edith (Eds.). Paris, 1956, p. 152.

as '*revolutiones, eventus rerum*' pode-se ver ali".[257] Isso indica para uma espacialização, que também se encontra na ciência natural, onde se deve estudar dentro de um bem-montado "*cabinet d'hisoire naturelle*" o "*système de la nature elle-même*".[258]

Com a representação pictórica, liga-se a imagem da "verdade nua, não enfeitada"[259] que o historiador deve tentar atingir, mas ao lado também está a concepção corrente na Antiguidade de uma verdade só gradativamente desvendada no decorrer do tempo (*chronos*): "*veritas filia temporis*".[260] Metáforas ópticas e espacialização levam Comenius a elaborar uma caricatura dos historiadores, na qual eles estariam olhando "com um tipo de trombones retorcidos ... por sobre os ombros, olhando para trás", situação em que cada um enxerga um quadro diferente, motivado pela perspectiva retorcida (= binóculos).[261] Enfocado de forma positiva, na tradição da doutrina das mônadas de Leibniz, Chladenius só consegue enxergar a História através de determinados "pontos de vista", e representáveis através de "imagens rejuvenescidas".[262]

Por mais plausível que seja, essa comparação contradiz o funcionamento da memória humana, e exatamente também o efeito de exemplos históricos, que podem ser muito mais eficientes que aqueles que são conhecidos por serem do tempo presente.[263] As metáforas óptico-espaciais são substituídas por metáforas mecânicas e dinâmicas, das quais basta citar aqui o *Triebwerk der Begebenheiten* [motor dos acontecimentos] de Gatterer.[264]

[257] GUNDLING, Nicolaus Hieronimus. *Ausführlicher und mit illustren Exempeln aus der Historie und Staaten Notiz erläuterter Discours über Jo. Franc. Buddei Philosophiae Practicae Part. III.* Die Politic. Frankfurt/Leipzig, 1733 (Prolegomena), p. 4.

[258] BOMARE, Valmont de. *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle* (t. 5). [Suíça], 1780, p. 414; cf. p. 430.

[259] BODMER, Erzählungen..., p. 73.

[260] Cf. nota 196; e PANOFSKY, Erwin. *Studies in iconology* (1939) (cap. 3: "Father time"). New York, 1972, p. 69 e segs.

[261] COMENIUS, Johann Amos. *Das Labyrinth der Welt und das Paradies des Herzens* (1631). Jena, 1908, p. 107 [traduzido do tcheco por Zdenko Baudnick].

[262] CHLADENIUS, Johann Martin. *Einleitung zur richtigen Auslegung vernünftiger Reden und Schriften*. Leipzig, 1742; reimpresso em Düsseldorf, 1969, §§ 309, 353.

[263] CARDINAL DE RETZ, Mémoires, p. 161.

[264] GATTERER, Vom historischen Plan... (cf. nota 223), p. 68.

d) *Vita memoriae*, lembrança do não passado. Se as metáforas ópticas estão relacionadas com a etimologia correta da *ἱστορία* grega, que deriva de *οἶδα, ἴσμεν* ("eu sei", aparentado com "*video*"), as metáforas dinâmicas estão relacionadas à etimologia de Platão, pintada em tons irônicos.[265] A transição de uma forma de concepção para outra está esclarecida em Besold: "*Est vita memoriae, quia, quae priscis novique seculis acciderunt, facile e momoria excidere solent. Proinde memoria salutare quase remedium suae infirmitatis et inconstantiae ex Historia haurit: et veluti reviviscit, cum in illa, tanquam in amplissimo aliquo theatro et speculo tersissimo nitidissimique, praeteritorum temporum acta contemplatur. Unde Historiam ἀπὸ τοῦ ἱστάσθαι τὴν τῆς μνήμης ῥύσιν Platonem derivasse ajunt, quod memoriam labilem ac vacillantem, ceu perennem fluvium, sistat*".[266]

É nesse deter e segurar a memória que já se pode compreender a intenção de Tucídides de criar, para além da utilidade e do prazer, uma "posse para sempre", "*κτῆμα τε ἐς αἰεί*".[267] Faz parte da teoria do conhecimento da Era Moderna afastar-se da teoria da reprodução e encarar aquilo que é reconhecido como uma construção, como produto criado pelo espírito que reconhece. No conhecimento histórico, essa visão deve ser atribuída primeiro a Vico, e depois sobretudo a Hegel e a Humboldt. Conseguir que ela também se impusesse na pesquisa histórica, esse foi o esforço apaixonado de Droysen. "Não um quadro do acontecido, mas aquilo que do passado... ainda é não passado" constitui o objeto da pesquisa que deve ser obtido através do processo da compreensão. E "o fato pesquisado encontra-se numa relação com as condições em que ele se insere, seu contraponto, sua crítica e seu julgamento".[268]

[265] FRISK, Hjalmar. *Griechisches etymologliches Wörterbuch* (vol. 1). Heidelberg, 1960, p. 740; (vol. 2) 1970, p. 357; PLATON. *Kratylos*, 437 b.
[266] BESOLD, edição de 1697, p. 394.
[267] THUKYDIDES, I, 22.
[268] DROYSEN, *Historik* (cf. nota 236), p. 316, 20 e seg., 166.

V

A configuração do moderno conceito de História

Reinhart Koselleck

1. O percurso histórico do termo

Quando hoje se fala de "História", estamos diante de uma expressão cujo significado e cujo conteúdo só se consolidou no último terço do século XVIII. "A História" é um conceito moderno que – apesar de resultar da evolução continuada de antigos significados da palavra –, na prática, corresponde a uma configuração nova. Naquilo que tange à História do termo, o conceito se cristaliza a partir de dois processos de longa duração, que no final vão confluir e, assim, desbravar um campo de experiência que antes não podia ser formulado. Por um lado, trata-se da criação do coletivo singular, que reúne a soma das histórias individuais em um conceito comum. Por outro lado, trata-se da fusão de "História" (como conjunto de acontecimentos) e "*Historie*" (como conhecimento, narrativa e ciência históricos).

a) O surgimento do singular coletivo. A configuração feminina no alemão antigo "*gisciht*" e no alemão medieval "*geschiht*" (ao lado de "*sciht*" ou "*schiht*") deriva do alemão arcaico "*scehan*", verbo que deu origem a "*geschehen*" [acontecer] e significa "acontecimento, acaso, processo"; e no alemão medieval, significa ainda: "aquilo que faz parte de uma coisa, característica, modo" [*Weise*], e, de forma mais geral: "essência [*Wesen*], coisa"; e ainda, sobretudo no alemão do início da Era Moderna: "acontecimento, coisa" [*Sache*], mas também "aquilo que acontece a partir de alguém, ato, obra", além disso: "uma sequência de acontecimentos, acaso,

desígnio"; e, finalmente, no alemão do início da Era Moderna, como "*historie*": "narrativa daquilo que aconteceu". Com isso, foi se definindo gradativamente o âmbito humano do fazer e do padecer; a expressão podia substituir *pragmata, res gestae, gesta, facta, accidens, casus, eventus, fortuna*, e outros equivalentes. Em torno do ano 1300, veio se juntar à forma neutra "*daz geschichte*", que foi se difundindo e ainda constitui a forma usual em Lutero, com os significados de: "acontecimento, classificação, ordem".[269]

A partir daí, "*die Geschichte*" ["a História"] (ao lado de "*die Geschicht*", e, desde o século XV, "*die Geschichten*" ["as Histórias"]) foi, até pleno século XVIII, uma forma plural, que designava a soma de histórias individuais. "A História são" – lê-se em Jablonski,[270] em 1748 – "um espelho das virtudes e dos vícios através da qual se pode aprender, a partir da experiência alheia, aquilo que se pode fazer ou se deve deixar de fazer; elas são um monumento tanto das más ações quanto das louváveis". Da mesma forma, Baumgarten define, em 1744, na velha tradição[271]: "A História são, sem dúvida, a parte mais educativa e útil, o mais engraçado da erudição". E inclusive Herder utilizou, eventualmente, "a História" no seu significado aditivo, plural.[272]

Do ponto de vista gramatical, a velha forma plural "a História" podia agora ser lida também como feminino singular. Mas do ponto de vista conceitual, é possível reconhecer um ato consciente na migração do vocábulo "a História" do plural para o singular. Essa migração, porém, começou apenas na segunda metade do século XVIII, a partir de um grande número de escritos histórico-teóricos. E desde então, é o coletivo singular que designa a soma das Histórias individuais como "essência de tudo aquilo que aconteceu no mundo" (Grimm).[273]

[269] GRIMM, vol. 4/1,2, 1897, p. 3857 e segs.; cf. BENECKE; MÜLLER; ZARNCKE (vol. 2/2), 1866, p. 115 e segs.

[270] JABLONSKI, 2. ed., vol. 1, 1748, p. 386. 2. Aufl.

[271] Tradução da *Historie* geral do mundo, em alemão por Siegmund Jacob Baumgarten (vol. 1), Halle, 1744, p. 59 (Vorrede); cf. GEIGER, Paul E. *Das Wort "Geschichte" und seine Zusammensetzung*. Freiburg, 1908, p. 16 [tese de doutorado].

[272] HERDER. Über die neuere Deutsche Literatur (1767/68). In: *Sämtliche Werke* (vol. 1). 1877, p. 262.

[273] Cf. GEIGER, *Das Wort "Geschichte"...*, 9; GRIMM, vol. 4/1,2, p. 3863 e seg; cf. HENNIG, Johannes. Die Geschichte des Wortes "Geschichte". *Deutsche Vierteljahresschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte*, n. 16, 1938, p. 511 e segs.

Em 1775, Adelung registra os dois empregos paralelos: "A História, plur[al] et nom[inativo] sing[ular]... Aquilo que aconteceu, uma coisa acontecida, tanto em sentido mais amplo, qualquer mudança, tanto ativa quanto passiva, que acontece a uma coisa". Em sentido "mais restrito e mais usual", a palavra visa a "diversas mudanças interligadas, as quais, tomadas em conjunto, perfazem um todo... E exatamente nessa compreensão, ela se encontra, muitas vezes, de forma coletiva e sem plural, para vários episódios acontecidos, de uma mesma espécie".[274]

Quando Adelung se deu conta do novo coletivo singular, acabou definindo também sua função, qual seja, a de unificar um série de acontecimentos em um todo inter-relacionado. A "História" recebeu um significado que ultrapassava os diagnósticos e os fatos individuais, como a *Historie* iluminista gostava de destacar. Assim, em 1765, Carl Friedrich Flögel escreveu uma *Geschichte des menschlichen Verstandes* [História da razão humana], na qual examinava as causas "que a levavam a evoluir e a se aperfeiçoar".[275] Em termos modernos, se diria que se tratava de um esboço antropológico e social-histórico, que pretendia explicar o surgimento do homem racional. Que tais processos e sua análise fossem chamados de "História" soou estranho, no início. Ainda em 1778, um resenhista criticava: "A palavra 'História', que está na moda, constitui um abuso formal da linguagem, já que na obra (de Flögel), no máximo, aparecem narrativas nos exemplos".[276] O significado narrativo ou exemplar da palavra, que fora dominante até então, e se referia a histórias individuais, foi perdendo espaço. O novo *slogan* expresso pela palavra "História" identificava um grau de abstração mais elevado, que podia caracterizar unidades sobrepostas de movimento histórico.

"A História" tinha uma complexidade maior que aquela das histórias individuais com que se lidava até então. O conceito subjacente à "palavra da moda" pretendia apreender essa complexidade

[274] ADELUNG, vol. 2, 1775, p. 600 e seg.

[275] FLÖGEL, Carl Friedrich. *Geschichte des menschlichen Verstandes*. Breslau, 1765 (Vorrede).

[276] Resenha da 3ª edição (1776) da obra citada na nota 275. *Allgemeine deutsche Bibliothek*, n. 34, 1778, p. 473.

como uma realidade genuína. Com isso, se explorava uma nova experiência de mundo – exatamente a da História. Um indício seguro para isso são as várias formas de qualificação: "História em si e para si" [*Geschichte an und für sich*], "História em si" [*Geschichte an sich*], [a] "própria História" [*Geschichte selbst*], ou "História como tal" [*Geschichte überhaupt*]. Até então, fora impossível imaginar o termo sem um sujeito – "história" se referia a Carlos Magno, à França, etc. Nas palavras de Chaldenius: "Os acontecimentos, e, portanto, também a História, são mudanças. Eles, porém, pressupõem um sujeito, uma essência duradoura ou uma substância".[277] Ou então, uma história – como narrativa – visava a um objeto que fazia parte dela. Isso mudou tão logo os historiadores iluministas começaram a tentar apreender a "História em si". A "história em si e para si" podia ser pensada sem um sujeito que lhe fosse atribuído. Comparada com a facticidade das pessoas e dos acontecimentos, a "História em si" constituía um metaconceito.

É evidente que, no início, essa guinada se referia apenas ao âmbito dos acontecimentos, como Gundling o formulou, em 1734: "A *Historie* em si mesma, *quatenus res gestas complectitur*, não agudiza o juízo" – o que incluiria a lógica histórica.[278] Ou, como o expressou Haussen, com a palavra alemã: "A História em e diante de si é uma série de acontecimentos, ela não possui princípios gerais, e, por isso, não pode ser encarada como ciência".[279] Mas não se ficou imobilizado nessa contraposição racional de um âmbito de acontecimentos, e o trabalho científico com eles. A genuína reivindicação de uma realidade por parte da História cresceu tão logo ela passou a abranger mais que a soma de todos os fatos – uma acusação reiterada dos iluministas contra seus antecessores fora a de que estes se haviam restringido à enumeração dos fatos.

[277] CHLADENIUS, Johann Martin. *Allgemeine Geschichtswissenschaft, worinnen der Grund zu einer neuen Einsicht in allen Arten der Gelahrheit geleget wird*. Leipzig, 1752, p. 11.

[278] GUNDLING, Nicolaus Hieronymus. *Akademischer Discours über des Freyherrn Samuel von Pufendorffs Einleitung zu der Historie der vornehmsten Reiche und Staaten*. Frankfurt, 1737, p. 2.

[279] HAUSEN, Carl Renatus. Rede von der Theorie der Geschichte. In: *Vermischte Schriften*. Halle, 1766, p. 131.

"Uma série de acontecimentos é chamada uma História", define Chaldenius, em 1752.[280] Mas "a palavra 'série' aqui não significa ... apenas uma multiplicidade ou grande número; mas mostra também as relações entre eles, e mostra que eles formam um conjunto". Essa visão de conjunto – que, em geral, era pragmaticamente interpretado como um emaranhado de causas e efeitos – colocou-se num nível mais elevado que os simples acontecimentos e episódios. "É a grande História" – como disse Planck, em 1781 – que, "como uma planta trepadeira, perpassa muitas histórias pequenas".[281]

Para a História do conceito, foi decisivo que a questão dos efeitos não foi interpretada apenas como uma construção racional – é sobre isso que trata a próxima seção –, mas que ele tenha sido reconhecido como um campo autônomo, que, na sua complexidade, orienta toda a experiência humana. A História sofreu uma alteração linguística, que a transformou no seu próprio objeto.

Em 1767, Iselin perguntou se não teria sido melhor chamar sua *Geschichte der Menschheit* [História da humanidade] de *Von dem Geiste der Geschichte* [Sobre o espírito da História]. Segundo ele, esse título "não ficaria mal para expressar mais claramente a intenção e o conteúdo da obra".[282] Assim, Thomas Abbt fala metaforicamente da "majestade da História", contra a qual não se deveria pecar, aplicando-lhe uma interpretação. Ou então ele pensa que "a História se desenrola continuamente, sem cessar, a partir do ponto de que partiu", e que ela, como um corpo da natureza, possui causas e consequências ordenadas, possuindo, por isso, sua própria "velocidade".[283] Em analogia com o "teatro do mundo", Hausen podia falar agora também do "teatro da História", que teria influência sobre os corações humanos.[284] E, quatro anos depois, em 1774, Herder, "em meio

[280] CHLADENIUS, *Allgemeine Geschichtswissenschaft...*, p. 7.

[281] [PLANCK, Gottlieb Jakob]. *Geschichte der Entstehung, der Veränderungen und der Bildung unseres protestantischen Lehrbegriffs* (vol. 1). Leipzig, 1781, p. IV.

[282] ISELIN, Isaak. Tagebuch [Diário], em 1° de março de 1767, citado por HOF, Ulrich Im. *Isaak Iselin und die Deutsche Spätaufklärung*. Bern/Munique, 1967, p. 90.

[283] ABBT, Thomas. Brief, die neueste Litteratur beteffend, 12. 1762, p. 259, 196 (carta); ABBT, Thomas. Vom Vortrag der Geschichte. In: *Vermischte Werke* (vol. 6). Frankfurt/Leipzig, 1783, p. 124 e seg.

[284] HAUSEN, C. R. *Von dem Einfluss der Geschichte auf das menschliche Herz*. Halle, 1770, p. 8.

a uma crise estranha do espírito humano" – na qual se estaria –, propôs "procurar o sumo e o cerne de toda História".[285]

Uma vez descoberta a História como autônoma e autoativa, ela passa a classificar sua própria representação: "A classificação é a própria História que nos fornece".[286] Mais, ela habilita o historiador a esfriar "a ânsia por heroísmo", própria dos príncipes, "em especial quando a própria História transforma os historiadores em filósofos".[287] Passo a passo, essa História também vai aumentando sua pretensão à verdade, a partir de seu genuíno e complexo conteúdo realista. "A própria História, quando vista em geral, nos dá a melhor indicação das condições de todos os seres sensatos, morais e sociais", escreve Wegelin, em 1783. O Direito Natural e o Direito Internacional Público se baseiam nela, liberdade e moralidade não são viáveis sem ela. "É daí que surge o conceito do mundo moral, ou da relação entre todos os seres pensantes e ativos. Esse conceito geral não é outra coisa que a expressão da História como tal".[288] A fundamentação do Iluminismo histórico em uma História não mais derivada, mas na "História como tal", tinha se definido como conceito.

A História se eleva a algo como uma última instância. Ela se transforma em agente do destino humano ou do progresso social. Nesse sentido, Adam Weishaupt – abstraindo conscientemente de acontecimentos individuais – escrevera sua *Geschichte der Vervollkommnung des menschlichen Geschlechts* [História do aperfeiçoamento do gênero humano]. "Esta foi uma História sem ano nem nome", registrou, com orgulho; "a História do surgimento e do desenvolvimento de nossas paixões e de nossos instintos", que, de agora em diante, devem ser racionalmente controlados; "Que agora se apresentem os atores e representem eles mesmos". Mas a " própria História" [*Geschichte selbst*] continuará a cuidar para que tudo

[285] HERDER. Auch eine Philosophie der Geschichte zur Bildung der Menschheit (1774). In: *Sämtliche Werke* (vol. 5). 1891, p. 589.

[286] MOSHEIM, Johann Lorenz v. *Geschichte der Kirchenverbesserung im sechzehnten Jahrhundert*. Leipzig, 1773, p. 4 [editado por Johann August Christoph von Einem].

[287] [VOGT, Nikolaus]. *Anzeige, wie wir die Geschichte behandeln, benutzen und darstellen werden*. Mainz, 1783, p. 19.

[288] WEGELIN, Jakob. *Briefe über den Werth der Geschichte*. Berlin, 1783, p. 24.

desemboque na perfeição, sem qualquer erro, pois "a História em todos os tempos conseguiu vencer os mais obstinados equívocos".[289]

Há motivos para enxergar nessa nova conceitualização – que remete a História, como *agens*, a si mesma – a velada ou modificada providência divina, o que – naquilo que tange aos efeitos históricos – está correto. No sentido de uma História revelada por Deus, Agostinho, por exemplo, havia constatado que as representações históricas tratam de instituições humanas, mas que a própria História ("*ipsa historia*") não é uma instituição humana. Pois aquilo que aconteceu e não pode ser revertido, isso faz parte da sequência dos tempos ("*in ordine temporum habenda sunt*"), cujo fundador e administrador seria Deus.[290]

Não há dúvida de que a historicidade de Jesus como fonte empírica da revelação contribuiu em muito para dar ao conceito de História uma pretensão enfática à verdade. "Pois o sacramento ou a História, e as palavras, / quando se fala do sacramento, / são duas coisas diferentes" (Lutero).[291] Hamann já utiliza o singular coletivo, quando definiu "a História, a natureza e a revelação" como as três fontes de conhecimento sensato, ou ainda mais, quando confronta a História com o acontecido: "Sem autoridade, a verdade da História (desaparece) junto com o próprio acontecido".[292] Foi, sobretudo, com Herder, e, no campo suábio, com os pietistas teológico-federais [*föderaltheologische Pietisten*]* que a moderna utilização

[289] WEISHAUPT, Adam. *Geschichte der Vervollkommnung des menschlichen Geschlechts* (vol. 1). Frankfurt/Leipzig, 1788, p. 228.

[290] AUGUSTIN, De doctrina christiana, 2, 28 (44), In: *Corpus christianorum* (vol. 32), p. 63 (cf. nota 22).

[291] LUTHER, Vom Abendmahl Christi, Bekenntnis (1528). In: *Weimarer Ausgabe* (vol. 26), 1909, p. 410. "*Denn das sacrament odder geschicht und die wort / so man vom sacrament redet / sind zweyerley*".

[292] HAMANN, Johann Georg. Briefe eines Vaters I (em torno de 1755). In: NADLER, Josef (Ed.). Sämtliche Werke (vol. 4). Viena, 1952, p. 217; Golgatha und Scheblemini (1784). *Sämtliche Werke* (vol. 3), 1951, p. 304; cf. *Sämtliche Werke* (vol. 1), 1949, p. 9, 53, 303; *Sämtliche Werke* (vol. 2), 1950, p. 64. 176, 386 ("Polemik gegen den *scharfsinnigen Chladenius*" – polêmica contra o sagaz Chladenius); *Sämtliche Werke* (vol. 3), p. 311, 382.

* O Pietismo foi um movimento religioso iniciado no século XVII, que pretendia fazer uma "Reforma da Reforma", ao contrapor-se à ortodoxia reformista e aos seus excessos institucionais, recuperando a importância da subjetividade e da vivência pessoal da religiosidade. A "Teologia federal" entendia a "História como a concretização da graça" divina, História que transcorreria em cinco fases, a começar na criação narrada no Velho Testamento, de forma que a "História divina se transformaria em um drama com sentido unitário". JACOB, P. Föderaltheologie. In: *Die Religion in Geschichte und Gegenwart* [RGG]. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1957, col. 1520 [N. T.].

da palavra foi levada avante. A efetividade da História recebe consagração própria através da encarnação de Cristo.[293] Wizenmann escreve: "Finalmente, chegou a hora em que se começa a tratar a História de Jesus não só como um livro com sentenças para a dogmática, mas como alta História da humanidade. [...]. Gostaria de confirmar muito mais a Filosofia a partir da História do que a História a partir da Filosofia". Um único fato novo conseguiria derrubar sistemas inteiros. "História é a fonte da qual deve emanar tudo".[294]

O que caracterizou o novo conceito de uma "História como tal" [*Geschichte überhaupt*] foi sua capacidade de abrir mão do recurso a Deus. Paralelamente, ocorreu a revelação de um tempo que é peculiar à História. Ele abarca – como destaca Chladenius, em oposição ao linguajar usual – todas as três dimensões temporais: "Coisas futuras fazem parte do historiar. [...]. Pois, mesmo que o conhecimento do futuro, em oposição ao conhecimento do passado, seja muito limitado e breve, mesmo assim temos várias perspectivas de perscrutar o futuro, não só através da revelação, mas também da astronomia e dos assuntos civis", bem como da "arte médica". "E por isso, na doutrina racional da História, esse conceito deve ser tomado de forma tão ampla que inclua o futuro".[295] E, em contraposição à expectativa cristã, essa História adquire, em Chladenius, um horizonte fundamentalmente ilimitado, "pois a História em si e diante de si [*Geschichte an und vor sich*] não tem fim".[296]

Kant, mais tarde, polemiza de forma aberta contra a "fé messiânica na História", a qual pretenderia interpretar e delimitar o transcurso dos acontecimentos segundo uma *ordo temporum*, como o teria feito Bengel, na sua interpretação do apocalipse de João:

[293] A respeito do então novo conceito de *Tatsache* ou fato, cf. STAATS, Reinhart. Der theologiegeschichtliche Hintergrund des Begriffs "Tatsache". *Zeitschrift für Theologie und Kirche*, n. 70, 1973, p. 316 e segs.

[294] WIZEMANN, Thomas. *Die Geschichte Jesu nach dem Matthäus als Selbstbeweis ihrer Zuverlässigkeit betrachtet*. Leipzig, 1789, p. 67, 55 (editado por Johann Friedrich Kleuker).

[295] CHLADENIUS, *Allgemeine Geschichtswissenschaft...*, p. 15.

[296] *Ibid.*, p. 147.

"como se não fosse a cronologia que deve guiar-se pela História, mas, inversamente, a História pela cronologia".[297]

Com isso, Kant definira que a História é mais que a soma temporal de dados individuais, que, em última instância, se alinham num tempo natural. A revelação de um tempo genuinamente histórico no conceito de História coincidiu com a experiência da "Era Moderna". Desde então, os historiadores estão obrigados a verificar relações que não se orientam mais pela sucessão natural de gerações de soberanos, pelas órbitas das estrelas ou pela mística figural do simbolismo numérico dos cristãos. A História funda sua própria cronologia.

Já em 1767, Gatterer falava de "sistemas de acontecimentos", pretendendo, com isso, descrever o resultado para o qual o novo conceito de História ainda não se havia institucionalizado: "É verdade que sistemas de acontecimentos possuem seu próprio percurso temporal, mas ele não se orienta pela divisão civil do tempo".[298]

Através de reflexões como aquela a respeito do tempo histórico, o conceito de História incorporou o conteúdo complexo de realidade que acabou garantindo à "própria História" [*Geschichte selbst*] uma pretensão de verdade especial. A desclassificação aristotélica da *Historie*, que lhe atribuíra uma simples adição de fatos cronológicos, foi, assim, abandonada.[299] Com isso, através da constituição de um conceito, se abrira um novo espaço de experiência, que marcaria o período seguinte. Para resumir, vamos citar três critérios.

A História no coletivo singular definiu as condições para as possíveis Histórias individuais. Todas as Histórias individuais passaram, desde então, a se localizar numa relação complexa, cujo efeito é peculiar e autônomo. "Acima das Histórias está a História" – assim Droysen resumiu, em 1858, o novo mundo vivido da História.[300]

Esse mundo da experiência tinha sua pretensão imanente de verdade. Aquilo que interessava não era mais o antigo *topos* que

[297] KANT. Der Streit der Fakultäten (1798). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 7), 1907, p. 62; KANT, Anthropologie (1798). In: *ibid.*, p. 195.

[298] Gatterer, Vom historischen Plan... (cf. nota 223), p. 81.

[299] ARISTOTELES, *Poetik*, 1451 b.

[300] DROYSEN, *Historik* (cf. nota 236), p. 354.

costumava ser passado adiante, no sentido de que História só poderia escrever aquele que a tivesse visto ou participado dela. História, pelo contrário, se transformou, agora, no espaço de vivência propriamente dito, e ele, por sua vez, permite fazer juízos históricos. "A respeito de História ninguém pode julgar a não ser aquele que vivenciou História em si mesmo", constatou Goethe.[301]

Finalmente, para caracterizar a autorreferenciação da História a si mesma, como última instância, se recorrera à expressão "História como tal" [*Geschichte überhaupt*], e a algumas fórmulas correspondentes. Mas, dentro de pouco tempo, o sentido pretendido se incorporou na simples palavra "História". Essa História como sujeito de si mesma se transformou num *agens* autoativo, de forma que Hegel, mais tarde, pôde falar do "trabalho da História".[302]

Nas décadas das simplificações e das singularizações, quando, a partir das liberdades, surgiu "a liberdade", e das revoluções surgiu "a revolução", a História subordinou a si as histórias individuais. Esse é o conceito que na economia linguística histórico-política dos alemães parece ocupar aquele lugar que "revolução" ocupa no francês. A "História" já aparece como conceito antes da Revolução Francesa, os contextos revolucionários transformarão aquilo que era surpreendentemente único nessa nova História numa proposição axiomática de vida.

b) A fusão de "*Historie*" e "*Geschichte* [História]". A História, cuja ampliação de sentido foi explicitada até aqui, não foi apenas um novo conceito de realidade, mas também um novo conceito de reflexão. Depois de 1780, Herder pôde empregar o coletivo singular para os dois níveis, numa mesma frase: "O fato é o fundamento de tudo aquilo que é divino na religião, e esta só pode ser apresentada na História, a religião mesma precisa se tornar constantemente História viva. A História constitui, portanto, o fundamento da Bíblia".[303] Agora se pretende comprovar aquilo que as citações até então apresentadas

[301] GOETHE. Maximen und Reflexionen, n. 217. In: *Hamburger Ausgabe* (vol. 12), 1953, p. 395.

[302] HEGEL, *Die Vernunft*... (cf. nota 236), p. 182.

[303] HERDER, Briefe das Studium der Theologie betreffend (1780-85). In: *Sämtliche Werke* (vol. 10), 1879, p. 257 e seg. A respeito, cf. STAATS, Der theologiegeschichtliche Hintergrund des Begriffs "Tatsachen", p. 327.

apenas deixavam transparecer: que o novo espaço de vivência da História só foi explorado porque a reflexão sobre ela correu paralela ao conceito. Na história do termo, isso se evidencia no fato de que no último terço do século XVIII o conteúdo do significado de "*Historie*" – mediante gradativa exclusão dessa palavra – acabou sendo totalmente absorvido por "*Geschichte*" [História].

Desde a germanização da palavra latina "*historia*", no século XIII,[304] "*Geschicht(e)*" e "*Historie*" tinham mantido significados claramente distintos, como já acontece em Conrado de Megenberg: "... aquilo que as *Historien* dizem, isso são os escritos das *geschichten* nos países e nos tempos".[305] Em 1542 Burkart faz uma rima: "quando tais *Geschichten* tiveram lugar, / como em *Historien* se pode observar".[306] O campo "objetivo" dos acontecimentos e da ação bem como o conhecimento "subjetivo", a narrativa, ou – mais tarde – a ciência a respeito, puderam, até o século XVIII, ser designados com terminologia separada. Assim, lê-se no prefácio a um dicionário geográfico de 1705: "*Historie* ou ciência da História".[307] É evidente que essa contraposição raramente foi observada com tanto rigor quanto em definições. O significado de uma influenciava o da outra, ainda que com intensidade variável.

A sobreposição dos dois campos semânticos pode ser constatada nos vocabulários do século XV: "*historia*" é traduzida por "um acontecimento, uma coisa que aconteceu, *geschicht*, um discurso escrito que conta como aconteceu" e "*historie* (*history*)".[308] Tanto "coisa acontecida" quanto "*historie*" constam como "*historia*", que é definida como "*res facta*" e como "relato de uma história sobre

[304] RUPP, Heinz; KÖHLER, Oskar. Historia – Geschichte. *Saeculum*, n. 2, 1951, p. 632.

[305] MEGENBERG, Konrad von. *Buch der Natur* (cerca de 1350) (editado por Franz Pfeiffer, em Stuttgart, 1861; reimpresso em Hildesheim, 1971), p. 358. "sam die historien sagent, daz sind die geschrift von den geschichten in den landen und in den zeiten".

[306] WALDIS, Burkart. *Streitgedicht* (1542) (editado por Friedrich Koldewey em Halle, 1883, p. 33). "Wan solch geschichte sein geschehen, / Wie in historien ist zusehen".

[307] Citado por GEIGER, *Das Wort "Geschichte"*..., p. 15 com plural típico, ainda que também com a nova forma plural "Geschichten".

[308] DIEFENBACH, Lorenz. *Glossarium Latino-Germanicum mediae et infimae aetatis*. Frankfurt, 1857, p. 279. "eyn geschehen, eyn ding dz geschen ist, geschicht, ein gescriben red der getad as es gescach" e "historie (history)".

uma coisa acontecida", tudo ao mesmo tempo.[309] Essa expansão da "*Historie*" para os próprios acontecimentos ou seu transcurso se mantém ininterrupta, no nível dos dicionários.[310] Em contraposição, na bibliografia histórica, começa a se impor, por afinidade com a língua latina culta, a definição que tem sua origem em Cícero: "A *Historie* – diz Hederich, em 1711 – é uma narrativa verdadeira de

[309] *Vocabularium incipiens Teutonicum ante Latinum* (Nürnberg, 1482), p. 47r. 62r; *Vocabularius gemma gemmarum* (Strassburgo, 1508), p. 58v; DASYPODIUS, Petrus. *Dictionarium Latino-Germanicum* (latim/alemão) (Strassburgo, 1536; reimpresso em Hildesheim, 1974), p. 93r. "ein geschichterzelung einer geschehenen sach".

[310] *Vocabularius incipiens Teutonicum ante Latinum*, p. 47r: "*Geschehen ding. historia. unde historiographus. ein schreiber der geschicht*"; ibid., p. 62r: "*Historie. historia. vulgare geschehen ding*"; *Vocabularius gemma gemmarum*, p. 58r: "*Historia est res facta: ein geschehen ding oder history. Historiographus est scriptor historiarum: ein historien schryber*"; DASYPODIUS, *Dictionarium*, p. 93r: "*Historia, Ein geschicht/ erzelung einer geschehenen sach. Historicus, et Historiographus, ein geschichtschreiber*"; cf. *ibid.*, p. 3r: "*Acta, Handlungen/geschichten*"; ibid., p. 67r: "*Factum, Ein geschicht oder that*"; ibid., alemão-latim, p. 332r: "*Geschehen. Fieri. ordentlich Geschicht/da alle umbstend gemeldet werden. Historia Geschichtbuch auff järliche leuff/oder rein jarbuch. Annales*"; cf. ibid., p. 437r: "*Thaat/geschicht. Factum*"; SCHÖPPER, Jacob. *Synonima*. Dortmund, 1550 (reimpressão editada por Karl Schulte-Kemminghausen, Dortmund, 1927), p. 29: "*Das ist / Mancherley gattungen Deutscher worter/so im Grund einerley bedeutung haben*"; "*Factum: That / geschicht / handel*"; MAALER, 1561 (cf. nota 314); FRISIUS, Johannes. *Dictionarium Latinogermanicum* (editado em Zurique, 1574), p. 630: "*Historia. Ein history / Ein geschicht / Ein ordenliche erzellung und erklärung waarhafftter / grundtlicher unn geschächner dingen*"; HENISCH, Georg. Teutsche Sprach und Weissheit. In: *Thesaurus linguae et sapientiae Germanicae* (vol. 1). Augsburg, 1616, p. 1530 e seg, 1534: "*Geschehen / sich zu tragen / begeben / begegnen / fieri, evenire, cadere, incidere, accidere, contingere, venire, evenire usu, geri, confore. Der.(ivativum) Geschicht / es geschicht / evenit, accidit. Geschicht / eventus, acta, actum, gestum, historia. Geschehen ding / gesta, res actae, res gestae. Geschicht / es geschicht / accidit, contingit. Siehe geschehen. Geschicht / (die) historia. Geschicht / eines thun und lassen / actus hujus actus. Der.(ivatium) Geschicht / that / acta, gesta historia .... Geschichten und Handlungen / acta*"; DHUEZ, Nathanael (Ed.). *Dictionaire françois-allemand-latin*. Leyden, 1642, p. 149: "*Geschicht / That / Acte, Gesta, Facta. Histori / Histoire, Historia, Historie, Ein Geschicht / und Geschichtbuch / Historia*"; *Dictionaire François-allemand-latin (1675)*, p. 617: "*histoire, narré, eine Erzehlung / Geschicht / Historia, narratio, enarratio. Histoire digerée, par suitte d'années, Ein Geschichtbuch nach Ordnung der Zeit eingerichtet / Gestarum rerum annales. historier, descrire, Beschreiben / in einer Geschicht verfassen / Describere*"; STIELER (1691), p. 1746: "*Geschicht / die / factum, historia, actum, res gestae. Geschicht erzehlen / historiam narrare, commemorare. Geschichte schreiben / scribere res gestas, monumenta factorum componere*"; POMEY, *Le Grand Dictionaire Royal* (1715) (t. 1), p. 485: "*Histoire, haec historia, haec narratio, eine Geschicht / Geschichts-Erzählung*"; ibid. (t. 2), p. 144: "*Historia, histoire, rapport des choses veritables, eine Historie, eine wahrhaftige Erzählung geschehener Dinge*"; ibid. (t. 3), p. 129: "*Geschicht / Tat / acte, histoire, gesta, facta*"; STEINBACH, Christoph Ernst. *Vollständiges Deutsches Wörter-Buch* (vol. 2). Breslau, 1734; reimpresso em Hildesheim, 1973, p. 395: "*Geschichte (die) factum, res gesta, historia*"; FRISCH, *Deutsch-lateinisches Wörterbuch* (vol. 2), 1741, p. 176: "*Schicht, Geschichte, ist veraltet, und Geschichte von geschehen, geblieben (...) factum, historia, siehe Historie*"; *ibid.*, p. 168: "*Schehen, Geschehen, fieri, evenire, accidere*"; *ibid.* (vol. 1), p. 456: "*Historie, vom lateinischen historia, Geschicht-Beschreibung oder Erzählung dessen, was bei etwas nötig ist ... Eine Historie von etwas schreiben, historiae aliquid mandare eines Dings Historie schreiben, historiam scribere, res gestas scribere*".

coisas acontecidas".[311] Uma versão que tivesse em vista a relação dos objetos em si – como aparece uma vez em Leibniz – foi extremamente rara: "... que nenhum eleitor e príncipe faça mais entre o público, e, portanto, participa mais da História Universal [*Universal Histori*] dessa época que o eleitor de Brandenburgo".[312]

Enquanto "*Historie*" se manteve relativamente imune a uma contaminação por parte de "*Geschichte*", a transferência do significado de "*Historie*" para "*Geschichte*" se realizou de forma muito mais rápida e profunda. Lutero já utiliza "*Geschicht(e)*" em ambos os sentidos de "acontecimento" e "narrativa", em certa oportunidade, até numa mesma frase: "Mas a *História* do rei Davi, as primeiras e as últimas, veja que estão escritas entre as Histórias de Samuel".[313] Josua Maaler registrou, em 1561, para "*Geschichte*": "narrativa ordenada e explicação de coisas verdadeiras, fundamentais e acontecidas", e, ao lado: "Histórias e ações. *Acta*".[314] Nos títulos dos livros do século XVII, são utilizadas, com frequência, formas duplas, como: "*Historie* e/ou *Geschichte* de ..."[315], com que se pretendia expressar a distinção, mas ao mesmo tempo também já a convergência de contexto de acontecimentos com narrativa. No final, não foi a expressão "*Historie*", mas sim "*Geschichte*" que fundiu os dois campos semânticos. O famoso título do livro de Johann Joachim Winckelmann *Geschichte der Kunst des Altertums* [História da arte da Antiguidade], de 1764, reduziu ambos os significados a um denominador tão comum[316] que não se consegue mais derivar da palavra se o destaque recai sobre o objeto narrado ou sobre a representação. Desde meados do século, o título "*Geschichte*" vai expulsando, gradativamente "*Historie*" das capas dos

[311] HEDERICH, Benjamin. *Anleitung zu den fürnehmsten historischen Wissenschaften*. 2ª ed., Wittenberg, 1711, p. 186.

[312] LEIBNIZ. In: KLOPP, Arno (Ed.). *Werke* (1ª série, vol. 10). Hannover, 1877, p. 33.

[313] LUTHER, 1. Chronik 30; 29 [Zerbster Handschrift, 1523; contagem moderna: 29, 29]. In: *Weimarer Ausgabe*, Deutsche Bibel (vol. 1), 1906, p. 281 e seg. "*Die geschicht aber des koniges Dauid beyde die ersten und letzten sihe die sind geschrieben unter den geschichten Samuel*".

[314] MAALER, 1561, 195 b. "*Ein ordenliche Erzellung und erklärung waarhafter, grundtlicher und geschächner dingen*"; "*Geschichten und handlungen. Acta*".

[315] Cf. GEIGER, *Das Wort "Geschichte"...*, p. 14.

[316] WINCKELMANN, J. J. Geschichte der Kunst des Altertums. In: EISELEIN, Joseph (Ed.). *Sämtliche Werke* (vol. 3). Donaueschingen, 1825.

livros históricos[317]; os poucos títulos com "*Historie*" correspondem numericamente àqueles com o plural "*Geschichten*".[318]

Winckelmann explicou o conceito, que ele entendia como novo, apontando em especial para as intenções sistemáticas que estariam por trás dele: "A História da arte da Antiguidade que eu resolvi escrever não constitui um simples relato da sequência de tempo das transformações da mesma, pois eu adoto a palavra História em seu sentido mais amplo, sentido que ela possui na língua grega, e minha intenção é apresentar uma estrutura doutrinária [*Lehrgebäude*]".[319]

Com isso, Winckelmann citara a segunda fonte de que se alimentava o moderno coletivo singular. O fato de imaginar uma "História" que fosse além da narrativa de transformações representava criatividade teórica. Ela fazia com que a realidade da História desembocasse num "*Lehrgebäude*", numa "estrutura doutrinária", sem a qual a história dos acontecimentos nem poderia ser reconhecida. Somente através da reflexão sobre as histórias individuais é que "a História" poderia ser desvendada.

Naquilo que tange à História dos vocábulos, a "*Historie*" deu sua contribuição, tal qual ela, desde o Humanismo, foi pensada e definida, nos muitos manuais sobre arte e metodologia escritos por historiadores. A "*Historie*" como doutrina ou como disciplina científica, desde sempre, pôde ser utilizada de forma reflexiva e sem objeto. A partir de Cícero, o conhecimento reunido sobre as histórias individuais fora subsumido, coletivamente, no termo "*historia*": "*Historia magistra vitae*".[320] Quero citar um comprovante historicamente importante das inúmeras variantes que destacam a função pedagógica dessa *historia*: "*Porro* – disse Melanchton – *non alia pars literarum plus aut voluptatis aut utilitatis adfert studiosis, quam*

[317] Cf. HEINSIUS, Wilhelm. *Allgemeines Bücher-Lexicon oder vollständiges Alphabetisches Verzeichniss der von 1700 bis zum Ende 1810 erschienenen Bücher* (2 vols.). 2. ed., Leipzig, 1812, p. 82 e segs., 391 e seg.

[318] KAISER, Christian Gottlob. *Index locupletissimus librorum*. Vollständiges Bücher-Lexikon, enthaltend alle von 1750 bis zu Ende des Jahres 1832 in Deutschland und in den angrenzenden Ländern gedruckten Bücher (vol. 2). Leipzig, 1834, p. 355 e segs., 368; (vol. 3) 1835, p. 155.

[319] WINCKELMANN, *Geschichte der Kunst*..., p. 9 (Vorrede).

[320] Cf. KOSELLECK, Historia magistra vitae (cf. nota 224), p. 196 e segs.

historia".[321] Puffendorf, provavelmente, foi o primeiro que, em 1682, chamou de ciência o conhecimento criticamente verificado das Histórias a serem ensinadas. "A *Historie* (seria) a ciência mais graciosa e útil".[322]

Esse significado aparentemente passou sem constrangimento para "a História". Pomey, em 1715, ainda precisou traduzir "*Historia*" por "*Geschichts-Beschreibung* [descrição da História]", ao registrar os *topoi* ciceronianos: "A descrição da História é um testemunho do tempo, uma luz da verdade, uma mestra da vida, e uma narradora de todas as coisas que aconteceram antes de nós".[323] O tradutor Rollins, em 1748, já pôde colocar ali o coletivo singular alemão: "A *Geschichte* [História] é, com justiça, a testemunha do tempo".[324]

Desde então, se tornou difícil distinguir entre a "verdadeira" História e a História ativamente refletida. Frederico, o Grande, ainda ficou desnorteado quando o bibliotecário Johann Erich Biester lhe disse que "se dedicava preferencialmente à *Geschichte* [História]". O rei perguntou "se isso significava a mesma coisa que *Historie*, pois não conhecia a palavra alemã". Ele terá conhecido a palavra, mas não seu sentido reflexivo contido no novo coletivo singular.[325] Em 1777 já se diz de forma bem natural que Iselin pretendeu "estudar a História" e tornar-se "professor de História".[326]

Em 1775 Adelung, finalmente, registrou a vitória da "História". A expressão possuiria três significados equivalentes, que não se perderam, desde então: "1. Aquilo que aconteceu, uma coisa acontecida... 2. A narrativa de tal História ou de episódios acontecidos; a *Historie*... 3. O conhecimento dos episódios acontecidos, o estudo da História [*Geschichtskunde*], sem plural. A História é a mais confiável mestra da moral" – como dirá ao explicar o último

[321] Melanchton, em carta a Christoph Stalberg de 1526. In: *Corpus reformatorum* (vol. 1), 1834, p. 837.

[322] PUFENDORF, Samuel. *Einleitung zu der Historie der Vornehmsten Reiche und Staaten*. Frankfurt, 1682, p. 1' (Vorrede).

[323] POMEY, *Le Grand Dictionaire Royal* (t. 1), 1715, p. 485.

[324] ROLLIN, Charles. *Historie alter Zeiten und Völcker* (vol. 12). Dresden/Leipzig, 1748, p. 221.

[325] BÖTTIGER, Hoftat. Erinnerungen an das literarische Berlin im August 1796. In: EBERT, Friedrich Adolph. *Überlieferungen zur Geschichte, Literatur und Kunst der Vor- und Mitwelt* (vol. 2/1). Dresden, 1827, p. 42.

[326] ISELIN, Isaak (Ed.). *Ephemeriden der Menschheit* (11' parte). 1777, p. 122 e seg., nota.

ponto. No breve verbete sobre "a História", aparecem as mesmas definições, e Adelung acrescenta: "Para todos esses sentidos, pode-se utilizar agora – ao menos numa escrita elegante – a palavra alemã *Geschichte*".[327]

Claro, seria possível interpretar essa constatação – que Adelung certamente também registrou por razões linguístico-políticas – de forma puramente onomasiológica, no sentido de que o espaço semântico de uma palavra ("*Historie*") simplesmente foi assumido por outra palavra ("*Geschichte*"). Mas a história vocabular mostrou que tais convergências foram possíveis e corriqueiras, desde o final da Idade Média. Também não é decisivo que "*Historie*" agora podia ser usada, sem restrições, no sentido de "*Geschichte*", coisa que a *Deutsche Encyclopedie* [Enciclopédia alemã] – apesar de eruditas diferenciações – confirma.[328] O que é decisivo é que, no último terço do século XVIII, foi transposto um patamar. Os três níveis (situação objetiva, a representação dela, e a ciência a respeito) foram reunidos num único conceito: "*Geschichte*". Levando-se em consideração o emprego das palavras na época, trata-se da fusão do novo conceito de realidade expresso em "História como tal" [*Geschichte überhaupt*], com as reflexões que ensinam a entender essa realidade. Numa formulação talvez um pouco exagerada, pode-se dizer que "*Geschichte*" foi um tipo de categoria transcendental que visava às condições de possibilidade de *Geschichten*/Histórias.

Quando Hegel escreveu: "*Geschichte* reúne, em nossa língua, tanto o lado objetivo quanto o subjetivo, e significa tanto a *historiam rerum gestarum* quanto as próprias *res gestas*", não considerou essa constatação como uma "casualidade externa". As "ações e os acontecimentos propriamente históricos", que se localizam além do espaço pré-histórico de acontecimentos naturais, só teriam surgido

[327] ADELUNG (vol. 2), 1775, p. 600 e seg., 1210 e seg.

[328] KÖSTER, Heinrich Martin. Verbete "Geschichte". In: *Deutsche Encyclopädie* (vol. 12), 1787, p. 67; KÖSTER, Heinrich Martin. Verbete "Philosophie/Philosophie der Historie". In: ibid. (vol. 15), 1799, p. 649. Além disso, cf. o excurso histórico-vocabular de HERTZBERG, Gustav. Verbete "Geschichte". In: ERSCH/GRUBER (1ª seção) (vol. 62), 1856, p. 343, nota 2, o qual se refere a Wilhelm Wachsmuth (*Entwurf einer Theorie der Geschichte*. Halle, 1820, p. 2 e segs.), cujas distinções reaparecem, neste texto, daqui para frente.

mediante sua elaboração por meio da narrativa histórica.[329] Uma coisa remete a outra, e vice-versa. Ou como, mais tarde, Droysen ligou a forma de ser da História à consciência sobre ela: "O conhecimento a seu respeito é ela mesma".[330]

Com isso, o novo conceito de realidade e o novo conceito de reflexão se haviam sobreposto. No campo teórico-científico, essa convergência levou a inúmeras imprecisões e dúvidas. Niebuhr – e muitos outros, depois dele – procuraram diferenciar novamente a utilização das palavras.[331] O fracasso desses esforços indica que a "História" como conceito social e político cumpriu [uma tarefa] menor ou maior, em todo caso, [uma tarefa] diferente: ele se transformou num conceito abrangente, supracientífico, que precisa incluir a experiência moderna de uma História autônoma na reflexão dos seres humanos que a realizam ou são produto dela.

2. "A História" como Filosofia da História

A importância que teve o fato de a nova realidade da "História como tal" [Geschichte überhaupt] ter conseguido evoluir para o *status* de um conceito através da reflexão está indicada pelo surgimento da palavra paralela "Filosofia da História". O desvendamento da "História como tal" coincidiu com o surgimento da Filosofia da História. Quem utiliza a nova "expressão: Filosofia da História" – escreveu Köster, em 1790, na *Deutsche Encyclopädie*[332] [Enciclopédia Alemã] – só deveria "estar atento para o fato de que ela não constitui nenhuma ciência propriamente dita e especial, como se poderia ser facilmente levado a acreditar, ao primeiro contato com essa expressão. Pois, mesmo que grande parte da *Historie* ou toda uma ciência histórica sejam tratadas assim, não é outra coisa do que *Historie* em si mesma". Já a escrita pragmática da História, que tiraria conclusões de experiências próprias e alheias, mereceria esse nome, da mesma forma que a "crítica histórica", que ensinaria a

[329] HEGEL, Die *Vernunft*... (cf. nota 236), p. 164.

[330] DROYSEN, *Historik* (cf. nota 236), p. 331; além disso: ibid., p. 325, 357.

[331] Cf. nota 361.

[332] KÖSTER, Verbete "*Historie*", p. 666.

distinguir verdade de plausibilidade, podendo, por isso, ser chamada de "lógica da *Geschichte* [História] ou teoria da *Historie*". Com o registro linguístico, Köster resumiu a nova constatação.

Foi graças à Filosofia iluminista que a *Historie* como ciência se separou da Retórica e da Filosofia moral, e se livrou da Teologia e da Jurisprudência, a quem estivera subordinada.

Não era óbvio que a *Historie*, que, até então, lidara com o individual, com o peculiar e com o casual, tivesse capacidade para ser "Filosofia". Enquanto os métodos histórico-filológicos e as ciências auxiliares já se haviam independizado desde o Humanismo, a *Historie* só se tornou uma ciência própria, quando – na "História como tal" – conquistou um novo espaço de experiência. Desde então, ela também pôde definir publicamente o "campo de seu objeto". A configuração da Filosofia da História indica esse processo. Três etapas levaram até ele: a reflexão estética, a moralização das Histórias e a formulação de hipóteses, que tentava superar uma interpretação teológica da História através do recurso a uma História "natural".

a) A reflexão estética. No contexto do surgimento da Filosofia da História, *Historik* e Literatura sofreram uma nova ordenação recíproca, cuja relação constituía tema antigo, sempre retomado, desde o Humanismo. De forma esquemática, a relação entre *Historie* e produção literária pode ser caracterizada por duas posições extremas, que permitem construir uma escalada gradativa, para agregá-las.[333]

Ou se classifica o conteúdo de verdade da *Historie* em nível mais elevado que a produção literária, pois quem se dedica às *res factae* precisaria mostrar a verdade, enquanto as *res fictae* levariam à mentira. Historiadores que defendiam essa posição gostavam de recorrer à metáfora do espelho, que circulava desde Luciano, para definir sua tarefa de descrever a "verdade nua". A *Historie* mostraria uma "*nudité si noble et si majesteuse*", escreveu Fénelon, em 1714, de forma que não necessitaria de qualquer enfeite poético.[334] "Dizer

[333] HEITMANN, Klaus. Das Verhältnis von Dichtung und Geschichtsschreibung in älterer Theorie. *Archiv für Kulturgeschichte*, n. 52, 1970, p. 244 e segs.

[334] FÉNELON, François de. Lettre à M. Dacier sur les occupations de l'Academie. In: *Oeuvres complètes* (t. 6). Paris, 1850, p. 639.

a verdade nua significa narrar os eventos que aconteceram sem qualquer maquiagem" – é como Gottsched confirma essa tarefa dos historiadores.[335]

Contra a indiferença teórico-epistemológica contida nessas frases, a outra posição recorria a Aristóteles.[336] Aristóteles desvalorizara *Historie* frente à poesia, porque ela se orientaria exclusivamente pelo transcurso do tempo, no qual muita coisa aconteceria ao acaso. Ela relataria "aquilo que aconteceu", enquanto a poesia relataria "aquilo que poderia acontecer". A poesia visaria ao possível e ao geral, motivo pelo qual seria mais "filosófica" e mais "importante" que a *Historie*. Lessing – o aristotélico do século XVIII – expressou sua opinião da seguinte maneira: "Verdades históricas casuais nunca podem transformar-se em verdades racionais necessárias"[337], motivo pelo qual "a plausibilidade interna" da poesia teria muito mais peso que a verdade histórica, que, muitas vezes, é questionável.[338] Ao contrário do historiador, "o poeta [é] ... senhor sobre a História; e ele pode aproximar os acontecimentos tanto quanto queira"[339] – como Lessing o expressa de forma mais moderna. Em função de suas reservas aristotélicas contra o conhecimento histórico, não admira que Lessing, ali onde, em 1784, aparecia como filósofo da História – em sua *Erziehung des Menschengeschlechts* [Educação do gênero humano] –, acabou abrindo mão da expressão "*Geschichte*" [História]. Isso mostra – da perspectiva negativa – quão vagarosamente o novo termo "*Geschichte*", impregnado pela Filosofia, havia conseguido impor-se.

[335] GOTTSCHED, Johann Christoph. *Versuch einer Critischen Dichtkunst*. 3. Aufl., Leipzig, 1742, p. 354; cf. WINTERLING, Fritz. *Das Bild der Geschichte in Drama und Dramentheorie Gottscheds und Bodmers*. Frankfurt, 1955, p. 15 (tese de doutorado). A respeito de tudo isso, cf. REICHARDT, Rolf. *Historik und Poetik in der deutschen und französischen Aufklärung*. Heidelberg, 1966 (monografia de curso); a respeito da metáfora da verdade nua dentro de suas transformações históticas: BLUMENBERG, Hans. Paradigmen einer Metaphorologie. *Archiv für Begriffsgeschichte*, n. 6, 1960, p. 47 e segs.

[336] ARISTOTELES, *Poetik*, 1451 b; 1459 a.

[337] LESSING. Über den Beweis des Geistes und der Kraft (1777). In: *Sämtliche Schriften* (vol. 13), 1897, p. 5.

[338] LESSING. Abhandlungen über die Fabel (1757). In: Sämtliche Schriften (vol. 7), 1891, p. 446.

[339] LESSING. Briefe, die neueste Literatur betreffend, Nr. 63. In: *Sämtliche Schriften* (vol. 8), 1892, p. 168.

O fato de a História da Filosofia ter-se tornado viável não se deveu, de forma alguma, à vitória de um ou de outro desses dois campos, aqui apresentados de maneira esquematicamente reduzida. Nem os representantes da "verdade nua", isto é, os defensores da "própria História" [*Geschichte selbst*], conseguiram se impor, nem os defensores da Poesia – considerada superior –, que submetiam sua representação às regras de uma possibilidade imanente, o conseguiram. Pelo contrário, ambos os campos fizeram uma fusão, na qual a *Historie* se aproveitou da verdade mais geral da Poesia, de sua plausibilidade interna, enquanto, inversamente, a Poesia tentou incorporar cada vez mais as exigências da realidade histórica. O resultado acaba sendo sinalizado pela Filosofia da História.

Bodin – ao contrário de Bacon – havia valorizado significativamente a *Historie*. Sem suas sagradas leis ("*sacra historiae leges*"), ninguém se acharia na vida, e mesmo a filosofia fracassaria sem os *dicta, facta, consilia* históricos: graças a ela, seria possível preparar-se para o futuro.[340] Seria exatamente o reino da probabilidade que – ao contrário da verdade matemática ou religiosa – caracterizaria a *Historie* humana, e seria justamente de suas incertezas e de suas trapalhadas que os *philosophistorici* obteriam seus conhecimentos.[341]

É dessa modéstia que derivava, no longo prazo, o ganho, pois, no confronto seguinte com a crítica cartesiana e pirronista da incerteza e da inconfiabilidade das afirmações históricas, se abriu aquele campo das "*verités de faits*" cujo oposto – em acordo com Leibniz – podia ser pensado, cuja factibilidade, no entanto, só podia ser cientificamente investigada segundo graus de probabilidade.[342]

"Ainda que, na *Historie*, não se consiga chegar a uma certeza perfeita" – assim Zedler resume, em 1735, a vitória contra o pirronismo –, "a probabilidade, que também é um tipo de verdade, está ali". Quem quiser avaliar uma *Historie* deve perguntar pela "própria

[340] BODIN. Methodus ad facilem cognitionem historiarum (1572). In: MESNARD, Pierre (Ed.). *Oeuvres philosophique*. Paris, 1951, 112 a.

[341] *Ibid.*, 114 e seg. 138 b. A respeito da história conceitual da plausibilidade, cf. BLUMENBERG, Paradigmen..., p. 88 e segs.

[342] LEIBNIZ. Monadologie, § 33. In: GERHARDT, C. J. (Ed.). *Philosophische Schriften* (vol. 6). Berlim, 1885, p. 612; LEIBNIZ. Theodizee, §§ 36 e segs. In: ibid., p. 123 e segs.; LEIBNIZ. Discours de métaphysique. In: *Philosophische Schriften* (vol. 4), 1880, p. 427 e segs.

História [*Geschichte selbst*], e em que medida ela é possível ou não".[343] Com isso, a *Historie* havia galgado um patamar, no âmbito da hierarquização aristotélica, que a aproximava da poesia. Não se perguntava pela realidade, mas, em primeiro lugar, pelas condições de sua possibilidade. Mas a Poesia tinha a mesma obrigação. Uma vez submetida a uma exigência racional comum, também sua utilidade podia ser definida em comum: "*Le but principal de l'Histoire, aussi bien que de la poésie, doit être d'enseigner la prudence et la vertu par des exemples, et puis de monster le vice d'une manière qui em donne de l'aversion, et qui prote ou serve à l'eviter*".[344]

No âmbito da produção literária, foi a nova categoria do romance burguês que agora se achava submetida ao postulado da fidelidade histórica aos fatos. Como em dois vasos comunicantes, *Historie* e romance foram mutuamente adaptados. A credibilidade e a capacidade de convencimento do romance cresciam na medida em que ele se aproximava de uma "*Historie* verdadeira". Representativa desse processo, ao qual aparentemente correspondeu uma expectativa dos leitores no sentido de apresentar uma correspondência com a realidade, é a mudança rápida de títulos, na primeira metade do século XVIII.[345] Para satisfazer à presunção de realismo, o romance francês costumava ser chamado de "*Histoire*" ou "*mémoires*". A tentativa de Charles Sorel em manter a antiga divisão entre romance e *Historie* não conseguiu impor-se: "*Il ne faut ass se persuader que quelque roman que ce soit puisse jamais valoir une vraie histoire, ni que l'on doive approuver que l'histoire tienne em quelque sorte du roman*".[346]

Com o entrecruzamento de Poética e *Historik*, foi liberado o novo e complexo conceito de *Geschichte*/História, o qual estabeleceu uma religação da verdade superior de filosofia e poesia com a facticidade histórica. Dessa forma, Diderot recorreu às

[343] ZEDLER. Verbete "Historie" (vol. 13), 1735, p. 283.

[344] LEIBNIZ. Theodizee, § 148. In: *Philosophische Schriften* (vol. 6), p. 198.

[345] JONES, P. S. *A list from French prose fiction from 1700 to 1750*. New York: Columbia University, 1939, introdução (tese de doutorado); a esse respeito: FURET, François (Ed.). *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*. Paris/Den Haag, 1970.

[346] SOREL, Charles. De la connaissance de bons livres ou Examen de plusieurs autheurs (1671). Citado por DULONG, Gustave. *L'abbé de Saint-Réal*. Etude sur les rapports de l'histoire et du roman au 17^e siècle (t. 1). Paris, 1921, p. 69.

categorias aristotélicas do verdadeiro, do provável e do possível para realizar a comparação entre "*histoire*" e "*poésie*". "*L'art poétique serait donc bien avancé, si le traité de la certitude historique était fait*".[347] E seu *Éloge de Richardson* [Elogio a Richardson], de 1762, mostra como, na mão de Diderot, o conceito de História é libertado de suas peias aristotélicas. A *Historie*, muitas vezes, estaria repleta de mentiras, mostrando apenas recortes e episódios temporalmente limitados – ainda se pode ler, em sentido convencional. Algo diferente aconteceria com o romance de Richardson, que trataria da sociedade e de seus costumes, e sua verdade abrangeria todos os espaços e todos os tempos do gênero humano, "*j'oserai dire que souvent l'histoire est un mauvais roman; et que le roman comme tu l'as fait, est une bonne histoire*".[348]

Na Alemanha ocorreu uma valorização parecida. Em 1664, Johann Wilhelm von Stubenberg cunhou a expressão *Geschicht-Gedicht* [História-Poesia] para o romance, a fim de caracterizar sua religação com a verdade. Como dizia, os irmãos Scudéry tratariam, em sua *Clélie*, de "histórias todas acreditadas como verdadeiras em si e para si mesmas [*vor und an sich selbst*], / para as quais, porém, inventam e acrescentam acasos / possíveis, / prováveis, / razoáveis, / que lhes dão oportunidade e razão / para apresentar suas doutrinas de moral e virtude". Birken, em sua Poética, ainda acrescentou a expressão Poesia-História [*Gedicht-Geschicht*],[349] a fim de distinguir a epopeia do romance. Desde então, "os limites da criação poética e [da criação] provável [aparecem] ... como os limites do mundo historicamente imaginável".[350] E desde mais ou menos 1700, a expressão "*Geschichte*" deslocou o "romance", e ainda mais a "*Historie*", dos títulos dos romances alemães.[351]

[347] DIDEROT, Denis. De la poésie dramatique (1758). In: ASSÉZAT, J. (ed.). *Oeuvres complètes* (t. 7). Paris, 1875, p. 335, cf. p. 327 e seg.

[348] DIDEROT, Denis. Éloge de Ricardson (1761). In: *Oeuvres* (t. 5). 1875, p. 221, cf. p. 215, 218.

[349] SCUDÉRY, Madeleine et Georges de. *Clelia*: Eine römische Geschichte (vol. 1). Nürnberg, 1664 (Zuschrift), (versão alemã de Johann Wilhelm Freiherr von Studenberger), citado por VOSSKAMP, Wilhelm. *Romantheorie in Deutschland*. Von Martin Opitz bis Friedrich von Blanckenburg. Stuttgart, 1973, p. 11 e seg., onde também se encontram análises mais detalhadas.

[350] VOSSKAMP, *Romantheorie...*, p. 13.

[351] SINGER, Herbert. *Der deutsche Roman zwischen Barrock und Rokoko*. Colônia/Graz, 1963 (Bibliographie), p. 182 e segs.

Portanto, muito antes que historiadores migrassem do título "*Historie*" para "*Geschichte*", os poetas já haviam passado a utilizar o título mais atraente, que prometia um conteúdo de realidade superior. Em 1741 Bodmer reivindicou que o contexto narrado fosse vinculado a coisas conhecidas. "Com isso, a poesia e o romance vão adquirindo gradativamente a dignidade da *Historie*, a qual consiste no mais alto e no mais extremo grau de probabilidade; já que a louvada verdade histórica não é outra coisa que probabilidade, que é comprovada através de testemunhos coincidentes e unificadores".[352]

Enquanto a arte do romance foi se comprometendo com a realidade histórica, a *Historie*, inversamente, foi submetida ao mandamento poetológico de criar unidades de sentido. Passou-se a exigir-lhe uma maior arte de representação, em vez de narrar séries cronológicas, ela deveria desvendar motivos secretos, e tentar descobrir uma ordem interna em meio aos acontecimentos casuais. Dessa forma, através de um tipo de osmose recíproca, ambas as categorias levaram à descoberta de uma realidade histórica a que só se poderia chegar através da reflexão. Em 1714, Fénelon havia formulado, diante da Academia, o seguinte programa: "*La principale perfection d'une histoire consiste dans l'ordre e dans l'arrangement. Pour parvenir à ce bel ordre, l'historien doit embrasser et poséder toute son histoire; il doit la voir tout entière comme d'une seule vue... Il faut en montrer l'unité, et tirer, pour ainsi dire, d'une seule source tous les principaux événemns qui en dependent*". Com isso, o leitor teria proveito e divertimento ao mesmo tempo.[353]

Somente através do trabalho subjetivo do historiador, feito a partir de um ponto de vista, desvenda-se a unidade da História, que, a partir de então, seria cada vez mais evidenciada na própria realidade histórica. Quem contribuiu para concretizar essa tarefa foi a perspectiva teológica de uma História Universal vivenciada pelos cristãos. Bossuet insistia que todas as Histórias estavam interrelacionadas, de forma que se poderia apreender "*comme d'un coup*

[352] BODMER, Johann Jacob. *Critische Betrachtungen über die Poetischen Gemälde der Dichter*. Mit einer Vorrede von Johann Jacob Breitinger. Zurique, 1741, p. 548, citado por VOSSKAMP, *Romantheorie...*, p. 156.

[353] FÉNELON, Lettre à M. Dacier... (cf. nota 334), p. 639.

d'œil, tout l'ordre des temps". "*La vraie science de l'histoire est de remarquer dans chaque temps ces secretes dispositions qui ont prépraré les grands chargements, et les conjonctures importantes qui les ont fait arriver*".[354]

Leibniz já recorria à muito discutida metáfora do romance para descrever a unidade interna da melhor História possível dos homens: "*Ce roman de la vie humaine, que fait l'histoire universelle du genere humain, s'est trouvé tout invente dans l'entendement divin avec une infinité d'autres*". Mas Deus decidiu concretizar somente a sequência efetiva dos acontecimentos ("*cette suite d'evenemens*"), pois eles se inserem de modo perfeito em tudo o mais.[355]

Em que medida evidentemente a certeza teológica da providência divina recuou para garantir a unidade da História, em termos científicos, isso se pode verificar no caso de Gatterer, quando, em 1767, falava do "plano histórico" e da "decorrente unificação das narrativas". Gatterer se envolveu, de maneira consciente, na discussão poetológica para fundamentar a tarefa unificadora da *Historie*, que se via desafiada pelo *caos* de fontes teimosas. A *Historie*, que até então se encontrava na sombra da arte poética, "enxerga agora, entre nós, uma carreira aberta pelos poetas". Tudo dependeria do plano e das categorias através das quais a História deve ser conhecida e representada. A forma mais "natural" de proceder seria aquela na qual "os acontecimentos são alinhados de forma sistêmica... Acontecimentos que não fazem parte do sistema ..., por assim dizer, não são acontecimentos, para o historiador". Somente com sua intervenção sistematizadora prévia, as relações pragmáticas são desvendadas. Se o historiador é "filósofo – e isso ele precisa ser, se quer manter-se pragmático –, então ele estabelece máximas gerais, de como os acontecimentos costumam ocorrer". Ele reflete sobre as condições da História possível, e, com isso, o plano histórico é revinculado à própria História. A transição é gradativa: o historiador fundamenta, compara, atenta para o caráter e as motivações, "e ousa derivar daí um sistema de acontecimentos, uma força propulsora", que ele ou confirma através de fontes contemporâneas "ou

[354] BOSSUET. *Discours sur l'histoire universelle* (1681). Paris, 1966, p. 40, 354 (editado por Jacques Truchet).

[355] LEIBNIZ. Theodizee, § 149. In: *Philosophische Schriften* (vol. 6), p. 198.

encontra justificado através de todo o conjunto interconectado da História". A intervenção teórica prévia, o "*nexus rerum universalis*", é confirmado pela própria História. "Pois, nenhum acontecimento no mundo é, por assim dizer, insular. Tudo interdepende, é reciprocamente motivado, produz-se mutuamente, é desencadeado, é gerado e motivado, e gera de novo".[356]

Assim, a partir do desafio para uma representação pragmática, que precisava levar em conta o efeito e a utilidade da *Historie*, surgiu a necessidade de também enxergar um sistema interno no contexto de eventos pragmáticos. E merece menção o fato de que à primeira *Philosophie der Historie* [Filosofia da *Historie*] escrita na Alemanha foi atestado – supostamente pelo próprio Gatterer – que "ela não contém nada de novo".[357] Köster, seu autor, entendia por *Filosofia da Historie*, isto é, *da História*, tanto as regras da representação quanto da pesquisa, e aplicou o conceito também ao "sistema da *Historie*-Universal", que se poderia chamar também de "Ontologia ou doutrina básica da História, e à qual não se pode negar o título de Filosofia da História".[358]

Köster apenas reuniu as intenções de um Chladenius, um Iselin, um Gatterer ou de um Schlözer em um conceito comum, que eles próprios ainda não haviam utilizado.

O plano do autor e a unidade interna que a própria História registrava foram se sobrepondo, aos poucos, enquanto pareciam se estimular reciprocamente. Nesse sentido, Justus Moser sugeriu, em 1768, que se atribuísse ao império alemão desde 1495, "o movimento e o poder da epopeia". Ao seu "plano" de "elevar" a História à "unidade" correspondeu consequentemente "uma completa *Historie* do império, que pode consistir única e exclusivamente na História natural de uma unificação" do império.[359]

[356] GATTERER, Vom historischen Plan... (cf. nota 223), p. 21, 16, 82 e segs.

[357] GATTERER, Rezension H. M. G. Köster, *Über die Philosophie der Historie* (Giessen, 1775). *Historisches Journal*, n. 6, 1776, p. 165.

[358] KÖSTER, *Über die Philosophie...*, p. 54, 50, 73 e segs.

[359] MÖSER, Justus. Osnabrückische Geschichte (1768). In: *Sämtliche Werke* (vol. 12/1), 1964, p. 34; MÖSER, Justus. Vorschlag zu einem neuen Plan der deutschen Reichsgeschichte. Patriotische Phantasien. In: *Sämtliche Werke* (vol. 7), 1954, p. 132 e seg.

A ruptura filosófica que indicou o caminho foi feita por Kant, quando vinculou a questão da relação da História com sua adequada representação à tarefa moral, com que historiador e História estariam igualmente comprometidos. Com sua "ideia de uma História mundial [*Weltgeschichte*] que possui como que um fio condutor *a priori*", ele não queria dispensar o trabalho empírico dos historiadores. Mas Kant promoveu um avanço na discussão sobre uma representação adequada, na medida em que vinculou a realidade histórica às condições transcendentais de seu conhecimento. Em tom de aprovação, cita Hume, segundo o qual a primeira página de Tucídides seria "o único início de toda História verdadeira".

Por outro lado, Kant se pronunciava contra a metáfora de que se pudesse construir a História teleologicamente, como um romance. O estabelecimento de uma unidade teleológica é muito menos uma tarefa estética que moral. "No conjunto, pode-se enxergar a História da categoria humana como a concretização de um plano não revelado da natureza", desde que, na prática, se age, "através de nossa constituição racional", no sentido de "apressar" o futuro que se reivindica. Isso tem consequências para a forma da representação. Ao transportar – como reivindicara Schlözer – "o agregado não planificado de ações humanas" para um "sistema" da História, crescem as chances de concretizar esse sistema. É aí que se localiza a fundamentação histórico-filosófica de toda História. "Uma tentativa filosófica de abordar a História mundial [*Weltgeschichte*] geral segundo um plano da natureza que tenha por objetivo a unificação civil perfeita no gênero humano deve ser vista como possível, e mesmo digna de ser promovida a favor das intenções da natureza". Assim, o projeto filosófico de constituir a História gera efeitos sobre a História real. O planejamento humano exige mais que o plano estético: ele se funde na intenção moral prática com o plano secreto da natureza.[360]

[360] KANT. Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht (1784), § 8° e 9°. In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), 1912, p. 30, 29 (notas 27, 29). A respeito da metáfora do romance, cf. KANT. Mutmasslicher Anfang der Menschengeschichte (1786). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), p. 109.

A profundidade com que essa virada transcendental entrelaçara as tarefas da representação com a interconexão dos acontecimentos em uma unidade da História fica clara numa reflexão de Niebuhr, de 1829, quando justificou o anúncio de suas preleções a respeito da "História da era da revolução". Ele não pretenderia falar "exclusivamente da revolução", mas ela constituiria "o centro dos últimos 40 anos; é ela que confere a unidade épica ao todo", motivo pelo qual ele a tomaria como ponto de partida. Evidentemente a própria revolução constituiria apenas "um produto do tempo" sobre o qual pretenderia falar. "Mas falta-nos uma palavra para o tempo em geral, e, diante dessa ausência, permito-me chamá-lo de era da revolução".[361]

A revolução como que criou a unidade a ser exposta, épica, da História, mas por trás dela está o tempo em geral, o tema genuíno da História moderna, a qual, na revolução, foi subsumida no seu primeiro conceito, todo ele derivado da experiência.

Finalmente, Humboldt – em confronto com Schiller – dissolveu a antiga disputa entre *Historik* e Literatura, ao tentar derivar os parâmetros de sua representação da "História como tal" [*Geschichte überhaupt*] (1821). "Com a nua separação daquilo que realmente aconteceu ainda não se chegou ao esqueleto do acontecimento. O que se consegue com isso é a base necessária da História, a substância para a mesma, mas não a própria História" [*Geschichte selbst*].

Para chegar à própria História [*Geschichte selbst*], haveria necessidade, por um lado, da "investigação crítica do acontecimento", isto é, da pesquisa histórico-filosófica, por outro lado, da fantasia produtiva, que vincula o historiador ao poeta. Só então se poderia desenvolver aquele conceito de "realidade" que, "independentemente de sua aparente casualidade, está condicionada por uma necessidade interna". Graças a esse reconhecimento, a matéria do acontecimento adquiriria aquela forma geral que a estruturava como História. "O historiador digno desse nome precisa apresentar qualquer episódio como parte de um todo, ou – o que significa o

[361] NIEBUHR, Barthold Georg. *Geschichte des Zeitalters der Revolution* (vol. 1). Hamburgo, 1845, p. 41.

mesmo – representar em cada um a História como tal" [*Geschichte überhaupt*]. Nessa medida, Humboldt parece continuar seguindo as regras de uma Poética que fornece os critérios formais de uma representação material. Mas, baseado em Kant e em Herder, Humboldt dá o passo decisivo em frente, ao atribuir a relação originalmente invisível de todos os acontecimentos a enigmáticas "forças atuantes e criadoras", que vão configurando a História, dando-lhe a forma que ela tem. O que interessaria, portanto, não seria apenas "trazer à tona a forma" que ordena "os labirinticamente entrelaçados acontecimentos da História mundial", mas sim "descolar essa forma deles próprios". Isso não representaria nenhuma contradição, pois a História como uma interconexão dinâmica e como conhecimento teria uma base comum, "já que tudo aquilo que age na História mundial [*Weltgeschichte*], também se movimenta dentro do interior do homem".[362]

A determinação transcendental da História como uma categoria da realidade e, simultaneamente, da reflexão, aparece aqui como resultado de um longo processo envolvendo Literatura e *Historik*, no qual, ao final, a Estética foi absorvida pela Filosofia da História.

Agora era possível que Schaller, em 1838, nos *Hallische Jahrbücher*, pudesse constatar, de forma lacônica: "A História como representação daquilo que aconteceu, na sua perfeição, é, necessariamente, também Filosofia da História".[363]

b) Da moralização à processualização da História. A tarefa poetológica atribuída à *Historie* exigira a apresentação de uma interconexão com sentido. Essa interconexão foi atribuída, como responsabilidade, à "própria História" [*Geschichte selbst*], graças a reflexões histórico-filosóficas, com que ela seria comprovável nela mesma. A velha tarefa moral da *Historie* de, através de juízos, não só ensinar, mas também melhorar, sofreu uma mudança parecida. Se originalmente a submissão de uma História real a normas morais era coisa do historiador, como guardião filosófico, ao final do

[362] HUMBOLDT, Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers (cf. nota 153), p. 36, 40 e seg. 47.

[363] SCHALLER, Julius. *Hallische Jahrbücher*, n. 81, 1838, p. 641 (Rezension von Hegels Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie).

século XVIII, o ônus da prova para a moralidade foi transferido para a própria História.

Os historiadores debatiam, de forma animada, se deveriam permitir que seu juízo fluísse para dentro da narrativa, ou se deveriam deixar que a própria História falasse. Nesse sentido, Hausen escreveu, por exemplo, que o historiador "formado de acordo com as regras de Luciano" deveria "se esconder".[364] "A História possui sua própria forma de falar", já dizia Mosheim, em 1748, motivo pelo qual o historiador deveria "pintar, mas pintar sem cores".[365] Pois – como acrescentava Möser, em 1768 –, "na História, como numa pintura, só [deveriam] falar os atos... Impressão, apreciação e juízo devem ser específicos de cada espectador".[366] Uma posição retórica preferida dos historiadores – exatamente para obter um efeito exemplar – era a de fazer com que a História falasse por si mesma, uma posição que se mantivera desde Luciano.

Do outro lado, por causa do Iluminismo, foi se fortalecendo decisivamente aquele campo que exigia do historiador um posicionamento enfático a favor da verdade, em especial pelo ensinamento moral da História. A antiga versão de que medo ou esperança diante do julgamento histórico possui efeito regulador sobre o comportamento do mundo posterior já fora aceita no Humanismo, por Bodin, por exemplo.[367] A fórmula de Viperano, segundo a qual o historiador deve ser um "*bonus judex et incorruptus censor*"[368], foi tanto mais aceita quanto durante o século XVIII o mundo posterior foi guindado à condição de fórum da justiça, em substituição ao Juízo Final. O historiador, "por assim dizer, está sobre os túmulos e chama os mortos", sem atentar para títulos ou séquitos, ele os contempla, "aqui com indiferença, lá com olhar

[364] HAUSEN, Freye Beurtheilung über die Wahl, über die Verbindung, und Einkleidung der historischen Begebenheiten, und Vergleichung der neuen Geschichtsschreiber mit den römischen. In: *Vermischte Schriften* (cf. nota 279), p. 10.

[365] MOSHEIM, J. L. v. *Versuch einer unpartheiischen und gründlichen Ketzergeschichte*. 2. Aufl., Göttingen, 1748, p. 42 e segs.

[366] MÖSER, Osnabrückische Geschichte, Vorrede. In: *Sämtliche Werke* (vol. 12/1), p. 33.

[367] BODIN, Methodus... (cf. nota 340), 112 b f.

[368] VIPERANO, Giovanni Antonio. *De scribenda historia liber*. Antwerpen, 1569; KESSLER, *Theoretiker...* (cf. nota 179), p. 65.

de juiz".[369] Assim, até os soberanos, que sempre tentam se esquivar da verdade, poderiam, graças à *Historie*, aprender a julgar-se com antecedência. Uma força moralizante saía dela, a *Historie* constituía – nas palavras de D'Alembert – um "*tribunal integre et terrible*".[370] Os senhores governantes, de forma alguma, ficariam impunes, como registra em tom de elogio o tradutor de Bacon; a História é seu código penal.[371] E é nisso que consistia sua aplicação "filosoficamente" pensada: "A História efetivamente apõe o carimbo da imortalidade aos atos bonitos, e cobre os vícios com uma marcação em brasa, que séculos não conseguem apagar. Se a História, portanto, é estudada de forma adequada, ela representa uma Filosofia, que causa uma impressão tanto maior em nós quanto mais ela falar através de exemplos vivos".[372] A *Historie* que ensina pelo exemplo, já no século XVII, foi definida como Filosofia: "*Cum ergo Historia nihil aliud sit, quam Philosophia exemplis utens*" – como havia escrito Morhof.[373] E a versão adotada por Bolinbroke, de que a *Historie* seria a Filosofia que ensina através de exemplos, foi muito citada; ao historiador moralizante se agregara, além disso, uma função judicial filosófica. "Justiça histórica é a capacidade de chegar a conclusões válidas a partir da verdade histórica que deriva de fatos".[374]

Ultrapassou-se um patamar decisivo em direção à Era Moderna quando a tradicional função judiciária da *Historie*, com sua concepção do coletivo singular, pôde ser transferida para a "História como tal" [*Geschichte überhaupt*]. Uma fórmula que representou a transição foi utilizada por Robespierre, quando, em 1792, se dirigiu à posteridade: "*Postérité naissante, c'est à toi de croître et d'amener les*

[369] ABBT, Briefe, die neueste Litteratur betreffend, 10, 1761, p. 221, 161 (carta).

[370] D'ALEBERT, *Discours préliminaire de l'Encyclopédie* (1751). Hamburgo, 1955, p. 62 (editado por Erich Köhler).

[371] Essa é a formulação do conde sueco Tessin; citado por BACON, Francis. *Über die Würde und den Fortgang der Wissenschaften*. Pest, 1783; reimpresso em Darmstadt, 1966, 196 (nota) (versão alemã de Johann Hermann Pfingsten).

[372] HALLE (vol. 1), 1779, p. 521.

[373] MORHOF, Daniel Georg. *Polyhistor literarius, philosophicus et practicus* (t. 1). 2. Aufl., Lübeck, 1714, p. 218 (editado por Johann Moller) [1. Aufl.: 1688]; cf. BOLINGBROKE, Henry St. John Viscount. *Letters on the study and use of history* (1735). Londres, 1870, p. 5.

[374] [Anônimo]. Über historische Gerechtigkeit und Wahrheit, Eudaemonia oder deutsches Volksglück 1 (1795), p. 307.

jours de la prosperité et du bonher".[375] A sentença histórica se transformou em expectativa histórica de sua execução. Não mais apenas a História individual contava como exemplo, mas toda a História foi processualizada, pois se passou a lhe reivindicar uma tarefa de criar Direito e de administrar Direito. Quando Herder editou suas *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* [Ideias sobre a Filosofia da História da humanidade], partiu do princípio de que, como na natureza, também na História "vigoram leis naturais que estão na essência da coisa". Uma dessas "regras" dizia: "O abuso se punirá a si mesmo, e a desordem, com o tempo, simplesmente se transformará em ordem, através da incansável dedicação de uma razão crescente".[376] A moral da História foi temporalizada em direção à História como processo. O hemistíquio de Schiller, do ano de 1784, se espalhou rapidamente: "*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*" [A História mundial é o tribunal do mundo].[377] Abrir mão de uma justiça cujas compensações só se fazem no além levou à sua temporalização. A História *hic et nunc* adquiria um caráter incontornável: "Aquilo que a gente excluiu do minuto, / nenhuma eternidade devolve".

Em 1822 Humboldt pôde constatar que "o Direito [garante sua existência e validade] ao longo do caminho inexorável dos acontecimentos que, perpetuamente, vão se julgando e penalizando".[378] Com isso, formulou em termos teóricos aquilo que se transformara em legitimação histórico-filosófica geral da ação política, quando, por exemplo, se invocava o "Direito da História mundial" [*Weltgeschichte*], que certamente estaria de seu lado.[379] Ou quando Ernst Moritz Arndt exclamou: "Aqueles que querem levar o Estado para trás são loucos ou moleques. Esse foi o julgamento da longa História,

[375] Robespierre, em discurso no Clube Jacobino sobre a questão da guerra, em 11 de novembro de 1792. In: BOULOISEAU, Marc; LEFEBVRE, Georges; SOBOUL, Albert (Eds.). *Oeuvres* (t. 8). Paris, 1953, p. 115.

[376] HERDER. Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit (1784/87). In: *Sämtliche Werke* (vol. 14), 1909, p. 244, 249.

[377] SCHILLER. Resignation. In: *Säkular-Ausgabe* (vol. 1), s. d., p. 199.

[378] HUMBOLDT, Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers (cf. nota 153), p. 55.

[379] Citado por ROTHFELS, Hans. *Theodor von Schön, Friedrich Wilhelm IV. und die Revolution von 1848*. Halle, 1937, p. 193.

e esse julgamento fornece um dos poucos ensinamentos do passado que deveríamos aproveitar".[380] E em 1820, Pölitz confirmou que a História, desde 1789, forneceu a "frutífera" comprovação para "a palavra de conteúdo denso" de Schiller.[381]

Vivenciar a História como um tribunal poderia aliviar o historiador da formulação subjetiva de seu juízo. Por isso, Hegel se defendeu, de consciência tranquila, contra a acusação da "presunção de ter-se comportado como juiz do mundo", ao desenvolver a História como processo. Os acontecimentos da História geral do mundo representavam para Hegel a "dialética dos espíritos particulares dos povos, o tribunal do mundo".[382] Na transição da formulação de um juízo moral, por parte dos historiadores, para o processo como História mundial [*Weltgeschichte*], se firmara a visão filosófica da História do Iluminismo em direção à Filosofia da História da Era Moderna.

Quando, mais tarde, a Escola Histórica se opôs a essa interpretação, não conseguiu mais anular os rastros da experiência então vivida. O *topos* acompanha, desde então, a História Moderna – seja de forma crítica, seja de forma ideológica –, pois ele indica para a unicidade e a direção das vivências modernas, que vão se superando de forma constante. Em 1841, Wilhelm Schulz escreveu no *Brockhaus der Gegenwart* [Brockhaus da atualidade][383]: "À ação unilateral seguiu imediatamente o castigo da História mundial [*Weltgeschichte*] como tribunal do mundo, no qual, para a Restauração, o desmedido salto para o passado se transformou num *salto mortale*, da mesma forma que, para a Revolução, se tornara o salto para o futuro".

Também como palavra de ordem, e destituído de qualquer significado hegeliano, a metáfora do tribunal se alimenta da pressuposição de uma justiça que se realiza através da História. Por isso – só

[380] ARNDT, Ernst Moritz. *Der Bauernstand – politisch betrachtet*. Berlim, 1810, p. 113.

[381] PÖLITZ, Karl Heinrich Ludwig. *Die Weltgeschichte für gebildete Leser und Studierende* (vol. 4). 3ª ed., Leipzig, 1920, p. 1.

[382] HEGEL. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (3. Aufl., 1830). Hamburgo, 1959, p. 24, 246 (Vorwort e § 548) (editado por Friedhelm Nicolin e Otto Pöggeler).

[383] SCHULZ, W. Verbete „Zeitgeist". In: [Enciclopédia] *Brockhaus*, Conversations-Lexicon der Gegenwart (vol. 4/2), 1841, p. 462.

para citar um dos inúmeros exemplos –, Hitler a pôde invocar, em 1924, quando se defendia contra a acusação de alta traição: "Ainda que nos declarem culpados mil vezes, a deusa do eterno tribunal da História rasgará sorridente o pedido do promotor e a sentença do tribunal; pois ela nos absolve".[384]

c) Da formulação racional de hipóteses à razão da História. O desafio poetológico frente ao plano histórico levou à unidade interna, ao "sistema" da História. O postulado por uma moral da História levou à justiça do processo histórico. Para os contemporâneos, ambas as respostas foram resultado de reflexões filosóficas sobre a *Historie*. A expressão em si ("*la philosophie de l'histoire*") vinha de Voltaire, que, em 1765, publicara – sob o pseudônimo de Abbé Bazin – um escrito com esse título, que logo teve várias edições e reimpressões.[385] Três anos depois, surgiu, em tradução de Johann Jacob Herder, para o alemão, *Die Philosophie der Geschichte* [A filosofia da História].[386] O desafio contido no desdobramento do novo conceito foi resumido pelo editor alemão na seguinte observação: ele não lembraria "de nenhum livro em que se encontrariam tantas objeções à fé histórica na Sagrada Escritura quanto na Filosofia da História".[387] E, em notas de rodapé que eram mais extensas que o próprio texto de Voltaire, procurou refutar os ataques à Bíblia, à História da criação e à fé histórica na providência. A "Filosofia da história", de fato, no início, foi um conceito polêmico – se voltava criticamente contra a fé nas Escrituras, e metafisicamente contra a providência divina, que, segundo a interpretação teológica, criava a conexão interna da História. Voltaire se encontrava na esteira de Simon, Spinoza ou de Bayle, dos pirronistas e racionalistas, retomando os desafios apresentados por estes contra a Teologia.

[384] Adolf Hitler, na palavra final antes da leitura da sentença, em 24 de março de 1924. In: *Der Hitler-Prozess vor dem Volksgericht in München* (parte 2). Munique, 1924, p. 91.

[385] BAZIN, Abbé (= Voltaire). *La philosophie de l'histoire* (Amsterdam, 1765). Genebra, 1963 (editado por J. H. Brumfitt).

[386] *Die Philosophie der Geschichte des verstorbenen Herrn Abtes Bazin*. Leipzig, 1768 (versão alemã de Jph. Jacob Harder).

[387] *Ibid.*, Vorbericht.

No mesmo ato, a *Historie* se via provocada. Pois, se o plano divino deixava de existir, a *Historie* se via obrigada a desenvolver interconexões, que – caso existissem – deveriam derivar da própria História. "*La philosophie de l'histoire est fondé sur les modifications et l'ordre sucessif des faits mêmes*" – como formulou Wegelin, quando, nos anos de 1770 a 1776, apresentou sua *Philosophie de l'histoire* à Academia de Berlim.[388] Tratava-se de conseguir interpretar de forma filosoficamente consistente a multiplicidade e a sucessão de realidades históricas, eliminando o acaso e os milagres, através de fundamentações racionais. Para cumprir essa tarefa, a *Historie* se serviu cada vez mais de hipóteses, que possibilitavam superar lacunas no conhecimento dos fatos e tirar conclusões sobre o desconhecido a partir do conhecido. Importava – como disse Wegelin, recorrendo a uma metáfora de Bacon – consertar e complementar "um quadro meio apagado", ou "uma coluna danificada, a partir de algumas partes originais". O pressuposto teórico da "pesquisa" histórica consistia em "diferenciar entre a ciência histórica possível e a verdadeira".[389] Com isso, também aqui – em acordo com a hierarquia aristotélica – a *Historie* se aproximou da Filosofia.

No seu *Discours*, de 1754, sobre a origem da desigualdade humana, Rousseau havia elaborado uma *histoire hypotétique*, cujas *conjectures* se transformam em motivos racionais, "*quand elles sont les plus probables qu'on puisse tirer de la nature des choses*". Constituiria tarefa da *Historie* estabelecer relações entre os fatos, "*c'est à la philosophie à son défaut, de determiner les faits semblables qui peuvent les lier*".[390] Graças a essa ligação entre Filosofia e História, no século XVIII a doutrina do Direito natural foi historicizada. Era preciso se certificar da natureza da História, para conseguir entender interconexões, sem precisar recorrer a razões ou fins supra-históricos. Nesse sentido, estamos diante de uma fundamentação antropológica

[388] WEGELIN, Jakob. Sur la philosophie de l'histoire. *Noveaux memoires de l'Académie royale, ano 1770*. Berlim, 1772, p. 362.

[389] WEGELIN, Jakob. Briefe (cf. nota 288), p. 4; a respeito, cf. BACON, Francis. The advancement of learning 2, 2, 1 e segs. In: *Works* (vol. 1) (reimpressão de 1963), p. 329 e segs.

[390] ROUSSEAU. Discours sur l'origine et les fondemens de l'inégalité parmi les hommes. In: *Oeuvres complètes* (t. 3), 1964, p. 127, 162 e seg.

da História, quando Iselin – um ano antes do escrito de Voltaire – editou, em 1764, suas *Philosophische Mutmassungen über die Gechichte der Menschheit* [Conjecturações filosóficas a respeito da História da humanidade].[391] E quando Iselin tentou explicar a História humana, de forma progressiva, a partir de motivações internas, admitiu, de forma sincera: "As revoluções que descrevemos neste livro constituem, no entanto, muito mais hipóteses filosóficas que verdades históricas".[392]

Independentemente de a providência divina ou um plano natural continuarem a agir nos bastidores, foi a coragem de formular hipóteses que permitiu a elaboração filosófica de uma nova História. Os historiadores e filósofos morais escoceses, que haviam escrito as histórias universais [*Universalgeschichten*] sobre a surgimento do mundo moderno, numa linha histórico-social e prática, também formularam esta premissa[393]: "*In examinating the history of mankind, as well as in examining the phenomena of the material world, when we cannot trace the process by which an event has been produced, it is often of importance to be able to show how it may have been produced by natural causes... To this species of philosophical investigation, which has no appropriated name in our language, I shall take the liberty of giving the title of Theoretical or Conjectural History, as employed by Mr. Hume, and with what some French writers have called Histoire Raisonée*".[394]

Também na Alemanha, foi esse "eterno burilar uma teoria da História" – de que foi acusado Gatterer[395] – que clareou os princípios racionais de construção necessários para o conhecimento do mundo histórico. Friedrich Schlegel resumiu o *status* de reflexão científico-teórica que havia sido alcançado em torno de 1800,

[391] ISELIN, Isaak. *Philosophische Muthmassungen*. Ueber die Geschichte der Menschheit. Frankfurt/Leipzig, 1764. 2. Aufl.: *Ueber die Geschichte der Menschheit* (2. vols.). Zurique, 1768.

[392] ISELIN, *Ueber die Geschichte der Menschheit* (vol. 1), p. 201.

[393] MEDICK, Hans. *Naturzustand und Naturgeschichte der bürgerlichen Gesellschaft*. Göttingen, 1973, p. 137, 190, 203, 306 e segs.; a respeito da história da palavra "history", cf. ibid., p. 154 e seg. (nota 55), 200 (nota 84).

[394] STEWART, Dugald. Account of the life and writings of Adam Smith (1793). In: HAMILTON, William (Ed.). *Collected Works* (vol. 10). Edimburgo, 1858, p. 34.

[395] [Anônimo]. Schreiben aus D... an einen Freund in London über den gegenwärtigen Zustand der historischen Litteratur in Teutschland. *Der Teutsche Merkur*, vol. 2, 1773, p. 253. Agradeço a Jürgen Voss pela indicação.

da seguinte forma: "Já que se fala tanto contra hipóteses, está na hora de alguém, um dia, tentar começar a História sem hipóteses. Não se consegue dizer que alguma coisa é, sem dizer o que ela é. Enquanto se pensa neles, os fatos já são referidos a conceitos, e não é indiferente a que conceitos eles são referidos". Quem abriria mão da reflexão teórica ficaria entregue a uma escolha aleatória, se vangloriaria de "possuir sólida empiria pura totalmente *a posteriori*", mas estaria perseguindo, de fato e sem percebê-lo, "uma visão *a priori*, muito unilateral, muito dogmática e transcendental" – foi assim que Schlegel retomou a crítica kantiana.[396] Na formulação de hipóteses, foram unificadas demandas científico-teóricas específicas da disciplina com reflexões transcendental-filosóficas. Assim, a "primeira pergunta" que o jovem Schelling fazia "a uma Filosofia da História" foi a seguinte: "como uma História como tal [*Geschichte überhaupt*] seria imaginável, já que, se tudo aquilo que é, para cada um, só é posto através de sua consciência, também toda a História passada, para cada um, só pode ser posta através de sua consciência".[397]

A partir da Filosofia da consciência, o Idealismo alemão desenvolveu Filosofias da História que incorporaram os pressupostos até aqui descritos da época do Iluminismo, e as sintonizaram entre si. A unidade de sentido estética das representações históricas, a moral atribuída ou buscada na História e, finalmente, a construção racional de uma História possível – todos esses fatores foram articulados numa Filosofia da História, que acabou estatuindo a "própria História" [*Geschichte selber*] como racional, e a reconhecia como racional. Aquilo que Kant ainda havia formulado como postulado moral, e elaborado de forma hipotética, foi compreendido agora como emancipação do Direito ou do Espírito ou da Razão, e de suas ideias no processo da História. Schelling disse mais adiante: "A História como um todo é uma revelação progressiva, que se

[396] SCHLEGEL, Friedrich. Athenäums-Fragment Nr. 226. In: *Sämtliche Werke* (1ª seção, vol. 2), 1967, p. 201 e seg.

[397] SCHELLING. System des transzendentalen Idealismus 4,3 (1800). In: *Werke* (vol. 2), 1965, p. 590; a respeito, cf. MOLITOR, Franz Joseph. *Ideen zu einer künftigen Dynamik der Geschichte*. Frankfurt, 1805.

vai mostrando aos poucos".[398] "No conceito da História, [estaria contido] o conceito de uma progressividade infinita", que age no sentido "de acelerar o progresso da humanidade na construção de uma concepção geral do Direito". Por isso, em 1800, Schelling se deu por satisfeito com o fato de que "o único objeto verdadeiro da *Historie* só pode ser o surgimento gradativo da constituição civil universal, pois exatamente este é o único motivo de uma História"; toda e qualquer "outra História" seria puramente "pragmática".[399]

Depois que a Filosofia havia sistematizado a História, essa História podia retroagir sobre a Filosofia e compreendê-la historicamente. Para Fichte – em 1794 –, "a Filosofia... [era] a História sistemática do espírito humano em suas formas gerais de agir".[400] Assim, "por motivos racionais, mediante o pressuposto de uma experiência como tal, antes de qualquer experiência determinada anterior, [se poderia] calcular a marcha do gênero humano". Como filósofo, seria possível mostrar quais são os degraus de cultura que uma sociedade deve percorrer, como historiador se estaria perscrutando a experiência para saber que degrau, em determinado tempo, teria sido efetivamente alcançado. Constituiria tarefa simultânea dos filósofos e dos historiadores reconhecer os futuros meios de satisfação das necessidades.[401]

Para Hegel, a convergência de Filosofia e História fora integralmente alcançada. O autodesdobramento do Espírito se realizaria tanto na História quanto na Filosofia – e isso se mostraria também na historiografia. Tanto em sequência sistemática quanto em diacrônica, Hegel classificou a escrita da História em três tipos: a original, a refletida e a filosófica.[402] Nesse aspecto, ainda não se distinguiu de seus predecessores, quando, para ele, "a Filosofia da História não [era] outra coisa que a apreciação pensada da mesma". Era decisiva "a simples ideia da razão de que também na História

[398] SCHELLING, *System...*, p. 603.

[399] Ibid., p. 591 e seg.

[400] FICHTE. Über den Unterschied des Geistes und des Buchstabens in der Philosophie. In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 2/3), 1974, p. 334.

[401] FICHTE. Einige Vorlesungen über die Bestimmung des Gelehrten (1794). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 1/3), 1966, p. 53.

[402] HEGEL, *Die Vernunft...* (cf. nota 236), p. 4.

mundial as coisas aconteceram de forma racional. Essa convicção e esse reconhecimento constituem um pressuposto decorrente da apreciação da História como tal" [*Geschichte überhaupt*].[403] Com isso, "a História", como coletivo singular de todas as Histórias individuais, não é apenas resultado de reflexão racional, mas ela própria constitui a forma em que se manifesta o Espírito, que se desdobra no trabalho da História mundial. "Esse processo de ajudar o Espírito a chegar a si mesmo, a seu conceito, é a História".[404] Do ponto de vista de seu conteúdo, esse processo constitui uma continuidade no desenvolvimento da liberdade, que se concretiza na humanidade. Evidentemente, para si mesmo, o Espírito, que se exterioriza nas suas formas de manifestação históricas, permanece igual. Sua concretização crescente no tempo não se perde no infinito de um futuro ou de um passado, mas constitui sempre tempo realizado.

Por essa razão, Hegel também compreende a História como "uma História que ao mesmo tempo não o é, pois os pensamentos, os princípios, as ideias que temos diante nós, são algo presente... Algo histórico, isto é, o passado como tal não existe mais, está morto. A tendência histórica abstrata de se ocupar com objetos inanimados difundiu-se muito, nos tempos mais novos" – acrescentou ele. "Mas se uma determinada era trata tudo historicamente, e, portanto, só se preocupa com o mundo que não existe mais, isto é, quando só se frequentam cemitérios, então o Espírito acaba com sua própria vida, que consiste em pensar a si mesmo".[405] Hegel, ao reunir no seu pensamento a unicidade de qualquer situação com a determinação de toda a História como História da razão, antecipou a crítica àquele Historicismo que não mais podia lidar com essa tensão, e se recolheu para o tempo perdido do passado.

Por outro lado, a Filosofia da História do Idealismo alemão – com base nas suas premissas iluministas – forneceu a estrutura duradoura da qual a Escola Histórica não conseguiu mais desvencilhar-se, independentemente de sua crítica ao caráter especulativo

[403] *Ibid.*, p. 25. 28.

[404] *Ibid.*, p. 72; cf. HEGEL. *Einleitung in die Geschichte der Philosophie*. Hamburgo, 1959 (reimpresso de 1966), p. 111 (editado por Johannes Hoffmeister, 3. Aufl. Resumida; e por Friedhelm Nicolin).

[405] HEGEL, *Einleitung...*, p. 133 e segs.

da Filosofia da História. Graças ao transcendentalismo, a "História" se transformou em conceito de uma religião secular da consciência, que continuava a atribuir à História, como revelação do Espírito, as estruturas de uma teodiceia, "pois – como escreveu Novalis[406] – toda a História é Evangelho, tudo aquilo que é divino possui uma História".[407] "Deixa que eles meçam e pesem – assegurou Droysen –, nosso negócio é a teodiceia".[408] Essa História produziu um excedente de fundamentação para toda a experiência já vivida e para aquela ainda a ser vivida. Também as reservas metodológicas da Escola Histórica não conseguiam se opor a que toda ação dentro da História, desde então, fosse compreendida como ação para a História, para uma História que atribuía a todo ato de fazer um objetivo, e a todo sofrimento um sentido. A nação como portadora do Espírito do mundo; a política como realização de ideias e de tendências, forças ou poderes; o fim inerente a todo acontecimento de executar o Direito; a "astúcia da razão" de Hegel; a concretização da liberdade humana ou da igualdade ou da humanidade no transcurso dos acontecimentos – todos esses *topoi* da linguagem social e política tentaram, pelo final do século XVIII, incorporar o conteúdo "da História como tal" [*Geschichte überhaupt*] em seu conceito.

Em 1830, Karl Heinrich Hermes constatou retrospectivamente que só então – assim como a verdadeira ciência da natureza – também a ciência da História estaria começando. O "conceito de História" até agora utilizado seria imprestável e tautológico: "A História é a representação de acontecimentos curiosos, aparentemente, não significa outra coisa que a História é a História... Somente com os mais recentes progressos na ciência do Espírito conseguimos penetrar mais profundamente no significado da História; somente através de Fichte, Schelling e Hegel descobrimos aquilo que antigamente só era intuído por raríssimos espíritos, isto é, que História é o desenvolvimento do Espírito na humanidade, e

[406] NOVALIS, Fragmente und Studien 1799-1800, Nr. 214. In: *Gesammelte Werke* (vol. 3), 1968, p. 586.

[407] Novalis. Die Lehrlinge zu Sais. *Gesammelte Werke* (vol. 1), 1960, p. 99.

[408] Johann Gustav Droysen, em carta a Wilhelm Arendt, de 30 de setembro de 1854. In: HÜBNER, Rudolf (ed.). *Briefwechsel* (vol. 2). Stuttgart/Berlim, 1929, p. 283.

cabe agora a nós – depois desse reconhecimento – montar, a partir do material bruto que até agora nos foi oferecido com o nome de História, o edifício científico da História".[409]

d) Resultados da guinada histórico-filosófica ao tempo da revolução. As Filosofias idealistas da História tentaram fundamentar a unidade da História em sua extensão temporal e no modo de sua movimentação. "Evoluções progressivas, sempre crescentes, são a matéria da História" (Novalis).[410] "Aquilo que não é progressivo não é objeto da História" (Schelling).[411] Ainda que se especulasse sobre o início e o destino da História mundial, isso sempre acontecia com vistas a um diagnóstico sobre o próprio tempo. Só então o conceito de "História" se tornou capaz de preencher, para além de qualquer método científico, o espaço antes ocupado pela religião eclesiástica, só então o conceito estava apropriado a trabalhar com as experiências da revolução. Vamos citar três critérios que foram decisivos para a liberação de um novo tempo, que, na reflexão histórico-filosófica, levou ao novo conceito de "História".

Primeiro, a Filosofia idealista da História introduziu o axioma do caráter único [*Einmaligkeit*], sobre o qual se baseavam tanto o "progresso" quanto a Escola Histórica. A soma das histórias individuais foi elevada à unidade da própria História [*Geschichte selbst*], que é única, por natureza. Essa concepção, que tentava dar conta da experiência da Revolução Francesa, fez com que inicialmente a análise causal pragmática do Iluminismo fosse relativizada. Schlözer ainda havia destacado, de forma aditiva e mais quantificante, que o conceito de História, "no seu significado mais nobre, ... [incluiria] o conceito secundário de completude e de interconexão ininterrupta". Essa História se transformaria em "Filosofia" quando "sempre vincula efeitos a causas".[412] Mas se a História sempre é única, isto

[409] HERMES, Karl Heinrich. *Blicke aus der Zeit in die Zeit*. Randbemerkungen zu der Tagesgeschichte der letzten fünfundzwanzig Jahre (vol. 1). Braunschweig, 1845, p. 11. Trata-se de uma preleção dada em Munique, no verão de 1830, sobre a Revolução Francesa.

[410] NOVALIS. Die Christenheit oder Europa (1799). In: *Gesammelte Werke* (vol. 3), p. 510.

[411] SCHELLING. Aus der "Allgemeinen Übersicht der neuesten philosophischen Literatur". In: *Werke* (vol. 1), 1958, p. 394.

[412] SCHLÖZER, August Ludwig. *Fortzetzung der allgemeinen Welthistorie* (vol. 31). Halle, 1771, p. 256; SCHLÖZER, August Ludwig. *WeltGeschichte nach ihren HauptTheilen im Auszug und Zusammenhange* (vol. 1). 3. Aufl., Göttingen, 1785, p. 8.

é, se na História sempre acontece algo mais ou algo menos daquilo que está contido nas preliminares, então nenhuma análise causal consegue dar conta da singularidade de uma situação. Numa formulação de Creuzer, se lê o seguinte: "O Espírito procura por uma unidade que está acima do próprio nexo causal... Somente essa unidade pode ser chamada de histórica... ou de unidade de uma ideia".[413]

Herder, Hegel e Humboldt, cada um a seu modo, descartaram como banal a abordagem pragmática, que busca causas e efeitos – a liberdade se perderia na necessidade. Com isso, o abandono de um nexo causal entendido de forma mecânica – baseado em fatores que, por natureza, são iguais – levou à visualização de um tempo histórico que é inerente a todos os fatores e, com isso, os qualifica de forma historicamente diferente. Nunca é indiferente "*quando* algo aconteceu, ou teria acontecido, ou irá acontecer", disse Herder. "Na verdade, toda coisa mutável tem em si a medida de seu tempo; essa medida existe mesmo se não existisse outra; não existem duas coisas que tivessem a mesma medida do tempo... Portanto (pode-se dizê-lo de maneira sincera e audaciosa), no universo existe, ao mesmo tempo, uma infinidade de tempos". Com isso, Herder resumira, numa fórmula, a vivência básica da modernidade, na qual estão contidos tanto o "progresso" quanto a "História"[414], fórmula que quase o assustou – a contemporaneidade do não contemporâneo ou a não contemporaneidade do contemporâneo. Por isso – como Herder aventou contra a determinação kantiana do tempo como pura forma de concepção interna –, o tempo seria "um conceito de experiência".[415] Ou, como Novalis deduziu de forma aforística: "O tempo é o historiador mais seguro".[416]

[413] CREUZER, Georg Friedrich. *Die historische Kunst der Griechen in ihrer Entstehung und Fortbildung*. Leipzig, 1803, p. 230 e nota 37.

[414] Cf. o verbete "*Fortschritt*" [progresso], no vol. 2, p. 355 e segs. [de *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)].

[415] HERDER. Verstand und Erfahrung. Eine Metakritik zur Kritik der reinen Vernunft, 1ª parte (1799). In: *Sämtliche Werke* (vol. 21), 1881, p. 59

[416] NOVALIS. Das Allgemeine Brouillon (1798/99), Nr. 256. In: *Gesammelte Werke* (vol. 3), p. 286.

Herder também introduziu o conceito de "força" [*Kraft*] na reflexão sobre a História, que, em sua orientação temporal, igualmente escondia dentro de si a capacidade para a individuação, para a unicidade histórica. Dos impulsos mecanicistas de eventuais razões psicológicas constantes se originaram forças dinâmicas.[417] Essa perspectiva foi utilizada por Humboldt para criticar outro legado do Iluminismo – as determinações finais da História. "A assim chamada História filosófica" – de Schiller, por exemplo[418] – anteporia à História "um objetivo, como se fosse um adendo estranho. Não se deve perscrutar as causas finais, mas as que movimentam; não se deve enumerar acontecimentos antecedentes dos quais surgiram os posteriores; deve-se comprovar as forças às quais ambas devem sua origem". Ali onde caberia avançar "até as forças agentes e criadoras", não bastaria mais o recurso à análise causal – que, em tese, é admissível e necessária. Em última instância, as forças estão enraizadas nas "ideias" que são orientadoras e "perpassam ..., como produção de força, a História mundial" [*Weltgeschichte*]. Mas não seria possível "derivá-las de circunstâncias concomitantes".[419]

Assim, de História – como conceito transcendental de reflexão – surgiu um conceito reflexivo. Na formulação de Novalis: "A História se produz a si mesma".[420] A incomparabilidade, a unicidade de situações históricas concretas – também efeito da Revolução Francesa – levou à História criadora, produtiva.

Com isso, em segundo lugar, se modificou o potencial prognosticador das velhas *Historien*. Sua tarefa tradicional de servir de mestra para a vida deixou de existir tão logo não foi mais possível comprovar situações análogas das quais se pudesse tirar conclusões

[417] Cf. o posfácio de Hans-Georg Gadamer a Herder: *Auch eine Philosophie des Geschichte zur Bildung der Menschheit*. Frankfurt, 1967, p. 146 e segs., em especial p. 163 e segs.

[418] Cf. SCHILLER. Was heisst und zu welchem Ende studiert man Universalgeschichte? In: *Schiller-Ausgabe* (vol. 13), s. d., p. 20 e seg: "O espírito filosófico ... produz uma causa racional para o transcurso do mundo e um princípio teleológico para a História do mundo" – se esse enfoque se confirma ou é refutado, isso ficaria em aberto, também quando a vontade de acelerar o futuro traz dificuldades ao homem para sua concretização.

[419] HUMBOLDT. Betrachtungen über die bewegenden Ursachen in der Weltgeschichte (1818). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 3), 1904, p. 360; HUMBOLDT, Über die Aufgabe des Geschichtschreibers (cf. nota 153), p. 46 e seg., 51 e seg.a

[420] NOVALIS. Fragmente und Studien 1799-1800, Nr. 541. In: *Gesammelte Werke* (vol. 3), p. 648.

para o próprio comportamento. Schlözer, cujas análises causais haviam "despido" todos os acontecimentos "de qualquer casualidade", coerente, ainda partia do pressuposto "de que não acontece mais nada de novo sob o sol".[421] Dessa concepção de que haveria fatores permanentes, é que derivavam o caráter pedagógico da História e a previsibilidade do comportamento político.[422]

Mas Kant derivou da mesma premissa – da constância dos "efeitos e contraefeitos" – a conclusão oposta: "que as coisas ficarão como sempre foram", motivo pelo qual não se pode prever nada.[423] Tal comportamento levaria à "inanição", e todo o esforço histórico-filosófico de Kant visava a fundamentar uma previsão de que a "História da humanidade", no futuro, seria diferente – e isso em sentido melhor. Se toda a História é única, também o futuro deve sê-lo.

Assim, a Filosofia da História levou a uma reversão do futuro. Do prognóstico pragmático de um futuro possível, surgiu a expectativa de longo prazo sobre um novo futuro, que deveria determinar o comportamento. Essa nova determinação temporal teve reflexos sobre o conceito de História: transformou-se também num conceito de ação. Evidentemente, a frase muitas vezes citada de Kant de que o homem pode prever os acontecimentos que ele mesmo desencadeia, continha uma conotação irônica. Ela se voltava contra o *ancien régime*, o qual, com sua política anti-humana, estaria, ele próprio, produzindo as consequências que tanto temia. Kant era mais cuidadoso nas suas medições da História como espaço de ação moralmente determinável. À sua pergunta "como é possível uma História *a priori*", deu uma resposta apenas indireta, pois aquilo que os homens devem fazer eles não o fazem, de forma alguma. Simultaneamente, enxergava no eco moral frente à Revolução Francesa um "sinal da História" ("*signum rememorativum, demonstrativum, prognostikon*"), que indicaria para uma tendência geral ao progresso. Desde então, considerava certo que "o ensinamento

[421] SCHLÖZER, *WeltGeschichte* (vol. 1), 3. Aufl., p. 9.

[422] KOSELLECK, Historia magistra vitae (cf. nota 224), onde há mais citações.

[423] KANT, Idee... (cf. nota 360). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), p. 25.

através da experiência repetida" levaria os homens a promover uma constituição na qual, em consonância com o plano natural, vigorariam a liberdade e o Direito.[424] Enquanto Kant criticava os teólogos naquilo que tange ao passado, dizendo que "é uma superstição" a afirmação de "que a fé na História é um dever e que leva à bem-aventurança", ele próprio investigou o futuro da História com intenções práticas, como sendo planificável.[425] "Vê-se: a Filosofia também pode ter seu quiliasmo".[426]

Assim, o tratamento histórico-filosófico da Revolução Francesa conduziu a um novo alinhamento entre experiência e expectativa. A diferença entre todas as Histórias até aqui e a História do futuro foi temporalizada num processo em que se torna dever do homem intervir com sua ação. Com isso, a Filosofia da História deslocou de forma fundamental a antiga importância da *Historie*. Desde o momento em que o tempo adquirira uma qualidade histórico-dinâmica, não foi mais possível – como se fosse um retorno natural – aplicar as mesmas regras de antigamente ao presente, regras que tinham sido elaboradas de forma exemplar até o século XVIII. "A Revolução Francesa foi, para o mundo, um fenômeno que parecia zombar de toda a sabedoria histórica, e diariamente foram se desenvolvendo a partir dela novos fenômenos, a respeito dos quais ficou cada vez mais difícil buscar respostas na História" – escreveu Woltmann, em 1799, para tentar fazer algo em sentido inverso.[427]

Em consequência – em terceiro lugar –, também a importância do passado na História se modificou. A História temporalizada e processualizada como unicidade permanente não podia ser mais aprendida de forma exemplar – "portanto, o objetivo didático é incompatível com a *Historie*". A História deveria, muito mais – como continuou Creuzer –, "ser encarada e explicada de forma nova por cada nova geração da humanidade que está em progressão".[428] A

[424] KANT. Streit der Fakultäten (cf. nota 297), § 2. In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 7), p. 81 e seg., 79 e seg., 84, 88.

[425] Ibid., § 1, p. 65.

[426] KANT, Idee..., 8. Satz. In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), p. 27; cf. KANT, Streit der Fakultäten, p. 81.

[427] WOLTMANN, Karl Ludwig (ed.). *Geschichte und Politik*. Eine Zeitschrift. Berlim, 1800, p. 3.

[428] CREUZER, *Historische Kunst* (cf. nota 413), p. 232 e seg.

elaboração do passado se transformou em um processo de educação que progredia junto com a História, e que, por sua vez, tinha efeitos sobre a vida. E, nesse processo, a revolução, em sua classificação histórico-filosófica, ocupou o lugar das Histórias que vigoravam até então. Nas palavras de Görres: "Todo presente deve apostar em si mesmo, pois ele mesmo sabe aquilo que melhor lhe agrada e serve... A História consegue ensinar pouco a vocês. Mas se vocês querem aprender com ela, tomem a revolução como mestra, [já que] o andar preguiçoso de muitos séculos acelerou-se com ela, para se transformar num ciclo de anos".[429]

A aceleração, que na época foi reiteradamente destacada, constitui um indício seguro da existência de forças imanentes à História, as quais dão origem a um tempo histórico próprio e pelas quais a Era Moderna se distinguiria do passado. Para dar conta da unicidade de toda a História e da distinção entre passado e futuro, importava reconhecer a História como um todo, a realidade, seu transcurso e sua direção, que leva do passado ao futuro. Os esforços dos filósofos da História se concentravam na solução dessa tarefa.

Na tentativa de cumprir essa tarefa, a velha *Historie* perdeu sua utilidade, que consistia em recuperar os achados do passado para a situação contemporânea. Hegel dizia: "Aquilo que traz algum ensinamento na História é algo diferente das reflexões dela derivadas. Nenhum caso é totalmente semelhante ao outro... Aquilo que a experiência e a História ensinam é que povos e governos nunca aprenderam com a História nem agiram de acordo com os ensinamentos que ela poderia ter fornecido".[430] Do diagnóstico de Hegel se pode deduzir teoricamente o lugar das novas ciências históricas. Como ciência do passado, ela só poderia ser praticada por si mesma – a não ser que ela, pela via da formação histórica, interfira de forma direta na vida.

Humboldt deduziu desse diagnóstico exatamente a mesma coisa. Também a História na compreensão da Era Moderna seria "aparentada da vida ativa", pois ela não prestaria mais seu serviço

[429] GÖRRES, Joseph. Teutschland und die Revolution (1819). In: *Gesammelte Schriften* (vol. 13), 1929, p. 81.

[430] HEGEL, *Die Vernunft*... (cf. nota 236), p. 19.

"através de exemplos individuais para aquilo que deve ser seguido ou evitado, pois [esses exemplos], muitas vezes, induzem a erros, e raramente ensinam alguma coisa. Sua verdadeira e incomensurável utilidade está muito mais em avivar e esclarecer o sentido para lidar com a realidade a partir da forma inerente ao acontecimento do que através de si mesma".[431] Em termos modernos: existem estruturas formais que se mantêm ao longo dos acontecimentos, condições para Histórias possíveis, cujo conhecimento antes se refere à prática do que o conhecimento das condições.

Dessa forma, a Filosofia da História explorou um moderno espaço de experiência através do novo alinhamento de passado e futuro, através da qualidade histórica que o tempo adquirira – e é daí que toda a Escola Histórica, desde então, busca inspiração. A unicidade das forças e das ideias, das tendências e das épocas que se produziam a si mesmas, mas também dos povos e dos Estados, não podia ser neutralizada através de nenhuma crítica de fontes. Era natural que, quanto mais bem-sucedido fosse o método histórico-crítico em derivar fatos duros do material encontrado nas fontes, tanto mais forte se tornava a crítica à especulação histórico-filosófica, de cujas premissas teóricas a Escola Histórica, não obstante, continuava a se nutrir. Por isso, Ferdinand Christian Baur podia dizer, com razão, em 1845: "Com essa assim chamada crítica das fontes, por si só, se avançou muito pouco, enquanto não se reconheceu que a História como tal [*Geschichte überhaupt*] é crítica". Na História, aconteceria uma mediação entre passado e presente, mas somente na medida em que o sujeito teria consciência crítica dessa mediação. Só então o "processo histórico externo" se transforma num "processo mental, através do qual o homem chega ao conhecimento de sua essência. Pois, para saber que ele é, precisa saber "como chegou a ser". A crítica é que permite relacionar a objetividade da História e sua elaboração subjetiva. "Na crítica, a História por si só se transforma na Filosofia da História".[432]

[431] HUMBOLDT, Die Aufgabe des Geschichtschreibers, p. 40.

[432] BAUR, Ferdinand Christian. Kritische Beiträge zur Kirchengeschichte der ersten Jahrhunderte, mit besonderer Rücksicht auf die Werke von Neander und Gieseler. *Theologische Jahrbücher*, n. 4, 1845, p. 207 e seg.

3. A "História" se define como conceito

A História narrativa, o ato de contar [*Erzählung*], encontra-se entre as formas mais antigas de interação humana, e isso ela continua sendo até hoje. Nesse sentido, seria possível considerar "História" como um conceito fundamental permanente da sociedade, em especial da sociabilidade. Se, no século XVIII, "a História" – cuja fundamentação terminológica e teórica tentamos conhecer até aqui – foi configurada como conceito fundamental da linguagem social e política, isso aconteceu porque o conceito adquiriu o *status* de princípio regulador de toda experiência e expectativa possível. Com isso, se modificou a importância da "*Historie*" como ciência propedêutica – como se pretende mostrar de forma esquemática, a seguir: "a História" foi abarcando de forma crescente todos os âmbitos de vida, enquanto simultaneamente ia sendo guindada à posição de uma ciência central.

As eruditas árvores genealógicas, que desde o Humanismo foram classificando todas as áreas do saber da *historia* e ordenando-as num espaço que admitia algumas variações, utilizavam invariavelmente os mesmos esquemas classificatórios: em primeiro lugar, a *historia* foi estruturada temporalmente, de acordo com os quatro impérios, por exemplo, ou então (forma popularizada desde Celário) como História antiga, medieval e moderna[433]; em segundo lugar, a *historia* foi classificada em áreas, quando a tripartição em *historia divina*, *civilis*, *naturalis* se tornou a mais usual – ainda que crescentemente questionada, desde Bacon; em terceiro lugar, a *historia* foi determinada por critérios formais, como *historia universalis* ou *specialis*; em quarto lugar, segundo formas de representação, sendo definida, por exemplo, como arte narrativa ou descritiva. É evidente que cada uma dessas redefinições nesses esquemas tivesse reflexos sobre os outros, na medida em que todas as afiliações da *historia* se encontravam numa relação sistemática entre si.

[433] Cf. o verbete "*Zeit, Zeitalter*" [Ao contrário do que previa Koselleck nesta nota, o verbete sobre "tempo" e "época" não apareceu nos *Geschichtliche Grundbegriffe*, nem foi por ele publicado à parte posteriormente (nota do revisor técnico)].

A configuração da História como conceito que está na base de tudo pode ser mostrada à mão de três processos: [primeiro], na eliminação da *historia naturalis* do cosmos histórico, fato que, no entanto, trouxe consigo a historicização da "História Natural"; segundo, na fusão da *historia sacra* com a História Geral; e, terceiro, na conceituализação da História mundial [*Weltgeschichte*] como ciência-mestra, que transformou a antiga História universal [*Universalhistorie*].

a) Da "*historia naturalis*" para a "História da natureza" [*Naturgeschichte*]. Conhecimentos históricos foram considerados, até o século XVIII, como pressuposto empírico de todas as ciências, assim que Heckermann podia afirmar que devem existir tantas *Historien* quantas são as ciências.[434] Como conhecimento geral das experiências, a *Historie* tratava do individual, do específico, enquanto as ciências e a Filosofia visavam ao geral. Jônsio escreveu que se saberia que "*fundamentum omnis scientiae esse historiam, observationes, exempla, experientiam, e quibus tanquam singularibus, scientia universales suas propositiones format*"[435], ou, como escreveu, de forma mais enfática, Johann Mathias Gesner, em 1774: "*Ita Historia est quase civitas magna, ex qua progrediuntur omnes aliae disciplinae*".[436]

Dentro desse campo de experiência, ainda era óbvio que o conhecimento sobre a natureza fosse parte tão integrante da *Historie* quanto o conhecimento sobre os homens e suas ações. Assim, Johann Georg Büsch – com base nos modelos de Reimaro – iniciou em 1775 sua *Encyclopädie der Wissenschaften* [Enciclopédia das Ciências] com o primeiro livro: "Da *Historie* como tal [*überhaupt*] e, em especial, da História da natureza... *Historie* ou *Geschichte* [História] denominamos todas as notícias daquilo que efetivamente é ou efetivamente foi".[437] Essa *Historie*, como um saber sobre a realidade, era uma ciência de experiências que, naquilo que tange ao

[434] MENKE-GLÜCKERT, Emil. *Die Geschichtsschreibung der Reformation und Gegenreformation*. Osterwiek/Harz, 1912, p. 131.

[435] JONSIUS, Johannes. *De scriptoribus historiae philosophicae*. 2. Aufl., Jena, 1916; reimpresso Düsseldorf, 1968, p. 2 (editada por Johann Christoph Dorn).

[436] GESNER, Johann Matthias. *Isagoge in eruditionem universalem* (t. I). Leipzig, 1774, p. 331.

[437] BÜSCH, Johann Georg. *Encyclopädie der historischen, philosophischen und mathematischen Wissenschaften*. Hamburgo, 1775, p. 12.

presente, se baseava em experiências próprias, naquilo que tange ao passado, em experiências alheias. Desse aspecto temporal duplo – que pressupõe a unidade do mundo da natureza e dos homens –, também derivava a velha dualidade da representação, isto é, que a *Historie* tanto descreve quanto narra. Justus Lipsius foi mais longe, contrapondo a *historia naturalis* descritiva à *historia narrativa*, a qual, por sua vez, se estenderia à *historia divina* e *humana*.[438]

Foi sobretudo a *historia naturalis*, o estudo da natureza, que, até Linné, descreveu situações derivadas de observações e de classificações da terra, dos reinos animal e vegetal, e do espaço estelar. Também quando a expressão "História da Natureza" [*Natur-Geschichte*] desbancou a "*historia naturalis*" – como em Zedler, por exemplo[439] –, essa expressão continuava visando a situações da natureza, sem interpretá-las "historicamente". A historicização da natureza que – em termos modernos – se ia configurando, no longo prazo, isto é, sua classificação temporal – de forma que ela mesma ganhasse uma "História" – não se deu sob o título de "*historia naturalis*", pois essa expressão estava reservada para a descrição daquilo que está dado de forma permanente.

Bacon – que classificou a *historia* em apenas *naturalis* e *civilis* – ainda compreendera a natureza como a-histórica. Mas ele a definiu como mutável, através da arte humana, motivo pelo qual colocava a *historia artium* na *historia naturalis*[440], situação que explicava através da expressão *experimentalis*.[441] Mas a investigação sobre as causas que levavam à mutabilidade da natureza ele não mais incluía na *historia naturalis*, mas sim entre as ciências teóricas, a Física: "*Etenim in hisce omnibus Historia Naturalis factum ipsum perscrutatur et refert, at Physica itidem causas*".[442]

[438] Citado por Menke-Glückert, *Die Geschichtsschreibung...*, p. 34. O Sr. Galli chamou minha atenção para o fato de que foram, sobretudo, eruditos católicos – Beurer e Glaser – que, enquanto faziam a contraposição teológica entre criador e criatura, também faziam a bipartição entre *historia naturalis* (que abarcava, simultaneamente, a História da natureza e a dos homens) e *historia divina*.

[439] ZEDLER (vol. 23), 1740, p. 1063.

[440] BACON. De dignitate et augmentis scientiarum, 2, 2. In: *Works* (vol. 1), 1864, p. 495; Pfingsten chama de "*Mechanik*", mas "no sentido mais amplo que a palavra ArteHistória [*KunstGeschichte*] ou ... melhor Tecnologia possui". *Würde und Fortgang der Wissenschaften* (cf. nota 371), p. 178 (com nota).

[441] BACON, Novum Organum 1, 111. In: *Works* (vol. 1), p. 209.

[442] BACON, *De augmentis*, 3, 4 (p. 551).

Com a abertura do futuro através do conhecimento progressivo da natureza e com a ocupação de novas terras no além-mar, com a descoberta de novos continentes e de novos povos, a expansão temporal também atingiu o passado. Já no século XVII, ela atingiu espaços temporais que se localizavam além da cronologia da criação da Bíblia.[443] Leibniz, por exemplo, com sua *Protogaea* – pensada como introdução à sua história dos guelfos –, avançou sobre esse pré-passado da natureza. Mas ele não chamou seu esboço diacrônico de *historia naturalis*. "Inicio pela mais profunda antiguidade dessas terras, provavelmente muito antes que elas fossem habitadas por seres humanos, de forma que vão muito além de quaisquer *Historien*, buscando-lhes as características deixadas pela natureza".[444] Na verdade, tratava-se de uma "teoria da infância de nossa terra", que possivelmente viria a fundamentar uma nova ciência, a "Geografia da Natureza" [*Natur-Geographie*]. Não se tratava de uma *Historie*, pois a fundamentação das relações permanecia hipotética.[445] Pela mesma razão, Kant, em 1755, recorreu a um título duplo – "História geral da natureza e teoria do firmamento" [*Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*] –, porque só através dessa expressão podia caracterizar seu esboço repleto de hipóteses, que temporalizara a natureza, como um "aperfeiçoamento sucessivo da criação".[446]

A temporalização da natureza, que abre seu passado finito em direção a um futuro infinito, e preparava sua interpretação histórica, realizou-se no âmbito da teoria, e não da *historia naturalis* – e isso corresponde à nossa História conceitual do século XVIII. Por isso, não admira que essa tradicional pesquisa da natureza fosse sendo gradativamente excluída do cosmos das ciências históricas. Natureza e História foram separadas. Voltaire falou, na *Encyclopédie*, de "*l'histoire naturelle, improprement dite histoire, ... qui est une parte essentielle de la physique*".[447] Adelung retomou esse distanciamento, em

[443] KLEMPT, Adalbert. *Die Säkularisierung der universalhistorischen Auffassung*. Zum Wandel des Geschichtsdenkens im 16. und 17. Jahrhundert. Göttingen, 1960, p. 81 e segs.

[444] LEIBNIZ. In: PERTZ, G. H. (Ed.). *Geschichtliche Aufsätze* (vol. 4). Hannover, 1847, p. 240.

[445] LEIBNIZ. Protogaea. In: PEUCKERT, Will Erich (Ed.). *Werke* (vol. 1). Stuttgart, 1949, p. 19; *ibid.*, p. 171 (versão alemã de Wolf v. Engelhardt).

[446] KANT. Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels (1755). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 1), 1902, p. 312.

[447] VOLTAIRE. Verbete " Histoire". In: *Encyclopédie* (t. 8). Genebra, 1765, p. 220 e seg.

1775: "Numa compreensão muito inadequada, utiliza-se a palavra História da natureza [*Naturgeschichte*] para designar o registro e a descrição dos corpos pertencentes ao reino natural".[448]

É verdade que Köster ainda registra, ao lado da narrativa de acontecimentos, "também a descrição de coisas que se mantêm ao longo do tempo" como pertencente à *Historie*, mas a "simplesmente assim chamada *Historie*" trataria somente de homens e de acontecimentos que os envolvem.[449] Em Campe, finalmente, a separação se completa: "A descrição da natureza..., isto é, das coisas na natureza, em especial na terra, de acordo com sua forma e suas características. Caso seja narrado seu surgimento, a forma como se mantém, suas modificações enquanto durar, o tempo de sua duração, etc., então estamos diante de uma História da Natureza [*Naturgeschichte*], que deve ser diferenciada da simples descrição".[450]

Com a separação da antiga *historia naturalis* descritiva, também se torna palpável o processo correspondente: o novo significado da História da Natureza que se impusera no meio século anterior. A própria natureza foi dinamizada e, com isso, se tornou passível de uma História, no sentido moderno. Como escreveu Buffon, em sua *Histoire naturelle*, de 1764: A natureza não é uma coisa ou um ser, ela é uma força viva, "*une puissance vive... c'est en même temps la cause et l'effect, le mode et la substance, le dessein et l'ouvrage*". Ela é "*un ouvrage perpétuallement vivant*" e "*un ouvrier sans cesse actif*", ao mesmo tempo.[451] Com esse avanço, que lhe permitiu classificar a natureza em períodos históricos, fora encontrada uma definição que se aproximava bastante do conceito de História, o qual foi, então, desenvolvido, na Alemanha, a partir de Herder: "Toda a História da humanidade é uma pura História da natureza de forças, ações e instintos humanos localizados no espaço e no tempo".[452] Herder concretizou a guinada. A natureza historicizada podia servir agora também como característica estrutural da História humana.

[448] ADELUNG (vol. 2), 1775, p. 601.

[449] *Deutsche Encyclopedie* (vol. 15), 1787, p. 649 e seg.

[450] CAMPE (vol. 3), 1809, p. 461.

[451] BUFFON. Histoire naturelle. In: PIVETEAU, Jean (Ed.). *Oeuvres philosophiques*. Paris, 1954, p. 31.

[452] HERDER, Ideen... (cf. nota 376), p. 145.

Também aqui foi Kant quem, pela primeira vez, havia reivindicado abertamente a mudança da *historia naturalis* de velho estilo para a História temporalizada da natureza. "Por mais que se odeie – e com razão – a impertinência das opiniões, deve-se arriscar uma História da natureza que seja uma ciência separada, que possa progredir, gradativamente, de opiniões para conhecimento".[453] Em 1788, Kant procurou garantir "História da natureza" para a investigação científica, que derivaria a "configuração [atual] da natureza de causas localizadas em tempos mais antigos, de acordo com leis naturais... das forças da natureza". Essa ciência deveria se conscientizar das limitações inerentes a seus princípios racionais e, por isso, concretizar sua teoria através de hipóteses – ao contrário da descrição da natureza, que poderia concretizar um sistema completo. Kant estava consciente das dificuldades terminológicas que apareceriam em decorrência de sua historicização da "História da natureza", já que "História" e "*Historie*" são utilizadas ao mesmo tempo no sentido de narrativa e de descrição. Para destacar o aspecto temporal decisivo da nova ciência, sugeriu denominações alternativas, como "fisiogonia" [*Physiogonie*] ou – na *Crítica da faculdade de julzo* [Kritik der Urteilskraft] – "arqueologia da natureza".[454] "Mas a dificuldade linguística para distinguir não consegue eliminar a diferença das coisas".[455] Estava aberto o caminho para as teorias da evolução do século seguinte,[456] no qual a História se mostraria como setor que orientava a pesquisa sobre a natureza. Nas palavras de Biedermann (1862): a História da natureza [*Naturgeschichte*], ao contrário da ciência da natureza [*Naturkunde*], começa "somente ali onde aparece uma interconexão, uma permanência, uma ligação

[453] KANT. Von den verschiedenen Rassen der Menschen (1775). In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 2), 1905, p. 443. Os cofundadores da Geologia na Alemanha já utilizavam o novo conceito de História: LEHMANN, Johann Gottlob. *Versuch einer Geschichte von Flötz-Gebürgen*. Berlim, 1756; PÜCHSEL, Georg Christian. *Entwurf zu der ältesten Erd- und Menschengeschichte, nebst einem Versuch, den Ursprung der Sprache zu finden*. Frankfurt/Leipzig, 1773.

[454] KANT. Über den Gebrauch teleologischer Prinzipien in der Philosophie (1788). *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), p. 161 e seg., 163 (nota 1); KANT. Kritik der Urteilskraft (1790), 2ª parte, anexo, § 82. In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 5), 1908, p. 428 (nota).

[455] KANT, Über den Gebrauch teleologischer Prinzipien..., p. 163.

[456] Cf. o verbete „*Entwicklung*" [evolução/desenvolvimento] [em *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)].

do individual com um todo". Ela é um "processo do vir a ser no tempo..., onde todo o reino das coisas visíveis – da pedra ao homem – aparece como um todo inter-relacionado, desenvolvido em diferentes níveis, como resultado de um processo lento de vir a ser e vir a acontecer".[457]

b) Da "*historia sacra*" para a "História da salvação" [*Heilsgeschichte*]. "*Historiae, id est, verae narrationis tria sunt genera: humanum, naturale, divinum*". A *Historie* humana trataria daquilo que é provável, a História da natureza daquilo que é necessário, e a divina da verdade da religião.[458] Bodin, que orientava essa sequência nas três doutrinas do Direito, enxergava nelas uma escala de certeza crescente. Mas no seu *Methodus*, só abordou a *historia humana*, colocando-se, assim, na tradição da escrita temporal da História, como ela fora desenvolvida pela alta Idade Média e pelo Humanismo. A História sagrada, na sequência, era tratada ou separada da *Historie* política ou então, cada vez mais, como uma História secular, das Igrejas, ou das doutrinas religiosas, ou ainda totalmente integrada nessa História secular.[459] Com isso, também a interpretação teológica de todos os acontecimentos seculares foi perdendo cada vez mais sua força.

Um indicador dessa transformação está, em primeiro lugar, na eliminação da *historia divina* do cosmos do conhecimento histórico. Freigius, com sua *Historiae synopsis*, de 1580, parece ter sido um precursor, nesse campo. Ele só conhecia a *Historia mundi majoris* da natureza como um todo, e a *Historia mundi minoris* de todas as ações humanas, bem como as *opiniones circa religionem aut philosophiam*, em particular.[460] Bacon também reduziu a *Historie* a apenas dois campos: a *Historia naturalis* e a *Historia civilis*, dividindo a última em três categorias: "*primo, Sacram, sive Ecclesiasticam; deinde eam quae generis nomen retinet, Civilem; postremo, Literarum et Artium*".[461] Assim,

[457] BIEDERMANN, Friedrich Karl. Verbete „Geschichte". In: ROTTECK; WELCKER (vol. 6), 3. Aufl., 1862, p. 428.

[458] BODIN, Methodus... (cf. nota 340), 114b.

[459] KLEMPT, *Die Säkularisierung...*, p. 42 e segs.

[460] Ibid., p. 44.

[461] BACON, De augmentis, 2, 4 (p. 502).

a *Histoire* civil, pela primeira vez, se transformou em conceito geral para a História sagrada ou eclesiástica.

Leibniz – que adotou a bipartição – já classificou, entre a *Histoire humaine*, uma grande quantidade de campos científicos: A História universal [*Universalhistorie*] e a Geografia, as antiguidades, a Filologia e a *Historie* da literatura, costumes e leis, por fim também "*Histoire des religions, et surtout celle de la veritable Religion revelée, avec l'Histoire Ecclesiastique*".[462] Dessa forma, em Leibniz, correspondendo à experiência planetária de uma multiplicidade de religiões e de Igrejas cristãs, a *historia sacra* se transformou numa *historia religiorum*, dentro da História humana.

Quando Voltaire faz, na *Encyclopédie* – assim como alguns contemporâneos – uma referência tradicional à *histoire sacrée*, ele acrescenta, de forma irônica: "*Je ne toucherai point à cette matière respectable*".[463] E, finalmente, quando Krug, em 1796, mais uma vez elaborou um sistema de todas as ciências, surgiu, em meio à "História da humanidade ou do gênero humano (preferencialmente chamada História)", em posição secundária, também a religião de Jesus de Nazaré – isso no âmbito da História da cultura [*Kulturgeschichte*], depois de profissões, artes, costumes, erudição e literatura, e dentro da História da cultura religiosa, depois da religião natural e da "História do fanatismo", como uma entre várias religiões reveladas.[464]

A inclusão da História sagrada [*heilige Geschichte*] na História do mundo [*Weltgeschichte*] vinha sendo preparada pela historiografia eclesiástica protestante, na medida em que esta – sobretudo a Escola de Göttingen, no século XVIII – tinha feito da *Historia ecclesiastica* uma História das sociedades eclesiásticas e de suas opiniões doutrinárias. "Na História da Igreja, é, sem dúvida, muito conveniente partir do pressuposto de que se deve visar, em cada um de seus períodos, ... àquilo que é peculiar e característico das formas sociais a que se ligam ... e apenas seguir as relações que estabelecem com

[462] LEIBNIZ. Mémoire pour des personnes éclairées et de bonne intention (1694?). In: KLOPP, Arno (Ed.). *Werke* (vol. 10). Hannover, 1877, p. 13; cf. KONZE, Werner. *Leibniz als Historiker*. Berlim, 1951, p. 36 e segs, com outras citações.

[463] VOLTAIRE, verbete "Historie" (cf. nota 447), p. 221.

[464] KRUG, *Enzycolpädie* (vol. 1), 1796, p. 49 e segs, 79.

elas".[465] Experiências extrassensoriais eram eliminadas em favor de fatos históricos que podiam ser incluídos na perspectiva de uma moral que avançava ou, então, eram interpretados de forma psicológica. A primeira experiência temporal historicamente imanente – a do progresso – historicizou coerentemente também os dogmas, até agora considerados imutáveis. Semler esperava convencer seus leitores de "que nunca existiu uma concepção estabelecida e imutável do conteúdo da doutrina e da religião cristã".[466] A irrupção da nova "História" nas verdades até agora consideradas eternas se fundamentava e era impulsionada pela nova convicção – que também abrangia a religião – "de que a evolução do mundo moral, de acordo com a ordem de Deus, também possui seus períodos e suas etapas, como o conhecimento e a descoberta do mundo físico".[467] Desde que a História adquirira uma qualidade que se modificava no decorrer do tempo, também a *historia sacra* podia ser interpretada, nesse sentido, de forma "histórica", como a *historia naturalis*.

É verdade que na ascensão do velho conceito de História que vinha se impondo, por mais novo que fosse, o impulso teológico não esteve ausente. Justamente a *historia sacra*, uma História que ia além da revelação bíblica, tal como era ensinada, por exemplo, no âmbito da Teologia federal*, trouxe alguns aspectos cristãos para dentro do conceito moderno de História. O esquema reproduzido e reproduzível pela expectativa escatológica, com suas promessas e realizações, desde sempre se prestara a atribuir ao transcurso temporal uma qualidade histórica no sentido da unicidade e até da mudança para um nível ascensional. Também a conversão do

[465] PLANCK, Gottlieb Jakob. *Einleitung in die theologischen Wissenschaften* (vol. 2). Leipzig, 1795, p. 223; cf. VÖLKER, Karl. *Die Kirchengeschichtsschreibung der Aufklärung*. Tübingen, 1921, p. 22, com outras citações.

[466] SEMLER, Johann Salomo. *Versuch eines fruchtbaren Auszugs aus der Kirchengeschichte* (vol. 2). Halle, 1774 (*Vorrede*); citado por MEINHOLD, Peter. *Geschichte der kirchlichen Historiographie* (vol. 2). Freiburgo/Munique, 1967, p. 46.

[467] SEMLER, J. S. *Lebensbeschreibung von ihm selbst verfasst* (vol. 2). Halle, 1782, p. 157; citado por Meinhold, *Geschichte...* (vol. 2), p. 64.

* A "Teologia federal" entendia a "História como a concretização da graça" divina. História que transcorreria em cinco fases, a começar na criação narrada no Velho Testamento, de forma que a "História divina se transformaria em um drama com sentido unitário". JACOB, P. Föderaltheologie. In: *Die Religion in Geschichte und Gegenwart* [RGG]. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1957, col. 1520 [N. T.].

futuro escatológico em um processo que avança com o tempo foi impulsionada pelas expectativas religiosas. "A realização não deve ser localizada – como acontece em geral – nos primeiros séculos nem nos tempos futuros, mas sim, numa divisão não necessariamente desigual, por toda a linha de tempo do Novo Testamento, de tal forma que todo o verdadeiro sistema de toda a *Historie* sirva de explicação para judeus e gentios, cristãos e turcos".[468] Para Bengel, toda a História se transformou em uma História da revelação, que se desvendava em forma crescente, com que o ônus da prova para a interpretação se deslocava do Testamento para a História pós-bíblica. Ninguém poderia explicar a revelação, "se não incluir as Histórias eclesiástica e mundial [*Kirchen- und Weltgeschichten*]".[469] É nelas que se mostra a unidade sistemática da *Historie*. O intérprete apenas deve "esgotar a verdadeira soma da História mundial e da História eclesiástica, e absorvê-la dentro de si, mas, ao fazê-lo, não deve atentar para as partes, e sim para o todo, para as coisas básicas, os tempos básicos e os lugares básicos, como, por exemplo, Roma e Jerusalém".[470]

O gradual desvendamento do Apocalipse de João pela História se revelou, então, como um tipo de fenomenologia do espírito, a qual vai corrigindo de forma sucessiva todos os erros das interpretações do passado e, com isso, revela seu sentido futuro, verdadeiro, o qual será idêntico com o fim da História até aqui. Oetinger – um discípulo de Bengel – disse o seguinte: "Cada século depois de Cristo possui sua própria medida de conhecimento verdadeiro, ainda que não integral". Mas Deus mandaria, "de tempos em tempos, instrumentos que, na medida do conhecimento crescente, produzem, a cada século, uma abertura maior".[471]

Na formulação de conceitos da História, na Alemanha, o grupo de teólogos de inspiração pietista (Arnold, Bengel – também Hamann –, Oetinger, Wizemann ou Hess) não pode ser subestimado,

[468] BENGEL, Johann. *Erklärte Offenbarung Johannis oder vielmehr Jesu Christi*. (2ª ed., 1747) (editado por Wilhelm Hoffmann, Suttgart, 1834), p. 75.

[469] *Ibid.*, p. 137.

[470] *Ibid.*, p. 654.

[471] OETINGER, Friedrich Christoph. *Predigten über die Sonn-, Fest- und Feiertäglichen Episteln*. Reutlingen, 1852, p. 11 (editado por Karl Christian Eberhard Ehmann); OETINGER, Friedrich Christoph. *Evangelienpredigten* (vol. 2). Reutlingen, 1853, p. 110.

por causa de sua concepção de uma revelação que tenha sentido e seja progressiva. O reino de Deus se tornou, ele próprio, um processo histórico. A convergência com um conceito "secular" de progresso da História se realizou via inspiração recíproca. Isso acontece, por exemplo, com Thomas Wizemann, que derivou o "plano" de Deus do "desenvolvimento histórico": "O homem está em eterno movimento, e cada recaída constitui um passo adiante no aperfeiçoamento do todo... Juntamente com sua História, seu conhecimento também avança e constitui verdade política e teológica que o verdadeiro conhecimento efetivo só pode se tornar mais transcendente na medida em que a História também se torna [mais transcendente]".[472]

O testemunho a favor da verdade divina, com Wizemann, deslocou-se, por completo, das "doutrinas" para os "fatos", da Bíblia para a História: "Aquilo que, na minha opinião, requer uma atenção especial nas nossas sagradas escrituras é a História. É ela que diferencia essas escrituras de todos os demais livros de religião, e a transforma em revelação divina".[473] Com isso, estava aberto o caminho para – na sequência da Filosofia idealista da História – também dissolver processualmente a escatologia cristã. Assim, Richard Rothe descreve o "transcurso do processo histórico" de tal forma que a igreja cristã estaria se integrando e se fundindo cada vez mais no Estado cristão do futuro. O Juizo Final – a crise – é, por assim dizer estendido para a "sucessão do desenvolvimento histórico", de forma "que toda a História cristã se transforma numa grande crise continuada do nosso gênero", que, no decorrer do tempo, moralizaria a Igreja e a tornaria supérflua.[474]

Influenciado por Ranke e por Schelling, Johann Christian von Hofmann adotou, em 1841, a expressão "História da salvação" [*Heilsgeschichte*], que antes fora pouco usada. E aqui não se tratava de

[472] GOLTZ, Alexander Freiherr von der (Ed.). *Thomas Wizemann, der Freund Friedrich Heinrich Jacobis* (vol. 1). Gotha, 1859, p. 147. A respeito de "plano" e "desenvolvimento", cf. [WIZEMANN, Thomas]. *Göttliche Entwicklung des Satans durch das Menschengeschlecht*. Dessau, 1792, p. 2, 18, 28, 57 e *passim*; WIZEMANN, Thomas. *Geschichte Jesu* (cf. nota 294), p. 8 e 46 e segs. Cf. BENZ, Ernst. Verheissung und Erfüllung. Über die theologischen Grundlagen des deutschen Geschichtsbewusstseins. *Zeitschrift für Kirchengeschichte*, n. 54, 1935, p. 484 e segs.

[473] WIZEMANN, *Göttliche Entwicklung des Satans*, p. 1 e seg.

[474] ROTHE, Richard. *Die Anfänge der Christlichen Kirche und ihrer Verfassung* (vol. 1). Wittenberg, 1837, p. 59.

uma tradução da já meio apagada "*historia sacra*", mas de um conceito que pretendia dar conta – como conceito cristão – das exigências de uma História baseada em princípios histórico-filosóficos que se difundiam cada vez mais.[475]

Edgar Bauer formulou, na década crítica que antecedeu a revolução de 1848, de forma polêmica: "Através da religião, a História se transforma numa fábula, através da História a religião se transforma num mito, na História a verdade de hoje refuta aquela de ontem, para novamente ser refutada pela de amanhã, na religião só deve existir uma verdade".[476] As imposições alternativas forçaram a historicização. Diante dos desafios por elas exercido surgira o termo "História da salvação". Retrospectivamente pode-se formular da seguinte forma o resultado da lenta mudança ocorrida desde o século XVII: enquanto na "*historia sacra*" a indicação para a salvação eterna caracterizara o conceito, no conceito composto de História da salvação a [própria] História assumiu o papel fundamental. É dela que derivou o caminho para a salvação.

De qualquer forma, o legado judaico-cristão ficou preservado, e sinalizava a contemporaneidade do não contemporâneo no novo conceito de História, mostrando que a antiga expectativa escatológica agora também tinha efeito sobre ele e sobretudo combinava com ele. Por isso, não admira que Moses Hess – também na linha do idealismo alemão – pôde, em 1837, escrever *Die Heilige Geschichte der Menschheit* [A História sagrada da humanidade], na qual, de acordo com o esquema joaquimista, o terceiro e último período, "a última renovação da humanidade, cujo processo ainda não se concluiu"[477], teria começado com a Revolução Francesa. A expectativa de salvação permaneceu, como em camadas, inerente ao conceito de História, e se manteve nos mais diferentes campos, desde o protestantismo, com sua fidelidade ao Estado, até o socialismo.

[475] HOFMANN, Johann Christian Konrad von. *Weissagung und Erfüllung im alten und neuen Testamente* (2 vols.). Nördlingen, 1841/44; cf. WETH, Gustav. *Die Heilsgeschichte*. München, 1931, p. 81 e segs.

[476] GEISMAR, Martin von (= Edgar Bauer) (Ed.). *Bibliothek der Deutschen Aufklärer* (vol. 2, separat 5). Leipzig, 1847; reimpresso em Darmstadt, 1963, p. 127.

[477] HESS, Moses. Die Heilige Geschichte der Menschheit. Von einem Jünger Spinozas. In: CORNU, Auguste; MÖNKE, Wolfgang (eds.). *Philosophische und sozialistische Schriften 1837-1850*. Berlin, 1961, p. 33.

Depois que a velha *historia sacra* tinha sido superada pela História da salvação, a compreensão do cristianismo sobre si mesmo entrou numa linha de historicização – também da metodologia histórico-crítica –, de forma que, desde então, vem pendulando entre duas respostas extremas. Por um lado, o cristianismo é simplesmente declarado incompatível com a História. Nesse sentido, Overbeck registra "o desejo moderno de submeter o cristianismo à História", deduzindo que, "deslocado para o terreno da avaliação histórica, o cristianismo está irremediavelmente exposto ao conceito da finitude ou ... da decadência".[478] Ou a História como um todo deve permanecer referida a Deus, de forma que a diferença entre uma História cristã e uma História não cristã desaparece. Nas palavras de Karl Barth: "Toda História religiosa e eclesiástica se desdobra por completo dentro do mundo. A assim chamada 'História da salvação', porém, só representa a permanente crise de toda a História, não uma História ou ao lado da História".[479] O componente progressista do conceito perdeu importância, mas o momento processual, que deriva da presença existencial do juízo eterno, se manteve, incluindo um legado da Teologia federal.*

c) Da "*historia universalis*" à "História mundial" [*Weltgeschichte*]. A incorporação da natureza e da *historia sacra* no processo histórico geral fez com que o conceito de História passasse a constituir um conceito-chave da experiência e das expectativas humanas. O conceito de "História mundial" [*Weltgeschichte*] se adequava muito bem a uma definição desse processo.

Na perspectiva da História vocabular, a transição da "História universal" [*Universalhistorie*] para a "História mundial" [*Weltgeschichte*] se realizou de forma gradativa e sem muita insistência. No século XVIII, ambos os termos podiam ser utilizados de maneira alternativa.

[478] OVERBECK, Franz. *Christentum und Kultur*. Gedanken und Anmerkungen zur modernen Theologie. Basel, 1919; reimpresso em Darmstadt, 1963, p. 7 e seg. (editado por Carl Albrecht Bernoulli).

[479] BARTH, Karl. *Der Römerbrief*. 10ª edição da versão reformulada de 1922, Zurique, 1967, p. 32.

* A "Teologia federal" entendia a "História como a concretização da graça" divina, História que transcorreria em cinco fases, a começar na criação narrada no Velho Testamento, de forma que a "História divina se transformaria em um drama com sentido unitário". JACOB, P. Föderaltheologie. In: *Die Religion in Geschichte und Gegenwart* [RGG]. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1957, col. 1520. [N. T.].

A expressão *uuerltgeskíhten* já fora utilizada por Notker (falecido em 1022) – referido à providência divina –, mas a palavra não conseguira se impor.[480] A primeira referência concreta a uma *Historia universalis* só é encontrada mais tarde. Em 1304, surgiu uma tal obra, que pouco depois recebeu o certeiro título de *Compendium historiarum*.[481] *Historien* deste mundo que tentavam unificar uma soma de Histórias individuais com pretensões universais só surgiram – nas palavras de Borst – quando a imagem do mundo do povo cristão de Deus se esfacelou. Na medida em que a conquista de terras no além-mar progredia, e a unidade da Igreja se rompia, começam a se multiplicar os títulos histórico-universais, os quais deveriam registrar e unificar as novas e heterogêneas experiências. Nesse contexto, também ressurge, no século XVII, a desaparecida palavra "História mundial" [*Weltgeschichte*], que talvez tivesse sido inspirada na *History of the world*, de Sir Walter Raleigh.[482] Stieler registra *Weltgeschichte/historia mundi sive universalis*[483], e, desde o século XVIII, preferem-se formas mistas, como "*Universalgeschichte*" [História universal] ou "Welthistorie" [*Historie* mundial].

Apesar das variações terminológicas, o avanço da expressão "*Weltgeschichte*" [História mundial] denota uma profunda mudança conceitual. Um sinal disso já fora dado com a tradução do *Essai zur l'histoire générale* de Voltaire, em 1762, por *Versuch einer allgemeinen Weltgeschichte* [Ensaio de uma História geral do mundo], quando se tratava de desacreditar a providência.[484]

A forma plural – como as "mais curiosas Histórias do mundo" [*merkwürdigste Weltgeschichten*] – estava consolidada desde o final do século XVII, no sentido de Histórias seculares.[485] E, por isso,

[480] SEHRT, Edward H.; e STARCK, Taylor (Eds.). *Notkers des Deutschen Werke*. Halle, 1952, p. 33.

[481] A respeito, cf. BORST, Weltgeschichten im Mittelalter (cf. nota 150), p. 452 e segs.

[482] RALEIGH, Sir Walter. *The history of the world*. Londres, 1614.

[483] STIELER, 1691; reimpressão de 1963, p. 1747.

[484] Voltaire. Essai sur l'histoire générale et sur les moeurs et l'esprit des nations depuis Charlemagne jusqu'à nos jours (7 vols.). Genebra, 1756; e alemão: *Allgemeine Weltgeschichte, worinnen zugleich die Sitten und das Eigene derer Völkerschaften von Carl dem Grossen bis auf die Zeiten Ludwigs XIV. beschrieben werden* (4 vols.). Dresden, 1760/62.

[485] GATTERER, Johann Christoph. *Handbuch der Universalhistorie nach ihrem gesamten Umfange*. Vol. 1: Nebst einer vorläufigen Einleitung von der Historie überhaupt und der Universalhistorie insbesondere. 2. Aufl., Göttingen, 1765, p. 127 e seg.

Chladenius pôde constatar, em 1752: "As História gerais do mundo [*gemeinen Weltgeschichte*] costumam lidar com ações de homens, mas a revelação lida com as grandes obras de Deus".[486] Foi justamente esse campo semântico, [até então] antiteticamente excluído do mundo humano, que deu maior força à nova expressão, frente à tradicional "*Universalhistorie*".

Os temas referidos ao mundo todo se difundiam e exigiam um conceito adequado. Em 1773, o *Teutsche Merkur* registrava como "estranho" que "nos últimos dois ou três anos" tenham surgido tantas Histórias universais [*Universalhistorien*][487], e Schlözer, um de seus autores, constatou, no mesmo ano, que "o conceito da História mundial [*Weltgeschichte*]" continuaria indefinido e vago. Deveria se desenvolver "um plano, uma teoria, um ideal dessa ciência", para que conquistasse a posição fundamental que lhe compete.[488]

Uma década mais tarde, em 1785, já fazia uma avaliação retrospectiva: "*Historie* universal antigamente não foi outra coisa do que 'uma misturança de alguns dados históricos'", que serviam aos teólogos e aos filólogos como "ciência auxiliar". Outra coisa era a História mundial [*Weltgeschichte*], que agora assumira posição de destaque no título de sua obra: *WeltGeschichte* [MundoHistória] – Schlözer preferia essa forma de escrever, para caracterizar o caráter composto do conceito; "estudar *WeltGeschichte* significa pensar como um conjunto as principais transformações da terra e do gênero humano, a fim de reconhecer a situação atual de ambos, a partir de suas bases".[489]

Com isso, Schlözer já citara os dois critérios que caracterizavam a nova História mundial: espacialmente, ela se referia a todo o globo e, temporalmente, a todo o gênero humano, cujas interconexões deveriam ser reconhecidas e explicadas, com vistas ao presente. Retomando algumas sugestões de Gatterer e de Herder, e se antecipando a Kant,[490] avançou no sentido de criticar a "soma

[486] CHLADENIUS, *Allgemeine Geschichtswissenschaft*... (cf. nota 277) (*Vorrede*), sem paginação.

[487] Schreiben aus D... (cf. nota 395), p. 262.

[488] SCHLÖZER, A. L. *Vorstellung seiner Universal-Historie* (vol. 2). Göttingen/Gotha, 1773, (*Vorbericht*), sem paginação.

[489] SCHLÖZER, A. L. *WeltGeschichte* (vol. 1) (cf. nota 412), p. 1 e 71.

[490] GATTERER, Vom historischen Plan... (cf. nota 223), p. 25, 28 e seg., *passim*; HERDER, A. L. Schlözers Vorstellung seiner Universal-Historie (1772). In: *Sämtliche Werke* (vol. 5), 1891, p. 436 e segs; KANT, Idee... (cf. nota 360), 9ª sentença. In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), p. 29.

[histórico-universal] de todas as Histórias especiais" [*SpecialGeschichten*] como um simples "agregado", e abrir espaço para o novo "sistema da MundoHistória". O sistema alcançou, num patamar mais elevado de abstração, uma pretensão de realidade superior. Ele faz a intermediação entre causas pequenas e grandes, com que a História mundial se transformaria em "Filosofia". Sobretudo seria importante que a "interconexão real" [*RealZusammenhang*] dos acontecimentos fosse distinguida de sua "interconexão temporal" [*ZeitZusammenhang*], que uma não é redutível à outra, ainda que ambas se condicionassem mutuamente. Disso resultariam dificuldades para a representação, para as quais Gatterer já apontara, mas cuja solução estava em reconhecer a interdependência global das Histórias modernas. Pontos de vista "cronológicos" e "sincronísticos" – em termos modernos: diacronia e sincronia – devem se complementar reciprocamente, a fim de classificar a História mundial de acordo com critérios imanentes. Com isso, se tornam dispensáveis as quatro monarquias da profecia divina, e as novas etapas derivam da importância que os "povos principais" e os "povos secundários" tiveram para a História mundial. Apenas "as revoluções, não a História específica dos reis e dos soberanos, sim, nem todos os nomes deles", contavam, como destacara Gatterer.[491] "Na verdade, ela [História do mundo] é a *Historie* dos acontecimentos maiores, das revoluções, refiram-se aos próprios homens ou aos povos, ou a sua relação com a religião, o Estado, as ciências, as artes e aos ofícios; aconteçam em tempos mais remotos ou mais recentes".[492]

Com isso, o novo campo semântico estava definido. Abrindo mão da transcendência, pela primeira vez, o gênero humano foi encarado como o sujeito presuntivo de sua História, neste mundo. Ainda em 1759, Sulzer, num ato de desespero, exclamara: "A *Historie* geral, *Historia Universalis*, de todos os tempos e de todos os povos só pode ser muito breve a respeito de acontecimentos individuais. Ela, portanto, não pode apresentar toda a utilidade de

[491] GATTERER, Vom historischen Plan..., p. 66 e segs.

[492] GATTERER, Johann Christoph. *Einleitung in die synchronistische Universalhistorie*. Göttingen, 1771, p. 1 e seg.

uma *Historie* mais detalhada".[493] Três décadas mais tarde, em 1790, Köster resumiu, na *Deutsche Encyclopädie*, o debate entrementes desencadeado, e seu resultado.[494] A relação entre as *Historien* geral e especial seria relativa, dependendo da definição dos objetos e, por consequência, "ambivalente... Mas existe uma outra *Historie* universal [*Universalhistorie*] – simplesmente assim denominada –, que também se chama de História mundial geral [*allgemeine Weltgeschichte*]". Ela trataria de todo o gênero humano, e da "superfície da terra" como seu campo de ação. Ela mostraria, "por que o gênero humano se tornou aquilo que realmente é, ou aquilo que ele foi, em cada período".

No último terço do século XVIII, se estabeleceu certa unanimidade de que essa História do mundo seria uma ciência mestra, que, no entanto, ainda não teria sido escrita – nas palavras de Kant: ela ainda não teria encontrado seu Kepler ou seu Newton.[495]

Mas, ao mesmo tempo, esses autores constatam – e isso indica aquela experiência moderna que só pôde ser explorada através da "História mundial" [*Weltgeschichte*] – que a escrita de tal História mundial somente agora seria possível. É nisso que consistia a verdadeira superioridade, o ganho de experiência em relação à antiga.[496] As mudanças constitucionais e a expansão da Europa sobre todo o globo teriam tornado os "intercâmbios mundiais" cada vez mais "entrelaçados", de forma que não seria mais possível escrever a História de Estados individuais, já que a interconexão real perpassaria tudo.[497] Em parte, o intercâmbio europeu sugeria ser aquele "em que parece se dissolver gradativamente toda a História mundial" [*Weltgeschihte*].[498] Em 1783, foi possível que uma tese de doutorado apresentada em Mainz iniciasse de forma

[493] [SULZER, Johann Georg]. *Kurzer Begriff aller Wissenschaften und andern Theile der Gelehrsamkeit*. 2. Aufl., Frankfurt/Leipzig, 1759, p. 35.

[494] KÖSTER, verbete "Historie" (cf. nota 328), p. 651, 654.

[495] KANT, Idee... In: *Akademie-Ausgabe* (vol. 8), p. 18.

[496] GATTERER, Vom historischen Plan..., p. 16 e segs.

[497] BÜSCH, *Encyclopädie* (cf. nota 437), p. 123; cf. ibid., p. 133, 165. Além disso, HALLE (vol. 1), 1779, p. 537.

[498] FORSTER, Georg. Die Nordwestküste von Amerika und der dortige Pelzhandel (1791). In: *Werke*, (vol. 2), s. d., p. 258.

enfática e assintática, com as seguintes palavras: "O gênero humano chegou a um ponto em que, através de revoluções conhecidas, foram derrubados os muros que separavam continente de continente, povo de povo, e os diferentes setores humanos se fundiram num grande todo, o qual é avivado por um espírito – o mesmo espírito que aviva a História – de que o mundo é um só povo, da mesma forma que a História geral mundial [*allgemeine Weltgeschichte*], motivo pelo qual ela deve ser tratada como tendo utilidade e influência para o mundo". A História educaria os povos, aos poucos, para uma cidadania mundial geral, ampliando-se para uma História mundial [*Weltgeschichte*]. "Essa é uma verdade que tem base na própria História".[499]

O conceito de História moderna, que, por assim dizer, recorria a si mesmo para se definir, procurava encontrar na "História mundial" sua âncora empírica. Aqui se localizava o campo de ação daquele sujeito hipotético chamado gênero humano, que só podia ser imaginado como unidade na sua extensão temporalmente aberta. Paralelamente às tentativas de escrever uma História mundial [*Weltgeschichte*], surgiram, por isso, muitos métodos antropológicos sobre a História da humanidade.[500] Aquilo que lhe faltava em termos de concretização contemporânea esperava-se, de forma compensatória, para o futuro. "O verdadeiro ideal de uma tal História – que não é nada menos que um agregado de todas as Histórias particulares e especiais –, porém, só foi elaborado em tempos mais recentes", como Krug se referiu a Kant, quando definiu a História da humanidade como uma "História da cultura humana".[501]

A famosa pergunta de Schiller, na sua aula inaugural, em Jena (1789) – "Que significa e com que finalidade se estuda História universal [*Universalgeschichte*]?" –, resumiu, de forma precisa e brilhante, todos os argumentos que haviam transformado a História mundial em ciência-mestra de todas as experiências e de todas as expectativas. Assim como, a partir da ideia de "progresso", a *Neuzeit*,

[499] VOGT, *Anzeige...* (cf. nota 287), p. 3 e segs.

[500] Cf. CARUS, Friedrich August. Ideen zur Geschichte der Menschheit. In: *Nachgelassene Werke* (vol. 6). Leipzig, 1809, com uma ampla bibliografia, p. 10 e segs.

[501] KRUG, *Enzyclopädie* (vol. 1), p. 66 e segs.

a Era Moderna, aprendeu a se ver como um novo tempo, ela se certificou de sua totalidade espaço-temporal, a partir da ideia de "História mundial". Por isso, a expressão, como pressuposto e delimitação de experiências possíveis, também se transformou numa característica estrutural de Histórias possíveis: "Todas as Histórias só são compreensíveis através da História mundial e na História mundial";[502] ou – como Novalis formulou de forma ainda mais coerente: "Toda História deve ser História mundial, e somente através de uma relação a toda a História o tratamento histórico de uma matéria individual é possível".[503]

O novo conceito adquirira uma conotação coesa de totalidade, o qual excluía modelos explicativos concorrentes. Por essa razão, Friedrich Schlegel pôde abrir suas *Vorlesungen über Universalgeschichte* [Preleções sobre História universal], de 1805, com a seguinte frase: "Como toda ciência é genética, se deduz que a História deve ser a mais universal, a mais geral e a mais elevada de todas as ciências". Enquanto se falasse exclusivamente da História dos homens, ela se chamaria "simplesmente História".[504] Foi a "História mundial" que, no período da Revolução Francesa, atribuíra ao conceito de História sua função mestra – que, desde então, não mais perdeu. Em 1845, Marx e Engels dizem a respeito da ideologia alemã: "Nós conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da História". E ela abarcaria a História da natureza e a dos homens. "Mas ambos os lados não podem ser separados; enquanto existirem homens, História da natureza e História dos homens se condicionam mutuamente".[505] "História" só era imaginável como História natural e como História humana, isto é, como História mundial, de forma que esse significado foi superado, absorvido e transcendido [*aufgehoben*] naquele conceito.

[502] LUDEN, Heinrich. Ueber den Vortrag der Universalgeschichte. In: *Kleine Aufsätze* (vol. 1). Göttingen, 1807, p. 281. A respeito de Schiller, cf. nota 418. Cf. KESSEL, Eberhard. Rankes Idee der Universalhistorie. *Historische Zeitschrift*, n. 178, 1954, p. 269 e segs.

[503] NOVALIS. Fragmente und Studien, Nr. 77. In: *Gesammelte Werke* (vol. 3), p. 566.

[504] SCHLEGEL. Vorlesungen über Universalgeschichte (1805/06). In: *Sämtliche Werke* (2ª seção, vol. 14) 1960, p. 3.

[505] MARX; ENGELS. Die Deutsche Ideologie. In: MBW [Marx-Engels-Werke] (vol. 3), 1962, p. 18 (nota).

As representações histórico-universais abrangentes perderam – segundo a grande concepção geral de Ranke – sua força, em parte porque o método histórico-crítico aumentou as pretensões, promovendo a especialização, em parte porque a inconclusividade de toda História fez com que crescessem as críticas contra projetos universais.[506] Irrefletidas [as representações históricas], continuaram sendo sobretudo aquilo que Hans Freyer subsumiu em 1948, no conceito "História mundial da Europa"[507], que só no século XX começa a transitar para uma "História mundial propriamente dita". Com isso, as expectativas que o século XVIII vinculava ao conceito foram modificadas, mas não ultrapassadas.

A única tentativa efetivamente bem-sucedida para retirar a História mundial de sua unicidade processual, em constante renovação, veio de Oswald Spengler, quando derivou a decadência do ocidente de uma "morfologia da História mundial, do mundo como História", cíclica, natural.[508] Em que medida seus círculos culturais pluralistas, em sua analogia estrutural, influenciam a futura História do mundo fica, por enquanto, em aberto.

[505] Cf. TROELTSCH, Ernst. *Der Historismus und seine Probleme*. Tübingen, 1922; reimpresso em Aalen, 1961, p. 652, 706; e DILTHEY, Wilhelm. Einleitung in die Geisteswissenschaften (1922). In: *Gesammelte Schriften* (vol. 1). Leipzig/Berlim, 1922, p. 93 e segs.

[507] FREYER, Hans. *Weltgeschichte Europas* (2 vols.). Wiesbaden, 1948.

[508] SPENGLER, Oswald. *Der Untergang des Abendlandes*. Umrisse einer Morphologie der Weltgeschichte. 52. Aufl., Munique, 1923, p. 6.

VI

"História" como conceito mestre moderno

Reinhart Koselleck

Quando Friedrich Schlegel disse, em 1795, que "o caminho e a direção da formação moderna são determinados por conceitos dominantes", esse reconhecimento já pressupunha o moderno conceito de História.[509] Schlegel se serviu de uma série de determinações atuais de movimento, todas abrangidas pelo conceito de História. Nessa medida, valia para a "História", em especial, aquilo que Schlegel reivindicava para os conceitos dominantes: "Sua influência é imensamente importante, decisiva". História somente pôde se tornar o moderno conceito mestre, porque, no período do Iluminismo e através dos efeitos da revolução, todas as ações precursoras até então descritas tinham influenciado esse conceito.

1. Funções sociais e políticas do conceito de História

A configuração do conceito moderno, reflexivo de História se deu tanto através de discussões científicas quanto através de diálogos político-sociais do cotidiano. Quem fez a ligação entre os dois níveis de diálogo foram os círculos do *Bildungsbürgertum*, a assim chamada burguesia culta composta por intelectuais de formação acadêmica, seus livros e suas revistas, que foram aumentando cada vez mais, no último terço do século XVIII, sendo seguidos, no século XIX,

[509] SCHLEGEL. Über das Studium der griechischen Poesie (1797). In: RASCH, Wolfdietrich (ed.). *Kritische Schriften*. Munique, 1964, p. 156.

por inúmeras associações e instituições. O surgimento de uma ciência histórica autônoma pode ser atribuído a essa classe média intelectualizada, a qual, simultaneamente com o desenvolvimento de uma consciência histórica, se apropriava de sua identidade. Nessa medida, a gênese do moderno conceito de História coincide com sua função social e política – sem naturalmente se limitar a ela. Gatterer se orgulhava de ser catedrático de História, sem precisar ser – como historiógrafo da corte – servo de nenhum príncipe. A despeito de sua autoavaliação, as questões teórico-científicas que ele formulou continuam tendo validade duradoura. Foi justamente o reivindicado caráter científico do conceito de História que reforçou sua força integrativa social e política.

A ciência histórica, que alcançou seu auge na Alemanha, no século XIX, reuniu em si duas etapas precursoras. Em primeiro lugar, a zelosa atividade de colecionar, e a elaboração de ciências auxiliares, que vinham se desenvolvendo desde o Humanismo. Em segundo lugar, a reflexão teórica e crítica com que o Iluminismo reagira a seus predecessores. Ambas as etapas encontraram na historiografia alemã desde Niebuhr, sua frutífera síntese.

Com isso, a *Historie* conquistou seu espaço científico, à medida que foi se desligando da função servil nas faculdades de Teologia e de Direito. O resultado desse ganho de autonomia se evidenciou no último terço do século XVIII, quando também o novo conceito de História passou a ser definido.[510] Ele indica, por um lado, a conquistada autonomia da ciência histórica. Paralelamente, por outro lado, "História" alterou sua posição dentro da linguagem política. Enquanto a expressão foi transformada em conceito central da interpretação do mundo, ela também estilizava a consciência daquela burguesia que, nesses decênios, se ampliou de uma burguesia de eruditos, um *Gelehrtenbürgertum*, para uma burguesia culta, um

[510] Cf. SCHIEDER, Theodor (Ed.). Hundert Jahre Historische Zeitschrift 1859-1959. Beiträge zur Geschichte der Historiographie in den deutschsprachigen Ländern. *Historische Zeitschrift* n. 189, 1959; VOSSKAMP, Wilhelm. *Untersuchungen zur Zeit- und Geschichtsauffassung im 17. Jahrhundert bei Gryphius und Lohenstein*. Bonn, 1967; HAMMERSTEIN, Notker. *Jus und Historie*. Ein Beitrag zur Geschichte des historischen Denkens an deutschen Universitäten im späten 17. und im 18. Jahrhundert. Göttingen, 1972.

Bildungsbürgertum. A utilidade pragmática da escrita da História deveria beneficiar todos os estratos – como Abbt já exigira –, e, no ano de 1765, Christian Kestner fez, em Göttingen, a seguinte pergunta, muito sugestiva: "Se a utilidade da nova História também se estende a pessoas privadas?" Evidentemente "o historiador deve nos descrever o homem em sua totalidade, e não só nas raras situações especiais em que ele domina povos e conquista países".[511]

"A grande destinação" que Schlözer atribuiu à "História" servia para o "esclarecimento e a felicidade da sociedade civil".[512] Daí decorreram as ampliações na organização e na abrangência do objeto. "Toda a escrevinhação da História" deveria ser encarada como "uma grande fábrica, composta por uma infinidade de coisas", na qual colecionar, pesquisar e representar constituem tarefas diversas.[513] Do ponto de vista do conteúdo, colocaram-se, no século XVIII, ao lado da tradicional História das Igrejas e dos Estados, aquelas áreas reivindicadas por Bacon, como História da literatura, História da arte e da técnica, do comércio, a História da ciência e a História da cultura; enfim – nas palavras de Gatterer –, a História dos povos, que abrangia tudo. "Portanto, para falar a verdade, só existe uma *Historie*, a História dos povos".[514]

A nova sociedade civil se projeta como povo, como nação, e, por isso, Krug leva esse fator em consideração, quando uniu o cosmos de todas as ciências históricas parciais – seria "prejudicial" separar a História do Estado e do povo, "pois, em função da estreita ligação" entre ambos, "a História de um sem a História do outro nem pode ser compreendida".[515]

Depois que a "História" se transformara num conceito sobre o qual se refletia e que – explicando, fundamentando e legitimando – estabelece uma ligação do futuro com o passado, essa sua tarefa pôde

[511] KESTNER, Christian. Untersuchung der Frage: Ob sich der Nutzen der neueren Geschichte auch auf Privatpersonen erstrecke? In: GATTERER, *Allgemeine Historische Bibliothek*... (vol. 4), 1767, p. 214 e segs.

[512] Prefácio de Schlözer a: MABLY, Abbé. *Von der Art die Geschichte zu schreiben*. Strassburg, 1784, p. 7 (versão alemã de F. R. Salzmann).

[513] *Ibid.*, p. 13.

[514] GATTERER, Vom historischen Plan... (cf. nota 223), p. 25.

[515] KRUG, *Enzyclopädie* (vol. 1), p. 81.

ser percebida de diversas formas. Nações, classes, partidos, seitas ou outros grupos de interesse podiam – e até deveriam – recorrer à História, na medida em que a derivação genética da posição que o respectivo grupo defendia lhe dava o direito à existência dentro do campo de ação político ou social. A grande disputa entre Thibaut e Savigny (1814) a respeito da possibilidade de uma legislação geral, ou o intenso confronto, de 1861, entre Sybel e Ficker sobre o sentido da política externa em relação à Itália, no passado – e aí estava contida também a do presente –, mostram a evidência geral que caracteriza fundamentações históricas, independente de se objetivar mais uma renovação ou mais uma estabilização.[516]

No sentido da Escola Histórica do Direito, Savigny destacava a superioridade da origem: "A dominação do passado sobre o presente também poderá se manifestar ali onde o presente tenta se opor de forma proposital ao passado".[517] Ficker insistiu muito mais na fungibilidade de juízos históricos e, com isso, para o perigo da unilateralidade partidária: "Sempre será muito difícil estabelecer uma unidade [dos pesquisadores] ali onde ela seria mais importante, isto é, ali onde se trata de concepções históricas que se encontram numa relação estreita com questões práticas do presente".[518] Ambas as considerações – provindas do campo conservador – reforçam um provérbio muito usado no século XIX, de que se pode provar tudo a partir da História.[519] O que é decisivo, no caso, é que a disputa se desenvolveu na plataforma comum de evidências históricas, isto é, de evidências controvertidas, para se definir nos campos ou jurídico, ou político, ou social. Luden desejou em 1810 "que nós alemães ouvíssemos a História dos alemães" e assegurou isso para si e para seus ouvintes, "para nos colocar no ponto a partir do qual devemos olhar para essa História, e nos imbuir do clima a partir do

[516] Cf. STERN, Jacques (Ed.). *Thibaut und Savigny*. Ein programmatischer Rechtsstreit auf Grund ihrer Schriften (1914). Darmstad, 1959 (reimpresão); SCHNEIDER, Friedrich (Ed.). *Universalstaat oder Nationalstaat, Macht und Ende des ersten deutschen Reiches*. Die Streitschriften von Heinrich von Sybel und Julius Ficker zur deutschen Kaiserpolitik des Mittelalters. 2. Aufl., Innsbruck, 1943.

[517] STERN, *Thibaut und Savigny*, p. 137.

[518] SCHNEIDER, *Universalstaat...*, p. 31.

[519] WANDER (vol. 1), 1867, p. 1593.

qual possamos encará-la com dignidade".[520] "História", portanto, de forma alguma, era apenas conhecimento especial que se restringia ao passado e à sua memória, ela continuava politicamente ativa e apresentava seu desafio social frente aos contemporâneos, qualidades que adquirira ao final do período iluminista. Por isso, Jacob Burckhardt fundamentou em 1846 sua famosa fuga "para o belo e indolente sul" com o argumento de que esse sul "morreu para a História".[521] A viagem à Itália, portanto, não representou uma fuga para a História, mas, sim, para fora da História – na medida em que Burckhardt procurou se esquivar da aguda crise política. Inversamente, Sybel – com o mesmo argumento – recorreu em 1889 às suas "convicções prussianas e nacional-liberais". Ele esperava que sua História da fundação do império [alemão], "como visualização detalhada da doença e da crise, pudesse servir para o fortalecimento da saúde e da concórdia adquiridas".[522] De forma mais drástica e sem pejo, Treitschke formulou sua intenção análoga: "Minha intenção foi destacar com toda ênfase, dentro do caos dos acontecimentos, os pontos de vista mais importantes – os homens e as instituições, as ideias e as mudanças de destino – que deram origem ao nosso novo povo" [*Volkstum*].[523] "De maneira ainda mais clara que seu predecessor, o presente volume mostra que a História política da Confederação Alemã só pode ser observada a partir do ponto de vista prussiano, pois somente aquele que está numa posição firme consegue julgar a mudança das coisas".[524] Após a fundação do império alemão, a disputa entre Treitschke e Schmoller mostra em que medida pressupostos teórico-científicos – e metodológicos – assumem funções políticas e sociais, e podem influenciar a forma em que são percebidas. Treitschke argumentava,

[520] LUDEN, Heinrich. *Einige Worte über das Studium der vaterländischen Geschichte*. Jena, 1810; reimpressão em Darmstadt, s. d., p. 11.

[521] Carta de Jacob Burckhardt a Hermann Schauenburg, de 28 de fevereiro de 1846. In: BURCKHARDT, Max (ed.). *Briefe* (vol. 2). Basileia, 1952, p. 208.

[522] SYBEL, Heinrich von. *Die Begründung des deutschen Reiches durch Wilhelm I* (vol. 1). Munique/Leipzig, 1889, p. XIII e seg.

[523] TREITSCHKE, Heinrich von. *Deutsche Geschichte im 19. Jahrhundert* (vol. 1) (1879). Leipzig, 1927, p. VIII.

[524] Ibid., vol. 3 (1885), p. VIII.

a partir de pressupostos aristotélicos, a favor de uma estabilidade da dominação, em confronto com uma social-democracia, que Schmoller, por sua vez, tentava conquistar, a partir de teoremas histórico-social-evolucionistas e reformistas.

A utilização política direta da "História", que atingia um amplo público de ouvintes e leitores, só foi possível porque a História foi entendida não apenas como ciência do passado, mas sim como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista. "De modo nenhum" a ciência histórica lidaria "só com a máscara mortuária dos passados... Compreendendo e compreendido, sua História representa, para eles, uma consciência de si mesmos, uma compreensão de si. Assim, nossa ciência vai conquistando sua posição e sua tarefa naquilo que está surgindo; aquilo que acontece ao nosso redor e conosco não é outra coisa que o presente da História, a História do presente".[525] Ou, numa formulação singela de Schopenhauer: "Somente através da História um povo vem a se tornar plenamente consciente de si mesmo".[526]

Aquilo que é válido para a consciência nacional burguesa Marx e Engels tentaram conquistar também para a consciência de classe dos trabalhadores, a ser desdobrada por meio da reflexão histórica. Assim, Engels escreveu em 1850, a respeito da guerra dos camponeses, na Alemanha: "As classes e frações de classe, que em 1848 e 1849 foram traidoras, por toda parte, já as encontramos, em 1525, como traidoras, mesmo que então ainda num nível mais baixo de desenvolvimento".[527] Marx ironizava aquelas "invocações dos mortos da História mundial" que apenas serviram para a autoestilização política. "A revolução social do século XIX não pode buscar sua poesia no passado, mas apenas no futuro... As revoluções de antigamente necessitavam da lembrança da História mundial, a fim de anestesiar seu próprio conteúdo. A revolução do século

[525] DROYSEN, Johann Gustav. *Geschichte der preussischen Politik* (vol. 1). Berlim, 1855, p. III.

[526] SCHOPENHAUER, Arthur. Die Welt als Wille und Vorstellung (1819). In: *Sämtliche Werke* (vol. 2). München, 1911, p. 507.

[527] ENGELS, Friedrich. Der deutsche Bauernkrieg. In: MEW (vol. 7), 1960, p. 329.

XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos, para chegar ao seu próprio conteúdo".[528] Mas ele próprio produziu acuradas análises contemporâneas – como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* –, para instruir o proletariado, a partir dos fracassos de revoluções anteriores, e treiná-lo no "espírito da nova linguagem".

Dependendo da posição, diferentes passados serviam – e continuam servindo – para a autodefinição política e social, e para os prognósticos que podem fornecer. Mas esse aspecto multifraturado dessa uma História não significa, de forma alguma, subjetivismo desenfreado ou um Historicismo, como o caracterizou Theodor Lessing, em 1921: ele esconderia dentro de si "a presunção adoidada ... de que o pensar um processo é o próprio processo".[529] Pelo contrário, a relatividade de juízos históricos na ciência e na política faz parte dos reconhecimentos que ajudaram a constituir o conceito de História. Sem prejuízo para a busca da verdade por parte da História, como ciência, a referenciação às condições de produção do conhecimento a respeito de uma experiência ajudou a descobrir o mundo da História, no século XVIII.

2. Relatividade histórica e temporalidade

Em 1623 Comenius comparou a atividade dos historiadores com um olhar através de um binóculo que, na forma curva de um trombone, tivesse voltado sua lente para trás. Assim se tentaria buscar no passado ensinamentos para o presente e o futuro. Mas aquilo que impressionaria seriam as perspectivas retorcidas, que mostrariam tudo sob uma luz diferente. Por isso, de forma alguma seria possível "confiar... que uma coisa realmente se comporta assim como ela aparece ao observador". Cada um confiaria nos seus próprios óculos, e disso decorreriam disputas e desavenças.[530]

[528] MARX, Karl. Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte (1852). In: MEW (vol. 8), 1960, p. 115, 117.

[529] LESSING, Theodor. *Geschichte als Sinngebung des Sinnlosen*. Munique, 1921, p. 21.

[530] COMENIUS, Johann Amos. Das Labyrinth der Welt und das Paradies des Herzens (1623). In: KOHUT, Pavel (Ed.). Luzerna/Frankfurt, 1970, 11, 15, p. 105 e segs. (versão alemã de Zdenko Baudnik).

A transferência da teoria da perspectiva, vinda das ciências naturais, para a *Historie* ganhou evidência no século das guerras religiosas e de seus libelos confessionais – na medida em que os autores estavam dispostos a reconhecer posições dogmáticas como relativas. Mas isso não significava que a nova posição, racional e supraconfessional, fosse relativizável. O antigo *topos* de que o historiador deveria ser *apolis*, isto é apátrida, para poder servir à verdade e apenas relatar "aquilo que aconteceu",[531] perpassa, como postulado científico e ético, todos os séculos. Bayle e Voltaire estiveram tão comprometidos com ele quanto Wieland ou Ranke: "Tudo interdepende: estudo crítico das fontes autênticas, concepções apartidárias, representação objetiva; o objetivo é que verdade plena se faça presente", ainda que ela não possa ser atingida de todo.[532]

O autoafastamento de uma posição partidária historicamente sempre se volta contra partidos concretos mas diferentes. Do ponto de vista epistemológico, encontra-se, por detrás do postulado do suprapartidarismo que visa reproduzir a realidade do passado de uma forma próxima à verdade plena, um tipo de realismo ingênuo. Não foi essa inflexão metodologicamente antiga e imprescindível no procedimento da pesquisa de tentar ser suprapartidário que construiu o mundo histórico. Pelo contrário, é a referenciação da História a seus próprios pressupostos de conhecimento que resume a História moderna, tanto no campo científico quanto no pré-científico, tanto no político quanto no social.

Ainda orientado no ideal realista do conhecimento, Zedler escreveu de forma resignada que "seria difícil, quase impossível, ser um historiador perfeito. Quem quisesse sê-lo deveria, se necessário, não pertencer a uma ordem, nem a um partido, nem a uma pátria, nem a uma religião".[533] Foi mérito de Chladenius ter demonstrado que exatamente isso é impossível.

[531] LUKIAN. *Wie man Geschichte schreiben soll*. Munique, 1965, p. 41, 148 (versão alemã de H. Homeyer).

[532] RANKE. Einleitung zu den Analekten der englischen Geschichte. In: *Sämtliche Werke* (vol. 21). 3. Aufl., 1879, p. 114.

[533] Famianus Strada (1572-1649), citado por ZEDLER (vol. 13), 1735, p. 286 (verbete "Historie").

Chladenius partiu do princípio de que a História e a concepção a seu respeito costumam coincidir. Mas para poder interpretar e julgar uma História, seria necessária uma separação rígida: "A História é uma coisa, mas a concepção a seu respeito é diferente e múltipla".[534] Uma História em si [*Geschichte an sich*] só seria pensável sem contradições, mas qualquer relato a respeito sofreria quebras de perspectiva. "Aquilo que acontece na História é visto de diferentes maneiras por pessoas diferentes".[535] Aquilo que seria decisivo seria se uma interconexão de acontecimentos é avaliada por um interessado ou um estranho, um amigo ou um inimigo, um erudito ou um leigo, um nobre, um burguês ou um camponês, por um revolucionário ou um súdito fiel. A partir desse diagnóstico feito a partir do mundo da vida, Chladenius deduz duas coisas: primeiro, a incontornável relatividade de todos os "juízos opinativos", de toda a experiência. Podem existir dois relatos mutuamente contraditórios que reivindicam ser verdadeiros. Pois, "existe uma razão para que reconheçamos as coisas de uma forma e não de outra, este é o ponto de vista sobre uma mesma coisa... Do conceito de ponto de vista decorre que pessoas que encaram uma coisa de diferentes pontos de vista também devem possuir concepções diferentes da coisa...; *quot capita, tot sensus*".[536]

Em segundo lugar, Chladenius deriva de sua análise da testemunha ocular e do seu comportamento o perspectivismo da pesquisa e da representação posteriores. É claro que, através do questionamento adequado de testemunhos contrários e através da busca por evidências, deve-se tentar reconhecer a própria História [*Geschichte selbst*] – com que também Chladenius reconhece um moderado ideal realista de conhecimento –, mas os acontecimentos do passado jamais poderiam ser reconstituídos em sua totalidade, através de qualquer representação. Sobretudo aquele historiador que queira relatar uma "História com sentido" não pode evitar que ela seja reproduzida através de "imagens

[534] CHLADENIUS, *Einleitung...* (cf. nota 262), p. 195.

[535] Ibid., p. 185; e CHLADENIUS, *Allgemeine Geschichtswissenschaft* (cf. nota 277), p. 151.

[536] CHLADENIUS, *Einleitung...*, p. 188 e seg.

rejuvenescidas".[537] Ele terá de escolher, resumir e se servir de conceitos gerais – mas, com isso, se expõe de forma inevitável a novas ambivalências, que por sua vez necessitam de explicações. Pois, "quando um escritor de História escreve imagens rejuvenescidas, sempre visa a algo" – algo que o leitor precisa reconhecer, caso queira avaliar a História em questão.[538]

Desde a História vivida até a História cientificamente elaborada, "História" sempre se concretiza numa perspectiva que possui sentido e que cria sentido, perspectivas nas quais uma remete à outra. Desde Chladenius, os historiadores estavam mais seguros do que até então para ver na plausibilidade uma verdade própria, exatamente uma forma histórica de verdade. E como devessem ter seu ponto de vista [*Sehepunkt*], também tiveram a coragem de assumir aberta e conscientemente um "posicionamento" [*Standort*]. Assim, estava claro para Abbt "que a História de qualquer povo na Ásia soa diferente que na Europa".[539] Gatterer escreveu uma *Abhandlung vom Standort und Gesichtspunkt des Geschichtsschreibers* [Tratado sobre o posicionamento e o ponto de vista do historiador], um trabalho de comparação, no qual Lívio é avaliado à mão de um possível "Lívio alemão".[540] Também Schlözer, Wegelin, Semler ou Köster falavam de "ponto de vista" ou "posicionamento". Assim também Hess, em 1744, escolheu um que lhe possibilitasse uma "forma de conceber", "que considerei a mais apropriada, tanto como retrospectiva em relação às coisas do passado quanto como prospectiva em relação às coisas do futuro".[541] Dessa forma, a visão de Chladenius se transformou num lugar-comum.

"Enganam-se muito aqueles que exigem que um historiador se comporte como alguém sem religião, sem pátria, sem família – é

[537] *Ibid.*, p. 221; "*Geschichte*" aqui ainda é plural!

[538] *Ibid.*, p. 237.

[539] ABBT, Thomas. *Geschichte des menschlichen Geschlechts, soweit selbige in Europa bekannt worden, vom Anfange der Welt bis auf unsere Zeiten*. Aus dem grossen Werke der allgemeinen Welthistorie ausgezogen. In: *Alte Historie* (vol. 1). Halle, 1766, p. 219.

[540] GATTERER, J. C. Abhandlung vom Standort und Gesichtspunkt des Geschichtschreibers oder der teutsche Livius. In: GATTERER, *Allgemeine Historische Bibliothek* (vol. 5), 1768, p. 219.

[541] HESS, Johann Jakob. *Von dem Reiche Gottes*. Ein Versuch über den Plan der göttlichen Anstalten und Offenbarungen (vol. 1). Zurique, 1774, p. XXIV.

que não se deram conta de que estão pedindo algo impossível". O historiador – como o próprio participante – não conseguiria evitar de trazer consigo seus pontos de vista, que dependem da origem, do *status*, dos interesses e da posição, de forma que uma História *post eventum* sempre se transforma.[542] E Chladenius deu mais um passo adiante ao diferenciar o perspectivismo em relação à História da "narrativa partidária", que, contra "o saber e a consciência", "distorce e obscurece, de forma premeditada", os acontecimentos... Uma narrativa apartidária também não pode significar o relato de uma coisa sem ponto de vista, porque isso, simplesmente, não é possível; e narrar partidariamente não pode significar narrar uma coisa e uma História de acordo com seu ponto de vista, porque, nesse caso, todas as narrativas seriam partidárias".

Com essa constatação de que a formação de juízo perspectivista e o partidarismo não são idênticos, Chladenius traçou uma moldura teórica que até hoje não foi ultrapassada. Pois a exigência da compreensão, o postulado de que também os outros e o adversário devem ser levados em consideração, a doutrina que, desde Herder, atribui a cada época, a cada povo e a cada indivíduo seu próprio direito – essas coisas todas só podem ser cumpridas quando os critérios da formação do juízo e da representação não são redutíveis a uma simples tomada de partido.

Num outro sentido, Chladenius ficou retido na antessala do mundo histórico, cuja hermenêutica fora o primeiro a delinear: sua crítica e suas metáforas do conhecimento se referiam sobretudo ao espaço. A História transcorrida como tal representava, para ele, um objeto inarredável, para o qual os homens apenas dirigem seu olhar diferenciado. Chladenius ainda não conseguiu imaginar que também o transcurso temporal pode modificar *ex post* a qualidade de uma História.

O componente temporal do perspectivismo, porém, vai se impondo rapidamente, justamente motivado por Chladenius. Gatterer já ficou em dúvida: "A verdade da História se mantém, no essencial, a mesma – ao menos é isso que pressuponho aqui ..., ainda que eu

[542] CHLADENIUS, *Allgemeine Geschichtswissenschaft*, p. 166, 151.

saiba que não se possa pressupô-lo sempre".[543] Büsch constatou, em 1775: "Novos acontecimentos podem tornar importante uma História que não nos interessava ou nos interessava pouco" – e ele se referia à História do Industão, o qual só teria sido incluído uns 20 anos antes no campo das interconexões gerais, pelos ingleses.[544]

Que a própria História [*Geschichte selbst*] só vem a ser construída em virtude dos seus efeitos interconectados é a próxima dedução que Schlözer tirou – ainda que de passagem –, em 1784: "Um fato pode parecer extremamente insignificante para agora, mas, no decorrer do tempo, pode se tornar extremamente importante para a própria História ou então para a crítica".[545] No horizonte da História mundial, concebida como unitária, os pressupostos podiam retroativamente mudar de posição.

Finalmente, não só a distância temporal crescente em relação ao passado foi vista como constitutiva para sua mudança. Também se deduziu que com a distância temporal crescente aumentavam as possibilidades de conhecimento. Com isso, também a testemunha ocular, que até então ocupava uma posição privilegiada – ainda que já relativizada por Chladenius –, perdeu sua posição como fonte principal: a lembrança do passado não é mais mantida através da tradição oral ou escrita, ela é, muito antes, reconstruída através de um processo crítico. "Cada grande acontecimento está envolto numa névoa para os contemporâneos sobre os quais ela age de forma direta, névoa que vai se dissipando aos poucos, muitas vezes depois de algumas gerações". Uma vez decorrido tempo suficiente, o passado aparece graças à "crítica histórica", que sabe calcular as exigências de verdade do espírito de partido, "sob uma forma bem diferente".[546]

Com a temporalização da História, a perspectiva temporal adquiriu *status* metodológico. Também aqui foi a economia salvífica

[543] GATTERER, Abhandlung vom Standort..., p. 7.
[544] BÜSCH, *Enzyclopädie* (cf. nota 437), p. 118.
[545] SCHLÖZER, Vorrede zu Mably (cf. nota 512), p. 15 (nota).
[546] PLANCK, *Geschichte der Entstehung...* (cf. nota 281) (vol. 1), p. VII; PLANCK, *Einleitung...* (cf. nota 465) (vol. 2), 1795, p. 243.

que agora – como em Lessing – permitia interpretar progressivamente as transformações históricas. Nunca existe uma *Historie* imutável – disse Semler, em 1788. A soma transversal de dados, o conteúdo e a elaboração apresentam uma diferença, de tempos em tempos. "Essa diferença é simplesmente inevitável... Ela é uma consequência da mais sublime economia de Deus dentro do mundo humano".[547]

Desigualdade, mudanças e variações de todas as circunstâncias "perduram indefinidamente, para uma educação moral dos homens, que vai mudando constantemente". Antes de ler seus textos, teria sido dada muito pouca atenção "a essa História ... de todos os historiadores, que se estende para frente". É daí que seria possível derivar as etapas do conhecimento crescente, o qual habilita aqueles que nasceram depois a desmascarar os interesses partidários das gerações anteriores e de seus historiadores. É exatamente isso que Semler tenta fazer com os três primeiros séculos do cristianismo. Quem pleiteia "a imutabilidade do sistema eclesiástico", na sua História, estaria incorrendo em preconceitos e servindo a interesses hierárquicos de dominação. Estaria impedindo o desdobramento moral da religião cristã, "e não pode haver ... pecado maior contra toda a verdade histórica".[548]

Desde que se estabeleceu a perspectiva temporal de seu desenvolvimento, surgiu da verdade histórica-relativa uma verdade superior. Pressuposto dessa posição superior foi a alteridade perspectivista, e – daí decorrente, como em Semler – efetiva do passado, medida pelo presente e pelo futuro. "Que a História do mundo precisa ser reescrita de tempos em tempos, sobre isso creio que não resta mais dúvida, nos dias de hoje" – escreveu Goethe, pouco depois. "Mas tal necessidade não decorre do fato de que tenha sido descoberta muita coisa nova, mas do fato de que aparecem novas concepções, porque o cidadão de um tempo que progride é levado a posições a partir das quais aquilo que passou é visto e avaliado sob uma nova

[547] SEMLER, Johann Salomo. *Neue Versuche die Kirchenhistorie der ersten Jahrhunderte mehr aufzuklären*. Leipzig, 1787, p. 1 e segs.
[548] *Ibid.*, p. 101 e seg.

forma".[549] Desde então também a História como tal [*Geschichte überhaupt*] adquiriu uma qualidade genuinamente temporal. Goethe expressara uma experiência histórica que crescia vagarosamente e se acumulava desde Chladenius: que a referência a uma posição é constitutiva para a experiência histórica, bem como para o conhecimento histórico. Com a temporalização dessa História rompida em função da perspectiva, se tornou necessário refletir também sobre o próprio posicionamento, já que ele se modifica dentro e com o movimento da História. Essa experiência foi confirmada com os acontecimentos que se desenrolaram na Revolução Francesa: foram eles que forçaram concretamente a se tomar partido. É por isso que Friedrich Schlegel exige uma reflexão aberta a respeito do próprio posicionamento. Ele pedia que o historiador apresentasse, "de coração aberto", "suas opiniões e seus juízos, sem os quais não se consegue escrever nenhuma História, ao menos uma História expositiva", bem como apresentasse seus princípios básicos a respeito do Direito e da fé. "Não se deve acusá-lo de partidarismo, ainda que sejamos de opinião diferente" – acrescentou, no mesmo sentido de Chladenius.[550] Enquanto os partidos do passado perduram para dentro do presente, até um "tratamento duplo" da História seria "inevitável e necessário". Constituiria ilusão evidente quando se tentaria encontrar "a verdade histórica única e exclusivamente entre os assim chamados escritores apartidários ou neutros".[551] A questão que ficava em aberto era qual seria "o partido correto", cuja posição se deveria assumir. A pressão política por uma decisão desembocou na busca por um juízo adequado. Schlegel tentou encontrar a resposta pelo caminho histórico-filosófico, procurando se elevar "à grande posição da História", que indica a direção de longo prazo das inovações duradouras. Ou, como formulou mais tarde – em *Signatur des Zeitalters* [Selo da época] –, de forma mais contida: deve-se apenas "não permitir que o partido valha pelo

[549] GOETHE. Materialien zur Geschichte der Farbelehre. In: *Hamburger Ausgabe* (vol. 14), 1960, p. 93.

[550] SCHLEGEL, F. Über die neuere Geschichte, Volesungen 1810/11. In: *Sämtliche Werke* (1. Abt., vol. 7), 1966, 129.

[551] SCHLEGEL, F. Über Fox und dessen historischen Nachlass (1810). In: ibid., p. 115 e seg.

partido... Devemos tomar partido pelo bem e pelo divino, ... mas nunca devemos ser partido", ou até "fazer partido".[552]

Naquilo que tange à aporia que se abre entre a busca por verdade e seu condicionamento histórico, Schlegel contornou a posição de Hegel. Hegel queria, por um lado, levar em consideração "a totalidade de todos os pontos de vista", ao apresentar sua História filosófica do mundo.[553] Por outro lado, exigiu a irrestrita tomada de partido a favor da razão, a favor do Direito. Somente ela poderia querer reconhecer a verdadeira História, "ela toma partido pelo essencial.[554] [...]. Uma sabedoria antiga diz que se deve proceder de forma histórica". A exigência de apartidarismo só teria sentido enquanto se tentasse proteger aquilo que se encontrou contra juízos unilaterais. Mas ampliar o apartidarismo a tal ponto que o historiador seja relegado ao simples papel de "espectador" – que relataria tudo, sem qualquer objetivo – significaria transformar o próprio apartidarismo em algo sem sentido: "Sem juízo, a História perde seu interesse".

Com a tomada de partido a favor da razão – que, *per definitionem*, na verdade, não permite outro partido –, Hegel continuou aplicando o formato linguístico da Revolução Francesa à História. Desde então, se mantém como dilema de toda representação histórica o dever de contornar a tomada de partido, sabendo, ao mesmo tempo, que a referência a ela constitui mandamento prévio de qualquer conhecimento histórico. Assim Gervinus – como propagador de uma política liberal –, defendeu o postulado tradicional de ser "imparcial e apartidário". "Conciliar contradições parece ser o destino do historiador". Fé, autoridade ou pátria não deveriam confundir seus sentidos: "e, mesmo assim, ele deve ser um partidário do destino, um defensor natural do progresso". Representar a causa da liberdade é inevitável.[555]

[552] SCHLEGEL, Über die neuere Geschichte, p. 129; SCHLEGEL, F. Die Signatur des Zeitalters (1820/23). In: *ibid.*, p. 519 e seg.

[553] HEGEL, *Die Vernunft*... (cf. nota 236), p. 32.

[554] HEGEL, *Einleitung*... (cf. nota 404), p. 283; cf. HEGEL, *Enzyklopädie*... (cf. nota 382), § 549, p. 427 e segs.

[555] GERVINUS, Georg Gottfried. *Grundzüge der Historik*. Leipzig, 1837, p. 92 e segs.

Contra essa identificação do posicionamento com uma tomada de posição política, Ranke defendeu uma posição que ficava num outro extremo, a – aparente – abstração temporal da ciência histórica: "Gervinus (diz ele no necrológio[556]) repete muitas vezes a intenção de que a ciência deve intervir na vida. É verdade. Mas, para ter efeito, ela deve ser, em primeiro lugar, ciência; pois é impossível que se assuma uma posição na vida, e transferir essa posição para a ciência – nesse caso a vida age sobre a ciência, e não a ciência sobre a vida... Só podemos exercer um verdadeiro efeito sobre o presente, se, antes disso, abstraímos dele, e nos colocamos numa posição elevada de uma ciência livre e objetiva". Ranke buscava, em última instância, desvencilhar-se do condicionamento histórico de seus juízos históricos, ao refutar, categoricamente, qualquer "intenção que enxerga tudo aquilo que passou sob o ponto de vista do dia de hoje, sobretudo, porque esse muda constantemente". Para Ranke, o condicionamento histórico se manteve como uma restrição ao conhecimento histórico.

É característico não só da tomada de posição que foi assumida nessa controvérsia, mas também, e talvez ainda mais, a ambivalência da "própria História" [*Geschichte selber*], que ela própria fornece todas as restrições que podem ser levantadas contra ela. Isso faz parte da conceitualidade de um conceito mestre, que, dependendo da posição e do partido, pôde ser preenchido de forma diferente.

Que a perspectiva temporal se referia a um movimento que sofria modificações constantes e, no final, se acelerava, isso já fora formulado, de forma muito clara, por Lorenz Stein, em 1843. Há 50 anos, a vida estaria se acelerando. "Tem-se a sensação de que a historiografia não consegue mais acompanhar a História. E mesmo assim, numa análise mais precisa, se verifica que é justamente o contrário que acontece. Da mesma forma como todas aquelas diferentes formações surgiram, de repente, elas podem ser abarcadas numa única visualização. E a mais importante diferença desse período em relação ao anterior, é que nele o juízo correto

[556] RANKE, Georg Gottfried Gervinus: "Gedächtnisrede" (no dia 27 de setembro de 1871). *Historische Zeitschrift*, n. 27, 1872, p. 142 e seg.

depende muito mais da posição, e no anterior dependia muito mais do conhecimento histórico".[557]

Stein aceitara o condicionamento histórico da respectiva posição como pressuposto do conhecimento histórico. Pois se os próprios ritmos de tempo da História se modificam, há necessidade de perspectivas que lhes sejam adequadas. Por isso, Stein procurou conhecer as leis do movimento da História, isto é, da Era Moderna, para poder derivar delas um futuro, que ele queria, ao mesmo tempo, influenciar, através do esclarecimento de sua posição. O diagnóstico consegue arriscar melhor um prognóstico, quando se certifica de seus condicionamentos e de seus limites históricos. Enquanto a História de antigamente estava preparada para todo tipo de surpresas, já que suas Histórias não sofriam nenhuma modificação fundamental, a Era Moderna parece despreparada para surpresas, porque o futuro não pode mais ser derivado de forma não mediada da experiência do passado. Nas palavras de Feuerbach (1830), "História só possui aquilo que é o princípio de suas transformações".[558] Com isso, o perspectivismo histórico se transformou, por completo, de uma "categoria de conhecimento" em uma determinação fundamental de toda a experiência e de todas as expectativas, que tem sua origem na própria História. A diferença temporal entre passado e futuro conquistou sua qualidade própria, uma qualidade histórica, que só pode ser avaliada através de abordagens que guardam a consciência de sua relatividade, de sua "temporalidade". Por isso, um contemporâneo procurou "sua salvação ... unicamente ... na compreensão e na utilização de nosso próprio tempo, que é instrutivo, porque não mais recebe, como o tempo passado, uma História feita, para transmiti-la, sem modificações, aos descendentes".[559]

Um tempo que sempre é esperado como tempo novo nem pode ser diferente que fazer emanar de si uma História que só pode

[557] STEIN, Lorenz. *Die Municipalverfassung Frankreichs*. Leipzig, 1843, p. 68.

[558] FEUERBACH, Ludwig. Todesgedanken (1830). BOLIN, Wilhelm; e JODL, Friedrich (Eds.). Sämtliche Werke (vol. I). 2. Aufl., 1960, p. 48; cf. BLUMENBERG, Hans. *Die Legitimität der Neuzeit*. Frankfurt, 1966, p. 74.

[559] PERTHES, Clemens Theodor. *Friedrich Perthes' Leben* (vol. 3). 6ª ed., Gotha, 1872, p. 360 (da carta de um amigo a Perthes).

ser experimentada de forma perspectivista. Com cada novo futuro, surgem novos passados. "Não se pode nem prever o que um dia ainda será História. O passado talvez continue fundamentalmente não descoberto! Ainda necessitamos de tantas forças retroativas!" (Nietzsche).[560]

3. A irrupção do distanciamento entre experiência e expectativa

A História – escreveu Novalis, em 1799 – se compõe de coisas do passado e de coisas do futuro, de esperança e de lembrança.[561] Essa equação clara se transformou num problema. O perspectivismo temporal derivou de uma História que parecia se afastar, com velocidade crescente, de seus dados prévios. A experiência de uma ruptura que estaria separando, de forma violenta, as dimensões do passado e do futuro, a consciência de um período de transição está amplamente registrado, desde a grande revolução. Desde então, também vão se afastando os enfoques em direção a um futuro a ser criado, por um lado, e um passado que vai se perdendo cada vez mais, que só pode ser reconquistado historicamente, por outro lado, – ainda que inicialmente ambos ainda sejam cobertos pelo conceito de História. No decorrer do século XIX, vai se desenvolvendo certa distinção que atribui a dimensão de futuro mais ao "progresso", e a dimensão do passado mais à "História", ainda que esse par de conceitos, de forma alguma, fosse utilizado exclusivamente de maneira antitética. Na História pensada como "*Entwicklung*", como "evolução" ou como "desenvolvimento", ambas se juntaram.

A consciência de estar no limiar de uma guinada estava amplamente difundida, em torno do ano de 1800. "Quaisquer comparações de nosso tempo com as guinadas na História de determinados povos e de determinados séculos são muito mesquinhas" – escreveu Perthes, depois da queda de Napoleão; "só se poderá aquilatar o

[560] NIETZSCHE. Die fröhliche Wissenschaft (1882/86), Nr. 34. In: *Werke* (vol. 2), 1955, p. 62.
[561] NOVALIS. Heinrich von Ofterdingen, 1, 5. In: *Gesammelte Werke* (vol. 1), 1960, p. 258.

significado incomensurável desses anos, quando se reconhecer que todo o nosso continente se encontra num período de transição, no qual as contradições de um meio século em desaparecimento se chocam com outro meio século que está vindo".[562] A troca de correspondência de Perthes representa uma caixa de ressonância da opinião pública da época, e, assim, várias passagens de suas cartas remetem àquela experiência de aceleração que fora apontada como específica para o novo tempo que iniciava. "Quanto mais a História compacta os fatos que se sucedem, tanto mais intensa e geral será a disputa". Períodos anteriores conheceram mudanças de rumo que se estenderam por séculos: "nosso tempo, porém, reuniu aquilo que era totalmente irreconciliável dentro das atuais três gerações, convivendo simultaneamente. As enormes contradições dos anos 1750, 1789 e 1815 dispensam a transição, e não aparecem como algo em linha de sucessão, mas como algo simultâneo dentro dos homens que vivem nesse momento – dependendo se são avós, pais ou netos". Com esse diagnóstico da contemporaneidade do não contemporâneo, Perthes estabeleceu um parâmetro para a "incrível velocidade" da mudança.[563]

A experiência existencial de um passado que ia se afastando cada vez mais rápido desencadeou, em sentido inverso – e, por assim dizer, de forma compensatória –, em todo lugar, "prazer e simpatia para a História. Em todos os cantos – escreveu Perthes, por ocasião de sua divulgação da *Monumenta Germaniae historica* –, os livros de ocasião, os jornais de província, os programas escolares surgidos fora do mercado da grande literatura voltam-se para a História, em geral para a História local, e dão conta do primeiro amor com que é encarado o tempo que se localiza antes de nós".[564]

Foi numa situação de mercado aparentemente tão favorável que Perthes tentou lançar sua *Europäische Staatsgeschichte* [História dos Estados europeus]. Mas enfrentou dificuldades, que justamente derivavam da nova experiência histórica da aceleração. Ela fez com

[562] PERTHES, *Leben* (vol. 2), p. 240 e seg.
[563] *Ibid.*, p. 146 e seg.
[564] *Ibid.* (vol. 3), p. 22.

que os historiadores profissionais hesitassem em escrever sobre História moderna, em especial sobre uma que – como se costumava fazer – chegava até a "História contemporânea".

As três dimensões do tempo pareciam se desagregar. O presente seria muito veloz e provisório. "Falta-nos um ponto fixo, a partir do qual os fenômenos pudessem ser encarados, avaliados e permitissem conduzir até nós" – escreveu Rist [a Perthes]. Se estaria vivendo "em tempos de uma decadência, que apenas começou". E Poel confirmou: "Em todas as instâncias da vida – na civil, na política, na religiosa e na financeira –, a situação não é provisória? Mas o objetivo da História não é o vir a ser, mas sim aquilo que já é". Seria cada vez mais difícil reconhecer isso, porque o futuro se modificaria de forma cada vez mais rápida. "Onde está o homem que consegue enxergar os enormes processos de mudança, ainda que apenas na penumbra? O processo de mudança" seria muito profundo, para que se pudesse escrever agora já uma História do passado. Mesmo os legitimistas, que estariam se opondo à "marcha do tempo", não estariam se apoiando "no passado". O historiador distanciado estaria proibido de escrever uma História do presente, pois ela, no máximo, ajudaria a desencadear o partidarismo. O resultado de todas essas conjecturações foi que "de uma História escrita agora não se pode esperar nada de duradouro, nenhuma verdadeira História". A "História" dos historiadores – ao contrário da linguagem de nosso editor – foi, portanto, associada à durabilidade. Em outras palavras, a aceleração da História atrapalhava os historiadores na sua profissão. Na verdade, porém, ela alterou a direção de seu trabalho – eles se atiraram a uma pesquisa que deveria reconstruir um passado que estava se perdendo. Coisa que também foi admitida por nossas testemunhas de 1822: "que os acontecimentos de nosso tempo despertaram em alguns indivíduos a necessidade de uma profunda pesquisa histórica".[565] A fundação da "História" como pesquisa rigidamente metodológica do passado – como Hegel já a ironizara – se dá exatamente nesses anos em que as experiências tradicionais tinham cada vez menos a ver com

[565] *Ibid.*, p. 24 e segs.

as expectativas do futuro que iam surgindo e ganhando espaço. Logo pareceu a amarga afirmação de Dahlmann sobre "uma *Historie* muito elegante para se estender até o dia de hoje".[566]

Nas palavras da enciclopédia *Brockhaus der Gegenwart* [Brockhaus do Presente], a Revolução Francesa traçara um "limite sangrento entre passado e futuro",[567] que rompeu de forma perspectivista o conceito de História, e lhe deu um rosto de Jano, dependendo da direção em que era apontado. Immermann, envolvido na discussão atual sobre literatura histórica, distinguiu, na época, três estágios de um acontecimento histórico: a primeira fase de seu surgimento como "mítica", a segunda, do acontecimento em si, ele chamou de "histórica", e, finalmente, a terceira, de historiográfica. "Aí a História propriamente dita acaba, e se entra na pesquisa histórica".[568]

A descontinuidade se transforma em critério primeiro e decisivo da experiência moderna de História, na medida em que esteve marcada pela grande revolução. Macaulay mostrou isso numa comparação entre a França e a Inglaterra. Na Inglaterra, a *Historie* continuaria envenenada pelo "espírito partidário", pois onde a "História [é vista] como um repertório de documentos", continuariam "a valer os acontecimentos da Idade Média". O passado continuava presente, na medida em que tinha efeito jurídico. A situação seria diferente na França, onde a História poderia ser tratada de forma distanciada: "O abismo de uma grande revolução separa por completo o sistema novo do antigo".[569]

"Através da revolução, os franceses se libertaram de sua História" – como o expressou Rosenkranz, numa referência à História do passado.[570] Inversamente, Sohm pôde acusar, em 1880, a Escola

[566] DAHLMANN, Friedrich Christov. *Die Politik*. 3. Aufl., Leipzig, 1847, p. 291.

[567] SCHULZ, verbete "Zeitgeist" (cf. nota 383), p. 464.

[568] IMMERMANN, Karl. Memorabilien (1839). In: MAYNC, Harry (Ed.). *Werke* (vol. 5). Leipzig/Viena, [1906], p. 230 e seg.

[569] MACAULAY, Thomas Babington. *Die Geschichte Englands seit dem Regierungsantritte Jacobs II* (vol. 1). Leipzig, 1949, p. 22 e seg. (tradução para o alemão de Friedrich Bülau).

[570] ROSENKRANZ, Karl. *Aus einem Tagebuch*. Königsberg Herbst 1833 bis Frühjahr 1846. Leipzig, 1854, p. 199 (a notícia data de 1834).

Histórica alemã de – naquilo que tange à "História" atual – "ter ajudado a promover a ruptura com a História".[571]

Dessa forma, o conceito de História varia correspondentemente à experiência de ruptura que o determina. Por um lado, podia não apenas se referir à durabilidade do passado em processo de desaparecimento, mas também requerer a preocupação permanente com o futuro, indicando o rumo a ser seguido. Schlegel anotou em 1799 que "o desejo revolucionário de realizar o reino de Deus constitui o ponto elástico da formação progressiva e o início da História moderna".[572] Isso caracteriza a expectativa, quando não a linguagem dos revolucionários – na Alemanha, mais tarde, os hegelianos, em especial os de esquerda entre eles. "A História quer desenvolvimento, nova organização, progresso e mudanças" – como destacou Bruno Bauer.[573] A orientação para o futuro – num distanciamento em relação a um Hegel entendido como quietista – podia ser levada a tal ponto que a História como tal [*Geschichte überhaupt*] só podia ser entendida como História do futuro. Feuerbach, em um escrito a Hegel, de 1828, esperava por "uma nova História, uma segunda criação", e pelo fim "da História até agora".[574] "Por isso, a constatação da possibilidade de conhecimento do futuro constitui uma questão prévia necessária para o organismo da História" – deduziu Cieszkowski, em 1838.[575] O atraso das experiências feitas até então, medidas pelo futuro que se esperava, caracterizavam o horizonte das expectativas utópicas que estavam sendo exploradas. Assim, Bruno Bauer pretendeu "preparar de uma vez por todas o novo caminho para a História".[576] "Nós não podemos dar continuidade a nosso passado de outra forma a

[571] SOHM, Rudolf. Fränkisches und römisches Recht. *Zeitschrift für Rechtsgeschichte* (germanistische Abt. 1), 1880, p. 80; cf. BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. Die Historische Rechtsschule und das Problem der Geschichtlichkeit des Rechts. In: *Collegium Philosophicum*. Festschrift für Joachim Ritter. Basileia/Stuttgart, 1965, p. 24.

[572] SCHLEGEL, Athenäums-Fragment Nr. 222. In: *Sämtliche Werke* (vol. 2), p. 201.

[573] BAUER, Bruno. Die Juden-Frage. *Deutsche Jahrbücher*, n. 274, 1842, p. 1094.

[574] HOFFMEISTER, Johannes (ed.). *Briefe von und an Hegel* (vol. 3). Hamburgo, 1954, p. 246 e seg.

[575] CIESZKOWSKI, August Graf. *Prolegomena zur Historiosophie*. Berlim, 1838, p. 9.

[576] BAUER, Bruno. *Die gute Sache der Freiheit und meine eigene Angelegenheit*. Zurique/Winterthur, 1842, p. 209. Sobre tudo isso, cf. STUKE, Horst. *Philosophie der Tat*. Stuttgart, 1963.

não ser através da ruptura mais incisiva com ele" – escreveu Ruge, em 1843, a Marx, o qual, porém, – mais próximo a Hegel – se referiu ao movimento interno da História: "Ficará claro que não se trata de um grande traço de união entre passado e futuro, mas da concretização das ideias do passado".[577]

Marx, que localizava a Alemanha "abaixo do nível da História"[578], e que pretendia recuperar esse atraso, de forma acelerada, através da concretização de sua Filosofia, esse próprio Marx deslocou a ruptura entre passado e futuro para o futuro: quando se atingissem as condições de ausência de dominação no comunismo, então toda a História pregressa se transformaria em Pré-História. "Com essa formação social termina, portanto, a Pré-História da sociedade humana".[579] A História efetiva é degradada à preparação de um futuro cuja expectativa é reproduzida, de forma permanente, e se mantém reprodutível. Marx e Engels imaginavam – na *Ideologia alemã* – "empiricamente fundamentado, que com a revolução comunista ... a libertação de cada indivíduo se imporia na mesma medida em que a História se transforma, de maneira plena, em História mundial" [*Weltgeschichte*].[580] "O comunismo constitui o enigma desvendado da História e se enxerga como essa solução"[581] – a expectativa engoliu, por completo, a experiência.

Assim, o conceito de História teve de servir para cobrir todas as extensões temporais – desde a expectativa de futuro, sem base na experiência, até a pesquisa sobre o passado, destituída de qualquer expectativa. O terceiro componente – aqui não abordado –, que tentou mediar ambas as coisas através do conceito de "evolução"[582], foi o mais utilizado na linguagem cotidiana do século XIX. O

[577] Carta de Arnold Ruge a Marx, de agosto de 1843. *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Paris, 1844 (reimpresso em Amsterdam, 1965, p. 36); Carta de Marx a Ruge de setembro de 1843. Ibid., p. 39, e In: MEW (vol. 1) 1957, p. 346.

[578] MARX. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. In: MEW (vol. 1), p. 380.

[579] MARX. Zur Kritik der politischen Ökonomie (Vorwort), 1859. In: MEW (vol. 13), 1961, p. 9.

[580] MARX; e ENGELS. Deutsche Ideologie. In: MEW (vol. 3), p. 37.

[581] MARX. Ökonomisch-philosophische Manuskripte (1844). In: MEW (volume complementar 1), 1969, p. 536.

[582] Cf. o verbete „*Entwicklung*" [evolução/desenvolvimento] [em *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, no qual está também o presente texto (N.T.)].

apelo a "uma História" descoberta produziu tantos ecos quantos eram os "posicionamentos". De qualquer maneira, a diferença entre experiência e expectativa induziu a uma tensão temporal permanente da qual parecia emanar "História" em sua unicidade.

Característico dessa situação também é o emprego ambivalente da expressão "Historicismo", na época em que surgiu. A palavra "*Historism*" – pela primeira vez documentada em Novalis, e ali associada, de forma imprecisa, com "sistema confusional" [*ConfusionsSystem*] e "misticismo" [*Mystizism*][583] – só ingressa na linguagem científica quando da revolução de 1848.

Feuerbach designa com "Historicismo", nos anos 1840, "uma consciência deformada por uma falsa relação com a História",[584] e pôde chamar o historiador Heinrich Leo "a inveja personificada do Historicismo contra as gotas sadias de sangue do presente".[585] Enquanto Feuerbach, em função da expressão negativa "Historicismo", já separa a História de sua referência à vida e à verdade, Braniss, na mesma época, ainda pôde designar, com a mesma palavra, uma Filosofia da História voltada para o futuro. Essa ciência abrangente – ao contrário do "naturismo" – fundamentaria "o grande tempo da História mundial" [*Weltgeschichte*], que já começou, e "que está se autorrealizando".[586]

Também a terceira posição, que dava destaque ao contexto do desenvolvimento geral, pôde ser designada de "Historicismo": "o verdadeiro Historicismo" estaria fundamentado nas doutrinas de Lessing e de Kant, e entenderia "a História do mundo [*Weltgeschichte*], no sentido mais amplo, como um todo, como o desenvolvimento necessário de um processo, unitário e em acordo com leis

[583] NOVALIS. Das allgemeine Brouillon, Nr. 927. In: *Gesammelte Werke* (vol. 3), p. 446.

[584] SCHOLTZ, Gunter. *"Historismus" als spekulative Geschichtsphilosophie*: Christlieb Julius Braniss 1792-1873. Frankfurt, 1973, p. 130. Ali se encontra a até agora mais completa História do conceito de "Historicismo", que também é utilizada naquilo que segue.

[585] FEUERBACH, Über das Wunder (1839). In: *Sämtliche Werke* (vol. 7) 2. Aufl. (cf. nota 558), 1960, p. 44.

[586] BRANISS, Christlieb Julius. *Die wissenschaftliche Aufgabe der Gegenwart als leitende Idee im akademischen Studium*. Breslau, 1848, p. 106 e segs. A respeito, cf. SCHOLZ, "Historismus", p. 125 e segs. SCHOLZ. Verbete "Historismus". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974, p. 1141 e segs.

racionais" – essa foi a definição dada em 1852 por Felix Dahn, ao se referir a seu professor Prantl.[587]

Somente no século XX, o significado negativo criado por Feuerbach se difundiu, querendo se referir à ruína de um passado já morto. Em contrapartida, Troeltsch, Meinecke ou Rothacker destacavam a insuperável experiência da relatividade histórica e de sua elaboração científica. Assim, a História moderna trouxe à tona – cerca de 100 anos depois de seu surgimento – um conceito que envolvia movimento e reflexão, como ela própria, o qual hoje está novamente sob forte crítica ideológica.* Evidentemente, faz parte do conceito moderno de História a ideia de que ele desde o início era passível de se tornar ideológico e, por isso, também ser questionado a partir de uma crítica da ideologia. Essa ambivalência – que estava contida nos diferentes significados apresentados – o conceito compartilha com os demais conceitos mestres da modernidade.

4. "História" entre ideologia e crítica da ideologia

"A História é invocada como árbitro, mas apenas aparentemente, pois, na verdade cada um só utiliza os fatos históricos como meio para fundamentar e justificar, de forma sofística, sua já existente opinião inabalável" – essa observação foi feita pelo conde Cajus Reventlow em 1820, quando descreveu o então desencadeado debate sobre a nobreza.[588] Acontece que a utilização de argumentos históricos faz parte desde sempre da retórica para reforçar posições jurídicas ou sociais, teológicas, morais ou políticas. Mas tais argumentos adquiriram maior peso quando a História conseguiu

[587] DAHN, Felix. Für freie Forschung gegen Dogmenzwang in den Wissenschaften. In: *Philosophische Studien*. Berlim, 1883, p. 95 e segs. Citado por SCHOLTZ, "Historismus", p. 132 e segs.

* Ao falar em "crítica ideológica" (*Ideologiekritik*), Koselleck emprega um conceito caro à Escola de Frankfurt, então no auge de sua influência. Pouco antes de aparecer o primeiro volume do Léxico de Conceitos Históricos Fundamentais, viera a público o debate entre Jürgen Habermas e Hans-Georg Gadamer. Cf. HABERMAS, Jürgen. "A pretensão à universalidade da hermenêutica". In: VVAA. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt am Main, 1971, p. 120-159. A *Replik* de Gadamer aparece no mesmo volume, p. 283-317 [nota de Sérgio da Mata].

[588] Citado por PERTHES, *Leben* (vol. 2), (cf. nota 559), p. 192.

galgar a posição de um tipo de última instância para fundamentar algo. Simultaneamente, esses argumentos perderam seu caráter inequívoco, porque de imediato resvalaram para as linhas de fuga perspectivistas, que caracterizaram o conceito moderno de História. Comprovações históricas incorreram em ambiguidades, desde que "História" se transformou num conceito reflexivo. Elas podiam ser utilizadas para criticar ideologias, mas podiam, na mesma medida, sucumbir à ideologia.

Görres registrou com pesar esse processo irreversível. Até então, a História teria sido mestra da vida, quando ainda "se acreditava corajosamente na existência de uma grande, indestrutível verdade objetiva... O novo tempo perdeu essa fé por completo, a regra de toda a verdade foi implantada na razão subjetiva; e tudo aquilo que era historicamente objetivo, um produto de preconceitos, de erros, de parcialidade acumulados em séculos obscuros, precisa primeiro se justificar frente a esse guarda".

Os esforços até aqui relatados do Iluminismo e da Filosofia da História de reconhecer a "própria História" [*Geschichte selber*] em seu caráter processual são reduzidos por Görres a seu princípio subjetivista. Depois da natureza autoconstruída, do Estado autofabricado, da igreja automontada e da também automontada imagem de Deus, "ainda se precisou fornecer uma autocriada História, para complementar o aparelho. E se puseram rapidamente mãos à obra – em vez da História achada, foi introduzida a História inventada". E se trataria de uma "História que anda para trás", que, a partir de um ponto de observação atual, seria ensinada de forma um tanto forçada.[589]

Görres, portanto, dera um passo adiante na sua crítica. Não são tanto as mentiras decorrentes do contexto que ele questiona – ele vê, muito mais, no princípio transcendental de trabalhar com a História unicamente a partir de teorias de Histórias possíveis uma inevitável interpretação errada. Tal historiografia nem poderia agir diferente do que "distorcer os fatos", de acordo com as opiniões preconcebidas.

[589] GÖRRES. Die wahre und falsche Geschichte. *Eos*, n. 59, 1828. In: *Gesammelte Schriften* (vol. 15), 1958, p. 49 e seg.

Mas como se poderia evitar a arbitrariedade a não ser revelando as premissas teóricas? Não fazê-lo, invocando "a História" – foi a acusação crítico-ideológica que Karl Heinrich Hermes formulou, em 1837, contra a Escola Histórica. "Existem poucas expressões na nossa língua com que se pratica um abuso tão criminoso quanto a palavra 'histórico'. História, como se sabe, chama-se tudo aquilo que acontece e vai acontecer" – a dimensão do passado é cuidadosamente excluída por Hermes. Mas não é aí que reside o cerne de sua posição, ele destaca o mais alto grau de generalidade que caracterizaria o conceito de História, de forma que ele, a rigor, não permite excluir nada. "Da mesma forma que, ao final, não existe nada que ficasse fora da História, também não existe nada que não fosse histórico em um ou outro sentido".

Constituiria arbítrio total quando os representantes da Escola Histórica acreditam "não necessitar de mais nenhuma prova, tão logo denominam de histórico qualquer coisa que aparece na sua frente". Da mesma forma, se poderia dizer "a-histórico", pois, naquilo que tange ao uso vocabular, se trataria exclusivamente de opiniões preconcebidas. Seria totalmente incompreensível por que "tudo aquilo que é histórico" seria apenas "aquilo que tem durabilidade eterna". Por que a evolução seria mais histórica que a revolução, o surgimento mais que o desaparecimento? Por que se poderia afirmar – com Steffens – "que tudo aquilo que a História quer conosco aconteceria de forma inconsciente"? Aí só valeria como histórico aquilo de que não sabemos como e por que acontece.[590]

A crítica de Hermes se voltava, portanto, de forma especial, contra a utilização unilateralmente referida ao passado e centrada na duração do conceito de História – é nisso que ele enxergava uma mentira interna da Escola Histórica. Além disso, Hermes apontou para aquele resultado semântico que estava disponível a qualquer pessoa. A "História", a "coisa histórica" [*das Geschichtliche*] eram

[590] HERMES. Steffens und die geschichtliche Schule (1837). In: HERMES. *Blicke aus der Zeit* (vol. 1), (cf. nota 409), p. 314. Hermes tivera dificuldades em obter uma livre-docência em Breslau; *Brockhaus, Conversations-Lexicon der Gegenwart* (vol. 2), 1839, p. 851.

palavras vazias, que podiam ser rapidamente substituídas e ficar destituídas de qualquer conteúdo, em função de seu sentido universal e de sua aplicabilidade generalizada. É nisso que residia sua afetabilidade ideológica – e semântica. Mas nisso também residia sua aplicabilidade política e social.

A controvérsia em torno de História, em especial em torno do seu conceito, não era só uma controvérsia metodológica, teórico-científica ou científico-política. Ela atingiu de forma profunda a dimensão política e social do campo linguístico, pois o conceito carregava dentro de si – como conceito geral de movimento – aquela força integradora e distanciadora que podia motivar ações políticas. Isso fica claro na política de censura e no movimento que a ironizava, o lirismo político.

Tão logo as massas estamentalmente desarticuladas desafiaram para uma nova organização social e política, cresceu o papel do ensino da História. Na revolução e durante a restauração, ele era defendido por argumentações contraditórias, cláusulas de amnésia foram introduzidas, motivando o seguinte veredicto de Droysen: "Ordens provenientes dos escalões mais elevados estabelecem aquilo que deve valer como acontecido na História".[591]

Contra esse tipo de práticas manipuladoras é que se voltava o lirismo político, levando para dentro do público conceitos criticamente desconstruídos. Hoffmann von Fallersleben ridicularizou "a escola histórica", que se postava perto do trono. "Vocês se apoiam em História, / e não procuram aquilo que devem procurar, / e acham aquilo que vocês querem achar. / Isso vocês chamam de História! / E as coisas velhas, mesmo assim, viram pó".[592] Glassbrenner seguiu, em 1844, ao debochar "[d]os historiastas" [*die Geschichtlinge*]: "Nem agora nem nunca, nos submetemos ao tribunal mundial da História, / pois também odiamos seu despotismo, /

[591] DROYSEN, Johann Gustav. *Das Zeitalter der Freiheitskriege* (1843/46). Berlin, [1918], p. 256 (editado por E. E. Lehmann).

[592] FALLERSLEBEN, Heinrich Hoffmann von. Die Historische Schule. In: FALLERSLEBEN, Heinrich Hoffmann von. *Unpolitische Lieder* (vol. 2). Hamburgo, 1841, p. 51. "*Ihr stützt euch auf Geschichte, / Und sucht nicht was ihr suchen sollt, / Und findet was ihr finden wollt – / Das nennet ihr Geschichte! Und das Alte gehet doch zunichte*".

seus bestas cultos ignorantes!".[593] Quem deslocou de forma mais clara o sentido da História para um contexto revolucionário foi Friedrich von Sallet: "No nosso dicionário, ela se chama: ações, / aquilo que virá a ser, e não a velharia petrificada... / História! Sim, ó elemento da vida! / ... História se chama o assalto às bastilhas / e as tormentas dos debates nos conventos ...".[594]

Dependendo das intenções políticas, o significado do conceito geral elástico podia ser deslocado, e é aí que residia a eficiência de sua utilização. Pois cada um estava potencialmente atingido, e não se tratava de um conhecimento do passado, mas – nas palavras de Nietzsche – da "falsificação da História, por princípio; para que ela forneça a prova para a valoração moral".[595] Quanto mais funcional em relação a interesses políticos a "História" era utilizada, tanto mais ela se expunha a falsificações de princípio – nem sempre propositais –, a uma ideologia, à qual, por simples razões de automanutenção moral daqueles que utilizavam o vocábulo, ela parecia não poder fugir.

Em que medida se compreendia "História" como instrumento funcional para a ação – sem naturalmente se esgotar nisso –, fica claro no emprego do conceito para atingir e para integrar as classes subalternas, em especial a classe dos trabalhadores fabris, que estava surgindo. Em 1843, Wilhelm Schulz imaginava que "os povos somente agora estão começando a sentir sua importância. É por isso que ainda apresentam sensibilidade limitada para sua História, e não a terão antes que eles próprios façam a História, até que sejam mais que uma matéria inanimada, da qual a História é feita por algumas classes privilegiadas".[596]

[593] GLASSBRENNER, Adolf. Die Geschichtlinge (em torno de 1844). In: VOLKMANN, Ernst (Ed.). Um Einheit und Freiheit 1815-1848. In: *Deutsche Literatur in Entwicklungsreihen* – Politische Dichtung (vol. 3). Leipzig, 1936, p. 223. „*Wir hängen uns selber nun und ale / Am Weltgericht der Geschichte! – / Denn wir hassen auch ihre Despote, / Ihr dummen gelehrten Wichte!*".

[594] SALLET, Friedrich von. Geschichtliche Entwicklung. In: HENNING, Max (Ed.). *Ausgewählte Gedichte*. Frankfurt, 1913, p. 190 e seg. "*In unserm Wörterbuche heisst sie: Taten, / Das Werdende, und nicht das Alterstarrte ... / Geschichte! ja, du Element des Lebens! / ... Geschichte heisst das Stürmen der Bastillen / Und der Debatte Stürmen im Konvente ...*".

[595] NIETZSCHE. Aus dem Nachlass der Achtzigerjahre. In: *Werke* (vol. 3), 1956, p. 518.

[596] SCHULZ, Wilhelm. *Die Bewegung der Production*. Eine geschichtlich-statistische Abhandlung zur Grundlegung einer neuen Wissenschaft des Staats und der Gesellschaft. Zurique/ Winterthur, 1843, p. 155 e seg.

E todo o engajamento literário de Schulz se concentrou na tentativa de colocar em movimento esse povo, através do esclarecimento de seu potencial histórico. "Que o significado histórico mundial das máquinas" fortalece a "consciência da força", em especial dos trabalhadores das fábricas, foi um dos diagnósticos de Hildebrand. Em ritmo crescente, "o trabalhador do presente que se criou no contato com as máquinas [sentiria] que, com as habilidades de sua cabeça e de seu braço, também está participando da grande construção da História".[597]

"História" servia tanto para convocar para a luta quanto podia servir para a integração social. Afinal, num mesmo contexto, o conceito foi utilizado para amenizar e acalmar. O trabalhador da fábrica não teria família nem pátria, como Riehl disse, pouco depois, ele procuraria "seus companheiros não no passado ou no presente, mas na amplidão ilimitada do futuro... Ele não possui História; toda a essência da moderna indústria de máquinas desvia sua mente das coisas históricas". Dessa forma, a mesma constatação, a partir do mesmo conceito, gerou um diagnóstico quase diametralmente oposto. E depois que formulara sua crítica ideológica a partir da perspectiva do passado, Riehl formulou um programa que Schulz antes havia desmascarado de um ponto de vista oposto. "Compete, portanto", – concluiu Riehl – "ir gradativamente criando uma História [para o trabalhador da fábrica], uma pátria, uma delimitação social", que ele deveria encontrar em primeiro lugar numa família.[598]

Nessa situação de utilização do conceito em sentidos opostos e divergentes, Marx produziu uma crítica ideológica que decifrava a utilização linguística dominante a partir de uma teoria própria da História. Marx ironizou Bruno Bauer perguntando como poderia recorrer à História "para servir de ato de consumação do banquete teórico, de prova". E formulava a pergunta sugestiva sobre que História seria essa "para que a verdade atingisse a consciência. A

[597] HILDEBRAND, Bruno. *Die Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft* (1848). Jena, 1922, p. 185 e seg. (editado por H. Gehring).

[598] RIEHL, Wilhelm Heinrich. *Die bürgerliche Gesellschaft*. Stuttgart/Tübingen, 1851, p. 345 e seg.

História se transforma, assim, como a verdade, em uma pessoa à parte, um sujeito metafísico, cujos portadores são os efetivos indivíduos humanos". E Marx mostra isso à mão de uma série de frases: "A História não permite que se zombe dela; a História investiu seus maiores esforços em; a História tem sido ocupada com; para que serviria a História?" etc.[599]

Os argumentos históricos e teóricos para provar a crítica ideológica de Marx só tiveram reflexos no nosso tempo, por causa da publicação póstuma da *Ideologia alemã*. Nas passagens iniciais, Marx e Engels fornecem uma rede formal de categorias de toda História possível, que, desde o início, é pensada com vistas a um movimento, que suscita contradições e soluções novas. O homem é definido como um ser social que se produz a si mesmo, a partir de suas necessidades e a partir do trabalho que satisfaz e aumenta suas necessidades. Nessa visão anti-idealista, a consciência é entendida apenas como funcional em relação ao processo ativo da vida. "Ideologia e ... formas de consciência", quando vistas em si, não possuem "História, elas não possuem desenvolvimento". Pelo contrário, a consciência, desde o início, "já é um produto social", motivo pelo qual constituiria "ilusão dos ideólogos", esses "fabricadores da História", querer escrever a História a partir de ideias mestras ou de conceitos dominantes. Conceitos dominantes indicam classes dominantes.

A crítica de Marx – que se voltava contra "toda a concepção de História até aqui" – é mais profunda. Ela critica não apenas o conceito de História, mas também toda História de conceitos. Independentemente do fato de que essa crítica pode ser aplicada metodologicamente a seus próprios conceitos – e isso tanto mais que ele imputava, de forma massiva, objetivos utópicos a seus conceitos –, Marx leva uma vantagem decisiva. Sua crítica ideológica pressupõe teoricamente um conceito processual de História, que requer invariavelmente um preenchimento empírico, no qual forças

[599] MARX; ENGELS. Die heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik (1843). In: MEW (vol. 2), 1957, p. 83 e seg. Cf. também MARX. Zur Judenfrage (1844). In: MEW (vol. 1), p. 372, onde ele tenta "quebrar a versão teológica" das perguntas de Bauer.

produtivas, condições sociais e consciência precisam ser colocadas numa relação recíproca variável.[600] Com isso, Marx tentou juntar no seu pensamento aqueles dois polos que na linguagem comum sempre foram utilizados de forma unilateral e, assim, prejudicados: a factibilidade da História, por um lado, e o superpoder que exerce sobre os homens, por outro lado. Marx juntou as duas coisas: "Os homens fazem a sua própria História, mas eles não a fazem livremente, não sob condições escolhidas, mas sim sob condições encontradas, dadas e transmitidas".[601]

Ao contrário dessa premissa teórica, a linguagem cotidiana costuma se mover em um desses níveis, abrindo, com isso, flancos que podem ser apontados numa crítica ideológica. A História é ou desclassificada como simples produto da ação humana ou substancializada e adquire um caráter supra-humano.

Depois que "a História" havia desembocado no coletivo singular, tornou-se possível encará-la também como sujeito de si mesma. Com isso, a expressão – do ponto de vista puramente linguístico – pôde ser transformada em *slogan*. E, de fato, pouco depois de sua invenção, o conceito mestre teoricamente pretensioso foi transformado numa palavra de ordem que pode ser utilizada de forma ingênua e patética. Clausewitz depositou em 1812 suas frias confissões, como homem da resistência, "no sagrado altar da História".[602] Três anos depois, Dahlmann pôde falar da "santidade da História",[603] e em 1845 Weerth entoou hinos de louvor ao trabalho industrial, que libertaria o homem para si mesmo: "Então está consumado! E no grande livro / que, sonoro, anuncia os milagres da História" será registrada a boa-nova.[604] Foi dessa forma que a "História", perpassando campos diversos, foi colecionando epítetos que antigamente eram divinos. Ela se tornou onipotente,

[600] MARX; ENGELS. Die deutsche Ideologie. In: MEW (vol. 3), p. 26 e seg., 31, 49, 39.

[601] MARX. Der achtzehnte Brumaire. In: MEW (vol. 8), p. 115.

[602] CLAUSEWITZ, Carl von. Bekenntnisschrift (1812). In: ROTHFELS, Hans (Ed.). *Politische Schriften und Briefe*. Munique, 1922, p. 86.

[603] DAHLMANN, F. Christian. *Ein Wort über Verfassung* (1815). Leipzig, 1919, p. 17.

[604] WEERTH, George. Die Industrie (1845). In: KAISER, Bruno (Ed.). *Die Achtundvierziger*. Weimar, 1960, p. 285.

justíssima, onisciente, e, finalmente, a gente se tornou responsável diante dela. Como algo semissecularizado, foram atribuídos à História significados religiosos, que dificilmente poderiam ter sido derivados do próprio conceito.

A utilização como palavra de ordem torna confusa a distinção entre a História narrada e a que se cria por si mesma – e, em benefício da ideologia, certamente também precisa estabelecer certa confusão. Isso pode ser comprovado ali onde a expressão desemboca numa substância. Em 1831, a ordem jesuíta teve de admitir que estava sendo "desterrada pela História".[605] "Sem revolução, não inicia uma nova História" – assegura Moses Hess.[606] O judaísmo colidiria com os "interesses da História" – sabe Bruno Bauer.[607] Ernst Moritz Arndt evoca, em 1848, a "honra da História alemã"[608], e Treitschke alerta contra o amigo dos judeus, que "comete pecado ... contra a glória da História alemã"[609], interpretando de forma teológica uma substância nacional. "História precisamos pintar, História é a religião de nosso tempo, somente História está em acordo com nosso tempo" – é o que se ouvia como máximas, em 1876.[610] "Mas a História também pode criar o novo, aquilo que se apresenta pela primeira vez", assegurava Julius Leber, em 1933, a fim de dissipar a dúvida "que o passado poderia depositar dentro de nós".[611]

Mas basta de exemplos. O "poder da História", de que falava Droysen[612] para caracterizar sua força supraindividual, moral, foi ampliado, modificado, como conceito, porque ele aparentemente

[605] KUNHARDT, J. H. D. *Der Process der letzten Minister Carl's X*. Lübeck, 1831, p. 8.

[606] HESS, Moses. Philosophie der Tat (1843). In: *Philosophische und Sozialistische Schriften* (cf. nota 477), p. 221.

[607] BAUER. Judenfrage. *Deutsche Jahrbücher*, n. 275, 1842, p. 1097.

[608] *Stenographische Berichte der Deutschen Nationalversammlung* (vol. 2), 1846, p. 1292.

[609] TREITSCHKE, H. von. Noch einige Bemerkungen zur Judenfrage. In: BÖHLING, Walter (ed.). *Der Berliner Antisemitismusstreit*. Frankfurt, 1965, p. 86.

[610] *Zeitschrift für bildende Kunst* (1876), p. 264, citado em RGG [*Religion in Geschichte und Gegegenwart*] (vol. 4), 3ª ed., 1960, p. 687.

[611] LEBER, Julius. Gedanken zum Verbot der deutschen Sozialdemokratie (escrito em junho de 1933). In: *Julius Leber*. Ein Mann geht seinen Weg. Schriften, Reden und Briefe. Berlim/Frankfurt, 1952, p. 245.

[612] DROYSEN, *Historik* (cf. nota 236), p. 323.

se manteve insubstituível. Foi exatamente a palavra de ordem que evocava expectativas e ordenava experiências, cujas qualidades comuns supra ou inter-humanas não podiam ser designadas de outra forma. "História" se transformou num desaguadouro de todas as ideologias imagináveis. Isso fica ainda mais claro quando se mostra o outro plano argumentativo, a factibilidade da História.

A mesma expressão "História" podia designar um conjunto de objetos de ações humanas seguras de si. Uma situação intermediária está indicada pelas palavras utilizadas por Droysen em uma carta a Gustav Freytag.[613] A nobreza prussiana teria "tirado a nossa História dos trilhos, e arruinando-a por alguns séculos" – com que a verdadeira História é apresentada como vítima da violência, indicando-se uma História desejável como sendo a verdadeira. Admitir essa multiplicidade semântica dentro de um conceito significa aceitar argumentos passíveis de ideologização, a não ser que se admita como legítimo que uma palavra de ordem foque de forma misturada situações de ânimo e desejos.

A "História como ação" constitui uma versão em franca contradição com significados verbais que também queriam dizer "destino". Também essa versão só se tornou viável depois que a expressão desembocara no coletivo singular. Desde então, "História" também podia se tornar factível – e não no sentido de sua narrativa – na forma em que Eichendorf confronta o sentido novo com o antigo: "Um faz a História, o outro a registra".[614]

A História que "aconteceu" antigamente, e em certo sentido se passava com os homens, só podia ser vista como campo de ação, como factível e como produtível, depois que fora elaborada pelo idealismo alemão como processo de autorrealização humana. Não há dúvida de que Fichte e, no início, o jovem Schelling tiveram influência sobre o uso linguístico político de "História". Assim, Schelling se voltou em 1789 contra o projeto kantiano de uma História mundial [*Weltgeschichte*] *a priori*. "Daquilo que se pode

[613] Carta de Droysen a Gustav Freytag, de 14 de dezembro de 1853. In: *Briefwechsel* (vol. 2) (cf. nota 408), p. 205.

[614] Citado por BAUER, Gerhard. "*Geschichtlichkeit*". Wege und Irrwege eines Begriffs. Berlim, 1963, p. 2.

elaborar uma teoria *a priori*, daquilo não se pode fazer uma História, e, inversamente, só aquilo que não possui uma teoria *a priori*, possui História". Por essa razão, o homem possuiria História, "porque ele não traz sua História consigo, mas somente a produz".[615]

Para Scheidler, que transmitiu o legado do idealismo alemão para a burguesia alemã, não havia dúvida a respeito. "É por isso que somente o homem possui uma História no verdadeiro sentido; pois suas ações não estão presas dentro de determinado ciclo, como o do animal". Só o homem pode dar uma direção à sua vida, "fazer" a sua "própria" História.[616]

História – no alemão, continuando a ser perpassada por um sopro de providência divina – não podia ser transportada, sem resistência, para o âmbito da factibilidade. Perthes, nascido em 1772, titubeia, em 1822, em utilizar o verbo [*geschehen*]. Ele dizia que queria editar suas publicações históricas para os práticos, para "os comerciantes", pois "são eles, e não os eruditos, que intervêm na realidade, e, por assim dizer, fazem a História".[617]

Pouco tempo depois, ele se pronunciou favorável a uma classe média consciente, que, orientada para o sucesso, deveria deixar de levar em conta doutrinas do passado, como a velha *historia magistra vitae*: "Se cada partido, numa determinada sequência, viesse a governar e a presidir as instituições, ao menos uma vez, então, através dessa História autocriada, todos os partidos se tornariam mais tolerantes e mais inteligentes. História feita por outros – por mais que seja estudada e por mais que se escreva sobre ela – dificilmente leva à avaliação justa e à sabedoria política. É isso que nos ensina a História".[618] O coletivo singular "História", como categoria transcendental, sempre estava referido à ação. Não só a descoberta da "História", em especial o desvendamento de uma História factível, faz parte do selo do mundo burguês que despontava.

[615] [SCHELLING, F. W. G.]. Allgemeine Übersicht der neuesten philosophischen Literatur. *Philosophisches Journal*, n. 8, 1798, p. 145.

[616] SCHEIDLER, Hermann. Verbete "Emanzipation". In: ERSCH/GRUBER (1ª seção, vol. 34), 1840, p. 5. Sobre a Pré-História teórica dessa prática linguística, cf. LÖWITH, Karl. Vicos Grundsatz: verum et factum convertuntur. Seine theologische Prämisse und deren säkulare Konsequenzen. In: *Akademische-Abhandlungen Heidelberg*. Heidelberg, 1968.

[617] PERTHES, *Leben...* (vol. 3), (cf. nota 559), p. 23.

[618] *Ibid.*, p. 271 e seg.

Mas, com isso, também "a reação ... se transformara numa força histórica", que, nas palavras de Stirner (1852), se preparava para "fazer História".[619] Bismarck, naturalmente, sempre negou poder fazer História. "Uma intervenção arbitrária e determinada por motivações subjetivas no desenvolvimento da História sempre teve como única consequência derrubar frutos verdes... Podemos adiantar os relógios, e nem por isso o tempo anda mais rápido"[620] – foi isso que ele escreveu num decreto de 1869, e, já idoso, viu confirmada sua posição: "De forma alguma se pode fazer História, mas sempre se pode aprender como se deve dirigir a vida política de um grande povo em acordo com seu desenvolvimento e sua determinação histórica".[621] A desistência em relação à possibilidade de planejamento de transcursos históricos faz com que, de imediato, se manifeste o outro complexo de sentidos do desenvolvimento de longo prazo que está embutida no conceito de História. Dessa forma, a utilização da palavra, em especial o alinhamento das possibilidades polares de seu significado, pode representar um teste de utopia.

Constantin Frantz, adversário intelectual de Bismarck e admirador de Schelling, divisou, em 1879, "na História, um reino especial ..., que não provém de Deus, mas que os homens criaram e continuam criando indefinidamente".[622]

Os campos políticos, de forma alguma, coincidem integralmente com as linhas de confronto que derivam da semântica política. Existem estruturas conceituais que possuem afinidades próprias. Lorenz von Stein imaginava que com a ascensão da História mundial [*Weltgeschichte*] o espaço de liberdade diminuiria: "Quão maior a História mundial, tanto menor se torna aquilo que não só o indivíduo mas, em última instância, todos os indivíduos

[619] STIRNER, Max. *Geschichte der Reaction* (2. Abt.: Die moderne Reaction). Berlim, 1852, p. V.

[620] BISMARCK. Erlass an den Gesandten in München Freiherr von Werthern, de 26 de fevereiro de 1869. In: *Friedrichsruher Ausgabe* (vol. 6 b), 1931, p. 2.

[621] BISMARCK. Discurso perante a delegação da Universidade de Jena, 30 de julho de 1892. In: *Friedrichsruher Ausgabe* (vol. 13), s. d., p. 468 e seg.

[622] FRANTZ, Constantin. *Der Föderalismus als das leitende Prinzip für die soziale, staatliche und internationale Organisation, unter besonderer Bezugnahme auf Deutschland, critisch nachgewiesen und constructiv dargestellt*. Mainz, 1879; reimpresso em Aalen, 1962, p. 441.

conseguem fazer".[623] A uma conclusão oposta chegou Engels, quando anunciou a "organização conscientemente planificada" do futuro. "As estranhas forças objetivas que até agora dominavam a História ficam submetidas ao controle dos próprios homens. Somente a partir daí, os homens farão a própria História com plena consciência... Será o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade".[624] A maior proximidade de Engels das origens idealistas comuns resulta aqui num grau mais elevado de expectativas utópicas. Com vistas ao futuro domínio da História, sua visão se aproxima do uso vocabular dos pangermanistas, que, em 1898, atestaram ao "povo-senhorial" alemão de ter "o direito e o dever ... de participar da direção da História de todo o mundo".[625]

Finalmente, Hitler e seus asseclas se excediam na utilização da palavra "História", a qual tanto era evocada como destino quanto vista como factível; mas a inconsistência da versão propagandística revela, por si mesma – quando questionada a respeito –, seu conteúdo ideológico. "Os valores eternos de um povo somente sob o malho da História mundial [*Weltgeschichte*] se transformam naquele aço e ferro com que então se faz História", disse Hitler, num livro de 1928.[626] E uma expressão da campanha eleitoral em Lippe, de 30 de janeiro de 1933, mostra que mesmo concepções ideológicas forçadas possuem seu sentido prognóstico: "Em última instância, é indiferente quantos por cento do povo alemão fazem História. O que importa é que os últimos que fazem História na Alemanha somos nós".[627] Não havia forma melhor para formular os autoultimatos sob cuja coerção Hitler fazia política e, com isso, imaginava fazer História. E ele, de fato, fez História – mas diferente do que ele imaginava.

[623] STEIN, L. von. *Zur preussischen Verfassungsfrage* (1852). Darmstadt, 1961, p. 1.

[624] ENGELS. Herrn Eugen Dürings Umwälzung der Wissenschaft (1878). In: MEW (vol. 20), 1962, p. 264.

[625] Conclamação para adesão à Liga Pan-Germânica. Citado por GRELL, Hugo. *Der Alldeutsche Verband, seine Geschichte, seine Bestrebungen und Erfolge*. Munique, 1898, p. 7.

[626] WEINBERG, Gerhard L. (ed.). *Hitlers zweites Buch*. Suttgart, 1961, p. 138.

[627] Discurso de Hitler de 4 de abril de 1933 em Detmold. In: DOMARUS, Max (ed.). *Reden und Proklamationen 1932 bis 1945* (vol. 1/1). 2. Aufl., Munique, 1965, p. 176.

Assim, o sentido plural do moderno conceito de História – ao poder realizar um movimento pendular entre factibilidade e superpoder – abre uma brecha para sua utilização ideológica. Mas no mesmo diagnóstico linguístico estão contidos critérios para desmascarar o caráter ideológico dessa utilização.

VII

Perspectiva

Reinhart Koselleck

A ambiguidade fundamental do conceito de História, desde seu surgimento, teve influência profunda sobre a linguagem cotidiana da política. A possibilidade de sua afetação por sentimentos enfáticos, e sua utilização para fins ideológicos, tem suas raízes na formulação da palavra no coletivo singular. Como categoria transcendental, ela abrange, simultaneamente, *Historie* e História; o conceito "História" passa por uma escala cambiante de experiências possíveis: espaço de ação e processo, progresso e evolução, criação de sentido e destino, acontecimento e ação. Parece que o velho sentido de narrativa foi empurrado para a margem.

Da grande quantidade de significados que podem ser utilizados como palavras de ordem, se desenvolveram algumas posições teóricas, que por sua vez exercem influência sobre os campos políticos que elas diagnosticaram. Com sua consideração extemporânea *Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben* [Das vantagens e das desvantagens da História para a vida], Nietzsche produziu, em 1874, uma crítica arrasadora da ideologia. Ao confrontar critérios internos da atividade científica e seus efeitos para fora, Nietzsche constatou a existência de três tipos de *Historie*: a antiquária, a monumental e a crítica. Vista como funcional em relação àquilo que ele chamava de vida, a *Historie* como um todo apareceu como sintoma de senilização, como empecilho para a vida. Por essa razão, Nietzsche exige – e isso não acontece sem consequências – da juventude a coragem para "o ahistórico e o supra-histórico".[628]

[628] NIETZSCHE. Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. In: *Werke* (vol. I), 1954, p. 281.

Desde então, são oferecidas posições alternativas de tipologização, provindas da natureza e da Antropologia*, sem que uma deshistorização da consciência geral ou até da ciência tenha tido um sucesso efetivo.[629]

A tentativa multifacetada de Dilthey de fazer uma crítica da razão histórica continua projetando sua influência profunda para dentro das ciências sociais e humanas [*Sozial- und Geisteswissenschaften*], aparentemente mais profunda que o enfoque teórico-científico dos neokantianos de garantir para a ciência histórica um genuíno campo de conhecimento, ao lado das ciências da natureza.

Com a "historicidade", a Filosofia existencialista e a Hermenêutica se apropriaram de uma categoria que permite fundamentar, meta-historicamente, a relatividade autossuperante de tudo aquilo que é histórico, para dessa forma lhe retirar os aspectos irritantes.[630] A "historicidade" expressa, de alguma forma, aquilo que no século XVIII se pretendia com a "História como tal" [*Geschichte überhaupt*] – como condição para Histórias possíveis.

Outros aspectos destacados pelo enfoque transcendental de antigamente foram reforçados, de forma unilateral. Assim, Theodor Lessing, com sua *Geschichte als Sinngebung des Sinnlosen* [História como atribuição de sentido àquilo que não tem sentido] colocou sob rigorosa avaliação os pressupostos subjetivistas.[631] Inversamente, pode-se afirmar – no campo marxista: "A realidade é partidária! Partidária a favor do novo frente ao velho, partidária a favor daquilo que é mais elevado frente àquilo que é inferior".[632]

* Koselleck não se refere aqui à tradição anglo-saxã da *Cultural Anthopology*, mas à *Philosophische Anthropologie*, cujos principais representantes no século XX foram Max Scheler, Helmuth Plessner e Arnold Gehlen. Cf. ARLT, Gerhard. *Antropologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2008 [nota de Sérgio da Mata].

[629] Cf. HEUSSI, Karl. *Die Krisis des Historismus*. Tübingen, 1932; MARQUARD, Odo *Schwierigkeiten mit der Geschichtsphilosophie*. Frankfurt, 1973.

[630] GADAMER, Hans-Georg. Verbete "Geschichtlichkeit". In: RGG [*Religion in Geschichte und Gegenwart*] (vol. 2), 3. Aufl., 1958, p. 1496 e segs.; BAUER, „*Geschichtlichkeit*", passim; RENTHE-FINK, Leonard von. *Geschichtlichkeit*. Ihr terminologischer und begrifflicher Ursprung bei Hegel, Haym, Dilthey und Yorck. 2. Aufl., Göttingen, 1968.

[631] LESSING, *Geschichte...* (cf. nota 529).

[632] KUCZYNSKI, Jürgen. Parteilichkeit und Objektivität in Geschichte und Geschichtsschreibung. *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, n. 4, 1956, p. 875.

O ataque mais forte contra o conceito de "História" ocorrido até agora talvez tenha sido formulado por Mauthner, que partia do pressuposto de que o Historicismo bem como a expressão "História" somente são possíveis desde Kant, mas que, ao mesmo tempo, já foram superados com Kant. Teriam sido frustradas as buscas por leis históricas. Mas os conceitos costumariam sobreviver como fantasmas às coisas por eles designadas. "E aí não é de admirar que o pequeno conceito de História, mesmo bem próximo de sua morte, ainda seja considerado vivo".[633] Uma continuidade mais convincente dessa crítica semântica pode ser encontrada na análise de Popper sobre o "Historicismo".

Também no nível da pesquisa empírica, oportunamente se fala do "fim da História", interpretando com isso, de forma secular, a Teologia escatológica. Com isso, se pensa naquilo que Cournot prognosticou no século passado, uma nova situação de relativa estabilidade, que estaria se instalando depois da modernização, sem coerção nem perturbações de crescimento. Com tais fórmulas, fica claro o quanto a expressão "a História" anunciava o início da Era Moderna, podendo, portanto, também desaparecer com seu fim. Mesmo assim – apesar de seu significado múltiplo e por causa dele –, em lugar nenhum, há tentativas sérias de abrir mão do conceito. Versões como "a perda" ou "o deslocamento da História", em geral, visam à sua preservação.

Por fim, deve-se lembrar que, desde a Segunda Guerra Mundial, pela primeira vez, ingressamos na etapa da História mundial global, cujos centros de ação se espalham de forma pluralista da Europa para o globo. É evidente que, com isso, se desenham novas Histórias, que, porém, acabam criando um novo espaço de experiência comum. Com isso, dentro da ciência histórica, também a velha História dos acontecimentos deverá manter, sem grande contestação, sua tarefa, ao lado da qual se estabeleceu a História social, como ramo próprio de pesquisa, a fim de investigar as mudanças de longo prazo e as estruturas duradouras. O que é certo é que o conceito de História não será capaz de resolver o assim chamado enigma da História.

[633] MAUTHNER (vol. I), 2. Aufl., 1923, p. 608.

VIII

Referências

BAUER, Gerhard. *"Geschichtlichkeit"*. Wege und Irrwege eines Begriffs. Berlim, 1963.

BÖHME, Gernot. Verbete "Geschichte der Natur". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974.

DIERSE, Ulrich; SCHOLTZ, Gunter. Verbete "Geschichtsphilosophie". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974.

GEIGER, Paul E. *Das Wort "Geschichte" und seine Zusammensetzungen*. Freiburg, 1908 (tese de doutorado em Filosofia).

GRIMM, Jakob; e GRIMM, Wilhelm. *Deutsches Wörterbuch* (vol. 4/1, 2). Leipzig, 1897, p. 3857 e segs.

HENNIG, Johannes. Die Geschichte des Wortes "Geschichte". *Deutsche Vierteljahresschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte*, n. 16, 1938, p. 511 e segs.

KEUCK, Karl. *Historia*. Geschichte des Wortes und seine Bedeutungen in der Antike und in den romanischen Sprachen. Münster, 1934 (tese de doutorado em Filosofia).

KOSELLECK, Reinhart. Historia magistra vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlicher bewegter Geschichte. In: BRAUN, Hermann; RIEDEL, Manfred (eds.). *Natur und Geschichte*. Festschrift für Karl Löwith. Stuttgart/Berlim, 1967.

KOSELLECK, Reinhart. Geschichte, Geschichten und formale Zeitstrukturen. In: KOSELLECK, Reinhart; STEMPEL, Wolf-Dieter (Eds.). *Geschichte – Ereignis und Erzählung*. Munique, 1973.

REICHELT, Helmut. Verbete "materialistische Geschichtsauffassung". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974.

RENDTORFF, Trutz. Verbete "Geschichtstheologie". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974.

RENTHE-FINK, Leonhard von. *Geschichtlichkeit*. Ihr terminologischer und begrifflicher Ursprung bei Hegel, Haym, Dilthey und Yorck. 2. Aufl., Göttingen, 1968.

RENTHE-FINK, Leonhard von. Verbete "Geschichtlichkeit". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974.

RUPP, Heinz; KÖHLER, Oskar. Historia – Geschichte. *Saeculum*, n. 2, 1951, p. 627 e segs.

SCHOLTZ, Gunter. Verbete "Geschichte, Historie". In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (vol. 3). 1974.

ZWIRNER, Eberhard. *Zum Begriff der Geschichte*. Eine Untersuchung über die Beziehungen der theoretischen und praktischen Philosophie. Breslau, 1926 (tese de doutorado em Filosofia).